ANA LÚCIA SAAD

Habitação operária em São Paulo

Legislação sanitária e projetos (1886-1926)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico da Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

S112h Saad, Ana Lúcia
 Habitação operária em São Paulo: Legislação
 sanitária e projetos (1886-1929) / Ana Lúcia Saad;
 orientadora Maria Lúcia Caira Gitahy. - São Paulo,
 2017.
 336p.

 Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e
 Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
 concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e
 do Urbanismo

 1. Habitação. 2. Projeto de Arquitetura. 3.
 Legislação. I. Gitahy, Maria Lúcia Caira, orient. II.
 Título.

À minha querida tia, que por vezes foi
minha mãe, Maria Izabel Soares de Mello
(in memoriam)

Aos meus amados, companheiro e filhos,
João, Tárík e Yuri

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Lúcia Caira Gitahy, que se dedicou, orientou, ensinou, ajudou e criticou, quando necessário. Que entendeu os problemas que surgiram ao longo do tempo, de forma carinhosa, e incentivou meu trabalho. Também, por seu espírito agregador, ao liderar o Grupo de Pesquisa *História Social do Trabalho e da Tecnologia como Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo*.

Aos membros do Grupo de Pesquisa *História Social do Trabalho e da Tecnologia como Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo*, pelos debates, contribuições, críticas e sugestões, que foram de grande valia durante os trabalhos de pesquisa e de redação. Em especial, à Luciana Massami Inoue, pelas suas palavras amigas, nos momentos mais difíceis.

Aos membros da banca de qualificação, Professora Doutora Telma de Barros Correia e Professor Doutor Hugo Segawa, por suas observações valiosas, que muito contribuíram para nortear a pesquisa em andamento.

Aos funcionários das bibliotecas e dos arquivos históricos da FAU, da POLI, e do AHSP, que colaboraram e facilitaram o acesso aos acervos, durante o levantamento documental.

À FATEC/SP e ao CEETEPS, pelo apoio e incentivo. Em especial, à chefe do Departamento de Edifícios Professora Maria Alice Pius, e aos professores da disciplina a qual pertenço, Ieda Maria Nolla, Helena Maria Barão Pereira de Mello, e Eduardo Abbud Filho, por todo o apoio e amizade.

E, pelo amor, carinho, apoio, incentivo, e compreensão, agradeço à minha família, João, companheiro, Tárík e Yuri, filhos, Maria Lúcia e Fuad, pais.

Resumo

SAAD, Ana Lúcia. ***Habitação operária em São Paulo: Legislação sanitária e projetos (1886-1926)***. 2017. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa aborda questões ligadas à habitação operária e à legislação específica para a sua construção. No período estudado, entre os anos de 1886 e 1929, os códigos possuem caráter sanitário, e os profissionais, que trazem os preceitos higienistas (médicos, engenheiros, arquitetos e outros) ao Brasil, também são os responsáveis ou os colaboradores na elaboração destes documentos. Na cidade de São Paulo, para a edificação de casas, devem ser seguidas leis municipais e estaduais, sendo que, vários dos mandatários da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, representantes das elites paulistas, possuem ligações com empresas urbanizadoras; neste momento, interesses públicos e privados coexistem. Para a construção de qualquer edificação, é necessário que o seu projeto seja aprovado; ao longo do tempo, as exigências legais ganham mais complexidade, e, no caso específico da casa operária, constata-se que nem todas são atendidas. Os estudos têm por foco determinar se os preceitos negligenciados são os mesmos, nos projetos analisados, ou se há discrepâncias entre eles; também, leva-se em consideração se a localidade das habitações influenciam na aprovação de projetos, sem que todos os itens normatizados sejam adotados. Neste contexto, são realizadas reflexões: se a casa salubre, de acordo com o ideário da época, é representada em seu projeto; e, se os quesitos, de cunhos sanitário e higienista, são considerados no processo de aprovação, pelos órgãos competentes.

Palavras-chave: Habitação. Projeto de arquitetura. Legislação.

Abstract

SAAD, Ana Lúcia. ***Worker's housing in São Paulo: Sanitary law and projects (1886-1926)***. 2017. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research approaches issues related to workers' housings and it's specific building legislation. In the studied period, between the years 1886 and 1929, the codes have sanitary specifications, and the professionals, that bring the hygienist precepts (doctors, engineers, architects and others) to Brazil, are also the responsables for contributors in the elaboration of these documents. In São Paulo city, for the construction of houses, it must obey municipal and state laws, being that many of the representatives from town hall, agents of the São Paulo elite, have connections with developer companies, at this point, public and private interests coexist. For the construction of any edification, it's necessary the approval of it's project; over time, the legal requirements get more complexity, and, in the specific case of workers' housings is noticed that not all of them are met. This research have as focus determine if the neglected precepts are the same, at the analyzed projects, or if there is discrepancies between them; also, takes into consideration if the housing locality influence at the project's approval, without the adoption of all normalized items. At this context, reflexions are made: if the salubrious house, according to the ideals of that time, is represented in it's project; and, if the requirements sanitary and hygienist are considered in the approval process by the legal organs.

Keywords: Housing. Architectural project. Legislation.

Lista de Figuras

Capa – Casas de operários, na avenida Basília Cunha (Fonte: ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Casas Operárias na Avenida Basília Cunha, Vila Deodoro – para Edmundo Wryht. Acervo FAUUSP, s.d., Classificação P N414e/728.3 COEW).

- 21 ***Introdução*** – Operários da construção do Gasômetro
- 31 ***Capítulo 1*** – Primeira página do Decreto nº. 233, de 2 março de 1894, que estabelece o Código Sanitário do estado de São Paulo
- 33 ***Figura 1*** – Largo e rua de São Bento
- 34 ***Figura 2*** – Rua de São João
- 34 ***Figura 3*** – Largo e rua de São Bento
- 65 ***Figura 4*** – Requerimento de 1902 para “construir uma casa para operários”
- 67 ***Figura 5*** – Perímetro do comércio
- 69 ***Figura 6*** – Área urbanizada até 1881
- 70 ***Figura 7*** – Área urbanizada de 1882 até 1914
- 71 ***Figura 8*** – Mapa das linhas de bonde
- 71 ***Figura 9*** – Área urbanizada de 1915 até 1929
- 73 ***Figura 10*** – Requerimento de 1895 para “construir uma casa dupla de operários”
- 77 ***Figura 11*** – Delimitação do 1º. perímetro estabelecido na lei nº. 286
- 78 ***Figura 12*** – Perímetro central definido na lei nº. 493
- 79 ***Figura 13*** – Perímetro urbano definido na lei nº. 498
- 80 ***Figura 14*** – Requerimento de 1896 para “construir uma casa do tipo dito de operários, conforme o padrão municipal e a planta junta”
- 81 ***Figura 15*** – Perímetros definidos na lei nº. 1.874
- 82 ***Figura 16*** – Casa na zona rural do município de São Paulo
- 85 ***Capítulo 2*** – Casario na rua da Liberdade
- 89 ***Figura 17*** – Requerimento de 1893 para “para construir uma casinha de operário”
- 91 ***Figura 18*** – Requerimento de 1893 para “aprovação de nova planta para casas de operários”
- 91 ***Figura 19*** – Primeira edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1
- 92 ***Figura 20*** – Segunda edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1
- 93 ***Figura 21*** – Terceira edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1
- 94 ***Figura 22*** – Navio Parado
- 94 ***Figura 23*** – Pombal
- 100 ***Figura 24*** – Requerimento de 1918 para “construir uma casa”
- 101 ***Figura 25*** – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno, conforme planta”
- 102 ***Figura 26*** – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, de pequena casa para operário”
- 102 ***Figura 27*** – Requerimento de 1893 para “construir uma casa de operário junto à rua”
- 103 ***Figura 28*** – Requerimento de 1893 para “edificar uma casa de operário, conforme planta”
- 105 ***Figura 29*** – Requerimento de 1895 para “fazer duas pequenas casas para operários, conforme indica a planta”
- 106 ***Figura 30*** – Requerimento de 1893 para “fazer marcenaria e três pequenas casas para operários”
- 108 ***Figura 31*** – Requerimento e projeto de 1918 para “construir duas casas operárias (vila operária)”
- 110 ***Figura 32*** – Desenho esquemático da Vila Boyes, com a posição das 95 casas

- 111 **Figura 33** – Primeiras casas de uma das entradas vila Boyes, que ainda mantêm alguma referência ao projeto original, as outras estão com alto grau de modificação
- 111 **Figura 34** – Uma das três casas da entrada da vila Boyes, provavelmente destinada à chefia da fábrica
- 111 **Figura 35** – Sobrado típico da Vila Boyes
- 112 **Figura 36** – Desenho esquemático da Vila Cerealina, com a posição das 70 casas
- 113 **Figura 37** – Duas casas da vila Cerealina, que ainda mantêm alguma referência ao projeto original
- 114 **Figura 38** – Sobrado típico da parte externa da Vila Cerealina
- 114 **Figura 39** – Casa típica da parte interna da Vila Cerealina
-
- 115 **Capítulo 3** – Casas populares na rua Cons. João Alfredo
- 128 **Figura 40** – Projeto de Saturnino de Brito, para Vitória
- 129 **Figura 41** – Exemplo de casa isolada, com quatro cômodos
- 129 **Figura 42** – Exemplo de casa dupla, com três cômodos cada uma
- 130 **Figura 43** – Exemplos de casas em fila, “tipo inglês”
- 132 **Figura 44** – Vilas operárias alemãs
- 134 **Figura 45** – Vilas operárias europeias e americanas
- 151 **Figura 46** – “Casas em conta”, localizadas em Washington
- 151 **Figura 47** – Casas na Filadélfia
- 157 **Figura 48** – Elevações e cortes do familistério, na proposta de Vieira Souto
- 158 **Figura 49** – Plantas do familistério, na proposta de Vieira Souto
- 159 **Figura 50** – Cortiço urbano
- 160 **Figura 51** – Vila operária
- 161 **Figura 52** – Planta da casa da vila operária
- 162 **Figura 53** – Tipos de habitações para proletários
- 163 **Figura 54** – Elevação frontal das “casas independentes”, primeira solução proposta para as “habitações populares – salubres e econômicas”
- 163 **Figura 55** – Plantas das “casas independentes”
- 164 **Figura 56** – Disposição das “casas independentes” nos “quarteirões salubres”
- 166 **Figura 57** – Casa operárias, Tipos A e C
- 167 **Figura 58** – Vila operária, engenheiro Regino Aragão
- 169 **Figura 59** – Casa para operário, exemplar de “casas agrupadas”
- 170 **Figura 60** – “Vila popular”
- 170 **Figura 61** – “Vila popular”
-
- 173 **Capítulo 4** – Informações sobre o bonde operário; e carros especiais para operários
- 187 **Figura 62** – Corte de casas edificadas junto ao alinhamento
- 189 **Figura 63** – Cortes esquemáticos com altura limite de 9,0 m
- 191 **Figura 64** – Configuração mínima para cômodos retangulares
- 192 **Figura 65** – Configuração mínima para cômodos irregulares
- 192 **Figura 66** – Configuração mínima para cômodos irregulares
- 201 **Figura 67** – Tipos de casas comuns em São Paulo
- 207 **Figura 68** – Saguões [e corredores]
- 212 **Figura 69** – Cortes de uma casa em São Paulo (1) e outra em Nova York (2)
- 214 **Figura 70** – Porão e embasamento
-
- 215 **Capítulo 5** – Casas para operários na Vila Deodoro
- 224 **Figura 71** – Requerimento de 1899 para “construir uma casa de operário”
- 225 **Figura 72** – Requerimento de 1902 para “construir uma casa”

- 226 **Figura 73** – Requerimento de 1893 para “aprovação de planta para construir uma casa para operários recuada 4 m”
- 227 **Figura 74** – Requerimento de 1899 para “alinhamento para construir um prédio em seu terreno”
- 228 **Figura 75** – Vila popular, com cinco casas térreas
- 230 **Figura 76** – Requerimento de 1893 para “licença para pequena casa de operário, afastada 4 m do alinhamento”
- 231 **Figura 77** – Requerimento de 1902 para “construir quatro pequenas casas”
- 232 **Figura 78** – Desenho esquemático de implantação das quatro casas
- 233 **Figura 79** – Requerimento de 1901 para “construir uma casa”
- 235 **Figura 80** – Requerimento de 1899 para “aprovação de quatro pequenas casas”
- 236 **Figura 81** – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, para fazer uma casa”
- 237 **Figura 82** – Requerimento de 1893 para “fazer três pequenas casas para operários, no fundo do seu terreno”
- 239 **Figura 83** – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno”
- 241 **Figura 84** – Requerimento de 1906 para “construir uma casa”
- 243 **Figura 85** – Requerimento de 1906 para “construir um prédio”
- 261 **Considerações Finais** – Imigrantes operárias de fábrica de flores artificiais; e aprendizes italianos da escola técnica

Lista de Tabelas

Capítulo 1 – A Cidade de São Paulo (1886-1929)

- 35** ***Tabela 1*** – População nos anos de levantamento censitário: município, estado de São Paulo e Brasil (1872 a 1940)
- 44** ***Tabela 2*** – Analfabetismo no Brasil, em 1900
- 50** ***Tabela 3*** – Percentagem de representantes das empresas urbanizadoras nas câmaras municipais de São Paulo

Capítulo 3 – Ideário e Propostas: Habitação Operária

- 149** ***Tabela 4*** – Informações sobre as vilas operárias alemãs

Capítulo 4 – Questões Técnicas para a Salubridade da Habitação

- 204** ***Tabela 5*** – Largura mínima necessária para uma insolação

Capítulo 5 – Legislação Sanitária e Projetos

- 255** ***Tabela 6*** – Tipo de habitação operária x população (Cortiços do distrito de Sta. Ephigenia, em 1893)

Sumário

21	<i>Introdução</i>
31	<i>Capítulo 1 – A Cidade de São Paulo (1886-1929)</i>
36	1.1 Organização de estruturas municipais e estaduais – Império x Primeira República
37	1.1.1 Poderes legislativo e executivo – município e estado
45	1.1.2 Personagens históricas: governantes e legisladores
52	1.1.3 Órgãos da Saúde Pública
64	1.2 O espaço dos mais pobres é normatizado
66	1.2.1 Primeiras indicações de localização das habitações operárias
71	1.2.2 Proibição aos cortiços
75	1.2.3 Leis com incentivos
85	<i>Capítulo 2 – Habitação Operária</i>
87	2.1 Cortiço
95	2.2 Casa
96	2.2.1 Sob a ótica da legislação
98	2.2.2 Alguns exemplares
106	2.3 Vila
108	2.3.1 Particular
109	2.3.2 De empresa
115	<i>Capítulo 3 – Ideário e Propostas: Habitação Operária</i>
117	3.1 Publicações e autores, suas fontes
117	3.1.1 Critérios de seleção
119	3.1.2 Influências recebidas e fontes utilizadas pelos autores selecionados
124	3.2 Debates
124	3.2.1 Da casa à casa salubre
138	3.2.2 A casa e seu papel formador e moralizador
145	3.2.3 O preço da moradia e outras questões de ordem econômica
155	3.3 Projetos e propostas
156	3.3.1 Casas para operários – Familistério, Vieira Souto
158	3.3.2 Habitações e vilas operárias, Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia
161	3.3.3 Vilas operárias, lei municipal nº. 315
163	3.3.4 Novos tipos de habitações populares, Saturnino de Brito
165	3.3.5 Casas operárias para o Rio de Janeiro, Comissão para Estudar o Problema das Habitações Populares, Paulo Schroeder
167	3.3.6 Vila operária, Regino Aragão
168	3.3.7 Casas econômicas e casas populares, Rudolf Kolde
173	<i>Capítulo 4 – Questões Técnicas para a Salubridade da Habitação</i>
175	4.1 Luz e ar: questões de salubridade
182	4.2 Questões técnicas

182	4.2.1 Cubo de ar = pé direito x área do cômodo
192	4.2.2 Janela, meio de viabilizar ventilação e iluminação naturais
196	4.2.3 Orientação da edificação e das aberturas dos cômodos
200	4.2.4 Dimensões e localização das áreas, saguões ou corredores
210	4.2.5 Porão, proteção contra umidade
215	Capítulo 5 – Legislação Sanitária e Projetos
217	5.1 Sobre a legislação
221	5.2 Análise de projetos de habitação operária
223	5.2.1 Condições de implantação
228	5.2.2 Alturas mínimas de pés-direitos
229	5.2.3 Cômodos
233	5.2.4 Aberturas para o exterior
238	5.2.5 Proteção contra umidade
243	5.3 Os resultados
261	Considerações Finais
269	Referências
269	1 Obras
280	2 Obras digitalizadas
280	2.1 Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
280	2.2 Biblioteca Digital do Senado Federal
280	2.3 Biblioteca Digital Nacional Brasil – Hemeroteca Digital
281	2.4 Bibliothèque Numérique Gallica / Bibliothèque Nationale de France (BNF)
281	2.5 Google
281	2.6 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Biblioteca
281	2.7 USP – Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP
281	3 Projetos em acervos técnicos
282	4 Legislação digitalizada
282	4.1 Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
284	4.2 Câmara Federal dos Deputados
284	4.3 Câmara Municipal de São Paulo
286	5 Sites consultados
287	Anexo A – Vereadores da Cidade de São Paulo (1886-1929)
287	A.1 Vereadores no período imperial
288	A.2 Intendentes no período republicano
289	A.3 Vereadores no período republicano
307	Anexo B – Legislação Consultada (1886-1929)
309	B.1 Condições de implantação
310	B.2 Alturas mínimas
312	B.3 Cômodos
314	B.4 Aberturas para o exterior
324	B.5 Proteção contra umidade

327	<i>Anexo C – Legislação Utilizada para as Análises</i>
327	C.1 Projetos localizados fora das áreas destinadas às habitações operárias
330	C.2 Projetos localizados nas áreas destinadas às habitações operárias

INTRODUÇÃO

Operários da construção do Gasômetro, no Brás. Fonte: SÃO PAULO ..., 2015, p. 102.

Introdução

Este trabalho é o resultado de pesquisa de doutorado realizada no âmbito do programa de Pós-Graduação da FAUUSP, na área de concentração *História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e de Urbanismo*. Durante o desenvolvimento das atividades pertinentes, houve o apoio do Grupo de Pesquisa *História Social do Trabalho e da Tecnologia como Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo*, certificado pelo CNPq.

A questão da habitação operária em São Paulo, a partir dos anos de 1980, foi muito estudada sob diversos aspectos. Contudo, quando da elaboração do projeto de pesquisa, sentiu-se falta de informações detalhadas que tratassem da legislação específica para construções e edificações, na cidade de São Paulo, e, em particular, de que forma que os códigos são aplicados aos projetos de moradias operárias no início do século XX, com o intuito de compreender certas escolhas e padrões adotados nas construções das casas operárias. Quando se dá a expansão da cidade, com diferentes tipos de ocupação socioeconômica, observa-se a segregação dos mais pobres às periferias, e condições precárias de moradia para as classes operárias.

A ideia inicial, antes mesmo de formular o projeto, era estudar questões relativas à legislação voltada às construções e edificações específicas para a habitação operária, na cidade de São Paulo, no início do século XX. A partir daí, é iniciada a busca de leis com este escopo; e surge a primeira dificuldade. Depara-se com uma quantidade enorme de títulos que tratam de toda a sorte de assuntos ligados às edificações, construções e reconstruções. A maior parte das leis é voltada para qualquer tipo de casa (embora, neste conjunto, algumas leis apresentem exigências diferentes para as habitações em geral e para as habitações operárias); outros títulos localizados são destinados às habitações em geral, e, ainda, há uma pequena parte específica para habitação operária.

Para superar esta primeira dificuldade, foi necessário realizar um recorte temático, assim, são selecionadas apenas as leis que abordam assuntos correlatos à proposição inicial (habitação operária). Recorre-se à historiografia nacional¹ para identificar qual o melhor caminho a seguir e para compreender questões e características específicas da habitação operária. Neste processo são levadas em consideração informações coletadas da legislação adotada

¹ Principais fontes: BENCLOWICZ, 1989; BLAY, 1985; BONDUKI, 2004; BRESCIANI, 2010; CARPINTÉRO, 1997; CORDEIRO, 2010; CORREIA, 2004; GROSTEIN, 1987; LEMOS, 1976, 1989a, 1989b, 1999; NERY JR., 2002; PEREIRA, P., 1984; PINHO, 1974; REIS FILHO, 1994; ROLNIK, 1981, 2001, 2003; SEGAWA, 1994, 2004, 2006; e TOLEDO, B., 1981.

no período, e as influências externas recebidas. A partir de meados do século XIX, na Europa, diversas ações governamentais são realizadas com o intuito de garantir salubridade às casas operárias e viabilizar a construção e o financiamento de moradias destinadas à população mais pobre. Entre estas ações, podem ser citadas as leis sanitárias, que são promulgadas na Inglaterra, França e Alemanha; vale ressaltar que a primeira delas é inglesa, de 1848, e foi justificada pela ameaça de uma nova epidemia de cólera. Foi primordial, que os países europeus de tradição liberal, tenham criado leis de caráter sanitário, e estas tenham sido divulgadas em várias localidades, inclusive aqui no Brasil. Por este motivo, os profissionais técnicos (sanitários) e legisladores não tiveram muita dificuldade em aprovar leis de mesmo cunho (BONDUKI, 2004; CARPINTÉRO, 1997).

Neste momento, fica claro que, deveriam ser utilizadas apenas as leis, ou parte delas, que abordam questões higienistas e sanitárias voltadas à habitação operária. Assim, é feita nova leitura da legislação selecionada anteriormente, mas, desta vez, com o foco nestes itens. Como resultado, a legislação municipal é filtrada e diminui-se a quantidade de títulos. Contudo, torna-se inevitável incorporar alguns títulos estaduais, que são os Códigos Sanitários do Estado de São Paulo, de adoção obrigatória em todos os municípios paulistas.

Também, compreende-se que, há uma diferença muito grande da atuação estatal no Brasil (São Paulo) e nos países europeus, que passou a ser considerada durante a pesquisa. Profissionais preocupados com questões de higiene, passam a exercer certo poder na administração da cidade, e o Estado vai atuar, somente, quando São Paulo começa a crescer e as situações habitacional e sanitária já estão deterioradas. Não é isso que ocorre na Europa. Em vários países, a ação estatal é percebida prontamente, assim que se dá o surgimento das cidades industriais, com o intuito de realizar o controle sanitário e a organização dos municípios. (BONDUKI, 2004, p. 27-28).

Neste contexto, sente-se a necessidade de nova adaptação de recorte, desta vez o temporal. Nas primeiras análises da legislação selecionada, constata-se que, até 1916, parte do primeiro Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b), é utilizada para compor o ato nº. 849 que *Regulamenta a lei nº. 1.874, de 12 maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas* (SÃO PAULO (Município), 1916). Este ato consolida, em um único documento, quase totalidade das leis vigentes naquela data, com as disposições legais referentes às construções no município. Desta forma, não há mais sentido pensar em realizar uma pesquisa, que trate da legislação voltada a construções e edificações específicas para a habitação operária, apenas abordando o início do século XX, é essencial

adequar o período, incluindo o século XIX, pelo menos desde que o Padrão Municipal é aprovado. Portanto, o novo recorte temporal passa a ser de 1886 a 1929; e os limites correspondem, respectivamente, aos anos em que o primeiro Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b) é aprovado na câmara paulistana e a validade do último Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1920), como código de obras da cidade (a partir da década de 1930 passa a vigorar o Código de Obras Arthur Saboya). Embora, para a escolha deste período, não tenham sido cogitados os regimes políticos vigentes no país (final do Império e Primeira República), reflete-se sobre ambos, durante a execução da pesquisa, afinal trata-se de um estudo sobre legislação.

Depois destes ajustes iniciais, a proposta de pesquisa é finalizada, e tem por objetivo principal, em projetos para habitação operária que são apresentados às autoridades competentes para aprovação e permissão de construção, verificar se estão ou não em conformidade com a legislação vigente no período (1886-1929). São considerados apenas os itens, de caráter higienista, selecionados para a análise. Para os projetos que não cumprem a legislação, pretende-se identificar, quais cláusulas são “permitidas”, estando divergentes do prescrito; e se esta “permissividade” é a mesma em todos momentos e locais. Ou seja, se são sempre os mesmos itens em desacordo que são negligenciados, ou se há diversidade entre eles. Neste contexto, coloca-se a seguinte interrogação: se há relevância, do ponto de vista da higiene, o descumprimento destes itens da legislação e por que, em alguns locais, projetos que apresentem características divergentes à legislação são permitidos, e em outros não.

Outros objetivos, secundários, mas imprescindíveis para atingir a meta proposta, são: identificar e compreender as características, particularidades e especificidades da habitação operária, em São Paulo, no período de 1886 a 1929; selecionar quais são os parâmetros relativos às questões de ordem sanitária, vigentes na época (tratados, legislação, artigos técnicos, etc.); e analisar o ideário e as propostas referentes às questões sanitárias voltadas à habitação operária.

Neste processo de elaboração do projeto de pesquisa, surgem suposições e conjecturas sobre o tema proposto, que são avaliadas quanto à viabilidade de sua execução, para que a problematização possa ser fundamentada. Algumas são descartadas, mas outras conduzem à tese a ser defendida: as leis sanitárias paulistas estão em consonância com os saberes da época; os autores destas leis, ou colaboradores, são eruditos, estão atualizados com a literatura e com os debates realizados em outras localidades; e estes mesmos autores fazem parte da elite intelectual (alguns são professores da Escola Politécnica), econômica e política (seja através

de si próprios, de familiares, ou de relacionamentos sociais/parentais). A aplicação das leis é realizada de acordo com conveniências momentâneas e de ordem econômica, por estes motivos, alguns projetos, voltados à habitação operária, são aprovados sem estarem em conformidade com a legislação vigente. Supõem-se que os itens não conformes, apresentados nos projetos, ou omitidos dos processos, são variáveis, e que não há homogeneidade quanto ao que é permitido, para que sejam emitidos os alvarás de construção. Em certas situações, ou localidades, há permissividade para determinadas características da edificação, e em outras aceitam-se diferentes propriedades não conformes.

Com o propósito de iniciar a pesquisa, são realizados estudos para subsidiar o trabalho, o primeiro tema diz respeito aos sistemas políticos vigentes no país, durante o período pesquisado (1886 a 1929), final do Império e Primeira República. O foco principal é a organização das estruturas municipais e estaduais. Tanto no Império, quanto na República, as leis municipais são elaboradas pelas Câmaras e as estaduais pelas Assembleias. No entanto, entre os dois sistemas políticos há diferenças quanto às atribuições de cada casa, seu âmbito de atuação, seus componentes, seus eleitores e o processo eleitoral. Para entender este contexto foi necessário recorrer às Constituições², federais e estadual, à legislação³ específica que regula o tema, e a publicações que tratam especificamente da ordenação das cidades⁴.

A maior parte da legislação municipal estudada neste trabalho, e que trata da casa operária, é aprovada no final do Império e nas prefeituras republicanas de Antonio da Silva Prado, Washington Luís Pereira de Souza e Firmiano de Moraes Pinto. Os responsáveis pela aprovação dos códigos são os vereadores, mas, quem são estes personagens? Além da vereança, qual o papel deles na sociedade? São representantes do povo ou da iniciativa privada? Caso sejam da iniciativa privada, teriam algum interesse em aprovar leis destinadas à construção de casas operárias? Para responder a estas perguntas, foi consultado o site⁵ da Prefeitura Municipal de São Paulo, que contém informações referentes às eleições no período republicano. Para o período imperial, a localização dos mesmos dados é mais difícil. Foi necessário consultar fontes⁶, localizadas apenas no Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP). Já, para saber se vereadores do período poderiam ter algum interesse em aprovar leis cujo escopo seja a cons-

² BRASIL, 1824, 1891; e SÃO PAULO (Estado), 1891.

³ BRASIL, 1828, 1834; e SÃO PAULO (Estado), 1891b.

⁴ Principais fontes: ANDRADE, F., 1966; CAVANI, 2007; LEME, 1991a, 1991b; LEMOS, 1999; LIRA, 2000; e SIMÕES JUNIOR, 1990.

⁵ http://www5.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2901:vereadores-de-legislaturas-anteriores&catid=6:conheca-a-camara&Itemid=20.

⁶ ACTAS [...], 1906, 1097, 1908; e PREFEITURA [...], 1951.

trução de casas operárias ou a urbanização da cidade, o trabalho de Mônica Silveira de Brito (2008) foi fundamental.

Durante o desenvolvimento desta parte da pesquisa, compreende-se que os órgãos da saúde pública, municipais e estaduais, exercem forte influência nas decisões de Estado, seja para regular as políticas sanitárias, ou ainda, influenciar o teor da legislação, em especial, a redação dos Códigos Sanitários do Estado de São Paulo⁷, que são de observância obrigatória em todos os municípios paulistas. Os preceitos sanitários, adotados por estes órgãos, são pautados nas teorias e correntes higienistas vigentes no período estudado (1886-1929), sendo as principais: miasmática, contagionista, bacteriológica e médico sanitária. Vários autores⁸ são consultados para resgatar a evolução dos órgãos da saúde pública, ao longo do período, e para conseguir estabelecer a conexão entre estes e as principais teorias e correntes higienistas.

Na sequência, são selecionados os exemplares a serem analisados; esta, sem dúvida, foi a etapa mais difícil e trabalhosa da pesquisa. As habitações operárias, da época, têm diferentes características que permitem que sejam classificadas de diversas formas; e, há divergências entre os autores pesquisados⁹, quanto as classificações e o que se pode, ou não, ser considerado como casa operária. Neste momento, considerando certos critérios e especificações normatizadas¹⁰, é determinado o que, neste trabalho, considera-se como casa operária. Em seguida, parte-se para a coleta dos projetos. Para isto, são utilizadas publicações técnicas e arquivos, em especial, os acervos do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

De forma concomitante ao levantamento dos projetos, é realizada pesquisa sobre os saberes contemporâneos ao período. Em primeiro lugar, busca-se conhecer o ideário e as propostas específicas para a habitação operária¹¹, além de serem resgatados os preceitos considerados norteadores quando da concepção das mesmas. Em seguida, são levantadas as questões

⁷ SÃO PAULO (Estado), 1894, 1911, 1918, 1925.

⁸ Principais fontes: CAMPOS, C. M., 2002; CAMPOS, C., 2002; CAPONI, 2002a, 2002b; COSTA, N., 1986; GUNN, 1998, 2002; RIBEIRO, 1993; ROMERO, 2014; SEGAWA, 1988, 1994; SPOSATI, 1985.

⁹ Principais fontes: BENCLOWICZ, 1989; BLAY, 1985; BONDUKI, 2004, 2014; CARPINTÉRO, 1997; CORREIA, 2004; FREITAS, 2005; GUZZO, 2014; LEMOS, 1976, 1999; PINHO, 1974; ROLNIK, 1981, 2001, 2003; SCHNECK, 2010; SEGAWA, 2004; VAZ, 2002.

¹⁰ SÃO PAULO (Estado), 1918; SÃO PAULO (Município), 1886b; SÃO PAULO (Município), 1900b; SÃO PAULO (Município), 1920.

¹¹ ALBUQUERQUE, 1917; BACKHEUSER, 1906; BRITO, 1943a, 1943b; FREIRE, 1917a, 1917b; GAMA et al., 1893; PEIXOTO, 1913; VALENTINI, 1912, 1913.

técnicas¹², destinadas a garantir a salubridade das casas, que compõem o repertório higienista da época.

Uma primeira avaliação é feita, para estabelecer quais itens de caráter sanitário são explicitados nos projetos, seja através de informações gráficas ou textuais. Estes dados são cotejados com os saberes debatidos na época e com o conteúdo sanitário da legislação, previamente selecionada. De posse destas informações, faz-se novo recorte, desta vez para determinar os temas de caráter sanitário, que pautariam as análises dos projetos, para a possível comprovação da tese proposta. Passa-se, então, a considerar os seguintes itens: condições de implantação (recuos; e características da construção); alturas mínimas de pés-direitos; cômodos (quantidades mínimas; e dimensões mínimas); aberturas para o exterior (áreas, pátios e saguões; e dimensões das aberturas); e proteção contra umidade (porões e/ou compartimentos de subsolo; e alturas mínimas entre soalho do primeiro pavimento e o solo).

Na última parte da pesquisa, são realizadas as análises de conformidade dos projetos à legislação vigente. Para isso, todas as informações coletadas nas fases anteriores da pesquisa são utilizadas: legislação; projetos; preceitos norteadores; saberes técnicos; e outros. Os dados são cotejados entre si, de modo a constatar quais os itens são descumpridos e em quais localidades; se estes itens, do ponto de vista da higiene, possuem relevância; e, se o cumprimento da legislação é realizada de acordo com certas conveniências.

Os resultados da pesquisa estão estruturados em cinco capítulos e três anexos, assim organizados:

O capítulo 1, *A Cidade de São Paulo (1886-1929)*, no qual são apresentadas informações referentes ao panorama político e social da época, na cidade de São Paulo. Para isso, são cotejadas as características das estruturas municipais e estaduais, responsáveis pela elaboração da legislação destinada às casas operárias, no final do Império e no início da República. Também, são explicitadas reflexões acerca do espaço, na cidade, destinado aos mais pobres.

No capítulo 2, *Habitação operária*, é feito resgate das classificações da habitação operária, adotadas ao longo do tempo. A partir destes dados e de especificações legais, são consolidadas as características específicas deste tipo de moradia. Então, é delimitado o que se considera habitação operária, para pautar este trabalho. São evidenciados cortiços, casas isoladas e em série, e vilas particulares e de empresas.

¹² ALBUQUERQUE, 1916, 1918, 1919; BACKHEUSER, 1906; FREIRE, 1915a, 1915b, 1916, 1918; GAMA et al., 1893; LIMA, 1918; PEIXOTO, 1913; REGULAMENTO ..., 1919; RODRIGUES, 1911b.

O capítulo 3, *Ideário e Propostas: Habitação operária*, no qual recupera-se ideias de alguns autores contemporâneos à época estudada, e como expõem a sua compreensão da habitação operária. Neste capítulo, os saberes individuais, de cada um deles, são apresentados, assim como suas propostas para solucionar os problemas relativos à salubridade da moradia das classes operárias.

No capítulo 4, *Questões Técnicas para a Salubridade da Habitação*, observa-se que os saberes da época também são de ordem técnica. Portanto, neste capítulo, são apresentados estudos técnicos para garantir salubridade às moradias, são questões de cunho sanitário, que abordam: dimensões internas das casas; iluminação e ventilação naturais; orientação das edificações; espaços externos; e porões.

Quanto ao capítulo 5, *Legislação Sanitária e Projetos*, nota-se que este capítulo é destinado à conclusão dos trabalhos. Nele, os exemplares selecionados são analisadas de acordo com as leis vigentes, na época em que os projetos são entregues aos órgãos competentes. São verificados os itens de caráter sanitário, apresentados nos capítulos anteriores.

No anexo A, *Vereadores da Cidade de São Paulo (1886-1929)*, são elencados os vereadores que cumpriram mandato na cidade de São Paulo, entre 1886 e 1929. No período republicano, além de seus nomes, são mostradas: a quantidade de votos recebidos; para quantas legislações foram eleitos; e a composição das mesas diretoras da câmara.

Já, no anexo B, *Legislação Consultada (1886-1929)*, são apresentadas tabulações da legislação consultada, com o intuito de facilitar a compreensão de quais prescrições e/ou restrições para a casa operária foram normatizadas, e de como se deu o processo evolutivo dos códigos.

E, por fim, o anexo C, *Legislação Utilizada para as Análises*, é destinado a facilitar a compreensão do leitor, para isso, a legislação adotada em cada figura que contém um dos projetos analisados, é listada. Também, a localização das casas é mostrada em mapas, quando os códigos indicam que seu uso é voltado para certas áreas da cidade.

CAPÍTULO 1

A Cidade de São Paulo (1886-1926)

Primeira página do Decreto nº. 233, de 2 março de 1894, que estabelece o Código Sanitário do estado de São Paulo. Nesta ocasião, o documento é assinado por Bernardino de Campos, que é o presidente do estado de São Paulo. Fonte: CORDEIRO, 2010, p. 185.

Capítulo 1 – A cidade de São Paulo (1886-1929)

A cidade de São Paulo, durante o recorte temporal utilizado (1886-1929), cresce rapidamente e muda completamente de feições e, esta pesquisa considera importante resgatar alguns elementos, para entendê-la. Como qualquer cidade, ao longo do tempo, São Paulo é retratada de diversas maneiras, através de: pinturas; fotografias; filmes; cartazes; estudos; crônicas; relatos; reportagens; romances; biografias; e outros. Não se pretende discutir, ou mesmo apresentar, as inúmeras representações da cidade daquele período, no entanto, propõe-se o resgate de três imagens, que mostram a evolução da cidade de São Paulo.

Figura 1 – Largo e rua de São Bento. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, de 1887. Fonte: FERNANDES JÚNIOR; BARBUY; FREHSE, 2012, p. 163.

As duas primeiras fotografias são de Militão Augusto de Azevedo¹³ e foram realizadas em 1887 (Figuras 1 e 2); e a terceira é do final da década de 1920 (Figura 3). As figuras 1 e 3 retratam o largo e a rua de São Bento, no início e no final do período estudado; em 1887 uma cidade ainda com aspectos coloniais, já, no final dos anos 1920, o edifício Martinelli (que ainda não tinha todos os seus andares) desponta nos céus de São Paulo. A figura 2 mostra a Rua de São João vista de seu cruzamento com a rua de São Bento; o Hotel Itália Brasil, após ser utilizado em outros empreendimentos comerciais, é derrubado juntamente com edificações vizinhas para a futura construção do edifício Martinelli.

¹³ Militão Augusto de Azevedo, entre seus trabalhos, publica o *Álbum comparativo da cidade de S. Paulo: 1862-1887*, o fotógrafo realiza levantamentos, com sua câmara posicionada no mesmo lugar, nestas duas ocasiões, com a finalidade de retratar as mudanças da cidade (FERNANDES JÚNIOR; BARBUY; FREHSE, 2012).

Figura 2 – Rua de São João. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, de 1887, em primeiro plano está o Hotel Itália Brasil, local onde viria a ser construído o edifício Martinelli. Fonte: FERNANDES JÚNIOR; BARBUY; FREHSE, 2012, p. 154-155.

Figura 3 – Largo e rua de São Bento. Fotografia do final dos anos 20, com o edifício Martinelli ao fundo. Fonte: ARAÚJO; LEMOS, 2001, p. 54.

Quando se pensa na São Paulo daquele período diversas associações podem ser feitas; na maior parte das vezes fala-se na cidade dos barões do café, nas elites dominantes, na modernidade, no crescimento, na industrialização, no comércio, ou na prosperidade. É fácil lembrar, entre muitos outros, de alguns marcos urbanos criados naquela época, como por exemplo: Praças da República e Buenos Aires; Avenida Paulista e Belvedere do Trianon; Jardim da Aclimação; Parque Dom Pedro; Vale do Anhangabaú; e Viadutos do Chá e Santa Ifigênia. Também é a São Paulo das grandes edificações, sejam elas de uso público ou privado: Estações da Luz e Júlio Prestes; Teatro Municipal; Palácio das Indústrias; Edifício dos Correios e Telégrafos; e Edifícios Sampaio Moreira e Martinelli.

É neste período que The São Paulo Light and Power Company Limited estabelece-se em São Paulo, que passa a contar com bondes elétricos e fornecimento de energia elétrica. Grandes bancos também chegam à capital, assim como o comércio se expande. Indústrias são fundadas, ou instaladas, no município, de segmentos diversificados: Cotonifício Rodolfo Crespi; São Paulo Alpargatas; Companhia Nacional de Tecidos de Juta; Fiação Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet; Fiação e Tecelagem Ipiranga Assad; Indústria Reunidas Matarazzo; Vidraria Santa Marina; Casa Falchi; Antártica Paulista; Cervejaria Brahma; David Koppenhagen; Companhia Fabricadora de Papel; Companhia Melhoramentos de São Paulo; e inúmeras outras. O capital não é apenas nacional, assim como os donos de diversos dos empreendimentos, em muitos casos, são imigrantes aqui bem estabelecidos.

O ensino superior ganha espaço, são abertas duas escolas de engenharia (Escola Politécnica e Escola de Engenharia Mackenzie) e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. É criado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e logo em seguida o Museu Paulista, inaugurado como museu de História Natural e Marco da Independência, da História do Brasil e Paulista. São Paulo deixa de ser uma cidade pequena, com aspectos e traçados coloniais e ganha feições europeias, quer pela presença dos imigrantes que passa a abrigar, ou pelas novas edificações, construções, e intervenções urbanas realizadas. O crescimento populacional se dá, principalmente, devido a processos migratórios, sejam eles nacionais ou estrangeiros. O município não é utilizado apenas como hospedagem transitória, grande parte dos imigrantes estrangeiros que chegam à cidade, com destino às lavouras interioranas, permanecem. As taxas de crescimento populacional, observadas em São Paulo, são bem superiores do que as do estado e as do país (Tabela 1).

Tabela 1 – População nos anos de levantamento censitário: Município, Estado de São Paulo e Brasil (1872 a 1940)

<i>Anos</i>	<i>Município</i>		<i>Estado</i>		<i>Brasil</i>	
	<i>População</i>	<i>Taxa de Crescimento⁽¹⁾</i>	<i>População</i>	<i>Taxa de Crescimento⁽¹⁾</i>	<i>População</i>	<i>Taxa de Crescimento⁽¹⁾</i>
1872	31.385		837.354		10.112.061	
		4,1		2,8		2,0
1890	64.934		1.384.753		14.339.915	
		14,0		5,1		1,9
1900	239.820		2.282.279		17.318.556	
		4,5		3,6		2,9
1920	579.033		4.592.188		30.635.605	
		4,2		2,3		1,5
1940	1.326.261		7.180.316		41.236.315	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php>.

⁽¹⁾ Taxa de crescimento geométrico anual.

Com base nos valores apresentados, é fácil imaginar que, entre os anos de 1886 e 1929), obrigatoriamente, a cidade teria que se adaptar à nova realidade populacional, pois se em 1890 conta com uma população de 64.934 indivíduos, em 1920 já são 579.033 habitantes. Moradia, trabalho, e lazer, direitos que, teoricamente, são de todos, mas que não surgem do dia para a noite, principalmente para contemplar aquele aumento populacional, de forma adequada; são necessários projetos, investimentos, vontade política e muito empenho. Considerando este cenário, neste capítulo pretende-se trazer subsídios para compreender a São Paulo estudada. Qual o espaço destinado às diversas camadas populacionais? Que órgãos são os responsáveis por estabelecer (e fiscalizar) prescrições para a construção de habitações, em especial as operárias? Quem são os que legislam a favor (ou contra) a habitação operária?

1.1 ORGANIZAÇÃO DE ESTRUTURAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS – IMPÉRIO X PRIMEIRA REPÚBLICA

A cidade de São Paulo, entre os anos de 1886 a 1929, vivencia acontecimentos em dois momentos políticos distintos, o Império, em seus anos finais, e a Primeira República. Embora a Proclamação da República tenha se dado logo no início do período, em 15 de novembro de 1889, não é possível desconsiderar as estruturas e características imperiais, pois, conforme explica Grostein (1987, p. 33): “A lei não existe no ‘vácuo’, isto é, em condições ideais e neutras, mas permeada e mediada pelo contexto político e sócio-econômico em que toma forma.”. Os dois primeiros títulos da legislação estudada foram elaborados ainda no Império, são eles as Posturas e o Padrão Municipal. Além disso, este primeiro Padrão Municipal (código com especificações e restrições para construções residenciais e aberturas de ruas no município) tem diversas de suas especificações e restrições reiteradas em 1916, através do ato nº. 849 (que consolida, em um único documento, a legislação vigente que contém itens referentes a construções e urbanização). Só é descartado em 1920, quando da aprovação da lei nº. 2.332, que contém novo Padrão, ou código de obras para a cidade. Por este motivo, não é errado afirmar que, em São Paulo, leis criadas sob o cunho do Império, no tocante a construção da cidade e de suas habitações, tiveram vigência até as duas primeiras décadas do século XX.

A estrutura dos poderes políticos no Império é diferente daquela existente na Primeira República, assim como os poderes conferidos às diversas casas. Esta diferença não ocorre apenas devido às características destas duas formas de governo, da mesma maneira, se forem comparadas as estruturas atuais com aquelas da Primeira República, também serão constata-

das discrepâncias; ao longo do tempo, e após várias constituições, tanto federais como estaduais¹⁴, e inúmeras outras leis, as estruturas governamentais sofrem alterações significativas. É claro que, esta é uma matéria muito vasta, com diversos meandros, e que tem sido estudada sob inúmeras óticas. O que se pretende, ao abordar o tema *Organização de Estruturas Municipais e Estaduais – Império x Primeira República*, é trazer alguns elementos pertinentes às questões centrais deste trabalho, tais como: qual o papel dos poderes legislativo e executivo, preferencialmente no âmbito municipal e quando pertinente também no estadual; como são escolhidos os legisladores e os governantes; como são formadas as casas que aprovam as leis adotadas na cidade de São Paulo; e quais são as funções dos órgãos que dão suporte ao Estado para a implementação da legislação sanitária em São Paulo.

1.1.1 PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO – MUNICÍPIO E ESTADO

Quando se estudam temas correlatos à legislação, é importante entender que uma lei expressa princípios, preceitos e normas, com o intuito de definir regras a serem seguidas. No âmbito da sociedade, as leis permitem estabelecer ações individuais ou em grupo, de acordo com padrões de comportamento socialmente aceitos; sob outra ótica, no âmbito do direito, as leis são regras obrigatórias, contendo direitos e deveres de uma determinada comunidade e seus membros, apresentam penalidades quando do seu não cumprimento, e atualmente são criadas através do poder legislativo.

A responsabilidade de elaboração das leis municipais, seja no Império ou na República, é das Câmaras Municipais. Só que, no Império, estas casas não fazem parte do poder legislativo, mas sim do judicial. A primeira Constituição brasileira (BRASIL, 1824), de 25 de março de 1824¹⁵, no artigo 10, apresenta os quatro poderes políticos reconhecidos no Brasil Imperial: “o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial”. O Poder Legislativo é exercido apenas em duas esferas, a nacional e a provincial¹⁶. No âmbito municipal, as câmaras pertencem ao Poder Judicial e suas atribuições, conforme o artigo 169 daquela Constituição, seriam definidas em uma lei regulamentar publicada a posteriori.

¹⁴ Constituições Federais: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Constituições do Estado de São Paulo: 1890, 1891, 1935, 1947, 1967 e 1989; com Reformas Constitucionais em: 1905, 1908, 1911, 1921 e 1929.

¹⁵ Tendo sido outorgada por D. Pedro I, é denominada Constituição Política do Império do Brasil.

¹⁶ A Constituição de 1824 indica que o território nacional é dividido em províncias. E, após a Proclamação da República, através da Constituição de 1891, cada província passa a ser um estado, assim como o chamado “Município Neutro” passa a constituir o Distrito Federal, capital da União.

A lei regulamentar, apontada na Constituição, é de 1º. de outubro de 1828 (BRASIL, 1828), e tem como escopo dar forma às Câmaras Municipais, determinar suas atribuições, regulamentar as eleições de seus integrantes e dos Juízes de Paz. Esta lei exerceu o papel de um estatuto dos municípios e vigorou até a Constituição Republicana de 1891 (ANDRADE, F., 1966, p. 196). No caso da cidade de São Paulo, é esta lei que estrutura todas as ações produzidas no território da cidade (SIMÕES JÚNIOR, 1990, p. 22). De acordo com a lei citada, as Câmaras são compostas por 9 membros (vereadores), no caso de cidades, e por 7 membros, quando se tratam de vilas, e as eleições ocorrem a cada 4 anos, no dia 7 de setembro.

Esta lei é clara quanto aos limites de atuação das Câmaras Municipais, e de acordo com o artigo 24: “As Câmaras são corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. Uma de suas funções é examinar as posturas em vigor, e propor alterações, ou novas posturas, ao Conselho Geral¹⁷ (art. 39), somente depois de aprovadas pelas instâncias estaduais é que a nova legislação municipal pode entrar em vigor. As posturas policiais (ou posturas municipais) podem ser assim explicadas:

As posturas, um dos atos mais representativos da autoridade administrativa municipal, sendo, como era, uma norma obrigatória, regulamentadora da coisa pública local votada na Câmara pelos vereadores, devia contudo receber, para ter valor, a sanção do Juiz de Fora, autoridade nomeada pelo Soberano e representativa de sua autoridade. (ANDRADE, F., 1966, p. 154)

Cabe frisar que não há autonomia municipal, a Câmara propõe a legislação, mas quem aprova é a Assembleia Legislativa, o município possui poder limitado, e está completamente subordinado ao estado. Além disso, as posturas municipais não podem versar sobre qualquer matéria, mesmo sendo de interesse da municipalidade. O artigo 66 da lei de 1º. de outubro de 1828 traz em seu escopo todos os itens sobre os quais as posturas municipais podem tratar, e citando apenas aqueles correlatos a esta pesquisa, são apontados os seguintes: alinhamento, limpeza, iluminação e desobstrução de ruas, cais e praças; conservação e reparos de edifícios públicos e de equipamentos e benfeitorias de uso comum dos habitantes; estabelecimento de cemitérios, fora do recinto dos templos; esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de “águas infectas”; asseio dos currais e matadouros públicos; e definição de locais específicos para a instalação de curtumes, de “depósitos de imundícies” e de qualquer tipo de estabelecimento que possa “alterar e corromper a salubridade da atmosfera”. Nos artigos subsequentes são apresentadas atribuições dos vereadores (aquisição de máquinas, ani-

¹⁷ Através da Constituição de 1824 são criados os Conselhos Gerais de Província que, em pouco tempo, são substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais, com a homologação da lei federal nº. 16 (BRASIL, 1834).

mais e sementes; conservação de casas de caridade; inspeção em escolas), e no artigo 71 são sintetizadas as questões que devem ser observadas nas posturas municipais.

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança e saúde, e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas. (BRASIL, 1828)

Ao analisar os itens de competência da Câmara, percebe-se que é demonstrada forte preocupação com o meio, cabe ressaltar que, na época em que a lei foi redigida, vigora a teoria miasmática. Não há qualquer preocupação com o interior das habitações, sejam elas da população mais abastada, sejam dos mais pobres. É dada atenção especial à parte externa das edificações e ao embelezamento das cidades.

Durante todo o nosso tempo de sujeição a Portugal e mesmo na época do Império, a legislação voltada ao controle das edificações urbanas jamais teve a intenção de intervir nas condições de planejamento interno das residências. Era como se houvesse o máximo respeito às decisões pessoais ou ao direito de propriedade – cada um morasse como quisesse ou pudesse. No entanto, as Câmaras e até mesmo o governo central procuravam não negligenciar nos aspectos estéticos das cidades. (LE MOS, 1999, p. 13)

Quanto às Assembleias Legislativas Provinciais (casas que vão substituir os Conselhos Gerais de Província, criados de acordo com a Constituição de 1824), suas composições e atribuições são apresentadas na lei federal nº. 16 (BRASIL, 1834). Para as províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, as assembleias são formadas por 36 membros, cada uma delas, nas demais províncias são compostas por 20 membros. Quanto às atribuições (art. 10), vale ressaltar aquelas que podem interferir no âmbito das cidades, entre outros, é de responsabilidade das Assembleias legislar sobre: a polícia e economia municipal, antecedendo propostas das Câmaras; fixação das despesas municipais e provinciais, e dos impostos que se façam necessários; repartição da contribuição direta tanto dos municípios quanto da província; fiscalização do emprego das rendas públicas, das contas das receita e das despesa, sejam elas provinciais ou municipais (as despesas municipais são fixadas sobre o orçamento das respectivas Câmaras); e a criação, supressão ou nomeação para os empregos municipais e provinciais, assim como o estabelecimento de seus ordenados.

Ao observar a lista de atribuições das Assembleias, é mais fácil perceber o que já havia sido afirmado, que o município possui poder limitado. Todos os assuntos importantes são definidos no âmbito estadual, desde a aprovação das leis, até a criação de impostos, passando pela definição dos orçamentos e gastos; com isso as Câmaras Municipais, durante o Império, são totalmente dependentes, sendo tratadas como conselhos, e possuindo papel fiscalizador.

São Paulo não teve nenhum prefeito na época do Império, mesmo tendo vigorado a lei provincial nº. 18 (SÃO PAULO (Estado), 1935), entre os anos de 1835 e 1838¹⁸, que prevê tal cargo. A província conta com a figura do Presidente Provincial. A falta de autonomia dos municípios reflete nas intervenções urbanas de maior porte, sendo os grandes orçamentos provinciais, cabe aos municípios apenas sugestões sobre as ações a serem executadas:

Em São Paulo, tais circunstâncias são patentes: a maior parte das iniciativas urbanas coube aos governos provinciais, de cuja vontade política dependia a Cidade. Basta lembrar que suas primeiras grandes melhorias urbanísticas ocorreram entre 1872 e 1875, na gestão do presidente João Teodoro Xavier de Matos, que destinou metade do orçamento da Província ao embelezamento e a melhorias materiais do município. (QUEIROZ, 2004, p. 18)

O processo eleitoral no Império é muito diferente do que se pratica atualmente; o eleitorado, conforme sua renda líquida, é separado em dois grupos, com direitos diferentes, os votantes e os eleitores. Votantes são aqueles com renda anual mínima de cem mil-réis, e os eleitores renda anual de duzentos mil-réis, ou mais. E, de acordo com o tipo de eleição, provincial ou municipal, há variação do corpo de eleitores e fases no processo eleitoral.

A eleição municipal de vereadores ocorre em uma única fase e participam do processo eleitoral os votantes (BRASIL, 1828, art. 3). No processo provincial participam votantes e eleitores (arts. 90-94), e as eleições ocorrem em duas fases (primárias e secundárias) e são indiretas. Nas eleições primárias participam os votantes, com a missão de escolher, através das urnas, os eleitores. Nas eleições secundárias participam os eleitores escolhidos, minoria absoluta da população, que elegem deputados e senadores. No entanto, parcela importante da população participa, pelo menos na parte inicial, do processo eleitoral:

Embora a escravidão deixasse sem cidadania uma fração significativa da população – pois os escravos não tinham direito a voto –, para os padrões da época muita gente votava no Brasil antes de 1881, inclusive os analfabetos. Além disso, durante muito tempo não se exigia nenhum documento que comprovasse o rendimento do eleitor. O simples testemunho de uma pessoa idônea resolvia a questão. Estima-se que na década de 1870 o eleitorado era composto de 10% da população do país. Muita gente de condição humilde votava nas eleições primárias. Só nas secundárias é que o eleitorado minguava drasticamente. (CAVANI, 2007)

No entanto, em 1881 acontece uma reforma eleitoral, que passa a ter vigência após a aprovação do decreto-lei nº. 3.029 (BRASIL, 1881), esta ficou conhecida como lei Saraiva – a Lei Saraiva esteve vigente durante parte do período estudado neste trabalho; assim, as Câmaras e Assembleias paulistas, responsáveis pela aprovação das primeiras leis pesquisadas são eleitas com estas regras. As eleições brasileiras, para qualquer instância, passam a ser diretas, e os eleitores não são mais separados em grupos. Podem votar os cidadãos brasileiros que

¹⁸ O cargo de prefeito é extinto através da lei nº. 4 (SÃO PAULO (Estado), 1838).

consigam comprovar renda anual mínima de duzentos mil-réis, e os analfabetos não são mais aptos a serem eleitores; o que parece ser um avanço, na verdade, foi um retrocesso em se tratando de representatividade:

Mas a reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, reduziu drasticamente o eleitorado do Brasil, que ficou restrito a 1% da população. Boa parte dos que “viviam do trabalho” e prestigiavam os meetings não mais votariam. A nova legislação, que introduziu as eleições diretas no país, passou a exigir dos cidadãos com direito a voto duas coisas difíceis para a maioria deles: alfabetização e prova documental de renda. Para o povo brasileiro, portanto, aquelas “Diretas Já” do século XIX foram uma grande derrota. (CAVANI, 2007)

Com a Proclamação da República há alterações importantes em todas as estruturas de poder; ressaltam-se aquelas específicas para as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Logo após a Proclamação da República, as Câmaras Municipais são fechadas, devido a um decreto do Governo Provisório e a cidade de São Paulo passa a ser governada por um Conselho de Intendência Municipal¹⁹. O primeiro Conselho é nomeado em 10 de janeiro de 1890, mas como se trata de uma época de grande instabilidade política, há embates entre monarquistas e republicanos, e entre os próprios republicanos; em menos de um ano o Conselho é deposto, sendo substituído por novos intendentes; e assim ocorre sucessivamente, até que em 1892 são extintos definitivamente.

A analisar essas situações concretas observamos o quão conflituoso foi o processo de constituição dos órgãos administrativos do município. É preciso desconstruir a premissa de que as instituições representam somente consensos de ideias e práticas daqueles grupos que as constituem, pensando-as enquanto lugar de conflitos, tensões, disputas de projetos e muitas vezes, de acomodações. Esses mesmos grupos que se constituem dentro do executivo público municipal o fazem na relação com outros grupos dentro de determinadas correlações de força. (MAESTRINI, 2013)

Em 1891 é promulgada a Constituição Republicana do Brasil (BRASIL, 1891), nela os poderes legislativo, executivo e judiciário são independentes entre si e, como grande alteração em relação ao Império, os estados e municípios passam a ter autonomia. De acordo com o artigo 6 desta Constituição, os estados são autônomos, e o governo federal não pode intervir em negócios próprios de cada um deles; além disso, no artigo 63, é indicado que cada estado tenha Constituição e leis próprias, desde que os princípios expressos na Carta Federal não sejam desrespeitados. O artigo 68 indica ser necessário que os estados organizem-se de modo a garantir a autonomia dos municípios, no tocante aos seus interesses particulares.

¹⁹ Naquele momento, o intendente assume o papel do vereador, só que não é eleito, mas sim nomeado pelo governo do Estado.

O Estado de São Paulo, atendendo às normas vigentes, realiza uma assembleia constituinte e promulga sua Constituição Política²⁰ em 14 de julho de 1891 (SÃO PAULO, (Estado), 1891a). Assim, no âmbito estadual também coexistem os três poderes: legislativo, executivo e judiciário. O poder legislativo estadual é exercido pelo Congresso, formado por duas câmaras, a dos deputados e a dos senadores, que possuem como atribuição criar, suspender e interpretar leis e, entre outros, também são responsáveis por: decretar a organização da força pública do Estado, o regime eleitoral, o regime municipal e o regime penitenciário; legislar sobre desapropriações por necessidade e utilidade pública do Estado ou do município. A legislação da educação no estado, em todos os níveis (ensino primário, secundário, superior e profissional) também é de responsabilidade do Congresso.

Em 31 de novembro 1891, é publicada a lei estadual nº. 16, que *Organiza os municípios do Estado* (SÃO PAULO, (Estado), 1891g). Através desta lei são definidos critérios para as eleições no estado de São Paulo, e a forma que o poder municipal passa a ser exercido nos municípios. O poder legislativo municipal é exercido por uma câmara eleita²¹, formada por vereadores, com mandatos de três anos, de acordo com os artigos 7, 8 e 9 da lei. A receita dos municípios faz parte do escopo da norma, sendo bem esmiuçada no artigo 38, é composta por impostos, licenças, taxas e multas, mas também pelo resultado da alienação, aforamento e locação de móveis e imóveis municipais – entre eles as terras devolutas do município.

Novamente são apresentados todos os itens sobre os quais as municipalidades podem deliberar no escopo do artigo 53, da lei nº. 16, e de maneira resumida podem ser apontados os seguintes temas: alinhamento, limpeza, calçamento, demolição e numeração das ruas e praças, construção, conservação e reparo de cais, jardins públicos, muros, calçadas, pontes, fontes, chafarizes, poços, lavanderias, viadutos, ou seja, sobre todos os logradouros públicos e construções que possam trazer benefícios comuns aos habitantes, à decoração e à ornamentação das povoações; abastecimento de água, serviço de esgotos e iluminação pública; hospitais, serviços de socorro aos indigentes e criação e manutenção de estabelecimentos destinados à caridade; e cemitérios e serviços de enterro.

²⁰ Esta primeira constituição política do estado de São Paulo sofre reformas constitucionais nos anos de 1905, 1908, 1911, 1921 e 1929. No entanto, no contexto do presente trabalho, estas reformas não alteram as matérias aqui consideradas.

²¹ A lei nº. 16 (SÃO PAULO (Estado), 1891g, art. 8) indica que a câmara deve ser composta por no mínimo 6 e no máximo 18 vereadores, sendo que cada município deve adotar a proporção de 2.000 habitantes para cada vereador. Esta regra deveria ser adotada após a realização de um recenseamento, até que tal medida fosse tomada, a capital teria 16 vereadores, as cidades de Santos e Campinas 12, as demais do estado 8 e as vilas 6 vereadores. No caso da cidade de São Paulo, durante o período estudado, a proporção de 2.000 habitantes para cada vereador não foi adotada (tampouco o limite máximo de 18 vereadores), as câmaras sempre foram compostas por 16 vereadores.

Se comparados estes temas aos de responsabilidade da câmara durante o Império, verifica-se que não há grande alteração, mas é acrescido um item específico sobre higiene, que passa a ser de responsabilidade municipal:

Sobre tudo que interessar à higiene do município, decretando todas as medidas e providências, que, não contrariando a lei geral do Estado, forem a bem da salubridade do lugar e da saúde e o sossego dos habitantes, reclamando auxílio dos poderes do Estado nos casos extraordinários e auxiliando as competentes autoridades sanitárias, onde as houver. (SÃO PAULO (Estado), 1891g, art. 53, §6º.)

Este item é importante quando se pensa em autonomia municipal, no entanto, os aparatos de higiene do município nem sempre foram desenvolvidos de maneira eficiente, ou contribuíram com resultados efetivos conforme os anseios dos higienistas, estas questões serão discutidas adiante.

E, embora na legislação haja indicação de autonomia municipal durante a Primeira República, o estado de São Paulo teve uma importância muito grande, política e econômica, tanto no âmbito nacional quanto regional, em vários momentos, suas estruturas se sobrepõem às da capital, o que dificulta certas relações, gera conflitos, impede a individualização do município, e impõem dependência em certas áreas.

Quanto aos processos eleitorais, na Primeira República, são diferentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, inclusive acontecem em períodos diversos. Mas, em todas as eleições o pleito é direto, e os possíveis eleitores são os mesmos: cidadãos brasileiros, do sexo masculino, com idade superior a 21 anos e alfabetizados (e no caso das eleições municipais, residentes no município por, pelo menos, um ano), ou seja, a minoria absoluta da população.

Em 1900, o analfabetismo da população brasileira é da ordem de 74,6%, na publicação *Estatística da Instrução* (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916) é apresentada uma tabela (Tabela 2), com os dados do censo daquele ano, onde os valores do analfabetismo são especificados por estado e pelo distrito federal²². Observando os dados, a taxa de analfabetismo, no estado de São de Paulo em 1900, é de 75,3%, pouco maior do que a do Brasil. E, pensando em representatividade eleitoral, tanto no estado quanto na cidade de São Paulo, excluindo os analfabetos, as mulheres, e os imigrantes ainda não naturalizados, percebe-se que poucas pessoas podem participar do processo, apenas representantes das elites, que ao longo do

²² O autor da tabela, Oziel Bordeaux Rêgo, e dos estudos sobre os procedimentos estatísticos adotados, indica que os dados referentes ao distrito federal não correspondem aos valores do censo de 1900 (como usado nos estados), mas sim ao do recenseamento de 1906. Segundo o autor, tal procedimento não altera os valores apresentados como totais para o país, uma vez que, se tivessem sido usados os valores obtidos para o distrito federal com o censo de 1900, a taxa de analfabetismo total seria de 74,7% (contra 74,6%, como consta da tabela).

tempo, garantem que sejam efetivamente representados em todos os níveis do legislativo e do executivo paulista.

Tabela 2 – Analfabetismo no Brasil, em 1900

<i>Estados e Distrito Federal</i>	<i>População</i>			<i>De 1.000 habitantes</i>	
	<i>Total</i>	<i>Que sabia ler</i>	<i>Analfabeta</i>	<i>Sabiam ler</i>	<i>Eram analfabetos</i>
Alagoas	649.273	129.563	519.710	200	800
Amazonas	249.756	80.204	169.552	321	679
Bahia	2.117.956	483.124	1.634.832	228	772
Ceará	849.127	184.903	664.224	218	782
Distrito Federal	746.749	387.488	359.261	519	481
Espírito Santo	209.783	56.354	153.429	269	731
Goiás	255.284	55.562	199.722	218	782
Maranhão	499.308	127.024	372.284	254	746
Mato Grosso	118.025	31.811	86.214	270	730
Minas Gerais	3.594.471	920.110	2.674.361	256	744
Pará	445.356	133.665	311.691	300	700
Paraíba	490.784	82.321	408.463	168	832
Paraná	327.136	78.317	248.819	239	761
Pernambuco	1.178.150	227.594	950.556	193	807
Piauí	334.328	57.711	276.617	173	827
Rio de Janeiro	926.035	214.154	711.881	231	769
Rio Grande do Norte	274.317	55.924	218.393	204	796
Rio Grande do Sul	1.149.070	374.381	774.689	326	674
Santa Catarina	320.289	82.466	237.823	257	743
São Paulo	2.282.279	561.392	1.717.887	247	753
Sergipe	356.264	88.029	268.235	247	753
Total	17.373.740	4.415.097	12.958.643	254	746

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916, p. CCXI.

No âmbito dos municípios, as eleições acontecem apenas para a formação da câmara, e a primeira eleição republicana, para a Câmara Municipal de São Paulo, se dá em 30 de agosto de 1892. Através da lei municipal nº. 1 (SÃO PAULO (Município), 1892a), quatro vereadores, eleitos por seus pares, assumem o papel de intendentess com a finalidade de atuar na administração da cidade, assim são criadas quatro Intendências executivas²³: de Justiça e Polícia; Higiene e Saúde Pública²⁴; Obras Municipais; e Finanças.

É no ano 1898, através da lei municipal nº. 374 (SÃO PAULO (Município), 1898a), que é criado o cargo de prefeito, escolhido entre os vereadores eleitos, neste momento a Câmara Municipal deixa de ter caráter executivo e passa a exercer apenas funções legislativas. Esta lei também organiza os serviços municipais, e é nesta ocasião que as intendências pas-

²³ Até o ano de 1898, os cargos de intendentess e as intendências passam por alterações e ajustes, conforme explica Donato (2004, p. 593-594): em 1893 a quadra de intendentess é restringida a um único; em 1896 retornam as quatro intendências rearranjadas; em 1898 é criado o cargo de prefeito para a cidade de São Paulo, e as intendências são transformadas em seções e, posteriormente, em diretorias.

²⁴ Em 1896, em uma das reformas da Câmara, definida através da lei municipal nº. 203 (SÃO PAULO, (Município), 1896a), há um rearranjo nas intendências, que passam a ser as seguintes: Polícia e Higiene; Justiça; Obras; e Finanças. A polícia deixa de administrada em conjunto com a justiça, sendo agrupada com a intendência de Higiene e Saúde Pública.

sam a ser denominadas seções. Os três primeiros prefeitos da cidade de São Paulo, são eleitos apenas por seus pares, vereadores da Câmara, são eles: Antonio da Silva Prado, de 07/01/1899 a 15/01/1911 (foi o prefeito em exercício por mais tempo na história da cidade); Raymundo da Silva Duprat, de 16/01/1911 a 14/01/1914; e Washington Luís Pereira de Souza, de 15/01/1914 a 15/08/1917. Apenas em 1916, através da lei estadual nº. 1.501 (SÃO PAULO (Estado), 1916), é que os prefeitos passam a ser escolhidos através do voto direto popular e o candidato pleiteia tal cargo, não se candidata mais como vereador (as eleições ocorrem em conjunto com a da Câmara Municipal, com o uso de duas cédulas). Na sequência, aqueles diretamente eleitos são (DONATO, 2004, p. 599-600): Washington Luís Pereira de Souza, de 15/01/1917 a 15/08/1919 (é reeleito através de votação direta); Álvaro Gomes da Rocha Azevedo, de 16/08/1919 a 15/01/1920 (vice de Washington Luís, assume a prefeitura após a renúncia daquele); Firmiano de Moraes Pinto, de 16/01/1920 a 15/01/1926 (reeleito por dois mandatos); e José Pires do Rio, de 16/01/1926 a 23/10/1930 (reeleito por dois mandatos).

1.1.2 PERSONAGENS HISTÓRICAS: GOVERNANTES E LEGISLADORES

Nesta parte do trabalho não se pretende traçar biografias, ou mesmo citar os feitos dos diversos personagens envolvidos na governança ou legislação da cidade de São Paulo (até porque existem inúmeros trabalhos que tratam destes assuntos), mas sim de mostrar que estas personagens, além de exercerem seus cargos públicos, são importantes empreendedores na cidade de São de Paulo, sendo sócios, inclusive, de empresas privadas voltadas para atividades urbanizadoras. Desta forma, dependendo do tipo de legislação aprovada, os próprios ou seus familiares, podem ser beneficiados. Na história da cidade de São Paulo, durante o período estudado, os interesses privados muitas vezes se mesclam aos interesses públicos.

As principais leis e atos municipais, que tratam de questões da casa operária, são aprovados/publicados no ano de 1886, no Império, e nas prefeituras republicanas de Antonio da Silva Prado, Washington Luís Pereira de Souza e Firmiano de Moraes Pinto. São estes governantes e suas câmaras que, de alguma maneira, puderam influenciar no construir e morar das classes operárias, e da população mais pobre da cidade. Não se pode esquecer que é de responsabilidade do poder público a elaboração de todas as leis e regras da cidade, incluindo aí aquelas destinadas à produção do espaço urbano e à construção de casas de toda a população, mas não é essa a leitura que se faz do período; transporte, abastecimento de água, iluminação pública e calçamento estão disponíveis para alguns, e apenas nos bairros mais ricos:

O “poder público” ali reside: implanta um “morar” antes de tudo para si: se acha que uma cidade deve ter luz, água, esgoto, bonde e ruas calçadas, suas regiões receberão prioritariamente estes “benefícios”. Este “poder público”, sob a prefeitura de Antonio Prado, pretende intervir intensamente na cidade: começa a transferir mercados e alargar ruas centrais, imagina grandes reformas capazes de figurar a cidade como uma bela, civilizada e progressiva cidade europeia. (ROLNIK, 1981, p. 28)

Em seu trabalho, Mônica Silveira Brito (2008), apresenta os principais empreendimentos das atividades urbanizadoras na cidade de São Paulo, as empresas abertas por eles, e seus sócios acionistas, nos primeiros anos da República. Neste trabalho, o levantamento de Brito foi cotejado com as composições das Câmaras Municipais de São Paulo, obtendo-se um panorama interessante, que é discutido a seguir.

Quanto à atuação das empresas urbanizadoras, a autora identifica duas grandes frentes distintas, no entanto, salienta que, por diversas vezes, localiza sociedades constituídas para atuar em ambas as frentes, além do que, a primeira frente urbanizadora é a que apresenta maior vocação quando da dupla atividade:

[...] primeira frente urbanizadora, voltada ao mercado imobiliário urbano – tais como abertura de loteamentos ou simples operações de compra e venda de terrenos; construção de habitações destinadas às diferentes demandas sociais, para posterior venda ou aluguel; arrendamento ou locação de imóveis; realização de obras públicas por empreitada – e à produção e/ou importação de materiais para construção. [...] segunda frente urbanizadora, vinculada à exploração de privilégios, tanto para a implementação de infra-estrutura e a prestação de serviços urbanos – tais como transporte coletivo, implementação de obras de saneamento, iluminação pública e domiciliar, fornecimento de energia elétrica – quanto para a realização dos então chamados melhoramentos urbanos – tais como abertura de vias de circulação, construção de pontes ou viadutos, ajardinamento de praças e parques. (BRITO, 2008, p. 26)

Abrir bairros e loteamentos em certos locais; comprar e vender terrenos; construir e alugar casas (para diversas camadas populacionais), utilizando configurações próprias e determinando preços de venda ou locação; produzir e vender materiais de construção; instalar benfeitorias (água, saneamento e luz) em localidades específicas; disponibilizar transporte e definir linhas de expansão; construir vias de circulação, garantido a acessibilidade a localidades determinadas; em uma cidade que, em 1890 possui 64.934 habitantes e, em 1920, atinge 579.033 indivíduos, é construir esta nova cidade. Para viabilizar a construção de São Paulo, onde são definidos locais específicos para as diversas classes sociais, e onde são impostos os padrões destes investidores das atividades urbanizadoras, além de aplicação de capital, os empresários garantem que seus interesses estejam representados nas várias legislaturas das Câmaras Municipais de São Paulo, por eles mesmos, por seus familiares ou por seus sócios.

Diversos são os principais empreendedores de atividades urbanizadoras na cidade de São Paulo (BRITO, 2008, p. 53-162), entre eles os seguintes estão presentes nas composições

das câmaras da cidade de São Paulo: Antonio Proost Rodovalho; família Franco de Lacerda; família Souza Queiroz; Manoel Joaquim Albuquerque Lins; família Paes de Barros; família Dias da Silva; e família Silva Prado. Durante a Primeira República, apenas duas legislaturas são compostas sem que, pelo menos, um representante deste seletivo grupo fizesse parte das mesmas, são elas: 8^a. legislatura republicana, de 15/01/1914 a 15/01/1917 – mas neste caso dois acionistas de empresas urbanizadores, não pertencentes às sete famílias citadas, estão presentes na composição desta câmara; e 13^a. legislatura republicana, de 15/01/1929 a 18/10/1930 – esta legislatura é interrompida com a subida de Getúlio Vargas ao poder.

É característica destes empresários estar no lugar certo e na hora certa. Apenas para citar um exemplo, em 1912, a família Paes de Barros funda a Cia. Imobiliária Parque da Mooca, com a finalidade de lotear 166 alqueires, nas imediações do que viria a ser a atual avenida Paes de Barros (BRITO, 2008, p. 114). A família Paes de Barros atua na Câmara Municipal de São Paulo, desde o Império, com: Antonio Paes de Barros (na Câmara Imperial, durante a legislatura que se encerra em 1886 e na 1^a. Intendência Republicana); Francisco Xavier Paes de Barros (em outra Intendência Republicana nomeado, a partir de 17 de dezembro de 1891); Carlos Paes de Barros (também intendente nomeado, e na 1^a. legislatura republicana de 29/09/1892 a 07/01/1896); e Francisco Xavier Paes de Barros (na 7^a. legislatura republicana de 15/01/1911 a 15/01/1914). Ou seja, os Paes de Barros têm representatividade seguida no final do Império e início da República, e só retornam dez anos depois, e por apenas mais uma legislatura, justamente quando da retaliação da Mooca.

Outra característica que se percebe é que estes empresários, ou melhor, estas famílias, transitam livremente entre as duas formas de governo (Império e República). Como mostrado acima, a representatividade dos Paes de Barros vem desde do Império, e com papel de destaque, pois Antonio Paes de Barros é presidente da Câmara Municipal na legislatura que se encerra em 1886 e, mesmo assim, é nomeado para a primeira intendência republicana.

No entanto, o caso mais icônico de livre circulação entre as formas de governo talvez seja o de Antonio da Silva Prado, que no Império é deputado provincial, deputado geral, ministro e conselheiro, sendo membro do Partido Conservador. Pouco tempo após a Proclamação da República, associa-se ao Partido Republicano Paulista, e é eleito vereador em São Paulo, para ser seu primeiro prefeito. Ainda, em meados da década de 1920, retorna à política para ajudar a fundar o Partido Democrático.

Antonio da Silva Prado é eleito vereador para a Câmara Municipal de São Paulo, já na terceira legislatura republicana (de 07/01/1899 a 07/01/1902), com 3.122 votos²⁵ – é o vereador com o maior número de votos – e a partir daí assume, por sucessivas gestões, a prefeitura da cidade. Não se pode esquecer que, de acordo com os levantamentos censitários, a população da cidade, em 1900, é de 239.820 habitantes, ou seja, Antonio da Silva Prado²⁶ é o representante de menos de 2% da população total da cidade. E é este homem quem inicia e implanta (pois permanece no comando da capital por longo período) os processos de modernização e alteração das feições de São Paulo, com o intuito de torná-la uma cidade “europeia”, na qual a maneira de viver da elite paulistana é preponderante.

[...] a figura do Prefeito Antonio da Silva Prado (1840-1929) tornou-se paradigmática como o administrador que transformou a Cidade. Figura proeminente da política nacional, membro da aristocracia cafeeira, industrial sócio da Vidraria Santa Marina, na Água Branca (um dos grandes encaves industriais na baixada do Tietê), as credenciais de Antonio Prado eram de um político cuja ação pressupunha uma contraditória promiscuidade entre interesses públicos e privados. (SEGAWA, 2004, p. 371)

Nos primeiros anos da República, a cidade já havia recebido muitos imigrantes sem condições para abrigá-los de forma adequada (não há moradias e nem equipamentos urbanos suficientes), já no início do século XX, mesmo com taxas mais reduzidas do que nos primeiros anos de imigração (Tabela 1), a cidade não para de crescer, é necessário ordenar espaços. Inicialmente²⁷, o dinheiro do café, é responsável pelas alterações e modernização da cidade. Quando da implantação da ferrovia, ainda em meados do século XIX viabiliza-se, não apenas o transporte do café das lavouras ao porto de Santos, mas também a vinda e permanência dos cafeicultores e seus familiares à cidade de São Paulo. A modernização da cidade passa a ser necessária para bem acomodar a elite econômica do país. Neste novo contexto, o comércio ganha proporções que não se imaginaria alguns anos antes, profissões diversas passam a fazer parte do cotidiano da cidade, assim como o poder público tem suas estruturas aumentadas, e com a burocracia que lhe é própria, emprega muita gente.

²⁵ Diversos autores indicam que, nos primeiros tempos, as eleições republicanas eram corriqueiramente fraudadas. A quantidade de votos oficiais, para todos os vereadores eleitos, nas diversas legislaturas é apresentada no site da Câmara Municipal de São Paulo (<http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/arquivo-veredores/>).

²⁶ É Antonio da Silva Prado quem nomeia Victor da Silva Freire, como diretor de Obras Municipais, quando da sua nomeação, Freire estava com apenas 29 anos, ficou neste cargo por 27 anos, e trabalhou com cinco prefeitos diferentes (SEGAWA, 2004, p. 371-372). Freire é aqui citado, pois ele é o autor da lei n.º 498 que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária* (SÃO PAULO (Município), 1900).

²⁷ Diz-se inicialmente do café porque os cafeicultores diversificaram seus investimentos, não ficaram restritos à agricultura, a fazenda de café é apenas o ponto de partida. Com o passar do tempo, os agricultores tornam-se empresários, e realizam investimentos no setor bancário, no setor industrial, na área de transportes (estradas de ferro e bondes), e em serviços de abastecimento (água e luz) e de saneamento.

Para viabilizar a cidade, de forma que a elite econômica paulistana habite-a de acordo com seus anseios e ideologias, o poder público (Câmara Municipal e Prefeitura) atua no sentido de que áreas distintas sejam destinadas a diferentes parcelas populacionais (é percebido de forma mais contundente na gestão de Prado). Nestas áreas as características adotadas também desiguais, é o início da segregação sócio-espacial em São Paulo:

As mudanças administradas da Cidade [por Prado] não foram, portanto, meras manifestações de poder, mera dominação, mera consequência do dinheiro. Trata-se de opor ao caos do crescimento populacional abrupto a utopia urbana dos fazendeiros e superá-lo de modo a constituir uma ordem espacial e social propriamente urbana. Na fazenda ainda vigia o mando tradicional, que a superação da escravidão não substituiu. Foi na Cidade de São Paulo, em particular, que a elite cafeeira teve condições de edificar uma ordem política de classes que era, ao mesmo tempo, uma ordem espacial segmentadora, apoiava-se em confinamentos invisíveis e ideológicos. (MARTINS, 2004, p. 186)

No início deste item, são citados os principais empreendedores de atividades urbanizadoras na cidade de São Paulo e que estão presentes (na sua figura ou de seus familiares) nas composições das câmaras. No entanto, estas personalidades que aparecem à frente das empresas possuem sócios acionistas²⁸, que nem sempre são lembrados ou identificados com tais sociedades. Cabe salientar que, na composição das câmaras republicanas, com exceção das 12^{a.} e 13^{a.} legislaturas (de 15/01/1926 a 15/01/1929, e de 15/01/1929 a 18/10/1930), há sempre a presença de sócios acionistas das principais empresas urbanizadoras da cidade.

Na tabela 3²⁹ é apresentada a percentagem de representantes das empresas urbanizadoras na composição das diversas Câmaras Municipais de São Paulo, do final do Império até a Primeira República. Nos cálculos são considerados os empreendedores principais (e seus familiares), e seus sócios; as câmaras imperiais e as intendências republicanas possuem 9 membros, e as câmaras republicanas 16 vereadores. Durante todo o período, como mostrado na tabela, o grupo formado pelas empresas urbanizadoras da cidade está “bem” representado na Câmara Municipal de São Paulo, as percentagens de seus representantes são significativas na composição das casas. Não importa a forma de governo, Império ou República, os negócios privados estão mesclados aos interesses públicos.

²⁸ As principais empresas urbanizadoras da cidade, no início da República, são apresentadas por BRITO (2008, p. 36-51), a autora, ao realizar pesquisa nos arquivos da Junta Comercial de São Paulo e nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo, conseguiu levantar os nomes dos sócios acionistas daquelas empresas.

²⁹ Para elaborar a tabela 3, considerou-se os principais empreendedores (e seus familiares), e os seus sócios (não seus familiares); estes nomes são apenas os apresentados no trabalho de Mônica Silveira de Brito (2008). Sendo assim, existe a possibilidade de que a percentagem real de representantes das empresas urbanizadoras na Câmara Municipal seja maior do que o calculado.

Tabela 3 – Percentagem de Representantes das Empresas Urbanizadoras nas Câmaras Municipais de São Paulo

<i>Tipo de Casa</i>	<i>Legislatura</i>	<i>Quantidade de Empreendedores</i>	<i>Quantidade de Sócios Acionistas</i>	<i>% Representantes das Empresas Urbanizadoras</i>
Câmara Municipal: Império	1886	2	-	22,2%
	1886 – 1889	-	-	0%
Intendência Nomeada: República	10/01/1890 (nomeação)	2	2	44,4%
	16/12/1891 (nomeação)	1	-	11,1%
Câmara Municipal: República	1892 – 1896	1	5	37,5%
	1896 – 1899	1	3	25%
	1899 – 1902	3	2	31,25%
	1902 – 1905	1	3	25%
	1905 – 1908	2	3	31,25%
	1908 – 1911	1	2	18,75%
	1911 – 1914	3	2	31,25%
	1914 – 1917	-	2	12,5%
	1917 – 1920	1	1	12,5%
	1920 – 1923	2	1	18,75%
	1923 – 1926	1	1	12,5%
	1926 – 1929	1	1	12,5%
	1929 – 1930	-	-	0%

Como o presente trabalho trata especificamente de habitação operária, quando se abordam questões como a influência dos representantes das empresas urbanizadoras na administração da cidade, é conveniente citar Raymundo da Silva Duprat, o sucessor de Antonio da Silva Prado na prefeitura de São Paulo. Raymundo da Silva Duprat, é eleito vereador por 7 legislaturas seguidas, ou seja, exerce vereança entre 07/01/1905 até 15/01/1926, é escolhido prefeito de São Paulo e exerce tal função entre os anos de 1911 e 1914. Além de homem público, Duprat é possuidor de diversas empresas, sendo a mais conhecida a Casa Duprat³⁰, complexo gráfico adquirido em sociedade com seu irmão Alfredo; mas o que não se fala, é que Raymundo da Silva Duprat também é acionista da Sociedade Economizadora Paulista³¹. Assim como seu irmão, Alfredo, é acionista e presidente da Cia. Cooperativa Construtora de Crédito Popular, instalada em São Paulo, em 1909.

Após deixar a prefeitura é reeleito sucessivamente vereador, e assume a presidência da Câmara de janeiro de 1914 até fevereiro de 1924. Sendo uma pessoa de grande influência

³⁰ De acordo com Martins (2008, p. 174-177) as casas Duprat e Vanorden eram as gráficas chamadas para imprimir toda a papelada oficial, quando a tipografia do Estado não tinha condições de atender às demandas estatais.

³¹ A Sociedade Economizadora Paulista é uma empresa constituída, em 1907, para atuar na capital, com a finalidade de comprar terras, construir habitações higiênicas para serem alugadas e implantar caixa de capitalização, visando custear as obras (BRITO, 2008, p. 42). As vilas da Sociedade Economizadora possuem casas com dimensões maiores e padrões melhores do que as comumente adotadas na época; a primeira delas foi edificada no bairro da Luz, em 1910, outras duas foram construídas nos bairros do Cambuci e da Pompéia (BONDUKI, 2004, p. 66-67). Sobre as vilas da Economizadora Paulista consultar: Bonduki, 2014; Campos, 2008c; e Lemos, 1985.

política, além de econômica, como este personagem, que não difere em nada dos demais citados, poderia ocupar cargos públicos de forma isenta? Como não defender seus negócios, de sua família, e da sociedade que representa, em detrimento daqueles para os quais constrói, financia ou aluga casas?

Para finalizar esta breve discussão, sobre estas personagens históricas, que de alguma maneira influenciaram a vida de toda a população da cidade de São Paulo, cabe salientar que, estes vereadores e prefeitos, além de representar diversas empresas, em especial aqui tratadas as urbanizadoras, e a elite econômica – não apenas de São Paulo, mas do país –, são pertencentes às famílias tradicionais paulistanas, que de tudo fizeram para não dividir o poder, e para impor seus anseios e ideologias:

Os fatores propriamente econômicos não foram, portanto, os únicos que interferiram na gestação de uma vida urbana moderna na Paulicéia. A cidade guardou fortemente, por muito tempo, as marcas do familismo de elite, que mencionei, a eficácia da rede de parentesco, a endogamia e as lealdades fundamentais que daí decorriam. Os fatores econômicos e sua eficácia se determinavam por essas mediações sociais poderosas. E elas foram essenciais na conversão da elite de proprietários de terra e fazendeiros de café numa elite empresarial diversificada e dinâmica, capaz de compreender e administrar as diferentes funções do capital numa economia moderna: o capital agrícola, o capital comercial, o capital industrial, o capital financeiro. (MARTINS, 2004, p. 184)

Washington Luís e Firmiano de Moraes Pinto, dois dos prefeitos de São Paulo, são bons exemplos das relações de parentesco, e através de casamentos, ou relações sociais se sobrepõem para garantir que as famílias tradicionais paulistanas sejam representadas nos poderes legislativos e executivos, de modo a viabilizar sua política. Washington Luís é casado com Sophia de Oliveira de Aguiar e Paes de Barros, filha do 2º. Barão de Piracicaba (CAMPOS, 2008b); e Firmiano de Moraes Pinto é casado com Cândida, filha do Conde do Pinhal – Antonio Carlos de Arruda Botelho (RIBEIRO; CAMPOS, 2012, p. 60).

Muitos políticos da época de Washington Luís, ele incluído, eram recrutados com base especialmente em relações de parentesco e por razões eleitorais, não tendo em conta o mérito, assinalando um certo amadorismo do serviço público, ocupado por pessoas inaptas para funções que exigiam um certo grau de especialização (a formação do quadro dirigente como se viu era predominantemente bacharelesca). A tendência em muitos de exercer seus cargos conjuntamente com outras ocupações privadas dava margem a atos venais e ao nepotismo. (PEREIRA, 2010, p. 67)

Em momento algum do período estudado, os operários, ou qualquer segmento da população mais pobre da cidade de São Paulo, são representados nas câmaras municipais e nas prefeituras. As leis, determinações ou prescrições para a construção ou ordenação da cidade são elaboradas por técnicos, mas aprovadas apenas pelos representantes da elite cafeeira, ou melhor, econômica, do país. O mais grave é que estes também são os representantes das empresas que vieram a fazer todo o tipo de urbanização no município, inclusive construções e

alugueis de casas “higiênicas”. O que esperar da legislação aprovada por eles? Algum tipo de qualidade nas prescrições a serem adotadas nas casas ou apenas possibilidade de benefícios e maiores ganhos para os empreendedores?

1.1.3 ÓRGÃOS DA SAÚDE PÚBLICA

No período estudado, 1886-1929, a saúde pública, e consequentemente os órgãos de suporte às políticas estatais nesta área, para se pautar percorrem as diversas teorias e correntes higienistas: miasmática, contagionista, bacteriológica e médico-sanitária, entre as principais. Portanto, antes de apresentar os órgãos de suporte, é importante perceber algumas diferenças de concepção e de atuação entre elas, pois as políticas sanitárias adotadas na cidade e no estado de São Paulo são consequências destes saberes e de sua aplicação.

Embora a teoria miasmática seja do século XVIII, prevaleça até meados, e em alguns casos até o final, do século XIX, neste pensamento médico há correlação entre a doença e o meio natural; acredita-se que as doenças são provenientes dos miasmas – odores fétidos oriundos de matéria orgânica em decomposição, responsáveis pela contaminação do ar, do solo e dos lençóis freáticos – que atacam o corpo humano; os miasmas são frutos tanto do meio físico quanto do social. Para combatê-los, inicialmente, seria suficiente apenas a renovação e circulação do ar, pois as emanções, e consequentemente as doenças, estão no ar. Com o passar do tempo, o ar deixa de ser o único vilão e passa-se a considerar que a água, logo depois o lixo, e, em seguida, tudo que se acumula de forma estagnada, é perigoso à saúde por ser possível produtor de miasmas. Ar e água devem circular, e lixo precisa ser removido, neste contexto, nos ambientes onde há presença de sujeira e alta concentração populacional, as doenças e epidemias encontram meio propício para a sua propagação. As políticas de saúde pública, pautadas neste pensamento médico, vão na direção de desinfetar ambientes contaminados e purificar o ar viciado.

Também do século XVIII é a teoria contagionista, pautando-se neste pensamento acreditam-se que o germe – princípio de transmissão mórbida – é reproduzido no organismo humano, e sua transmissão se dá pelas próprias pessoas doentes, suas roupas, seus animais e qualquer outro objeto que tenha tido contato, ou ainda através do vento, quando as distâncias não são longas. Por este motivo, para evitar contágios de doenças, e principalmente propagação de epidemias, as proposições médicas, pautadas nesta corrente e implantadas mundo afora, indicam a criação de hospitais de isolamento e realização de quarentenas.

No final do século XIX, com os estudos de Pasteur, consagra-se a teoria bacteriológica, quando se defende que a cura e o combate de certas doenças são conseguidos, ao serem identificadas as bactérias – microrganismos vivos responsáveis por certas doenças –, e as suas formas de transmissão. Considera-se que o meio possa dificultar ou facilitar a proliferação de certos microrganismos, assim como a contaminação do agente hospedeiro. Quanto às formas de atuação adotadas, embasadas nestes conhecimentos, estão a vacinação, as campanhas de conscientização, e as pesquisas para conhecer as doenças e suas formas de transmissão, com o intuito de traçar estratégias de combatê-las. Com a finalidade de traçar as estratégias de atuação, as populações de maior risco precisam ser conhecidas, para tanto, é definida uma população alvo, composta, normalmente, por pessoas já acometidas da doença. A polícia sanitária é o instrumento utilizado para vigiar as pessoas e controlar o meio em que vivem.

Sob a ótica da linha médico-sanitária, o meio deixa de ser preocupação e passa-se a considerar a pessoa, que é a hospedeira de diversas doenças, como responsável por gerar situações favoráveis à proliferação de certas doenças, devido a sua falta de conhecimento básico sobre conceitos de higiene. Neste cenário os objetivos são as ações educativas. Ao se colocar a pessoa como responsável por sua saúde, ela deve adquirir consciência sanitária própria, para que, no seu dia-a-dia, tenha hábitos de higiene e de moral “cientificamente” ordenados pelo saber técnico. São criados postos e centros de saúde para viabilizar tal empreitada.

As populações mais pobres são consideradas um risco para as classes dominantes, independentemente da teoria ou corrente higienista. São mais vulneráveis, por habitarem locais insalubres e inadequados, e, em muitos casos são consideradas como agentes transmissores, e suas habitações focos de infecção. Assim, as políticas sanitárias trazem ações e regulamentações mais contundentes para os carentes, enquanto que os mais ricos são “esquecidos”.

Ao longo do tempo, a adoção de preceitos ou recomendações de uma teoria não é totalmente excludente a de outra, há momentos em que elas são até mesmo complementares:

Muchas de las medidas clásicas defendidas por los higienistas clásicos, en su gran mayoría infeccionistas, lejos de desaparecer encontraron un soporte teórico en las investigaciones pasteurianas. Es esto que parece ocurrir con la reedición de reformas higiénicas clásicas para eliminar microorganismos indeseables como la permanencia de la desinfección, la preocupación por detectar y destruir las llamadas “islas de insalubridad” o el control de las viviendas y barrios populares. En estas y otras circunstancias semejantes, las viejas y las nuevas medidas de los higienistas pre y post pasteurianos, parecen estar en perfecta armonía. (CAPONI, 2002b, p. 593)

Ao longo do tempo, os órgãos municipais e estaduais que dão suporte ao Estado no campo da saúde pública, também sofrem modificações e reestruturações, tanto organizacio-

nais quanto de poder de atuação. Durante o Império, o Estado tem pouco suporte no campo da saúde pública, e as ações desenvolvidas são incipientes. Em 1828, através de uma ordem régia, são criadas as Juntas Municipais, que passam a ser responsáveis pelas questões de saúde nas cidades, no entanto os municípios não tem a menor condição de assumir tais encargos, seja pela falta de recursos econômicos, sociais e até mesmo culturais. No âmbito estadual, o Conselho Superior de Saúde Pública (órgão federal de 1886) é representado pelas Inspetorias de Higiene (SPOSATI, 1985, p. 23-29). A ação do Estado, no campo da saúde pública, tem caráter policialesco:

A ação do poder público no período imperial tinha cunho disciplinador e fiscalizador. Caracterizava-se pelas chamadas ações de polícia. As autoridades sanitárias tinham poder para punir os infratores da lei, chegando inclusive ao confisco de licença para o exercício profissional. (SPOSATI, 1985, p. 30)

Como já salientado, as posturas municipais versam sobre questões relativas ao meio, pautadas na teoria miasmática, mas também apoiam-se na teoria contagionista ao determinar o afastamento de hospitais de isolamento, e de matadouros e curtumes, dos núcleos urbanos. E é no Império que cada tipo de assistência recebe uma solução diferente: doentes em hospitais de isolamento; doenças diversas em pavilhões hospitalares diferentes; loucos em manicômios; leprosos em lazaretos; e mortos em cemitérios.

Nesses fragmentos de diretrizes e recomendações, alguns mecanismos disciplinares essenciais: o enquadramento sanitário do hospital em relação ao aglomerado urbano, a exclusão dos indivíduos suspeitos de sua condição de saúde, a ênfase à quarentena, a “purificação” do meio urbano mediante o confinamento e controle de focos de doença. Um esquema onde a socialização da medicina introduzia o controle da sociedade sobre a população, quer na defesa da manutenção de uma força de trabalho na estrutura capitalista, como na proteção das elites contra epidemias originárias das classes mais pobres. (SEGAWA, 1988, p. 156)

No âmbito municipal, logo após a Proclamação da República, em 1892 são criadas quatro intendenções e, em especial na área da saúde pública, a de Higiene e Saúde Pública. De acordo com Segawa (2004, p. 349), esta intendência foi o primeiro setor municipal com competência no campo social mas, embora suas atribuições tenham sido definidas na República, dão continuidade às práticas vigentes no Império, salienta que uma nova atribuição lhe é conferida a de “construir ou ajudar a construir casas para operários”.

É interessante resgatar em que contexto é atribuída a construção de casas para operários à intendência de Higiene e Saúde Pública. Na lei nº. 9 (SÃO PAULO (Município), 1892b) na qual é expresso o regimento da Câmara, há um capítulo específico para a Intendência de Higiene e Saúde Pública, e no artigo 161 são descritas as suas atribuições em sete parágrafos. O parágrafo 5º. trata especificamente de “cuidar da assistência pública”, que é entendida como: promover o saneamento da cidade, prevenir e combater moléstias; estabelecer

regras para os serviços de amas de leite e vacinação; organizar o socorro de médicos e farmacêuticos aos indigentes; estabelecer hospitais, creches, maternidades, asilos, albergues noturnos, banheiros e lavanderias; construir casas para operários ou contribuir para tal empreitada; e inspecionar estabelecimentos públicos onde haja aglomeração de pessoas (colégios, hotéis, hospedarias, teatros, circos, e outros).

Quando o poder público coloca a prevenção às epidemias no mesmo nível da necessidade de construção de moradia operária, é porque esta última é vista como um risco, se não são construídas casas operárias com características higiênicas, ou saneadas, tornam-se um problema de saúde pública, que pode comprometer a integridade de toda a população. A casa operária neste contexto não representa um direito à moradia, mas sim uma forma de preservar a saúde da população como um todo, sem esquecer de manter saudável a mão de obra, que viabiliza que a elite econômica viva de acordo com seus ideais.

Na Primeira República, os órgãos da saúde pública sofrem estruturas e alterações, como todo aparelho do Estado; assim, a competência e responsabilidade pela saúde pública, de 1892 a 1898 é da Intendência de Higiene e Saúde, de 1898 a 1912 da Seção de Polícia e Higiene, de 1913 a 1925 passa a ser da Diretoria de Polícia Administrativa de Higiene, em 1926 de Diretorias Múltiplas (como a de Higiene e a Sanitária), de 1927 a 1929 da Inspetoria Geral de Higiene, e de 1929 a 1931 da Diretoria Geral de Higiene (DONATO, 2004, p. 593-594; SPOSATI, 1985, p. 55-58).

Não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura, mas sim de complexidade de estrutura organizacional, e também de espaço político quanto às ações municipais permitidas – no tocante às suas competências e atribuições –, e da existência, ou não, de recursos financeiros para a implantação das políticas e práticas de saúde pública.

A análise desse órgão deve-se fazer, quanto a sua constituição interna e o grau de abrangência de suas competências. Sua particularização, principalmente no período da Velha República, se constrói no movimento de ampliação/redução de suas competências internas. E, esse movimento ocorre tanto em relação à forma com que o Estado através do seu serviço sanitário amplia, reduz e intervém nas ações do município, como também, na complexidade de competências deste órgão no conjunto das ações municipais. (SPOSATI, 1985, p. 56)

Quanto às funções e competências de atuação dos órgãos municipais da saúde pública, entre os anos de 1892 a 1931, Sposati (1985, p. 57-58) os analisa agrupando-os em três períodos. O primeiro período é muito curto, entre os anos de 1892 a 1898, quando a saúde pública é responsabilidade da intendência, e é marcado pela formação do poder executivo municipal republicano. Tinha-se em mente, ao ser concebida a Intendência de Higiene e Saú-

de, que este novo poder seria totalmente exercido pelo governo municipal. Na verdade não foi o que aconteceu, quando se extinguem as intendências e estas são transformadas em seções, o poder municipal é reduzido³².

Entre os anos de 1898 e 1919 ocorre o segundo período que, de acordo com a autora, é quando são desenvolvidas as ações de polícia e fiscalização, de modo que a área de higiene e saúde se torna mais complexa no âmbito municipal; sem que esta complexidade tenha resultado aumento (ou mesmo manutenção) de poder municipal.

Assim sendo, a Seção de Polícia e Higiene teve suas atribuições reduzidas em relação as funções delegadas anteriormente à antiga Intendência transformando o serviço de saúde e higiene em um órgão meramente de fiscalização policialesca. A retirada dos médicos da instituição significou a saída da medicina científica do âmbito do desenvolvimento de um aparato municipal que se voltasse para a criação e desenvolvimento de espaços de estudo e aplicação do saber médico científico. Essas ações ficaram confiadas somente ao Serviço Sanitário Estadual aumentando assim, a subordinação do município a esfera estadual de poder. (MAESTRINI, 2013)

Este desmantelamento da Seção de Polícia e Higiene, em muito, se deve a atuação do prefeito Antonio da Silva Prado, que, para reduzir gastos municipais, e aplicar a verba orçamentária da cidade em projetos de seu interesse, transfere para o estado funções originariamente previstas para serem municipais. Os médicos da seção são suprimidos, e o município passa a se responsabilizar apenas pelo saneamento de várzeas, pela fiscalização dos contratos de limpeza pública, e pela intimação de particulares quando da não execução de certas obras.

O Conselheiro, no início de sua administração, dispensou os médicos em exercício na antiga Intendência de Polícia e Higiene que passaram a ser funcionários do Serviço Sanitário do Estado, como inspetores sanitários. Com isso, a antiga Intendência foi praticamente extinta. As boas relações entre o prefeito e o diretor do Serviço Sanitário, dr. Emílio Ribas, foram responsáveis pelos poucos atritos criados nessa área, o que destoava do que ocorria com muita frequência nas cidades do interior, onde, volta e meia, explodiam conflitos entre o poder municipal e os inspetores sanitários de Serviço Sanitário do Estado. (RIBEIRO, 1993, p. 108)

O terceiro período, entre 1919 e 1931, é bem heterogêneo se comparado com os demais; possui movimentos contrários, junções x separações dos órgãos públicos. Sposati (1985, p. 57-58) indica que o período é iniciado com a separação da Diretoria de Higiene da Polícia Administrativa; controle sanitário e saneamento ambiental são concentrados na Diretoria de Higiene. Em seguida, são reunidas diretorias com objetivos afins a questões de higiene e agrupadas na Inspeção Geral de Higiene, é consolidado o aparelho administrativo de saúde pública do município. Mas, logo em seguida, ao ser extinta a Diretoria Geral, aumenta-se o poder das áreas de Obras e de Polícia Administrativa, em detrimento da Diretoria de Higiene.

³² Não é reduzido apenas devido às estruturações municipais, mas também porque o estado passa a definir as áreas de atuação municipais e estaduais referentes à Saúde Pública, ver mais informações adiante.

Já, no âmbito estadual, como a Constituição Federal Republicana de 1891 não faz qualquer referência à saúde pública, os estados assumem tal encargo, cada um a seu modo. No caso do estado de São Paulo, os organismos estaduais se organizam, e no início, apenas para demandas específicas e mais urgentes. Da mesma maneira que acontece com toda a constituição dos aparatos estatais do início da República, há feitos e desfeitos sucessivos na organização do que era a Inspetoria de Higiene. Mas, é em 1892 com a lei nº. 43 (SÃO PAULO (Estado), 1892) que, efetivamente, o Serviço Sanitário do Estado é organizado, e passa a ser ligado à Secretaria do Interior; é composto por Conselho de Saúde, Diretoria de Higiene e Laboratórios. Todas as atividades ligadas à saúde pública, passam a ser de responsabilidade do Serviço Sanitário do Estado, ao Conselho cabe a emissão de pareceres sobre questões de higiene e salubridade pública.

Para a Diretoria de Higiene estão previstas as seguintes incumbências: realizar estudos de questões relativas à saúde pública; sanear localidades e habitações; adotar meios para prevenir, combater ou diminuir doenças transmissíveis aos homens e aos animais, sejam elas endêmicas ou epidêmicas; organizar, dirigir e viabilizar socorro com caráter de assistência pública aos necessitados; cuidar dos serviços de vacinação; realizar inspeções sanitárias de escolas, fábricas e oficinas, hospitais, hospícios, quartéis, prisões, estabelecimentos de caridade e asilos; fiscalizar alimentos, a fabricação e o consumo de bebidas, e o comércio e a exploração de água mineral; fiscalizar o exercício da medicina e da farmácia; instituir a polícia sanitária, com atuação nas cidades, vilas e povoações do estado; realizar a fiscalização sanitária de cemitérios e de obras de interesse à saúde pública; e organizar as estatísticas demográfico-sanitárias.

Os laboratórios, conforme previsto na lei nº. 43, possuem a função de auxiliar a Diretoria de Higiene e, no início, são criados os seguintes: Laboratório de Análises Químicas; Laboratório Bacteriológico; Instituto Vacinogênico; e Laboratório Farmacêutico.

Esse arcabouço médico-sanitário era uma lenta gestação em direção à medicalização do espaço. A ação médica não mais se dirigia sobre o doente – o evitar a morte – mas, ao se diagnosticar um novo quadro, traçava-se uma nova estratégia: obstruir a propagação do mal, controlar a doença no âmbito da sociedade. (SEGAWA, 1988, p. 185)

Como primeiro resultado concreto deste aparato de Estado, já em 1894, é publicado o Código Sanitário do Estado de São Paulo. Dentre todo o aparelho estadual, chama a atenção o Desinfetório Central, criado através do decreto nº. 219 (SÃO PAULO (Estado), 1893a), que aprova o regulamento para os serviços gerais de desinfecção. O seu conteúdo é interessante, é descrita a estrutura do desinfetório, assim como os procedimentos a serem adotados em todos

os processos. Também constam informações sobre: os equipamentos a serem utilizados e os carros; as formas de condução de doentes e cadáveres; os diversos produtos químicos com a dosagem para cada caso; entre outros. Ainda, de acordo com o decreto, os trabalhos de desinfecção são realizadas em domicílios, os doentes são transportados para hospitais de isolamento. Em alguns casos há a possibilidade de que o isolamento do doente seja feito em sua própria casa. Os objetos da pessoa doente são retirados de seu domicílio para serem desinfetados nas estações de desinfecção, e no caso de mortes os cadáveres são retirados de suas casas. É importante frisar que os desinfetadores, juntamente com os inspetores e os policiais sanitários, são os primeiros profissionais que entram na casa operária (BONDUKI, 2004, p. 26).

As estações de desinfecção possuem duas seções, a primeira delas responsável pelos objetos ainda infectados e a outra pelos objetos já limpos, para serem devolvidos a seus proprietários. Para desinfetar os objetos são adotados dois modos distintos: ação do calor em estufas, especificamente para roupas de cama, colchões, roupas em geral, cortinas, tapetes e todo o tipo de tecidos; e agentes químicos em câmaras de desinfecção para os objetos de couro, de borracha, de papelão, e de madeira colada, ou seja, para aqueles que não podem sofrer a ação do calor por se deteriorar. Aqui são citados os procedimentos básicos adotados, para que se possa perceber o grau de invasão que estas desinfecções domiciliares representam. As pessoas são removidas de suas casas, que são interditadas, os doentes internados em hospitais de isolamento, e todos os seus objetos retirados para desinfecção. Não há escolha, após o registro da presença de um doente, ou de uma denúncia, o processo é iniciado.

Percebe-se que este tipo de atuação arbitrária é uma constante durante a Primeira República, tanto que o presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes Marques, enfatiza a ação do policiamento sanitário em conjunto com o Desinfetório Central, durante sua *Mensagem Anual ao Congresso Legislativo* (14 de julho de 1916):

Policiamento Sanitário – O policiamento sanitário continua a ser feito sistematicamente na Capital e nos pontos do interior onde existem inspetorias e fiscais sanitários, vigorando, por toda a parte, a medida referente à desinfecção de todas as casas que se esvaziam, corrigindo-se, desse modo, possíveis casos de moléstias para os futuros locatários. A essa medida podemos atribuir a diminuição dos óbitos por sarampão, coqueluche, escarlatina e outras moléstias. Só na Capital, foram desinfetadas preventivamente mais de 19.000 casas que vagaram durante o ano e, por aí, bem se podem apreciar os serviços prestados pelo Desinfetório Central. [...] O Desinfetório Central continuou a prestar relevantes serviços, encarregando-se da higiene agressiva, com a remoção, o isolamento dos contagiosos, as desinfecções consequentes e o expurgo das casas vazias. (EGAS, 1927a, p. 512)

De acordo com Altino Arantes, a diminuição de óbitos, devido à certas doenças contagiosas, é consequência das desinfecções de casas vazias (só na cidade de São Paulo, 19.000

casas foram desinfetadas naquele ano). Também, salienta que o Desinfetório Central encarrega-se da “higiene agressiva” na cidade, e sem dúvida agressiva para a população pobre. Até meados dos anos 1920 as ações do desinfetório e da polícia sanitária são uma constante na cidade de São Paulo, no entanto os resultados obtidos não trazem qualquer contribuição efetiva para solucionar os problemas relacionados à moradia operária.

A estratégia de visitas domiciliares e desinfecções em nada contribuiu, porém, para melhorar as péssimas condições de moradia e saúde ou eliminar suas causas: pobreza, superexploração e baixos salários, subnutrição, falta de saneamento e de moradias dignas. Gerados por uma ordem social injusta, esses problemas permanecem intocados. (BONDUKI, 2004, p. 34)

Em se tratando das teorias e correntes higienistas, o desinfetório representa bem o arcabouço teórico da época; lá são adotadas simultaneamente as seguintes: miasmática, quando da desinfecção de ambientes contaminados; contagionista, ao isolar os doentes em hospitais de isolamento; e bacteriológica, ao usar estufas e elementos químicos individualizados para os agentes etiológicos identificados, tendo como apoio em suas ações a polícia sanitária.

Em 1896, é iniciada reforma do Serviço Sanitário do Estado, que é reestruturado através da lei nº. 432 (SÃO PAULO (Estado), 1896), a primeira alteração a ser notada é a mudança do nome do órgão, de Diretoria de Higiene para Diretoria do Serviço Sanitário. Mas, como característica principal desta reforma está a autonomia que as seções auxiliares ganham. Em 1898, Emílio Ribas é nomeado diretor-geral do Serviço Sanitário do Estado, permanecendo no cargo por quase vinte anos, e sob sua tutela as ações pautadas na teoria bacteriológica ganham força em certas seções auxiliares sem, no entanto, serem descartadas ações pautadas nas teorias miasmática e contagionista.

Se as instituições da organização da saúde pública fossem classificadas em função das concepções da origem das doenças, poderíamos afirmar que o Serviço Geral de Desinfecção ligava-se a concepção miasmática e o Instituto Bacteriológico à microbiana. A polaridade – miasma e micróbio – estava presente na estrutura dos serviços de saúde pública, caracterizando o momento de transição em que a velha concepção não foi de todo abandonada e a nova não foi de todo aceita. (RIBEIRO, 1993, p. 35)

Há uma tentativa, através da lei estadual nº. 432, de delimitar as áreas de atuação do município e do estado, nas questões de saúde pública. Para o município fica o saneamento básico do meio (água, esgoto e drenagem), o policiamento sanitário das habitações (utilizando os preceitos contidos no código sanitário), fiscalizações (de fábricas e demais estabelecimentos que possam comprometer a salubridade da cidade, e da alimentação pública), serviços de vacinação, e assistência pública aos indigentes. Já, para o estado fica a organização e execução de intervenções “agressivas ou defensivas”, a serem aplicadas em localidades em que moléstias epidêmicas são identificadas, nestas ocasiões os inspetores sanitários assumem a

direção e organização dos serviços (originariamente de responsabilidade das municipalidades). Embora, tenha se tentado delimitar as esferas de atuação, a legislação não se mostra eficiente neste sentido, pois não apresenta de forma clara quais são as responsabilidades a serem assumidas, quer pelos municípios quer pelo estado. Além disso, há uma tentativa de diminuição dos poderes municipais quanto às questões de saúde pública:

A Constituição do Estado de 1891 referendou o princípio de autonomia municipal e os serviços sanitários fundamentais ficaram a cargo das municipalidades. Na verdade, a saúde pública estava entregue aos poderes locais, às câmaras e aos intendentes. A Legislação de 1896 procurou diminuir a autonomia municipal, aprovando algumas intervenções do Estado: a primeira referia-se às epidemias, quando a direção dos serviços sanitários passava às autoridades estaduais; a segunda referia-se à supervisão dos serviços a cargo do município, como abastecimento de água, canalização de esgotos, de águas pluviais, drenagem do solo, calçamento, irrigação das vias públicas, asseio das ruas e dos logradouros públicos e sua conservação, remoção e incineração de lixo e posturas sobre construções que passava às autoridades estaduais. (RIBEIRO, 1993, p. 48)

Para que todo o aparato do serviço sanitário funcione de maneira adequada, o papel do inspetor sanitário, enquanto responsável pelas práticas de policiamento e pela vigilância sanitária, é fundamental:

O serviço sanitário era organizado de forma que o inspetor sanitário exercesse controle médico sobre a população em geral (e não sobre o indivíduo) e sobre a casa, a água, o esgoto, a ventilação e o lixo. Os médicos intervinham na organização do espaço da casa e da cidade. Nesse sentido, eles foram os organizadores e administradores do espaço coletivo. [...] No final do século XIX, o emprego do conceito, na legislação sanitária paulista, pretendia-se às ideias de fiscalizar e vigiar a população em geral, mas, em especial, os pobres, as classes consideradas perigosas, pois eram os disseminadores de doenças. O conceito de polícia aplicava-se à saúde pública, mas não se restringia a essa área – encontram-se na educação as denominações de inspetor de ensino, delegado de ensino, como se encontram as de inspetor sanitário, de delegado de higiene. (RIBEIRO, 1993, p. 46-47)

Sobre a saúde pública, em 1906, o poder estadual é de novo sobreposto ao municipal, quando o estado é dividido em 14 distritos sanitários, conforme o decreto nº. 1.343 (SÃO PAULO (Estado), 1906). Novas funções são atribuídas aos inspetores sanitários, distribuídos por todo o estado de São Paulo, com isso, “praticamente, extinguem-se as atividades municipais de Saúde Pública” (SPOSATI, 1985, p. 42). Esta ingerência do estado sobre os municípios é anunciada no ano anterior pelo presidente Jorge Tibiriçá Piratininga, através de sua *Mensagem Anual ao Congresso Legislativo* (em 7 de abril de 1905), quando mostra seu descontentamento com a atuação das municipalidades³³, porém, não descarta que as prefeituras arquem com os custos relativos às ações a serem desenvolvidas no âmbito da saúde pública.

Serviço sanitário – Já não há mais dúvidas sobre a vantagem de centralizar o serviço sanitário. A interferência das municipalidades não correspondeu às esperanças

³³ No caso da cidade de São Paulo, o prefeito Antonio da Silva Prado, bem antes da publicação do decreto nº. 1.343, já tinha passado para o estado diversas das atribuições municipais na área de higiene e saúde pública.

do legislador, e muitas são as câmaras que têm descurado, por completo, as suas obrigações, no tocante à saúde pública. Nesta parte, faz-se mister abandonar os preceitos da lei n. 432, de 3 Agosto de 1896, resolvendo-se que fique com o Estado todo o serviço de higiene, embora hajam as municipalidades de contribuir com uma parte de suas rendas para a manutenção de semelhante encargo. Não dispensa o código sanitário em vigor uma séria revisão, de modo que sejam observados os ensinamentos da higiene e que sempre se tenha em vista a harmonia dos direitos individuais com o interesse comum da saúde pública. Espero submeter, dentro em pouco, à vossa aprovação, o projeto de um novo código sanitário, que já está sendo elaborado. (EGAS, 1927a, p. 178-179)

A revisão do Código Sanitário, anunciada por Jorge Tibiriça Piratininga, só se concretiza em 1911, com o decreto nº. 2.141 (SÃO PAULO (Estado), 1911), neste momento é realizada outra reforma do Serviço Sanitário. Ocorrem novas divisões de responsabilidades entre municípios e estado, na verdade não são muito diferentes das definidas em 1896. Só que é há mais espaço e são criados órgãos para o policiamento e fiscalização das cidades.

Pouco tempo depois, em 1917, acontece nova reorganização do Serviço Sanitário do Estado, apresentada na lei nº. 1.596 (SÃO PAULO (Estado), 1917); e logo em seguida, em abril de 1918, no decreto nº. 2.918 (SÃO PAULO (Estado), 1918) é publicada nova versão do Código Sanitário. Neste conjunto de reorganizações do Serviço Sanitário, o aparato de policiamento sanitário é mantido e aperfeiçoado, e o Código Sanitário é a ferramenta na qual se percebe a maior mudança. Há o acréscimo de um novo capítulo, denominado Código Sanitário Rural. Inclusive, é esta alteração que caracteriza a reestruturação do Serviço Sanitário naquele momento, a preocupação com as cidades do interior, sujeitas a epidemias sucessivas.

Washington Luís, quando presidente do estado, em sua *Mensagem Anual ao Congresso Legislativo* (14 de julho de 1921), faz referências ao aparato criado para o policiamento sanitário, precisamente na cidade de São Paulo, os números e as metas são assustadores:

Policiamento Sanitário – *Para a devida eficiência desse serviço, foi a Capital dividida em trinta distritos, estando cada um deles a cargo de um inspetor sanitário. Afim de que esta cidade, que possui hoje cerca de 60.000 prédios, fosse suficientemente policiada pelo departamento sanitário durante o ano, estabeleceu-se como média geral, que cada inspetor deveria visitar, por dia, 25 prédios no mínimo. O resultado desta medida tem sido o mais lisonjeiro possível. Desta arte são visitados diariamente cerca de 750 prédios, o que perfaz, ao cabo de 30 dias, 22.500 prédios, isto é, um pouco mais da terça parte dos prédios de que se compõe a cidade. A fiscalização das cocheiras, estábulos, cavalariças, chácaras, quintais, capinzais e terrenos baldios continua a ser feita, como preceitua o Código Sanitário, pela Inspetoria dos Serviços de Profilaxia. (EGAS, 1927b, p. 153-154)*

Em 1924, atribuições são formalmente retiradas do Serviço Sanitário, quando da oficialização do Instituto de Higiene, através da lei nº. 2.018 (SÃO PAULO (Estado), 1924). O Instituto passa a ser o responsável pela formação de pessoal capacitado e pesquisa no estado.

Quando da oficialização do Instituto de Higiene, a crítica mais severa à autonomia era que o órgão se propunha a ser uma nova direção do Serviço Sanitário do Esta-

do e que com sua oficialização, multiplicava-se seu poder. De fato, as atribuições dadas ao Instituto absorviam funções do Instituto Bacteriológico, do Instituto Vacinogênico, do Instituto Butantã e da própria Diretoria do Serviço Sanitário, tais como estudar planos e métodos de campanha sanitária, emitir parecer sobre assuntos de higiene e organizar comissões especiais para o estudo de higiene. Enquanto o dr. Paula Souza ocupou os dois cargos, o Instituto de Higiene foi o órgão formulador das diretrizes da política de saúde. (RIBEIRO, 1993, p. 261)

Ainda que o Serviço de Saúde do Estado tenha passado por diversas reformas e reestruturações ao longo deste período, é em 1925 que ocorre grande mudança, quando a estrutura antiga vai dar lugar a novo aparato sanitário.

Se a tônica da reforma de 1917, comandada pelo diretor do Serviço Sanitário, dr. Arthur Neiva, foi a preocupação de atender as populações rurais e de tratar especificamente, das endemias rurais na sua globalidade, a reforma de 1925, comandada pelo diretor do Serviço Sanitário, dr. Geraldo Horácio de Paula Souza, foi voltada para a cidade de São Paulo. Porém, não é o espaço urbano o privilegiado, e sim, a educação sanitária da população urbana. O centro irradiador passou a ser o recém-criado Instituto de Higiene, órgão responsável pelo estudo e pela formulação da política de saúde pública. O Instituto de Higiene passou a ocupar as funções antes exercidas pela Diretoria do Serviço Sanitário, órgão normatizador da política de saúde. A Reforma de Paula Souza esvaziou a Diretoria do Serviço Sanitário, reduzindo seus recursos e funções, transformando-a num órgão burocrático com funções de secretaria. (RIBEIRO, 1993, p. 259)

A partir de 1925, a linha de atuação adotada, para definir as novas ações relativas à saúde pública, é a médico-sanitária, no lugar de destaque da polícia sanitária, passa-se a enfatizar a educação sanitária. Trata-se da Reforma Paula Souza, como ficou conhecida.

O eixo dessa nova orientação deslocou-se do policiamento para a educação e as ações sanitárias transferiram-se da população em geral para o indivíduo em particular. Com isso, na prática sanitária, o policial as coisas – habitação, água, esgoto, lixo – o vigiar a cidade ganhava um novo aliado – a persuasão do indivíduo, o uso das palavras para forjar no indivíduo a consciência sanitária, a prática sanitária definiu-se como policial e persuadir. (RIBEIRO, 1993, p. 246)

Devido a esta nova reorganização, são criados novos órgãos, como a Inspeção de Policiamento Domiciliário, Inspeção de Moléstias Infecciosas, Inspeção de Educação Sanitária, Centros de Saúde e Instituto de Higiene. Por outro lado, antigos órgãos são fundidos ou desmantelados, como é o caso do Instituto Bacteriológico (que é fechado) ou do Desinfetório Central e do Hospital de Isolamento (anexados à Inspeção de Moléstias Infecciosas).

As questões de ordem higiênica, voltadas para o saneamento da cidade e das casas dos pobres, são pensadas por profissionais multidisciplinares. Em São Paulo, no início do período estudado, são os médicos quem ditam as regras e os procedimentos a serem adotados, e os engenheiros se responsabilizam pelas obras urbanas, ambos pautados, principalmente, nos saberes europeus.

Os engenheiros, no início da Primeira República em São Paulo, assistiram os médicos na elaboração e aplicação de um código sanitário e assumiram frequentemente a chefia das comissões de saneamento nas grandes cidades, nas quais foram res-

ponsáveis pelas grandes obras de provimento dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgotos, de drenagem e obras de controle de enchentes. A primeira vista parece ter havido uma divisão institucional de emprego no governo estadual das profissões de saúde pública, com os médicos nas comissões sanitárias e os engenheiros nas comissões de saneamento, ambos unidos por uma doutrina culturalmente e profissionalmente abrangente de higienismo. (GUNN, 2002)

Já nos anos 1920, concomitante à Reforma Paula Souza, ampliam-se as escolas que vão influenciar e pautar as ações higienistas na cidade de São Paulo, em especial a americana, na figura da Fundação Rockefeller. Independentemente da influência recebida em diferentes momentos, engenheiros e médicos associam-se para que as ações de saneamento tenham êxito, tanto na higienização da cidade, quanto da moradia dos pobres.

As alterações específicas nos termos da relação entre engenheiros e médicos na saúde pública obedecem momentos distintos durante a Primeira República, iniciando-se com um conceito culturalmente amplo e interdisciplinar do higienismo, que comporta a ascendência do saneamento urbano junto com a vacinação e o isolamento, entre as profilaxias preferidas de saúde pública para enfrentar os rigores da peste. [...] Na história subsequente de Saúde Pública nos anos vinte, a influência norte-americana neste campo seria expressa pelos auxílios da Fundação Rockefeller e pelos médicos associados com o projeto do Instituto-Higiene. A 'confraria de higienismo' que se estabeleceu entre médicos e engenheiros na elaboração do Código Sanitário, com suas estratégias para higienizar a moradia do pobre e regularizar a construção da boa cidade, teve continuidade no 'aperfeiçoamento' deste código em 1911. A pesquisa indica, entretanto como os termos do diálogo evoluíram quando se tratou da Saúde Pública nos anos vinte e especialmente na reformulação do Código Sanitário em 1925. (GUNN, 2002)

O final do século XIX, quanto aos saberes relativos à saúde e à higiene pública, é um momento de transição entre a aplicação das teorias miasmática e bacteriológica, estas irão determinar as medidas sanitárias adotadas pelos governos municipais e estaduais, seja na organização das cidades, ou nas habitações, principalmente, das camadas mais pobres da população. Com o passar do tempo, os saberes são aperfeiçoados, influências são recebidas de outras localidades, não apenas europeias, mas pouco é alterado em se tratando das ações autoritárias do Estado, de sua polícia sanitária, e das visitas e desinfecções domiciliares.

Outro aspecto importante no caso da saúde e higiene pública, é que o município de São Paulo tem papel secundário no panorama geral e nas ações desenvolvidas. No contexto deste trabalho, assume basicamente o papel de fiscalização das habitações; o estado se sobrepõe, através de todo o aparelho criado, e da legislação sanitária (que todos os municípios devem adotar). Fica, como questão a ser respondida nos outros capítulos deste trabalho, se a cidade de São Paulo, no tocante às aprovações para construção das casas operárias, exige que os preceitos contidos nos Códigos Sanitários sejam respeitados.

1.2 O ESPAÇO DOS MAIS POBRES É NORMATIZADO

A questão da localização das habitações operárias é abordada de diferentes maneiras, de formas diversas e por interlocutores variados. São usados argumentos técnicos, econômicos, ou ideológicos, conforme o caso; são publicadas recomendações em tratados, artigos em jornais e revistas; discutem o assunto engenheiros, arquitetos, médicos, políticos, industriais, operários.

Neste universo, a legislação paulista (municipal e estadual), em diversos momentos, também trata da localização das habitações operárias, e neste caso de duas maneiras: direta e indireta. Entende-se como forma direta aquela em que há prescrições e restrições específicas para a localização da habitação operária, sem deixar qualquer dúvida do que é permitido ou não. Por outro lado, a forma indireta é aquela em que o poder público, mesmo sem impor restrições específicas, atua de maneira a coagir, ou a persuadir, os construtores e proprietários, a ocuparem determinadas áreas da cidade. Construtores e proprietários podem ser convencidos ao receberem vantagens financeiras aos seus negócios, como por exemplo: isenção de certos impostos relativos às construções; incentivos para a construção em determinadas localidades (disponibilização de serviços e benefícios); e cobrança de impostos com valores reduzidos, de acordo com os locais ocupados. Outra maneira, utilizada para o convencer a ocupar áreas específicas da cidade, é agir de maneira permissiva nestas localidades, em outras palavras, não se verifica se a lei, que deveria ser adotada por todos, é seguida naqueles locais.

Independentemente da forma como a legislação aborda as questões relativas à localização da habitação operária (direta ou indireta), o que se verifica é que a população mais pobre é expulsa gradativamente das áreas centrais, de maneira que os locais mais “nobres” são reservados à habitação e ao comércio da elite econômica da cidade. É importante deixar claro que a legislação não é o único fator da expulsão dos mais pobres, diversos outros³⁴ viabilizam a segregação sócio-espacial na cidade, por exemplo: terrenos mais baratos nas periferias e nas várzeas; localização das fábricas; preceitos higienistas e moralistas; etc. Neste contexto não são expulsos apenas os operários, mas toda sorte de atividades que pudessem comprometer o tipo de vida das elites; aí enquadram-se hospitais, isolamentos, matadouros, curtumes, fábricas, ...

³⁴ Sobre estes assuntos, consultar: Blay (1985); Bonduki (2004, 2014), Campos (2008a); Grostein (1987); Guzzo (2014); Rago (2004); Rolnik (1981, 2001, 2003), Segawa (1988, 1994, 2004a, 2004b).

Quando foi realizado o levantamento dos projetos a serem utilizados neste trabalho, deparou-se com um exemplar muito interessante, por ilustrar a questão de querer juntar as atividades incômodas e afastá-las, da área central da cidade; e por rotular a solicitação como sendo uma casa para operários, sem necessariamente corresponder à realidade. O projeto referido é de 1902, quando é apresentado à Câmara um requerimento para “construir uma casa para operários” (Figura 4) na Rua Minas Gerais, 6 “perto do isolamento”. Com estas informações o autor do projeto enfatiza que a casa é localizada fora do “perímetro urbano”, conforme definido na lei nº. 498 (SÃO PAULO (Município), 1900) – podendo ser beneficiado por atender às prescrições contidas nesta lei, específica para a casa operária –, e em local onde já se encontram atividades que se desejam afastar do núcleo urbano, no caso o hospital de isolamento.

Figura 4 – Requerimento de 1902 para “construir uma casa para operários”. Endereço: Rua Minas Gerais, 6, “(perto do isolamento)”. Proprietário / Requerente: Felice de Colla (?). Fonte: OBRAS PARTICULARES M, 1902-1902. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 333. (Arquivo Histórico Municipal). p. 14-15.

A “casa para operários”, conforme consta no projeto, possui duas salas, três dormitórios e cozinha, as instalações sanitárias não são mostradas no desenho, mas devem estar localizadas no fundo do terreno, que tem profundidade de 50 m. A área desta casa é de pouco mais de 90 m², o que é bem superior ao comumente encontrado para as casas operárias da época. Com estas características, esta casa se aproxima ao que Lemos (1999, p. 32) indica ser de uso da classe média baixa.

A seguir, pretende-se analisar, dentre as leis estudadas, quais delas obtiveram resultados efetivos e contribuíram no sentido de normatizar o espaço segregado, destinado às camadas mais pobres da população.

1.2.1 PRIMEIRAS INDICAÇÕES DE LOCALIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES OPERÁRIAS

As primeiras restrições às habitações dos mais pobres são realizadas de forma direta, são da época do Império, localizadas no Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b). Este documento proíbe a construção de cortiços, casas de operários e cubículos dentro do “perímetro do comércio”³⁵ (Figura 5). Naquele momento, na verdade, esta proibição talvez tenha sido desnecessária, uma vez que naquela região há um movimento maior, não apenas o de afastar a população mais pobre, mas sim das habitações em geral, é quando se dá o início de setorização da cidade.

Vale lembrar que a população do município, conforme dados dos censos (Tabela 1), em 1872 é de 31.385 habitantes e em 1890 já atinge a marca de 64.934 indivíduos; com o dobro de habitantes, com o incremento do comércio, com a entrada de instituições financeiras no município, e com o estabelecimento de indústrias, certas áreas funcionais são naturalmente criadas ou configuradas:

Entre 1889 e 1900, as áreas funcionais começam a aparecer mais nitidamente. O centro, com o tradicional triângulo formado pelas ruas Direita, XV de Novembro e São Bento é crescentemente movimentado pelos setores comercial e financeiro, afastando as moradias que ainda ali existiam para bairros mais estritamente residenciais, cuja diferenciação também vai ocorrendo segundo o nível econômico-social de seus moradores. (QUEIROZ, 2004, p. 23)

Poucos anos mais tarde, o Código Sanitário (SÃO PAULO (Estado), 1894), no *Capítulo V – Habitações das Classes Pobres* apresenta a seguinte indicação para a localização das vilas operárias: “As vilas operárias deverão ser estabelecidas fora da aglomeração urbana”

³⁵ O “perímetro do comércio”, ou triângulo, é formado pelas Ruas Direita, São Bento e da Imperatriz, atual XV de Novembro. Já, o triângulo “histórico” possui em cada um de seus vértices uma estrutura conventual: Mosteiro de São Bento, Convento de São Francisco, e Convento do Carmo.

(artigo 141). Os Códigos Sanitários são de âmbito estadual e, no caso específico da cidade de São Paulo, tal indicação é uma maneira de aumentar os primeiros limites definidos no Padrão Municipal, e afastar a população pobre do núcleo urbano.

Figura 5 – Perímetro do comércio [intervenção digital da autora, na marcação do perímetro]. Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos em 1881. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1872.php>.

Tentar afastar as vilas operárias das “aglomerações urbanas” não é uma novidade por parte do poder público, em 1893 o *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia* (GAMA et al., 1893) apresenta o mesmo tipo de recomendação para a localização de vilas operárias, a serem construídas no município de São Paulo. A proposta apresentada é que, de preferência, utilizem-se terrenos nos subúrbios, localizados em um raio de 10 a 15 km da cidade, em locais com acesso por meio de rede ferroviária, mesmo que fossem necessários investimentos, por parte do poder público, para ampliação deste meio de transporte. As localidades sugeridas são (GAMA et al., 1893, p. 113-114): campos em Santana; terrenos vizinhos às estações de Pirituba, de Água Branca e do prolongamento dos Campos das Perdizes; terrenos altos na várzea do Tamandua-

teí, no Pari, campos além da Mooca, terrenos vizinhos a São Caetano, até próximo à estação de São Bernardo; Penha, nos campos de Aricanduva e Tatuapé, nos terrenos baldios próximos às estações até atingir aqueles mais distantes em São Miguel; terrenos altos ao longo da linha férrea de Santo Amaro, ou da várzea do Pinheiros. Ao analisar estas sugestões, é importante verificar a preocupação com a localização dos terrenos a serem ocupados, sempre próximos às estações de trem, para facilitar tanto o transporte dos novos habitantes daquelas regiões, como a circulação de mercadorias, viabilizando o abastecimento das futuras vilas. Outra questão importante considerada, é que os terrenos destinados à habitação operária deveriam ser altos, ou seja, tentava-se evitar as áreas alagadiças da cidade.

Cabem considerações sobre as recomendações de ordem topográfica, que não são realistas, os terrenos altos são mais caros enquanto as várzeas são baratas. No alto são configurados os novos bairros da população mais rica, enquanto nos baixios os da população pobre. A ocupação da cidade se dá a partir desta oposição, várzeas x colinas (ROLNIK, 1981, p. 25).

Quanto à localização das habitações operárias, da mesma forma que é sugerido no *Relatório*, percebe-se que os eixos ferroviários realmente foram adotados como norteadores do processo de urbanização da cidade e de formação de novos núcleos habitacionais. No entanto, quando o *Relatório* foi elaborado, as estradas de ferro cruzando a capital já eram uma realidade³⁶, o que torna tal tipo de ocupação quase espontâneo ao se pensar em uma cidade industrial, onde a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro é essencial:

Ler a história das formas cambiantes do espaço urbano de São Paulo na primeira república é ler a genealogia da cidade industrial: cidade das novas relações de trabalho, das primeiras chaminés, das primeiras habitações operárias, das grandes mansões, das trinta e cinco nacionalidades. E também cidade das lutas urbanas: lutas no e pelo espaço, confronto de “projetos” de cidade, tensão permanente de inscrições territoriais diversas. (ROLNIK, 1981, p. 22)

Neste caso específico, o da indicação da localização das habitações operárias, percebe-se que os responsáveis pelo *Relatório*, dois engenheiros (Luiz C. do Amaral Gama e Theodoro Sampaio) e três médicos (Candido Espinheira, Cunha Vasconcelos e Marcondes Machado), mais do que definir um traçado para a cidade, estão mostrando seus conhecimentos acerca de implantações similares em outras localidades, onde preceitos higienistas haviam sido adotados. Apenas para citar um exemplo, quando indicam a ocupação dos campos de Santana por vilas operárias, justificam tal localidade por possuir uma linha de bonde e ter serviços de

³⁶ SEGAWA (2004, p. 351) indica que a proposta da Comissão (Relatório Santa Ifigênia), em sugerir áreas para habitação operária próximas às linhas ferroviárias, não tinha nada de inovador, apontando que: “No ocaso do Império, indústrias de setores como cerveja, materiais de construção, tecelagem e mecânica eram construídas em lugares ermos ou bairros distantes, de precária urbanização, recorrentemente próximas às baixadas e às linhas férreas, pelo menor custo de terreno e facilidade de transporte, constituindo um indutor de ocupação.”

abastecimento de água direto da Cantareira, além disso afirmam: “O relevo do solo favorável e apropriado o terreno para uma pequena lavoura dos subúrbios que tanto enriquece as cidades europeias e que entre nós é ainda trabalho embrionário.” (GAMA, et al., p. 113).

Para ilustrar a orientação do crescimento da cidade, são utilizados três mapas esquemáticos (até 1881, de 1882 até 1914, e de 1915 até 1929) nos quais, sobre os atuais distritos da cidade, são apresentadas manchas representativas das áreas urbanizadas em cada um deles nos períodos especificados. A área urbanizada na cidade de São Paulo, até o início da década de 1880, ainda é muito pequena (Figura 6). Neste momento, a cidade começa a se expandir, é iniciado o processo de elitização da área central, e a delimitação de certas áreas funcionais urbanas, com a consequente valorização de terrenos em determinados locais.

Figura 6 – Área urbanizada até 1881. Fonte: EMPLASA, adaptação SEMPLA, DIPRO, obtido em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1872.php>.

Na última década do século XIX, quando inicia-se o processo de setorização da cidade, a população mais rica (formada por fazendeiros de café, grandes comerciantes, importadores, industriais, bacharéis e marechais) muda o local de suas habitações – o “triângulo” e as chácaras são substituídos pela Santa Ifigênia, pelo “centro novo” (arredores da praça da República) e até mesmo pelos Campos Elíseos. Já, no início do século XX, esta mesma população desloca-se novamente, desta vez afasta-se dos bairros ocupados pelos mais pobres, e volta-se em direção à avenida Paulista e à Higienópolis. Durante todo este período, fábricas, vilas e cortiços populares são instalados no Brás e no Bom Retiro; este mesmo tipo de ocupação vai se estender até a Mooca e o Belenzinho, próximo às estações ferroviárias (da Central e de Santos-Jundiaí). Alguns núcleos isolados, dependentes obrigatoriamente do trem (tanto para o

transporte de matéria prima como mão de obra), são originados a partir de fábricas nas seguintes localidades: Ipiranga, Vila Mariana, Vila Prudente, Água Branca e Lapa. Com a instalação e expansão das linhas de bonde (que, normalmente, trafegam na rua principal do bairro, próximo às fábricas, e são o único equipamento de infra-estrutura urbana existente em certas localidades), outras áreas passam a ser ocupadas, e algumas adensadas, são elas: Barra Funda, Água Branca, Lapa, Tatuapé, parte leste do Belenzinho, Cambuci, Vila Deodoro, porção sul do Sacomã (ROLNIK, 1981, p. 25-28).

Assim, quanto à ocupação da cidade, até 1914 (Figura 7), percebe-se que a urbanização aumenta, sobretudo, no eixo leste-oeste, junto às linhas férreas (de trem e de bonde) e na direção sul, em paralelo ao caminho de Santo Amaro. A região central é mantida como o espaço da elite, enquanto as classes operárias, aos poucos, são segregadas às zonas periféricas.

Figura 7 – Área urbanizada de 1882 até 1914. Fonte: EMPLASA, adaptação SEMPLA, DIPRO, obtido em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php>.

Para melhor compreender a influência das linhas de bonde na expansão da cidade, na figura 8 é apresentado um mapa, extraído do *Relatório Anual* de 1907, da Light. Os relatórios anuais elaborados pela empresa apresentam as linhas de bonde existentes, aquelas construídas durante o ano relatado, as que foram renovadas e as planejadas. Se confrontadas as duas figuras, 7 e 8, as linhas de bonde estão totalmente inseridas na mancha urbanizada.

Figura 8 – Mapa das linhas de bonde. Parte do relatório da Light de 1907. Fonte: PORTELA, 2006, p. 130.

De 1915 a 1929 (Figura 9), a vocação mostrada no período anterior (de 1882 até 1914), da população ocupar regiões mais distantes da área central, é mantida. Desta vez o fluxo mais intenso é em direção às regiões sul e leste, e as áreas urbanizadas estão cada vez mais afastadas do centro da cidade.

Figura 9 – Área urbanizada de 1915 até 1929. Fonte: EMPLASA, adaptação SEMPLA, DIPRO, obtido em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1920.php>.

1.2.2 PROIBIÇÃO AOS CORTIÇOS

Dentre todas as modalidades de moradias operárias, aquela que se tentou extinguir (não apenas afastar dos núcleos urbanos) é o cortiço, completamente condenado ao longo do

tempo. Os cortiços são locais com alta densidade demográfica, nos quais famílias habitam um único aposento sem qualquer tipo de privacidade, não há cozinhas e banheiros individualizados, estes compartimentos são partilhados por todos, o lixo se acumula em pátios e corredores. Também, muitas casas grandes, velhas e deterioradas, são transformadas em cortiços para abrigar um número cada vez maior de pessoas. Ou seja, este tipo de habitação insalubre é visto como um risco, por ser foco de transmissão de doenças e indutor de possíveis epidemias.

Na legislação estudada, os cortiços são proibidos em diversos momentos, e de diferentes maneiras. A primeira referência localizada sobre esta proibição encontra-se no Código Sanitário de 1894 (SÃO PAULO (Estado), 1894), especificamente no *Capítulo V – Habitações das Classes Pobres*; o artigo 138 determina que: “Deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes”. Portanto, o estado de São Paulo determina que a responsabilidade de extinção dos cortiços é cargo das municipalidades, e para cumprir tal determinação será preciso legislar a este respeito. Além da proibição, o artigo subsequente indica que, também, não devem ser toleradas subdivisões de casarões, como forma de moradia para um grande número de pessoas. Sobre esta restrição ficam as perguntas: Quanto é um grande número de pessoas? É permitido que diversas famílias coabitem um único imóvel? Quantos cômodos devem ser destinados a uma família? Ou esta seria uma brecha na legislação para que as municipalidades decidam qual cortiço deve ser demolido e qual é tolerado? É importante registrar que o Código Sanitário não apresenta qualquer definição formal do que é cortiço, por conseguinte, do que não deve ser permitido; a interpretação é cargo das municipalidades. Também, é relevante frisar que a única versão do Código Sanitário que trata deste assunto é a de 1894.

Quanto às definições do que é (ou não) um cortiço, o Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b), apresenta algumas pistas no *Capítulo VI – Cortiços, Casas de Operários e Cubículos*; no entanto, ao longo de seu texto, não há uma distinção formal entre as modalidades de habitação (cortiço, casa de operário e cubículo). Em seu artigo 14, indica que cada habitação deve ter, no mínimo, três compartimentos (sem especificar o uso deles), com área mínima de 7,5 m² (cada um dos deles); no artigo 3, permite que, para cada grupo de duas habitações, seja instalada apenas uma latrina (com quantidade de água suficiente para o asseio). Cabe destacar que, posteriormente, na historiografia, um dos critérios adotados para classificar uma moradia como cortiço é o uso de uma mesma latrina por mais de uma família.

A figura 10 mostra o projeto de “uma casa dupla de operários”, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo em 1895, a partir da análise deste processo, entende-se que, naquele momento, a municipalidade aceita uma latrina para este tipo de moradia.

Figura 10 – Requerimento de 1895 para “construir uma casa dupla de operários”. Endereço: Rua Baronesa de Limeira, pegada ao nº. 89 (48?). Proprietário: Dona Gabriella de Andrade Silva de Mesquita. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1895-1895. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 077. (Arquivo Histórico Municipal). p. 83-85.

O Padrão Municipal, em vigor na época, exige que cada casa operária tenha, no mínimo, três cômodos (sem indicar o seu uso), com pelo menos 7,5 m². Na planta original do exemplar acima, apenas a latrina e o quintal estão nomeados, nenhum dos compartimento possui indicação de uso (a numeração contida no desenho é para facilitar a compreensão do leitor). As casas são simétricas, cada uma delas possui três cômodos, o uso da latrina e do quintal é comum às duas habitações.

Retornando às questões referentes à proibição dos cortiços, em conformidade com as exigências apresentadas no Código Sanitário, a cidade de São Paulo legisla a respeito, porém, nem sempre na direção da extinção dos cortiços, porque aqueles em conformidade com o Padrão Municipal são tolerados. Em 1896, a lei nº. 220 (SÃO PAULO (Município), 1896b, art.

1), obriga a demolição de edificações, seja daquelas que podem ruir, causando algum dano material ou perigo aos transeuntes, ou das que estão fora do alinhamento, e que não atendem ao Padrão Municipal. Não há menção aos cortiços, na verdade, esta lei é uma tentativa de regularizar, de forma autoritária, as edificações que não seguem os padrões e alinhamentos da cidade, se aproxima mais às tentativas de embelezamento do que de saneamento.

No final daquele ano, na lei nº. 286 (SÃO PAULO (Município), 1896c), que *Manda vigorar de 1º. de janeiro de 1897 em diante a tabela sobre impostos de Indústrias e Profissões*, além dos diversos impostos municipais, são apresentadas definições³⁷ precisas de cortiços e seus elementos constituintes:

Art. 13. – Entende-se por cortiço – o conjunto de duas ou mais habitações que se comuniquem com as ruas públicas por uma ou mais entradas comuns, para servir de residência a mais de uma família.

Parágrafo único. – Cada uma das habitações do cortiço chama-se quarto ou cubículo.

Art. 14. – Compreende-se também como cubículos de cortiços os cômodos de casa que não sejam cortiços, mas que estejam divididos em diferentes fogões e os que lhes forem acrescidos nas mesmas condições.

Parágrafo único. – Excetuam-se desta disposição os hotéis e casas de pensão que funcionarem com licença do Intendente de Polícia e Higiene.

Em 1898, na lei nº. 375 (SÃO PAULO (Município), 1898b, art. 29) há a indicação de que “os cortiços infectos ou insalubres não são permitidos e deverão ser demolidos ou reconstruídos de conformidade com o padrão municipal”. No entanto, esta não é uma lei sobre construções na cidade, mas sim sobre o orçamento do ano seguinte, nela são apresentados valores dos impostos a serem cobrados, inclusive referentes ao funcionamento de cortiços. Novamente, em 1900, a lei nº. 493, que *Fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1º. de janeiro a 31 de dezembro de 1901*, determina a proibição de cortiços não conformes, no entanto não há qualquer indicação que devam ser demolidos: “não serão permitidas as habitações coletivas, em forma de cortiço, nas casas que para tal fim não forem construídas, nem nos cortiços que não estiverem de acordo com o padrão” (SÃO PAULO (Município), 1900a, art. 40).

Em 1916, o ato nº. 849 (SÃO PAULO (Município), 1916), incorpora as indicações das leis nºs. 375 e 493; o artigo 116 indica que não são permitidas habitações coletivas em forma de cortiço, em casas que não tenham sido edificadas para tal finalidade, e que não são permitidos os cortiços em desacordo com o Padrão Municipal. E, o artigo 118 aponta que cor-

³⁷ Estas definições são, posteriormente, resgatadas pelo ato nº. 849 em 1916, no *Capítulo IV - Casas para Operários* (SÃO PAULO (Município), 1916).

tiços, infectos e insalubres, não são permitidos, e devem ser demolidos ou reconstruídos, em conformidade com o Padrão Municipal.

Cabem algumas considerações acerca desta legislação que proíbe cortiços e determina a demolição daqueles considerados infectos e insalubres. O Código Sanitário Estadual determina que os municípios são os responsáveis por remover os cortiços das cidades, no caso da capital paulista, as leis que versam sobre o assunto, principalmente as primeiras, são as orçamentárias, deste modo, a preocupação maior não está exatamente em sanear habitações, mas sim em garantir cobranças de impostos.

No entanto, há indícios de que estas leis não produziram resultados efetivos, pois são reeditadas ao longo do tempo. Os cortiços são utilizados por parte significativa da população operária da cidade, seja por representarem uma opção economicamente viável, ou até mesmo por falta de outras alternativas de moradia. Já, para os proprietários são uma fonte de renda segura, pois se investe pouco e obtém-se alto retorno.

A construção barata era uma exigência intrínseca ao negócio, pois os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitiam alugueis elevados. Os cortiços e as casas coletivas eram, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei e desejada pelos higienistas. Este conflito entre a legislação e a realidade, que nunca desapareceu, decorria do processo de exploração da força de trabalho e permeou a produção de moradias populares em São Paulo. (BONDUKI, 2004, p. 39)

Não se pode esquecer que os cortiços são previstos no Padrão Municipal, ou seja, na legislação, portanto pagam tributos à cidade de São Paulo. E, ao acrescentar a falta de moradias e a impossibilidade de pagamentos de aluguéis elevados por parte dos trabalhadores, podem ter sido considerados “atraentes” por alguns, e as autoridades influenciadas por este ponto de vista não se esmeram para removê-los. Toleram e convivem com os cortiços. Este tipo de habitação não é retirado da cidade em nenhum momento, mesmo tendo sido condenado por todos os preceitos higienistas adotados na época e a posteriori.

1.2.3 LEIS COM INCENTIVOS

Ao longo do período, diversas leis são aprovadas no intuito de incentivar a construção de habitações operárias, sempre fora do perímetro central da cidade, muitas delas não se mostraram eficazes. A maior parte deste grupo de leis analisado contém certos incentivos ou concessões para a construção de habitações operárias, com prescrições diretas e claras. No entanto, há algumas leis, principalmente aquelas referentes às cobranças de impostos que, de

maneira indireta, coagem o construtor ou proprietário a erigir estas habitações em localidades onde se cobram menos impostos. Este conjunto de leis é apresentado, em ordem cronológica, a seguir.

Os cortiços, no ano de 1897, pagam impostos à cidade de São Paulo. Os valores são determinados através da lei nº. 286 (SÃO PAULO (Município), 1896c) e regulamentados pelo ato executivo nº. 20 (SÃO PAULO (Município), 1897a), que trata da cobrança de impostos a partir daquele ano. No item “Indústrias e Profissões”, da lei nº. 286, os valores a serem pagos pelos cortiços constam da “Tabela do Imposto de Viação”; e são separados em dois grupos, o primeiro deles para os cortiços que estão em conformidade com o Padrão Municipal, e o segundo para aqueles que não estão em conformidade. Os valores devidos também variam conforme a localização dos cortiços; quando encontram-se no interior do 1º. perímetro, os valores cobrados são mais altos do que no restante do município (Figura 11).

O valor dos impostos para cortiços em conformidade com o Padrão Municipal são de 50\$000, por cubículo, quando localizados dentro do 1º. perímetro, e de 20\$000, por cubículo, se localizados fora do 1º. perímetro. Para os cortiços não conformes, os valores cobrados são de 150\$000, por cubículo, caso localizados dentro do 1º. perímetro, e de 100\$000, por cubículo, se localizados fora do 1º. perímetro.

Ao observar a figura com a indicação do 1º. perímetro, percebe-se que impostos mais baratos para este tipo de habitação são apenas nas áreas em que a cidade ainda não chegou, as ruas não estão totalmente demarcadas ou os bairros ainda não foram definidos. Mas, o mais importante a perceber não é a diferença entre os valores cobrados para os cortiços dentro ou fora do 1º. perímetro, mas sim a existência de um imposto para habitações não conformes com o Padrão Municipal. Naquele momento, o município é conivente com a ilegalidade, desde que bem pago para isso. E, esta é uma indicação de que, no caso de habitações operárias, não é necessário adotar a lei nº. 220 (SÃO PAULO (Município), 1896b), que obriga a demolição, de entre outros, edificações não conformes com o Padrão Municipal.

Logo depois, em 1898, a lei nº. 375 (SÃO PAULO (Município), 1898b), altera as tabelas de cobrança de impostos a partir de 1899. Em se tratando dos cortiços, o perímetro determinado em 1896 é mantido, porém não há mais cobranças para os que não estão em conformidade com o Padrão Municipal. Também, há redução nos valores dos impostos, os cortiços em conformidade com o Padrão Municipal passam a pagar 30\$000, por cubículo, caso localizados dentro do 1º. perímetro, e de 10\$000, por cubículo, se localizados fora do 1º. pe-

rímetro. Esta mesma lei indica que “os cortiços infectos ou insalubres” devem ser demolidos ou adequados ao Padrão Municipal.

Figura 11 – Delimitação do 1º. perímetro estabelecido na lei nº. 286 [intervenção digital da autora, na marcação do perímetro]. Mapa da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg>.

Ainda em 1897, através da lei nº. 315 (SÃO PAULO (Município), 1897b), a Câmara Municipal autoriza o Intendente de Polícia e Higiene a contratar Guilherme M. Rudge para construir duas mil casas, de quatro tipos, com o intuito de formar vilas operárias. Para tanto, haveria uma concessão de área de 500.000 m² (de terrenos municipais), isenção de diversos impostos, e concessão de certos benefícios. Após a edificação das primeiras duas mil casas, o contratado poderia solicitar novas concessões, com as mesmas condições prescritas na lei. As concessões, a partir da data de assinatura do contrato, têm validade por vinte anos. Só que, conforme explica Campos (2008), devido à aprovação de outra lei, logo no ano seguinte, que declara nula a lei nº. 315, no tocante a concessão de terrenos municipais, o negócio deixa de ser vantajoso, e nenhuma das casas é construída.

A lei nº. 493 (SÃO PAULO (Município), 1900a, art. 39), que trata do orçamento municipal do ano 1901, isenta até 31 de dezembro de 1909, o pagamentos de impostos de vilas operárias e cortiços (desde que edificadas para tal finalidade). Uma das condições, para as isenções, é que estas habitações estejam localizadas fora de determinado perímetro. Tam-

bém, em 1900 é aprovada a lei nº. 498 (SÃO PAULO (Município), 1900b), que tem por escopo apresentar prescrições para a construção de casas operárias. Estas casas, se localizadas fora de determinado perímetro, ficam isentas dos impostos municipais; assim como, a isenção é concedido às empresas constituídas especificamente para construí-las. As duas leis indicam perímetros diferentes, mas igualmente restritivos à população mais pobre, são eles: central, lei nº. 493 (Figura 12); e urbano, lei nº. 498 (Figura 13). Se as casas operárias são construídas fora dos perímetros, têm direito às isenções de impostos.

Figura 12 – Perímetro central definido na lei nº. 493 [intervenção digital da autora, na marcação do perímetro]. Mapa da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demo grafico/img/mapas/1905.jpg>.

Nos anos 1901, 1902 e 1908 são aprovadas três leis com escopo muito semelhantes, as de nºs. 553 (SÃO PAULO (Município), 1901), 604 (SÃO PAULO (Município), 1902), e 1.098 (SÃO PAULO (Município), 1908)³⁸. As duas primeiras autorizam o Prefeito a “contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais”, a última delas concede “favores para a construção de casas operarias”. Nestas leis, há a indicação de que não é necessário pagar impostos municipais por um período de vinte anos (nas duas primeiras), e de quinze anos

³⁸ Estas leis não apresentam apenas benefícios para os construtores, são exigidas algumas contrapartidas, como por exemplo, o fornecimento de água, a drenagem do solo, e a instalação de esgoto. Além disso, os alugueis devem ser “módicos” (no entanto não são definidos valores) e a compra das casas, caso haja interesse por parte dos locatários, facilitada.

(na última), tanto para a propriedade, como para as construções (salvo aquelas que viessem a ser utilizadas como indústrias, comércio, ou locais de trabalho). E, nas leis n^{os}. 553 e 1.098, há a indicação de que terrenos municipais podem ser utilizados para tais construções, e os construtores estão dispensados de pagar os aforamentos devidos. Neste momento, “o capital privado é orientado no sentido de solucionar um problema social mais amplo, a habitação do operariado, mantendo-se, porém, a garantia do lucro.” (BLAY, 1985, p. 88).

Figura 13 – Perímetro urbano definido na lei nº. 498 [intervenção digital da autora, na marcação do perímetro]. Mapa da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demo-grafico/img/mapas/1905.jpg>.

Ao apresentar um requerimento para aprovação de uma moradia operária, o construtor pode obter isenções ou reduções de impostos, ou mesmo adotar padrões de qualidade reduzidos para a futura edificação. Nem sempre as solicitações de aprovação correspondem à realidade; um exemplo de requerimento, apresentado à Câmara, e localizado durante os levantamentos documentais, possui os seguintes dizeres: “construir uma casa do tipo dito de operários, conforme o padrão municipal e a planta junta” (Figura 14).

Este exemplar em nada se assemelha a outras casas operárias, seja pela quantidade de cômodos, pela circulação adotada, ou mesmo pela presença de área externa a fim de garantir ventilação para a sala de jantar e um dos dormitórios. É possível que o nome adotado “dito de operários” tenha sido uma forma de diminuir as exigências legais (Padrão Municipal, de

1886), diminuindo os custos da obra; as exigências para as habitações operárias são menores do que para as demais. E, além disso, esta casa possui as características que se assemelham as apresentadas por Lemos (1999, p. 34) ao indicar a categoria de moradia de classe média, no início da República: “com qualquer número de dormitórios, mas portadora de duas salas, a de receber, às vezes também chamada de ‘gabinete’, e a sala de jantar costumeiramente batizada de ‘varanda’, fora a cozinha, tendo ao lado as instalações sanitárias completas, incluído banho.”

Figura 14 – Requerimento de 1896 para “construir uma casa do tipo dito de operários, conforme o padrão municipal e a planta junta”. Endereço: Alameda dos Bambus, pegado ao nº. 66. Proprietário: José Luiz de Faria. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1896-1896. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 103. (Arquivo Histórico Municipal). p. 37-39.

Em 1915, 1916 e 1920 passa-se a ter vigência, respectivamente, a lei nº. 1.874 (SÃO PAULO (Município), 1915), o ato nº. 849 (SÃO PAULO (Município), 1916) e o Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1920). Com a aprovação dos dois primeiros a cidade é dividida em quatro perímetros: 1º perímetro ou central; 2º perímetro ou urbano; 3º perímetro ou suburbano e 4º perímetro ou rural. Na figura 15 são demarcados os três perímetros (cen-

tral, urbano e suburbano) configurados na lei nº. 1.874, o perímetro rural é delimitado pelas divisas do município e os limites do perímetro suburbano.

Figura 15 – Perímetros definidos na lei nº. 1.874 [intervenção digital da autora, na marcação do perímetro]. Perímetro central em vermelho, perímetro urbano em azul e perímetro suburbano em verde, perímetro rural até as divisas do município. Mapa da cidade de São Paulo, de 1924. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg>.

Os mesmos perímetros são apresentados no Padrão Municipal (1920), só que com os seguintes nomes: primeira zona ou central, segunda zona ou urbana, terceira zona ou suburbana e quarta zona ou rural. Na legislação consultada, é a primeira vez que se adota esta terminologia (zona) na divisão espacial da cidade. Com a adoção de regras distintas para cada um dos perímetros, é dado o passo decisivo para a segregação na cidade de São Paulo:

A Lei nº 1.874, de 12 de maio de 1915, bem como o Ato nº 849, de 27 de janeiro de 1916, que a regulamentou, revelaram, explicitamente, que a Prefeitura assumiu e incentivou a existência de duas regras de legalidade na cidade: de um lado, a parte da cidade das elites, onde deveriam ser estabelecidas e obedecidas às normas urbanísticas e, de outro, a porção da cidade dos pobres, onde prescindia a necessidade de muitos regulamentos de controle urbano. (NERY JR., 2002, p. 68)

Assim, a partir de 1915, para a construção, ou reconstrução, nos perímetros/zonas central e urbano são exigidos plantas e memoriais descritivos da obra a ser executada. No perímetro/zona suburbano só são permitidas construções em terrenos que já houvessem sido arruados, e no perímetro/zona rural, não é necessário aprovação de plantas, alvará de licença ou mesmo pagamento de emolumentos, desde que a edificação seja construída há, pelo menos, 6 m da estrada, e 3 m do terreno vizinho (lados e fundo). Tais restrições estão presentes na lei nº. 1.874 (1915), no ato nº. 849 (1916) e no Padrão Municipal (1920), ou seja, têm vigência de 1916 até o final do período estudado, 1929.

Por não ser necessário aprovar as plantas dos projetos, a zona rural torna-se atraente para construtores, arquitetos e engenheiros. No livro *Casas Econômicas* de Rudolf Kolde, que contém seus projetos, elaborados e construídos na cidade de São Paulo, o último exemplar mostrado (Figura 16) é destinado à habitação operária, é um projeto de 16 de janeiro de 1924. O autor aponta que há grandes vantagens em construir na zona rural, pois não é necessário solicitar licença à Prefeitura, desde que fossem respeitadas as distâncias de afastamento lateral (3 m) e de recuo frontal (6 m do alinhamento).

Figura 16 – Casa na zona rural do município de São Paulo. Fonte: KOLDE, 1926, p. 25.

Esta casa é bem interessante, possui duas salas e apenas um quarto, é claro que esta indicação de uso não deve ter correspondido à realidade dos moradores. Outra questão importante, é que o autor, não precisando pedir licença à Prefeitura, projeta uma casa que não atende totalmente a legislação, se fosse construída em outra região da cidade, poderia não ser aprovada; a área da “sala de visitas” e as alturas de pé-direito são inferiores aos valores mínimos constantes no Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1920), vigente na época.

Percebe-se que o Estado tem participação limitada na direção de solucionar o problema da moradia operária. Sua atuação se dá ao elaborar algumas leis de incentivo à construção de casas ou vilas operárias, pela iniciativa privada. Estas moradias são afastadas dos espa-

ços considerados mais nobres e, portanto, destinados à elite econômica da cidade, o que talvez tenha sido mais eficiente no processo de segregação sócio-espacial e na conformação da cidade, é tornar o perímetro/zona rural interessante do ponto de vista econômico para a iniciativa privada, permite-se construir casas bem mais baratas nestas regiões. No perímetro/zona rural, podem ser projetadas casas que “não respeitam totalmente a legislação”, tal afirmação não é evidenciada, mas como não é necessário aprovar um projeto, o Estado não vai saber se os preceitos legais são adotados ou não, ou seja, se as condições mínimas para que os habitantes tenham algum grau de conforto, saúde ou qualidade de vida são efetivos.

CAPÍTULO 2

Habitação Operária

Casario na rua da Liberdade, em 1908. Fonte: PONTES, 2003, p. 213.

Capítulo 2 – Habitação Operária

A habitação operária foi muito estudada nas décadas de 1980 e 1990; os autores³⁹, muitos deles utilizados como referência no presente trabalho, focam suas pesquisas em temáticas diversas e abordam questões como: a casa; o morar; os operários; relações entre trabalhadores e empresas; movimento operário; planejamento urbano; e outros. Independentemente do foco das pesquisas, geralmente, estes autores apontam os cortiços como o tipo de moradia condenada, na época, pelas elites, pelos políticos, pelos sanitaristas, pelos médicos, pelos engenheiros, enfim, pela sociedade. Mas, que este tipo de habitação não é extinto na cidade, e para a boa parte da população mais pobre é a única solução viável para se morar. Por outro lado, e estes mesmos autores discorrem sobre o tema, preconiza-se, no período, ser necessário viabilizar a construção da habitação higiênica e salubre para o operariado, a serem concebidas no formato de vilas operárias. Em um extremo encontra-se o cortiço condenado e, no outro, a vila operária como modelo. Só que, entre estes polos existe uma gama de habitações ou de modalidades de habitação operária que formam a cidade de São Paulo aqui estudada.

Em algumas situações, não são muito evidentes as diferenças entre as modalidades de habitação adotadas no período. Neste item do trabalho, apresenta-se algumas das tipologias e dos programas de habitação operária adotados na época, e o que se considera como habitação operária na presente pesquisa, pautando-se nos autores já citados, em publicações técnicas, e no levantamento documental realizado nos acervos do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP) e da Faculdade da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

2.1 CORTIÇO

Embora, sejam apresentadas algumas indicações sobre cortiços na época estudada, estas moradias, enquanto forma de habitação operária, não são discutidos neste trabalho. Adotou-se tal postura pois, esta pesquisa tem a legislação em foco, e os cortiços logo são condenados por diversas leis, e segundo estas deveriam até mesmo serem extintos nas cidades.

³⁹ Principais fontes: BENCLOWICZ, 1989; BLAY, 1985; BONDUKI, 2004, 2014; CARPINTÉRO, 1997; CORREIA, 2004; FREITAS, 2005; GUZZO, 2014; LEMOS, 1976, 1999; PINHO, 1974; ROLNIK, 1981, 2001, 2003; SCHNECK, 2010; SEGAWA, 2004; VAZ, 2002.

Considera-se cortiço um tipo de habitação coletiva, em que as unidades habitacionais são compostas, geralmente, por um compartimento⁴⁰ – chegando a ter, no máximo, três –, habitado por toda a família, mas sua característica mais preponderante é que instalações sanitárias são compartilhadas por mais de uma unidade habitacional.

A palavra cortiço, originariamente, designava (e ainda pode designar) a casa de abelhas que é justamente caracterizada por um grande aglomerado de células, de alvéolos todos idênticos entre si. Por catacrese, foi dado o nome de cortiço à construção composta de inúmeros cubículos iguais entre si e destinada à habitação coletiva, sendo que as instalações sanitárias e os tanques de lavagem de roupa eram de uso comum. Foram, por excelência, moradias promíscuas e nasceram a partir da enorme carência de habitações acessíveis à grande massa proletária da cidade em crescimento. (LE MOS, 1985, p. 64)

Em tal tipo de habitação configuram-se espaços públicos, semi-públicos e privados. Os espaços públicos são as entradas, os corredores e os pátios de uso comum a todos, utilizados para a circulação ou para algum tipo de estar. Os semi-públicos são os corredores de circulação mais restritos, entre unidades habitacionais contíguas, normalmente utilizados por apenas aqueles habitantes, seja para estar, cozinhar ou comer. Os espaços privados, ou melhor, as unidades habitacionais, são usadas para dormir, uma vez que as áreas internas são pequenas para abrigar a alta densidade populacional.

O espaço semi-público do cortiço, corredor/avenida/pátio é vivenciado simultaneamente por grupos sociais diversos, que tem em comum o fato de serem os grupos mais miseráveis da cidade: imigrantes, recém chegados recém ingressantes no trabalho fabril, negros e mulatos que ocupam o famoso “setor degradado” da produção (carregadores, mercadejadores, domésticos), em cujo limite se encontram as prostitutas, criminosos e vadios. (ROLNIK, 1981, p. 59)

Há cortiços que são estabelecidos em casas de grandes dimensões (antigos casarões da aristocracia), que não foram originariamente concebidas para esta finalidade, mas sim como habitação para famílias abastadas, e devido às alterações urbanas da cidade ao longo do tempo, são abandonadas pela população original e adaptadas para abrigar o maior número possível de pessoas. Esta modalidade sempre foi condenada pela legislação. Não apenas as grandes casas são adaptadas e configuradas no formato de cortiços, como as mínimas moradias operárias também. No período em questão, as opções de habitação operária, em praticamente sua totalidade, são todas alugadas⁴¹ para os seus moradores, e os valores dos aluguéis

⁴⁰ Rolnik (1981, p. 58-59) discorre sobre o uso e usuários dos compartimentos dos cortiços: “Os aposentos ‘privados’ são utilizados sobretudo para dormir e nem sempre são ocupados por uma família nuclear: às vezes abrigam um clã, outras uma família e agregados, outras ainda indivíduos sem nenhum laço de parentesco. Esta ‘região privada’ é composta no máximo por dois cômodos, de forma que a zona mais íntima da casa é vivida por todos seus ocupantes ao mesmo tempo. A exiguidade do espaço mistura internamente filhos e pais, filhos homens e filhas mulheres, a família e agregados, comer a conversar ou dormir, etc.”

⁴¹ De acordo com Bonduki (2004, p. 43), no que diz respeito às habitações, a cidade de São Paulo possui, até a década de 1930, quase todas as moradias para aluguel (trata-se da produção rentista), incluindo aí as destinadas às populações de baixa e média renda.

são mais elevados do que os inquilinos podem pagar. Assim, há casas que são divididas por mais de uma família. Em 1911, no artigo *Casas Operárias*, publicado na *Revista de Engenharia*, é feita uma denúncia sobre esta situação:

O operário tira, em geral, do seu trabalho uma renda diminuta. Os recursos escassos que possui não lhe permitem pagar um alto aluguel da casa, e como único meio lança mão das habitações coletivas. Não é raro encontrar em nossos bairros pobres casas habitadas por três e mais famílias⁴², onde o mesmo aposento serve de dormitório e cozinha. (CASAS ..., 1911a, p. 4)

Um exemplo de habitação operária, que pode ter sido utilizada como cortiço, é mostrado na figura 17. Na planta original, nenhum compartimento é nomeado ou possui indicação de uso, no desenho apresentado os mesmos estão numerados, apenas para facilitar a compreensão do leitor, quando da análise deste exemplar.

Figura 17 – Requerimento de 1893 para “para construir uma casinha de operário”. Endereço: Rua Barão de Parnahyba. Proprietário: Sr. Antônio Ferreira. Mestre de Obras: Luiz Coppini. Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 101-102.

A “casinha de operário” mostrada é muito semelhante a vários exemplares de edificações com três compartimentos encarreirados, comuns no período. Mas, ao analisar de forma mais detalhada, verifica-se que os compartimentos 1 e 2 possuem porta e janela com aberturas para o exterior, assim como, o compartimento 3, sem dúvida, é a cozinha. Há uma porta, ou

⁴² Este tipo de situação não é característico da cidade de São Paulo, foi um problema em diversas localidades e países. O baixo valor dos salários associado ao alto preço dos aluguéis das casas operárias faz com que o cortiço seja a solução encontrada pela população mais pobre: “Eles [os operários] aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombram os observadores externos, filantropos e higienistas. A campanha contra os cortiços, vigorosa principalmente no último terço do século XIX, não é de origem operária.” (PERROT, 2010, p. 102).

abertura, entre os compartimentos 1 e 2, que possibilita a circulação no interior da edificação, no entanto, é verossímil o bloqueio desta passagem, e como estes dois cômodos possuem acesso externo, cada um deles pode ser habitado por famílias diferentes, que compartilham a cozinha, com entrada independente do corpo da casa, o que configuraria um cortiço.

Se comparar a “casinha de operário” (Figura 17) com uma das “casas duplas de operário” (Figura 10) percebe-se que a grande diferença entre elas está na circulação. Enquanto na “casinha de operário” a circulação entre os compartimentos pode ser tanto interna quanto externa à edificação, o que viabiliza o seu uso por mais de uma família; nas “casas duplas de operário” a circulação entre os três compartimentos é interna, uma vez que só um deles possui porta com abertura para o exterior. Ou seja, a “casinha de operário” pode ser prontamente adaptada para abrigar duas famílias, o que, na prática a torna um cortiço; a planta apresentada e aprovada, obviamente, não assegura o uso a ser dado na edificação, independentemente da época em questão.

Por outro lado, há edificações projetadas para serem cortiços, e configuradas como tal. Durante os levantamentos documentais deste trabalho, um exemplar de 1893 chama a atenção ao ser solicitado à Câmara aprovação de “nova planta para casas de operários”. O proprietário, Carlos Amsteter, explica o porquê da nova planta, afirma que construíra uma série de casas para operários dentro de seu terreno, mas quando o engenheiro da Câmara foi fazer a vistoria o intimou a demolir as casas por considerá-las cortiços; o requerente faz as modificações que considera necessárias para adequação e envia nova planta para a aprovação (Figuras 18 a 21). Estas casas, conforme as análises apresentadas a seguir, poderiam e deveriam ser consideradas como cortiços, no entanto o poder público não entende como tal, pois não são feitas restrições ao projeto, mas sim lançados os impostos devidos. Na figura 18 é representado o desenho de implantação das casas, o endereço do imóvel é rua Sergipe nº. 1, é interessante observar que a ocupação se dá do fundo para a frente, as três edificações propostas são localizadas bem próximas umas das outras (os corredores de circulação entre elas são de 3 m) a última edificação tem os limites coincidentes com a divisa inclinada do terreno; tais características podem indicar que, em etapas futuras, o terreno deva ser totalmente ocupado por construções similares às apresentadas, e com alta taxa de ocupação. Ainda, no desenho de implantação, é mostrada a localização do cemitério, como uma referência. Vale lembrar que, as atividades incômodas, à sociedade, são afastadas do núcleo urbano, neste caso: cemitério e habitação operária (ou melhor, cortiço).

Figura 18 – Requerimento de 1893 para “aprovação de nova planta para casas de operários”. Endereço: Rua Sergipe nº. 1. Proprietário: Carlos Amsteter. Fonte: OBRAS PARTICULARES Q-T, V, 1893-1893. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 056. (Arquivo Histórico Municipal). p. 90-91.

Figura 19 – Primeira edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1. Fonte: OBRAS PARTICULARES Q-T, V, 1893-1893. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 056. (Arquivo Histórico Municipal). p. 90-91.

Nenhuma das três edificações é igual. A primeira delas (Figura 19) é composta por dez mansões⁴³ e quatro cozinhas, e a segunda (Figura 20) por doze mansões e quatro cozi-

⁴³ Segundo Corona e Lemos (1972, p. 311): “Mansão – o mesmo que morada, moradia. Hoje em dia o termo é empregado para designar a residência de grandes proporções.”

nhas. Não há qualquer indicação de instalações sanitárias ou tanques (mesmo que de uso comum). Como a qualidade dos desenhos originais não é boa, pode haver alguma dificuldade de interpretação quanto às aberturas utilizadas mas, aparentemente, as mansões possuem somente portas para o exterior, janelas são instaladas apenas nas cozinhas. Geralmente, uma família ocupa apenas uma “mansão”, no entanto há aberturas que permitem circulação interna na edificação, o que possibilita falta de privacidade e promiscuidade no local. É claro que, como no exemplo apresentado anteriormente, estas aberturas podem ser facilmente bloqueadas.

As áreas das mansões da primeira edificação variam entre 8,8 e 16 m², enquanto que as áreas das mansões da segunda edificação variam entre 6,8 e 13,2 m². Embora, a segunda edificação tenha mais compartimentos, estes são menores do que os da primeira, além disso, as duas menores mansões, com área de 6,8 m², são menores do que o determinado no Padrão Municipal vigente na época (7,5 m²), ou seja, não estão em conformidade com a legislação. Outra questão negligenciada pelo projeto é necessidade de uma área livre de 30 m² em frente a cada unidade habitacional.

Figura 20 – Segunda edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1. Fonte: OBRAS PARTICULARES Q-T, V, 1893-1893. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 056. (Arquivo Histórico Municipal). p. 90-91.

A terceira edificação (Figura 21), além de cinco mansões e três cozinhas, possui um armazém, o que é comum, para garantir o abastecimento dos habitantes. Nesta, a área das mansões variam entre 8 e 22 m²; esta última, se comparada às demais é bem grande.

Figura 21 – Terceira edificação das “casas de operários”, rua Sergipe nº. 1. Fonte: OBRAS PARTICULARES Q-T, V, 1893-1893. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 056. (Arquivo Histórico Municipal). p. 90-91.

Como se pode perceber, a quantidade de cozinhas, nas três edificações, é inferior ao número de mansões, ou seja, são compartilhadas por diversas famílias. Os cômodos privados, utilizados para o habitar das famílias, são muito pequenos, não se pode esquecer que, no geral, as famílias são bem numerosas e, ao ocupar espaços tão exíguos, não há qualquer tipo de conforto, qualidade de vida, salubridade ou mesmo privacidade.

Até o final da década de 1910, os cortiços, comumente, são edificações de um único pavimento, com uso horizontal intenso do lote, e construídos para “abrigar a ralé”; a partir da década de 1920 surge o cortiço vertical, que é um edifício de até 4 pavimentos, com varandas circundantes (ROLNIK, 1981, p. 60).

Na cidade de São Paulo, é edificado na década de 1920 um complexo de cortiços, que torna-se símbolo deste tipo de habitação; conhecido como Vila Barros, localizado no bairro do Bixiga, e é neste local que o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões) constrói o edifício Japurá. O complexo, formado por edifícios independentes, é ocupado, originariamente, por negros e imigrantes italianos, os nomes de cada uma das habitações coletivas são: Navio Parado (Figura 22), Vaticano⁴⁴, Pombal (Figura 23) e Geladeira (BONDUKI, 2014, p. 30-33).

⁴⁴ Trata-se de uma antiga residência de alto padrão, do século XIX, transformada em casa de cômodos, que ocupam os seus três pavimentos e puxadinhos nos fundos do terreno. Este cortiço vai ser demolido apenas em 1980, resistindo por muito mais tempo do que as outras edificações da Vila Barros (BONDUKI, 2014, p. 31).

Figura 22 – Navio Parado. De acordo com Bonduki (2014, p. 31), provavelmente este é o primeiro bloco habitacional do Brasil, possui dois pavimentos, ladeados por varandas para circulação, sociabilidade e cozinha. Fonte: BONDUKI, 2014, p. 33.

Figura 23 – Pombal. De acordo com Bonduki (2014, p. 31), o Pombal é formado por um grupo de prédios localizados junto ao alinhamento da rua Japurá, a união dos prédios se dá por uma “espécie de ponte” entre as varandas, utilizada, além de circulação, para cozinhar e viabilizar encontros sociais. Fonte: BONDUKI, 2014, p. 33.

Com o passar do tempo, as habitações coletivas no formato de cortiços não são extintas da cidade, ou têm seu número reduzido; muito pelo contrário, proliferam, têm a densidade de habitantes crescente, e se tornam problemas cada vez maiores e mais difíceis de serem resolvidos. Contudo, para parcela significativa da população, este é o único tipo de habitação possível, quando confrontado seu baixo ganho aos preços dos aluguéis das chamadas “casas higiênicas”.

2.2 CASA

Ao condenar o cortiço como forma de moradia, e associá-lo à imagem de degradação e ameaça pública, torna-se necessário apresentar a moradia ideal, para a parcela mais pobre da sociedade. Assim, durante o período estudado, em diversas localidades, médicos, higienistas e engenheiros apresentam estudos e propostas de casas “planejadas e higiênicas” que devem ser adotadas como forma de habitação para os operários (CARPINTÉRO, 1997, p. 60). No presente capítulo, são mostradas habitações para as quais são solicitadas aprovações para construção neste município. Trata-se do que se pretende construir (ou pelo menos ser aprovado pelos órgãos competentes) e não necessariamente do que se considera como o ideal.

Na época do Império, o que se sabe de São Paulo é que a cidade é ainda muito simples, quase rural, e poucas diferenças há entre as casas dos ricos e dos pobres:

Assim, os governos não interferiam na organização interna das residências, cujas plantas, no entanto, eram extremamente semelhantes entre si, como se houvesse acordo tácito coletivo entre os moradores das cidades: todos habitando da mesma maneira, todos, pobres e ricos. Só variava a quantidade de cômodos. (LE MOS, 1999, p. 13)

Neste trabalho não é apresentada nenhuma habitação da qual tenha sido realizada solicitação de aprovação no período imperial, pois apenas em 1893, já na República, é que se passam a exigir a apresentação de plantas para a aprovação⁴⁵ de construções habitacionais. De tal sorte que, nos arquivos, só são encontradas plantas (ainda que várias delas bem rudimentares, quase esboços) a partir daquele ano. Neste trabalho, mesmo considerando as leis da época Imperial, uma vez que as mesmas não são revogadas quando da implantação da República, só são estudados e apresentados exemplos de habitação operária a partir de então.

Cabe ressaltar que, no período contemplado por este trabalho (1886-1929), se comparado com períodos anteriores, várias mudanças significativas são incorporadas nas casas de toda a população da cidade de São Paulo, e, entre elas, podem ser citadas: reorganização do interior da casa (com redefinição das plantas adotadas e dos programas); adoção de conceitos de salubridade (insolação, ventilação, combate à umidade, recuos, áreas, aberturas); modificação de materiais e métodos construtivos (manter a habitação salubre); e custo (viabilizar uma casa salubre ao alcance do operário). Isto não quer dizer que, o anseio da população e a ganância dos construtores, tenham encaminhado tais mudanças; e que a implantação tenha sido sistemática e constante, durante todo o período. Trata-se de um processo longo, com muita

⁴⁵ Exigência a partir da publicação da lei n°. 38 (SÃO PAULO (Município), 1893).

discussão e divulgação de novos conceitos; o novo, o moderno, e (às vezes) o mais custoso, não são aceitos com muita facilidade e naturalidade.

2.2.1 SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO

Alguns títulos da legislação estudada apresentam definições ou características acerca das habitações operárias, este resgate é importante pois retrata, ao longo do tempo, o que o Estado (ou, no mínimo, os legisladores) considera como sendo o tipo de moradia adequado para boa parte da população da cidade e do estado de São Paulo.

O primeiro documento considerado no período estudado (1886-1929), e que aborda o assunto, é o Padrão Municipal, de 1886 (SÃO PAULO (Município), 1886b). Em seu artigo 14, indica que cada habitação operária deve ter, no mínimo, três cômodos (sem especificar o uso deles), sendo que a área mínima de cada um deles, é de 7,5 m². Além disso, este mesmo Padrão, no artigo 3, permite que, para cada grupo de duas habitações (Figura 10), seja instalada uma latrina (com quantidade de água suficiente para o asseio).

Pouco tempo depois, em 1900, é promulgada a lei n^o. 498 (SÃO PAULO (Município), 1900b), que estabelece prescrições para a construção de casas operárias, fora de um determinado perímetro urbano (Figura 13). Esta lei, no artigo 1, parágrafos 4 e 5, indica que nenhuma casa operária pode ter menos de três compartimentos, contando com a cozinha, e que a área mínima de cada um deles é de 10 m². Comparando-se os dois títulos, verifica-se que o número mínimo de compartimentos é mantido, sendo que um deles, obrigatoriamente, passa a ser a cozinha; as áreas mínimas aumentam, de 7,5 m² para 10 m².

As prescrições contidas na lei n^o. 498, quanto ao número mínimo de compartimentos e as áreas mínimas de 10 m² são reiteradas no ato n^o. 849 de 1916 (SÃO PAULO (Município), 1916a, arts. 86 e 87), só que desta vez para qualquer casa da cidade, e não apenas para as operárias. As cozinhas e os banheiros têm as áreas mínimas diminuídas para 2 x 2,6 m.

O Padrão Municipal de 1920 apresenta definições para habitação (particular, dupla e múltipla) e este último tipo é classificado em duas categorias distintas (de caráter permanente e temporário):

Art. 1^o. – Para todos os efeitos da presente lei, as seguintes palavras ficam assim definidas: ...

4 – HABITAÇÃO – Suas categorias – Habitação é edificio ou fracção de edificio occupado no todo ou em parte, como domicilio ou como teto, sob o qual dorme, habitualmente uma ou mais pessoas:

a) - *Habitação particular é a ocupada por uma família e mais ninguém; “família” é o grupo de pessoas vivendo em “comunhão”, sendo para os efeitos da lei, um indivíduo morando só representa uma “família”;*

b) - *Habitação dupla é a ocupada por duas famílias e mais ninguém;*

c) - *Habitação múltipla é a ocupada por modo diferente das duas anteriores; há duas classes de habitação múltipla:*

Classe A - *de caráter permanente - ocupada seguidamente por famílias a quem os compartimentos são alugados, indistintamente, sob forma de aposentos (série de dois ou mais) ou em separado.*

Classe B - *de caráter temporário - ocupada de passagem em geral, e sempre mais ou menos transitoriamente, por hóspedes entre os quais prepondera o indivíduo em compartimento separado. (SÃO PAULO (Município), 1920)*

Embora, não haja o termo casa operária, cortiço, ou qualquer outro semelhante, é bom observar a definição apresentada para habitação múltipla, Classe A. Aposentos, de uma mesma edificação, alugados para famílias, assemelha-se, em muito, com a definição de cortiço presente na legislação de anos anteriores. Neste Padrão Municipal de 1920, também há a indicação de que toda habitação particular deve ter, pelo menos, um aposento, uma cozinha, e um compartimento para o banheiro, entende-se, então, que estas indicações mínimas sejam para as casas operárias, para as classes menos favorecidas.

De acordo com este Padrão Municipal, as áreas mínimas de “cada peça de habitação” são as mesmas definidas pela legislação anterior, ou seja, 10 m², contudo são acrescidas restrições formais e dimensionais, de modo a garantir a usabilidade dos cômodos. Por outro lado, se comparado com os valores apresentados no ato n°. 849 de 1916, cozinhas e banheiros têm as áreas mínimas alteradas, enquanto as áreas das cozinhas são aumentadas para 7 m², as dos banheiros são reduzidas para: 2 m² (em compartimentos destinados exclusivamente para latrinas no interior da habitação); 1,2 m² (em compartimentos destinados exclusivamente para latrinas em anexo); e 4 m² (em compartimentos destinados para latrinas e banheiros).

Diferentemente da legislação municipal, a estadual através dos Códigos Sanitários não apresenta qualquer indicação, ou mesmo definição, acerca da casa operária, embora o Código Sanitário de 1894 possua um capítulo específico sobre o tema: *Capítulo V – Habitações das Classes Pobres*.

Os Códigos Sanitários definem apenas o que são as habitações coletivas, e mesmo não sendo objeto de estudo do presente trabalho, são aqui citadas por serem o único tipo de moradia utilizado pelos mais pobres, cuja definição é apresentada na legislação estadual:

Artigo 103. – *São habitações coletivas as que domicíliam grande número de indivíduos. Código Sanitário de 1894 (SÃO PAULO (Estado), 1894)*

Artigo 293. – *São consideradas habitações coletivas as casas que abrigarem ou servirem de dormitório, ainda que temporário, a várias famílias ou a muitas pessoas de famílias diferentes. Códigos Sanitários de 1911 e 1918 (SÃO PAULO (Estado), 1911; SÃO PAULO (Estado), 1918)*

Há diversos outros assuntos, relativos às habitações operárias, que são abordados pela legislação vigente no período. Neste capítulo, são apresentadas apenas algumas delas, como as especificações mínimas para a configuração de uma casa operária: número de compartimentos; e áreas e dimensões mínimas. Estes, de alguma maneira, poderiam, ter influência sobre as plantas ou programas utilizados na cidade de São Paulo.

2.2.2 ALGUNS EXEMPLARES

Para a execução deste trabalho foram coletadas plantas de habitação operária, na cidade de São Paulo, entre 1886 e 1929, em publicações técnicas, e no levantamento realizado no Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP) e na Biblioteca da Faculdade da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), apresentadas ao longo deste trabalho.

Antes de realizar as coletas, foi necessário definir critérios para a seleção dos exemplares. Inicia-se o processo utilizando as definições legais contemporâneas aos exemplares analisados, e dentro destas proposições encontram-se apenas as pequenas edificações de três compartimentos. Mas, seriam apenas estas as habitações operárias a se considerar? Provavelmente não. Então, para pautar a seleção dos exemplares, e para que os mesmos não ficassem restritos às edificações de três compartimentos, utilizou-se algumas classificações encontradas na historiografia em: especial nas publicações de Lemos⁴⁶ (1976, 1985, 1989, 1999), Bonduki⁴⁷ (2004, 2014), Pinho⁴⁸ (1974) e Schneck (2010).

Carlos Lemos, no livro *Cozinhas*, apresenta algumas reflexões acerca da casa operária, se há diferenças entre este tipo de casa e as outras, e como é possível identificá-la:

⁴⁶ Dentre as publicações de Lemos cabe ressaltar “A República ensina a morar (melhor)” (1999). Naquela pesquisa (p. 32-34), ao analisar 317 exemplares de solicitações de aprovação de plantas de casas na cidade de São Paulo, entre os anos de 1893 a 1907, o autor propõe sete categorias de classificação das mesmas: cortiços (habitações promíscuas, sem instalações sanitárias individualizadas); casas operárias (com até três acomodações, em conformidade com o Padrão Municipal de 1886); casas de baixa classe média (com quatro cômodos e instalações sanitárias); casas de classe média (com qualquer número de dormitórios e algumas dependências, mas com instalações sanitárias completas, inclusive banho); casas de classe média alta (com qualquer número de dormitórios e várias outras dependências, além de serem quase sempre térreas, edificadas junto ao alinhamento e com jardim lateral); palacetes (moradia dos ricos, geralmente assobradadas); e soluções mistas (habitações com comércio).

⁴⁷ Bonduki (2004, p. 43; 2014, p. 19), para as diversas modalidades de moradia destinadas a abrigar os vários setores sociais, tanto de baixa como de média renda, do final do século XIX até a década de 1930, apresenta a seguinte classificação: cortiço-corredor; cortiço-casa de cômodos; vilas; e correr de casas geminadas.

⁴⁸ As duas autoras, Pinho (1974) e Schneck (2010), ao analisar as diferentes tipologias de casas, detectadas em suas pesquisas, classificam as habitações pelos números de cômodos, e consideram edificações de até cinco cômodos, incluindo a cozinha, como habitações operárias.

Realmente, o que vem a ser casa popular ou operária? O que a distingue das outras? A todos nos parece ser aquela de pequenas dimensões servindo a uma grande família, nos bairros periféricos. [...] Nem toda moradia pequena, casa ou apartamento, é popular. [...] Pelo visto, a casa popular, ou operária, pode ser definida tanto através dos agenciamentos arquitetônicos como através da qualificação do morador. [...] Queremos definir a casa popular através da própria casa já nascida segundo determinado esquema, da casa onde as funções se superpõem segundo regras bem definidas. [...] Não erramos se dissermos que na casa operária há a superposição de quase todas as funções habitacionais, sendo constante a superposição da zona de serviço com a zona de estar [...] (LEMOS, 1976, p. 14-16)

A partir destas reflexões, passa-se a considerar a possibilidade de superposição das funções habitacionais e das tarefas domésticas como primordial para a identificação de uma habitação operária. Para as famílias grandes (e com certeza, as operárias do início do século XX possuem esta característica), em casas com três, quatro e até mesmo cinco compartimentos, considerando nestes a cozinha, sem dúvida, rotineiramente, haverá a superposição das funções habitacionais e das tarefas domésticas.

Ao mesmo tempo, ao realizar o levantamento documental para a identificação dos exemplares, foram utilizadas as indicações contidas nos requerimentos para aprovação das plantas das casas, como por exemplo: “casinha de operário”; “pequena casa para operário”; “casinha”; “pequena casa”; “habitação de trabalhadores”; “casa operária”; e outros. Em seguida, verificou-se se os mesmos continham as premissas expressas acima (características mínimas contidas na legislação, e quantidade de compartimentos), para daí utilizá-los no trabalho. De maneira sintética, neste trabalho, é considerada como casa operária aquela que possui tal indicação junto à planta utilizada na aprovação da construção, com no mínimo, três compartimentos (incluindo a cozinha), e no máximo cinco (também com a cozinha), com instalações sanitárias individualizadas, mesmo que em algumas plantas a indicação da posição da latrina não seja demarcada, nestes casos, considera-se que esteja no fundo do terreno, como é usual na época. A seguir são apresentados alguns exemplares que possuem características típicas das habitações operárias edificadas na cidade de São Paulo, no período estudado.

Habitações de três compartimentos correspondem à maioria dos exemplares, neste trabalho já foram mostradas duas casas (Figuras 10 e 17), com as características mais relevantes adotadas no período. Compartimentos encarreirados, com a circulação interna à edificação obrigatória entre eles (dificuldade de privacidade), e a cozinha com dimensões diminutas em relação aos demais compartimentos. Estas características são adotadas durante todo o período, na figura 24 é mostrado um exemplar cuja planta é de 1918; se comparado com as duas casas anteriores, há uma pequena diferença: a cozinha tem sua área aumentada e o banheiro é mostrado na planta.

Figura 24 – Requerimento de 1918 para “construir uma casa”. Endereço: Rua Potiguarés, 3. Proprietário e Construtor: Emilio Merissi. Fonte: OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Caixa P4. (Arquivo Histórico Municipal).

Sobre o termo “varanda”, ao invés de “sala”, grafado no projeto, Lemos discorre sobre o tema e aponta ser este um procedimento normal na casa de imigrantes:

Até o final do século, e mesmo até a chegada da Grande Guerra de 1914, a classe média paulistana, minoritária no quadro demográfico da cidade dos imigrantes, manteve obediência aos programas antigos que davam a sala de jantar, ou “varanda”, a posição de centro de interesse da moradia. [...] O engraçado é que os imigrantes, em geral, em suas casas próprias, também adotaram esse tipo de sala de jantar e, também, a denominação varanda, como podemos ver em dezenas de plantas conservadas desde o final do século passado no Arquivo Histórico Washington Luís. (LEMOS, 1999, p. 24-28)

Nem todos os exemplares coletados possuem os compartimentos dispostos encarreados, mesmo não sendo a maioria, há plantas com arranjos internos diferentes, e que permitem maior privacidade, pelo menos em um dos quartos. Na figura 25 é mostrada uma casa com três compartimentos, cujo programa básico costumeiramente adotado (sala, quarto e cozinha) é alterado para algo mais realista, sob a ótica do uso de uma família grande: dois quar-

tos e uma cozinha. O quarto da frente é quase três vezes maior do que cada um dos outros dois compartimentos.

Figura 25 – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno, conforme planta”. Endereço: Rua Dr. João Theodoro, 15A. Proprietário: Joaquim Pedro. Fonte: OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal). p. 69-71.

As habitações com quatro e cinco compartimentos são muito semelhantes àsquelas com três. Seria de se esperar que a alteração do programa das casas, por ser acrescido um ou dois novos compartimentos, se desse na direção de aumentar a quantidade de quartos (área de repouso) – o que, na realidade, em se tratando do uso, é o que deve ter acontecido –, no entanto, diversas das plantas selecionadas apresentam programas contendo mais áreas de estar (sala, sala de visita, sala de jantar, varanda e outros), o que não corresponde às necessidades de uma família grande, e parece ser inverossímil.

Na figura 26 é mostrado um exemplar com quatro compartimentos, que representa uma “pequena casa para operário”, de 1893, possui exatamente o programa citado acima (sala, dormitório, varanda e cozinha) e as características preponderantes do período (compartimentos encarreirados e cozinha com dimensões diminutas).

Na figura 27 é apresentado um outro exemplar com quatro compartimentos, nesta planta, dois deles estão numerados apenas para facilitar a análise, na versão original não há indicação de seu uso. A solução adotada para esta edificação mescla compartimentos encarreirados, com um corredor de circulação, assim o compartimento 2 tem seu tamanho reduzido.

Figura 26 – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, de pequena casa para operário”. Endereço: Estrada da Água Branca. Proprietário: Antônio Gonzalves Serra. Empreiteiro: Salvador Giácomo. Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 42-43.

Figura 27 – Requerimento de 1893 para “construir uma casa de operário junto à rua”. Endereço: Rua do Hypódromo. Proprietário: Joaquim da Fonseca Leitão. Fonte: OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal). p. 10-11.

É através do compartimento 1 que se dá o acesso à casa, sendo que este deve assumir função de um dos dormitórios. O compartimento 2 é o único que possui privacidade, conseguida ao ser definido o corredor de circulação e, deve ter sido utilizado como dormitório.

Um exemplo de habitação operária com cinco compartimentos é mostrado na figura 28. Trata-se de “uma casa de operários”, onde se adotam as características preponderantes do período (compartimentos encarreirados e cozinha com dimensões diminutas). A cozinha possui apenas acesso externo; vale frisar que, se a abertura entre os dois quartos for fechada, esta edificação transforma-se facilmente em dois cortiços idênticos (cada um deles com dois compartimentos: sala e quarto), e o uso da cozinha compartilhado entre eles.

Figura 28 – Requerimento de 1893 para “edificar uma casa de operário, conforme planta”. Endereço: Alameda Barão de Limeira. Proprietário: Fernando Hersbt (?). Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 99-100.

No caso das unidades habitacionais unifamiliares, percebe-se que não há muita variação nas plantas adotadas, sendo a maioria composta por cômodos encarreirados (independen-

temente do número de compartimentos da edificação), com circulação obrigatória entre eles, e sem possibilidade de privacidade em qualquer um; a cozinha é o último dos compartimentos, com dimensões diminutas em relação aos demais, e em alguns casos com acesso apenas externo. Não são apenas estas as soluções adotadas no período, mais adiante são mostradas plantas desenvolvidas por engenheiros ou arquitetos, para casas em série e vilas, nas quais há reorganização no interior das moradias, que se diferenciam pela qualidade e racionalidade de implantação.

Nos programas adotados é que há certa diversidade, como nos seguintes: sala, quarto e cozinha; varanda, quarto e cozinha; dois quartos e cozinha; sala, varanda, quarto e cozinha; sala de visita, sala de jantar, dois quartos e cozinha; e por aí vai. Além daquelas propostas em que não há qualquer especificação de uso, seja para alguns ou todos os compartimentos da edificação. Em certos casos, percebe-se apenas divergência quanto a nomenclatura utilizada, como por exemplo sala e varanda, que na prática possuem a mesma função; no entanto, em outros entende-se que o programa sugerido não retrata as necessidades de uma família operária com muitos filhos e agregados, como no caso: sala de visita, sala de jantar, dois quartos e cozinha. Que sociabilidade este programa expressa? No presente, não seria mais interessante, ou viável, adotar três quartos ao invés de duas salas?

As casas apresentadas anteriormente destinam-se às unidades habitacionais unifamiliares isoladas, mas, no período estudado, há diversas situações em que são pedidas aprovações de planta para a construção de casas em série, e quando a serialização ocorre em várias unidades repetidas, configura-se uma vila. Se comparar as unidades isoladas com as em série, verifica-se que não há mudança significativa nos programas ou nas características adotadas, os exemplares seriados são idênticos aos isolados, sendo a única diferença terem sido construídos em maior número. Quanto à implantação, da mesma forma que as isoladas, as casas em série são edificadas junto ao alinhamento ou com recuos, no interior ou no fundo de terrenos, mas, como são edificados poucos exemplares, não chegam a configurar uma vila. Nos levantamentos documentais, foram selecionados diversos exemplares com solicitação de aprovação de plantas de unidades habitacionais unifamiliares em série; a seguir são apresentados dois deles, apenas para ilustrar este tipo de solução.

O primeiro exemplo de habitação operária em série é ilustrado na figura 29, na planta original nenhum dos compartimentos é nomeado, no desenho aqui apresentado estes estão numerados para facilitar a compreensão das análises. Trata-se uma solicitação para “fazer duas pequenas casas para operários”, junto ao alinhamento. A planta apresentada é muito se-

melhante a outros exemplares aqui analisados, cada uma das casas é composta por três compartimentos encarreirados. Em cada casa, a cozinha possui apenas acesso externo e, se fechada a abertura entre os cômodos 1 e 2 tem-se configurado um cortiço para duas famílias; tal tese pode ser reforçada devido às dimensões adotadas nos três cômodos, 1 e 2 possuem mais do que o dobro da área mínima determinada na legislação, e a cozinha possui área maior do que usualmente detectado nas plantas.

Figura 29 – Requerimento de 1895 para “fazer duas pequenas casas para operários, conforme indica a planta”. Endereço: Rua Barão de Jaguará. Empreiteiro: C (?) Antônio. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1895-1895. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 077. (Arquivo Histórico Municipal). p. 58-59.

O segundo exemplar de habitação operária em série encontra-se na figura 30, neste caso, as habitações situam-se no fundo do terreno, e atrás de uma marcenaria, a solicitação de aprovação é para este grupo de edificações. As três casas distinguem-se da maior parte dos modelos de habitação operária adotados na época. Há indicação de banheiros e quintais individualizados, com acesso através da cozinha, a planta possui qualidades que proporcionam melhores condições de circulação e privacidade nos cômodos. Contudo, o programa sugerido não deve ter sido o adotado (sala de visita, sala de jantar, dormitório e cozinha). Provavelmente, a sala de jantar tenha sido utilizada realmente para esta finalidade, mas a sala de visita não,

deve ter sido utilizada como segundo. Caso a abertura entre o dormitório e a sala de visita seja fechada, deixa de haver circulação obrigatória no interior destes dois cômodos. Quando questiona-se o programa destas habitações, acredita-se que estes dois cômodos tenham tido a função de quartos, com qualidade superior ao encontrado nas moradias operárias contemporâneas, pois possuem privacidade; o que não é corriqueiro na época.

Figura 30 – Requerimento de 1893 para “fazer marcenaria e três pequenas casas para operários”. Endereço: Rua do Hospício, 32. Proprietário: Antônio Cardozo Leite Franco. Fonte: OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal). p. 14-15.

2.3 VILA

As vilas operárias, adotadas na cidade de São Paulo, nada mais são do que construções em série de uma quantidade significativa de moradias operárias unifamiliares. No período estudado podem ser agrupadas em duas modalidades: “vilas particulares”, que são as edificadas por investidores privados, e as unidades habitacionais são voltadas ao mercado de loca-

ção; e “vilas de empresas”, aquelas que são construídas por empresas, para seus funcionários (BONDUKI, 2004, p. 47).

Quanto às características das unidades habitacionais, das tipologias e dos programas adotados não há diferenças significativas entre as duas modalidades de vila, e se cada unidade unifamiliar for comparada com exemplares isolados ou com unidades de casas em série também não se identificam grandes variações. No entanto, as vilas de empresas, principalmente as construídas por aquelas de grande porte, tendem a ser maiores do que as vilas particulares, ou melhor, possuir mais unidades habitacionais unifamiliares.

Entre a vila e o cortiço-corredor, os limites são imprecisos. Na posição relativa ao quarteirão, os dois se assemelhavam, uma vez que ambos perfuravam o quarteirão perpendicularmente à rua, ocupando seus meandros e interiores. Em termos de dimensões, os limites também são vagos, pois entre a menor moradia da vila (cômodo, sala e cozinha) e a maior unidade do que se considerava cortiço, a diferença era pequena. A maior diferença estava na situação dos equipamentos hidráulicos (banheiro e tanque): na vila, eles eram individuais e ficavam no fundo da casa; no cortiço, eram coletivos e localizados na área comum. Muitas vezes, entretanto, essa distinção desaparecia com o tempo: quando havia uma área livre no fundo da unidade de cortiço de dois cômodos (muito comum no Brás e no Bexiga), o proprietário construía um banheiro individual e dava um novo status à moradia. O cortiço transformava-se em vila e o aluguel podia ser aumentado. (BONDUKI, 2004, p. 53-54)

A designação “vila operária” é bem aceita pelas elites de então, conforme explicado por Correia (2001), ao remeter a um padrão de moradia no qual condições de higiene e decência estão presentes, transmitindo sempre um lado positivo. E, este termo, vila operária, foi usado em situações diversas, tanto no campo como na cidade.

Originalmente usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, o termo “vila operária” logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila operária”, eram reunidas no país, até os anos trinta, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos, por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias, minas, frigoríficos e usinas para seus operários, técnicos e administradores, e pelo Estado. Posteriormente, o termo “conjunto habitacional” se difunde, tanto em referência às moradias em blocos de apartamento, quanto às casas unifamiliares. (CORREIA, 2001, p. 84)

Percebe-se que, na prática, nem sempre as vilas operárias representam as premissas de uma moradia higiênica, que é o anseio de então. As posturas de caráter higienista são transformadas em leis, mas isso não é, e na verdade nunca foi, garantia de que as normas serão adotadas, obedecidas ou respeitadas. E, muitas vezes, como as habitações operárias são segregadas à periferia da cidade (longe da vista das elites e governantes), são construídas à revelia das normas, pois o empreendedor tem por objetivo a maior rentabilidade de seu negócio. Com o passar do tempo, as vilas operárias deixam de ser atrativas e são gradualmente abandonadas

pela produção rentista. Um dos motivos é a sanção da lei do inquilinato, que modifica as relações entre proprietário e inquilino; e no caso de patrão e empregado, o inquilino passa a ter direito de permanecer em sua casa, mesmo ao perder o emprego.

2.3.1 PARTICULAR

O projeto de vila operária particular (Figura 31) é de 1918, de autoria do Escritório Técnico Samuel e Christiano das Neves, sendo este último identificado como o construtor.

Figura 31 – Requerimento e projeto de 1918 para “construir duas casas operárias (vila operária)”. Endereço: Rua Progresso, 13 (Rua Particular). Proprietário: Dr. Pedro Pontal de Petrolina. Projeto: Escritório Técnico Samuel e Christiano das Neves. Construtor: Christiano das Neves. Fontes: ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Residências para Sr. Pedro Pontal de Petrolina na Rua Progresso, 13 – Vila Operária. Acervo FAUUSP, 1918, Classificação PE N414e/728.3 CPPP. OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Caixa P4. (Arquivo Histórico Municipal).

O programa adotado, entre todos os outros analisados para casas operárias, sem dúvida, é o mais realista: sala de jantar, dois quartos e cozinha. A organização interior, associada ao tipo de circulação, permite privacidade e independência nos quartos, além de promover qualidades e características que não são comuns nas habitações operárias da época. Por outro

lado, percebe-se alta taxa de ocupação, na porção destinada a cada unidade, o quintal é restrito a um corredor de acesso ao banheiro e ao tanque, praticamente não há áreas livres.

2.3.2 DE EMPRESA

Na primeira fase do capitalismo industrial perdura um grande conflito, entre as empresas, que buscam acumular capital, e os trabalhadores, que tentam sobreviver com seus poucos ganhos. As empresas ao fornecer moradia para os trabalhadores, podem reduzir o preço da força de trabalho, aumentar a possibilidade de acumulação de capital e manter seus funcionários no emprego. É a partir daí que passam a ser construídas as vilas operárias. Os habitantes das casas alugadas pelas fábricas, têm seu problema de moradia resolvido, mas ficam sujeitos a certas imposições da empresa⁴⁹. Como a disponibilidade de mão-de-obra é grande, devido à quantidade de imigrantes em São Paulo, é muito fácil demitir um trabalhador e colocar outro em seu lugar; e neste caso a casa deve ser prontamente devolvida (BLAY, 1985, p. 53-98).

Construir seus próprios conjuntos de moradia operária foi uma opção de alguns industriais, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX – entre as mais conhecidas, a já mencionada Falchi, a Vidraria Santa Marina, o Cotonifício Crespi, a Chapéus Ramenzoni, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta (com o famoso quase-falanstério Vila Maria Zélia no Belenzinho, do empresário Jorge Street). Todavia, não se pode generalizar a constituição de vilas operárias de iniciativa empresarial como uma prática corrente. Trata-se de uma inversão relativamente alta de capital ao alcance apenas das grandes empresas, e contemplava a mão-de-obra especializada de mestres e contramestres cuja permanência e controle próximo à planta industrial era uma necessidade estratégica. Mas vários desses conjuntos conformaram as antigas periferias urbanas, hoje consolidadas como bairros centrais de São Paulo. (SEGAWA, 2004, p. 352)

Na primeira década do século XX, as vilas operárias já são uma realidade na cidade, algumas delas com poucas casas, apenas para o operariado mais qualificado; outras são construídas com mais de um tipo de habitação, destinadas aos operários mais qualificados, aos técnicos e aos engenheiros da empresa. Porém, nem todas as vilas poderiam ser consideradas higiênicas, o anseio da época, há relatos de que, dependendo da empresa, muitas das casas não eram sequer rebocadas, forradas ou assoalhadas (BENCLOWICZ, 1989, p. 267-285).

A vila Maria Zélia, no Belenzinho, é considerada um modelo, contudo sua implantação é uma exceção. De propriedade do empresário Jorge Street, com projeto do arquiteto Pedarieux, possui 600 casas para os operários da fábrica, além de creche, jardim de infância, escolas (feminina e masculina), armazém, padaria, médicos, farmácia, igreja e instalações

⁴⁹ Blay (1985, p. 150) conclui: “No conjunto da problemática da habitação operária, as vilas operárias foram entendidas como uma forma de isolar o operariado, desligando-o de suas lutas de classe.”

esportivas. Esta vila resiste ao longo do tempo, algumas das edificações estão restauradas, como a igreja, outras encontram-se em total abandono, como a escola.

No presente trabalho são apresentadas apenas duas vilas de empresas, consideradas significativas, Boyes e Cerealina. Não se pretendeu prolongar este tema, pois existem diversas publicações e autores cujo foco central são vilas operárias de empresas. Estas duas vilas localizam-se no bairro do Belenzinho e mantêm-se até hoje, embora descaracterizadas. Trata-se de exemplos de implantação de moradias próximas à indústria, os moradores da vila moram e trabalham em locais circunvizinhos.

A Vila Boyes é construída pelo industrial Simão Boyes, e posteriormente vendida para as Indústrias Reunidas F. Matarazzo. O início da construção das habitações data de 1919 e o término de 1924. Quanto à implantação da vila (Figura 32), em sua entrada há três casas diferentes, provavelmente destinadas à chefia da fábrica, pois são bem maiores e possuem acabamento de padrão mais elevado. Além destas, há 95 moradias destinadas aos operários, todas iguais; a ocupação das quadras é intensa, as casas, geminadas, são edificadas junto aos alinhamentos (das ruas principais e secundárias). Em sua concepção original, não há qualquer outra edificação para apoio, seja na forma de comércio ou algum tipo de prestação de serviço.

Figura 32 – Desenho esquemático da Vila Boyes, com a posição das 95 casas. Construção: 1919 a 1924, vila operária com 95 casas – Vila Boyes. Endereço: Avenida Celso Garcia, 1821 (Travessa da Intendência, Rua Simeão, Rua Edna). Proprietário: Simão Boyes. Fonte: BENCLOWICZ, 1989, p. 389-404.

Hoje em dia, várias casas ainda são utilizadas como habitação mas, muitas delas, tiveram seu uso alterado, funcionam escritórios e agências de prestação de serviços. Há um alto grau de modificação nas fachadas, dificultando uma possível identificação da tipologia originalmente adotada na vila. Poucas casas mantêm algumas das características do projeto original (Figura 33), e as casas maiores, localizadas na entrada, estão abandonadas (Figura 34).

Figuras 33 e 34 – Primeiras casas de uma das entradas vila Boyes, que ainda mantêm alguma referência ao projeto original, as outras estão com alto grau de modificação. Uma das três casas da entrada da vila Boyes, provavelmente destinada à chefia da fábrica. Fotos da autora (março de 2013).

As casas são assobradadas (Figura 35), com o seguinte programa: sala, dois dormitórios, cozinha, e banheiro. A planta adotada é bem racional, com pouco gasto de alvenaria, os compartimentos do piso inferior possuem as mesmas dimensões daqueles do piso superior.

Figura 35 – Sobrado típico da Vila Boyes. Fonte: BENCLOWICZ, 1989, p. 389-404.

A Vila Cerealina é construída pelas Indústrias Reunidas F. Matarazzo, os processos com os pedidos de licença, datam dos anos de 1923 e 1924, a vila é construída em duas etapas, casas externas em primeiro lugar e depois as internas. De acordo com Benclowicz (1989,

p. 405-406), a autoria do projeto das casas junto ao alinhamento da Avenida Álvaro Ramos é de Giuseppe Chiappori, as demais são de autoria desconhecida, talvez do engenheiro José Melloni. De ocupação intensa, há casas tanto junto ao alinhamento, quanto na parte interna do quarteirão, todas elas geminadas (Figura 36). São adotados dois tipos de casas na vila, assobradadas e térreas; sendo que, as assobradadas, provavelmente, são destinadas a abrigar os técnicos mais qualificados, pois as construções possuem um bom grau de acabamento, além de serem maiores do que outras habitações, edificadas na mesma época. No total, há 79 casas, sendo 51 na parte externa da quadra, e 28 na porção interna da mesma. Não há qualquer área de convívio comum, as áreas livres no interior da vila são para garantir a circulação e o acesso às unidades habitacionais internas. Quando se observa a vila da rua, salvo bem junto à entrada da mesma, nem se percebe que há casas em seu interior, tampouco que estas são bem menores, e com padrão de acabamento inferior às das casas edificadas junto aos alinhamentos; parece até que a intenção foi esconder, com os sobrados, as casas térreas.

Figura 36 – Desenho esquemático da Vila Cerealina, com a posição das 70 casas. Requerimentos de 1923 e 1924: para construção de uma “série de sobrados” (para seus empregados) e “dois grupos de casas para operários” (de sua fábrica) – Vila Cerealina. Endereço: quarteirão formado pelas ruas Herval, Fernandes Vieira, Júlio de Castilhos e avenida Álvaro Ramos, no Belenzinho. Proprietário: I.R.F. Matarazzo. Arquiteto: Giuseppe Chiappori (projetou as casas na Avenida Álvaro Ramos, as outras são de autoria desconhecida, talvez sejam do engenheiro José Melloni). Fonte: BENCLOWICZ, 1989, p. 405-432.

Originalmente, o uso prioritário das edificações é a habitação, porém, nas plantas, em duas esquinas, há edificações de uso misto: comercial no pavimento inferior e moradia no superior. Não tendo sido demolida, hoje, várias casas ainda são utilizadas como habitações, no entanto há diversas em que o uso foi modificado, funcionam escritórios, lojas, e outros tipos

de comércio e prestação de serviços. Há um alto grau de modificação nas fachadas, e poucas casas mantêm algumas das características originais (Figura 37).

Figura 37 – Duas casas da vila Cerealina, que ainda mantêm alguma referência ao projeto original. Foto da autora (março de 2013).

Nos dois tipos de edificação, há algumas diferenças entre as unidades habitacionais. Nos sobrados, as diferenças mais evidentes são das quatro casas situadas nas esquinas, duas delas são projetadas para uso misto, e outras duas são um pouco maiores do que as demais, há um cômodo a mais em cada pavimento, ou seja, mais uma sala e um dormitório. Mesmo nas casas que são muito semelhantes, existem algumas variações dimensionais entre os exemplares, principalmente nos quintais, muitos deles são irregulares, para viabilizar o fechamento da quadra. Existem, também, algumas pequenas diferenças dimensionais nos ambientes, talvez pelo mesmo motivo. No presente trabalho, são selecionadas duas plantas, de um dos sobrados e de uma casa térrea, estas habitações podem ser entendidas como aquelas que possuem a configuração e as dimensões mais típicas da vila. As pequenas variações detectadas entre os outros exemplares não são mostradas, uma vez que não são significativas para se compreender o espaço em questão.

As casas assobradadas (Figura 38) são as primeiras a serem edificadas, localizadas junto ao alinhamento, elas possuem duas salas, cozinha, dois dormitórios e banheiro.

Em seguida, são construídas as casas térreas (Figura 39), que se encontram na parte interna da quadra. São menores e mais simples do que as assobradadas, possuem apenas sala, cozinha, dormitório e banheiro.

Os dois tipos de habitação construídos na vila Cerealina, assobradadas e térreas, são destinados a dois grupos distintos de trabalhadores da fábrica; os mais qualificados habitam os sobrados junto ao alinhamento, e aqueles com salários mais baixos, moram no interior da vila. A casa térrea possui uma certa qualidade, se comparada com os demais tipos de casas

com três compartimentos, devido a existência do hall de entrada, o dormitório ganha privacidade e não é passagem obrigatória para a circulação.

Figura 38 – Sobrado típico da parte externa da Vila Cerealina. Fonte: BENCLOWICZ, 1989, p. 405-432.

Figura 39 – Casa típica da parte interna da Vila Cerealina. Fonte: BENCLOWICZ, 1989, p. 405-432.

CAPÍTULO 3

Ideário e Propostas: Habitação Operária

Casas populares na rua Cons. João Alfredo. Tipos adequados de casas, pois são edificadas adotando os padrões de higiene vigentes. Fotografia de Geraldo Paula Souza, produzida entre os anos de 1920 e 1930. Fonte: CAMPOS, Cristina de, 2002, Caderno de Imagens.

Capítulo 3 – Ideário e Propostas: Habitação Operária

Durante o desenvolvimento das pesquisas do presente trabalho, buscou-se resgatar qual o ideário e/ou quais os saberes envolvidos em discussões de questões que são intimamente relacionadas: a habitação operária enquanto modelo a ser seguido e quais preceitos a serem adotados; questões sanitárias adaptadas, incorporadas e utilizadas como conceitos técnicos relativos à salubridade da habitação, em especial a operária; aplicação dos conceitos técnicos na legislação específica voltada para a construção da habitação operária na cidade de São Paulo; e questionamentos e ajustes da legislação. Neste capítulo, especificamente, são resgatadas as questões referentes a habitação operária enquanto modelo a ser seguido e alguns preceitos a serem adotados ainda quando da concepção da mesma. Portanto, este capítulo é organizado de modo a trazer fundamentos conceituais que norteiam os debates referentes à habitação operária, que acontecem entre os anos 1886 e 1929; e, em seguida, são apresentadas algumas propostas específicas para a habitação operária, conforme publicadas na época.

3.1 PUBLICAÇÕES E AUTORES, SUAS FONTES

Para a escolha dos títulos que norteiam esta pesquisa (tanto para este capítulo, como para os dois seguintes), na seleção das fontes primárias, adota-se as seguintes premissas: contemporaneidade à época estudada; publicação (ou circulação) na cidade de São Paulo; e possuir caráter técnico (livros, relatórios, revistas, boletins e afins). Este processo não se dá de forma aleatória, são seguidos alguns critérios apresentados a seguir.

3.1.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

No início do período estudado, o saber técnico ainda é difundido no formato de tratados, sendo assim, a primeira escolha recai sobre um tratado de arquitetura, *O Vinhola brasileiro*, publicado em 1880, com autoria de César de Rainville.

Na sequência, são selecionados outros tipos de publicação (livros, relatórios, artigos, trabalhos apresentados em congressos e afins) que tratam especificamente de certos conceitos técnicos relativos à salubridade da habitação, às habitações operárias e à legislação vigente na época. Neste momento, pautou-se na historiografia brasileira, em trabalhos específicos sobre os profissionais técnicos que atuaram naquela época. Assim, foram selecionados os seguintes:

Alexandre de Albuquerque, Lúcio Martins Rodrigues, Sá Pereira, Saturnino de Brito, e Victor da Silva Freire. A partir da escolha destes profissionais, são coletados seus escritos, que tratam das questões aqui abordadas.

É importante salientar que, neste trabalho, não se pretende estudar todas as obras dos autores citados, mesmo porque o foco principal deles não é a questão da habitação operária, apenas em alguns momentos de suas carreiras abordam com maior ênfase tal tema. Para ilustrar, é possível citar as obras de Saturnino de Brito que são publicadas pontualmente quando de sua elaboração, e na década de 1940 agrupadas e publicadas pelo Ministério da Educação e Saúde, através do Instituto Nacional do Livro, com o título *Obras Completas de Saturnino de Brito*, com 23 volumes. No livro *Saneamento de Campos*, cuja primeira edição é de 1903, Brito apresenta os procedimentos para o levantamento da planta topográfica da cidade de Campos, quais os resultados obtidos, dadas as condições gerais e específicas do município, e escreve sobre “o saneamento da cidade”. Neste último item (e apenas neste livro) discorre sobre a questão da habitação operária; explica conceitos e princípios referentes à higiene domiciliar, e a importância do poder público enquanto agente responsável pelos serviços sanitários coletivos; também traça a correlação de ambos para a salubridade da cidade:

A higiene domiciliária prima sobre todos os fatores de salubridade das cidades. Para que ela, entretanto, se realize é geralmente preciso que certos serviços sanitários da alçada pública se achem normalmente estabelecidos; por exemplo, nas cidades não é possível a boa higiene domiciliária sem a suficiente distribuição d'água potável, o perfeito esgoto de despejos e de águas pluviais e a criteriosa distribuição do lixo. Estabelecidos os serviços básicos da providência administrativa das coletividades, a ação individual é a única competente para conseguir o resultado da mais eficaz de todas as intervenções saneadoras, a saber: – a salubridade de cada domicílio conduzindo à da cidade. (BRITO, 1943a, p. 115-116)

Algumas outras publicações são acrescentadas ao conjunto de fontes documentais, por terem sido citadas por aqueles profissionais técnicos primeiramente selecionados. Apenas para exemplificar, na conferência *A Cidade Salubre*, Victor da Silva Freire, salienta que o livro *Elementos de Higiene*, de Afrânio Peixoto é “um dos livros nacionais em que se aprende realmente alguma coisa” (FREIRE, 1915a, p. 16); devido a este elogio, esta obra passa a ser utilizada como uma das referências adotadas.

Para complementar o rol das fontes documentais, são selecionados os seguintes periódicos de caráter técnico: *Revista dos Constructores*⁵⁰; *Revista Polytechnica*; *Revista de*

⁵⁰ A *Revista dos Constructores* foi editada no Rio de Janeiro mas, alguns de seus números fazem parte do acervo histórico da Escola Politécnica da USP, profissionais que atuaram em São Paulo, contemporâneos às publicações possivelmente tiveram acesso a estes exemplares. Além disso, em junho de 1886, no n.º. 5 desta revista, é apresentado o projeto de Vieira Souto para a construção de casas para operários, o que em si já é um fato rele-

Engenharia, Architectura e Agronomia; Boletim do Instituto de Engenharia. A partir da análise das revistas, são localizados alguns dos artigos aqui apresentados e discutidos. Com isso, foi possível perceber o pouco espaço que é dado, na época, para as questões relativas à habitação operária, à salubridade das habitações e à legislação vigente.

Outras fontes importantes utilizadas, são dois relatórios técnicos elaborados a partir de iniciativas de âmbito governamental (ambos muito estudados e utilizados em diversas pesquisas). O primeiro deles é de 1893, *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, realizado para avaliar as condições das habitações operárias daquele distrito é elaborado por comissão nomeada pelo Secretário de Negócios do Interior, doutor Cesário Motta Júnior.

Em 1905, o Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, nomeia uma comissão para estudar o problema das habitações populares, composta por (BACKHEUSER, 1906, p. 113): Ataulpho Napoles de Paiva (desembargador, membro da Liga Contra a Tuberculose e organizador da Assistência Pública no Brasil); José de Medeiros e Albuquerque (jornalista e deputado, empenhado na campanha social); Arthur Indio do Brasil (engenheiro, deputado e, naquele ano, senador); Meleíades Mário de Sá Freire (advogado e deputado); Felipe Meyer (médico e delegado da saúde pública); J. J. Azevedo Lima (médico e presidente da Liga Contra a Tuberculose); e Everardo Backheuser (engenheiro civil municipal). Em 1906, é publicado o *Relatório sobre Habitações Populares*, elaborado por Everardo Backheuser, secretário da comissão. Neste relatório, usado no presente trabalho, o autor apresenta erudição sobre habitação operária, no tocante aos preceitos de salubridade vigentes na época, à legislação nacional e internacional, e aos saberes de ordem técnica (características construtivas, materiais, iluminação, ventilação e outros); além de discutir as condições de moradia popular em certas vilas operárias, a maior parte delas na cidade do Rio de Janeiro.

3.1.2 INFLUÊNCIAS RECEBIDAS E FONTES UTILIZADAS PELOS AUTORES SELECIONADOS

Na maior parte das fontes documentais aqui utilizadas, os seus autores explicitam as fontes bibliográficas adotadas em seus escritos. Assim, foi possível identificar que influências foram recebidas pelos autores nacionais, ao estabelecer as bases teóricas que regulam o perío-

vante (poucos projetos habitacionais são publicados em periódicos técnicos nacionais naquela época, salvo alguns casarões de certas famílias ricas).

do. Também, foi possível perceber qual o papel desempenhado por estes autores em seus escritos. Alguns deles simplesmente aceitam certos saberes, enquanto outros questionam tanto os conceitos como a adaptação do que é adotado no estrangeiro à realidade nacional.

Quanto as fontes bibliográficas que tratam da questão da moradia operária e a salubridade, alguns autores europeus perpassam pelos escritos nacionais, são eles: Jules Rochard; Émile Cacheux; Émile Muller; Henry Roberts. Da mesma forma que há exemplos que são comuns a maior parte dos autores pesquisados, referem-se às cidades operárias construídas ainda no século XIX, na Europa, como, por exemplo, Mulhouse, Creusot e as do industrial Krupp. Já, no final do período, nas publicações de Ângelo Bruhns, há referências ao modelo de cidade-jardim, em especial Port Sunlight (Backheuser, em 1906, também faz referências às cidades jardins, inclusive apresentar os desenhos de um sobrado denominado “tipo de Port Sunlight” – na 2ª. Prancha de desenhos).

Mesmo quando as fontes não são explicitadas, como no caso do *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, percebe-se claramente quais são as influências recebidas:

A leitura dos oito capítulos do Relatório de 1893 mostra que, ao estipularem as atribuições dos poderes públicos relativas ao controle das habitações operárias, os membros da Comissão detinham o pleno conhecimento das modernas práticas sanitárias difundidas internacionalmente por meio de projetos, soluções exemplares apresentadas em exposições, congressos, escritos teóricos, livros e artigos em revistas especializadas, manuais técnico e demais publicações. (BRESCIANI, 2010, p. 21)

Cabe salientar que, os resultados apresentados no *Relatório* (GAMA et al., 1893) são frutos de visitas domiciliares e análises realizadas na parte mais afetada da cidade, quando da incidência de uma epidemia de febre amarela em São Paulo, no ano de 1893. O inquérito é realizado entre o período de 07 de julho e 30 de agosto de 1893 (BRESCIANI, 2010, p.40); o relatório final é assinado em 19 de outubro do mesmo ano, pela comissão responsável, composta por Luiz C. do Amaral Gama e Theodoro Sampaio, engenheiros, e Candido Espinheira, Cunha Vasconcelos e Marcondes Machado, médicos. De acordo com a comissão (GAMA et al., 1893, p. 98), para a execução dos trabalhos de inspeção, são percorridos alguns quarteirões do distrito, quando são preenchidas 65 fichas e identificados 60 cortiços, “de todos os tamanhos e feitios onde se agasalha uma população de 1.320 indivíduos de todas as nacionalidades e condições”.

Os padrões e os procedimentos adotados durante os trabalhos da comissão de inspeção também seguem as linhas das pesquisas e dos relatórios médicos europeus desenvolvidos

desde meados do século XIX. A equipe é multidisciplinar, formada por médicos e engenheiros, mescla saberes e apresenta resultados consonantes com estas duas áreas, ao relacionar pobreza e insalubridade das moradias às causas da epidemia que acomete a cidade.

A partir de teorias e pesquisas dessa natureza, foi-se generalizando entre os homens letrados da época a noção da existência de uma correlação entre doenças, sujeira e imoralidade que, geradas por um ambiente precário, produziriam pessoas doentias, fracas, brutas e indecentes. A aglomeração extrema, as moradias insalubres, a promiscuidade, o trabalho irregular, as crianças abandonadas a si mesmas eram alguns dos elementos apontados como constituintes de um meio gerador de indivíduos fracos, desregrados e rebeldes. Emerge a ideia de uma sociedade dividida entre uma minoria de indivíduos “normais” e uma legião de seres doentios e desmoralizados, cuja vida e costumes colocavam em risco a cidade e a própria sociedade burguesa. (CORREIA, 2005, p. 21)

Para solucionar o problema da habitação operária, também estão presentes nos textos nacionais, como iniciativas válidas, questões relativas às ações filantrópicas. Os autores apontam principalmente as iniciativas inglesas, seja através de associações⁵¹ e sociedades criadas no intuito de, entre outros, construir casas operárias, nesta linha *Peabody Trust* não é deixado de lado, mas, sem dúvida nenhuma, é Miss Octavia Hill quem desperta mais comentários e considerações nos escritos aqui publicados.

As questões de ordem técnica (como iluminação ou ventilação) associadas a conceito específicos ou teorias, considerando apenas a cronologia dos textos nacionais analisados, começam a ser discutidas em 1906, no *Relatório sobre Habitações Populares*, de Backheuser, neste caso. Cabe ressaltar que, no *Relatório* de Backheuser, questões técnicas possuem tanta importância que a primeira parte do mesmo, *Estudo técnico sanitário*, é totalmente dedicado a esta finalidade. O autor apresenta as teorias e preceitos em voga para, só depois, trazer os resultados obtidos na inspeção das habitações populares⁵², constantes dos trabalhos da Comissão. A partir daí, Saturnino de Brito (em especial, em *Saneamento de Santos*), Victor da Silva Freire, Afrânio Peixoto, Alexandre de Albuquerque, Lúcio Martins Rodrigues, utilizam-se de muitas referências técnicas, discutindo-as, ao longo de seus textos. Entre os escritos de cunho técnico, destinado ao aperfeiçoamento higiênico das edificações, vale destacar o livro *Elementos de higiene* do médico Afrânio Peixoto. Ele justifica seus escritos, e talvez o fato de discor-

⁵¹ No período estudado, na Inglaterra, foram criadas diversas destas associações, e entre elas podem ser citadas: *Society for Improving the Condition of the Labouring Classes*; *Metropolitan Association for Improving the Dwellings of the Industrious Classes*; *Improved Industrial Dwellings Company*; *Artisans Labourers and General Dwelling Company*.

⁵² A Comissão analisa o estado de cinco vilas operárias construídas pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro: Vila Ruy Barbosa (construída em 1890); Vilas Arthur Sauer, Senador Soares e Maxwell (construídas em 1891), e Vila Sampaio (de 1892). Também utilizam informações, disponibilizadas pelas diretorias das fábricas, referentes a casas operárias construídas por tais empresas, são elas: Companhia Luz Stearica, Companhia de Fiação e Tecidos Aliança.

rer sobre assuntos que fogem à sua formação, como engenharia ou arquitetura, da seguinte maneira: “A higiene não é precisamente uma ciência, porque é uma aplicação prática de todas. É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, e tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida.” (PEIXOTO, 1913, p. 7).

Ainda sobre as questões técnicas, diversos autores estrangeiros são citados, há uma certa uniformidade, no geral as fontes, são as mesmas (de acordo com o assunto tratado), e podem ser citadas: Arnould; Attkinson, Augustin Rey; Chaumont; Cohn; Esmarch; E. Putzeys; F. Putzeys; Leveran; Pettenkofer; Spataro; Trelat; Vogt. Neste caso é interessante atentar-se a característica de multidisciplinaridade do higienismo, as fontes citadas pelos profissionais brasileiros incluem, entre outros, arquitetos, engenheiros, médicos, químicos.

Se nos primeiros textos do período, a Inglaterra e a França ditam os preceitos higienistas em que se pautam os escritos nacionais, é a partir da década de 1910 que, para alguns dos autores estudados, estes dois países passam a ocupar espaços secundários, e a Alemanha se torna a grande protagonista. Apenas para exemplificar esta mudança de foco, vale citar os dois artigos sobre vilas operárias de Carlo Valentini (1912 e 1913). O primeiro deles é dedicado exclusivamente às vilas alemãs, no segundo artigo são apresentados e agrupados exemplares de diversas localidades europeias e americanas.

Ainda quanto à influência alemã, entre os urbanistas atuantes em São Paulo, Simões Júnior destaca Victor da Silva Freire, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e Francisco Prestes Maia⁵³ como representantes desta corrente:

[...] nos quais a presença do ideário germânico é claramente expressa em planos e análises elaboradas, em especial aqueles intitulados respectivamente “Os melhoramentos de São Paulo”, de 1911, “A planta de Santos”, de 1916, e “Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo”, de 1930. (SIMÕES JÚNIOR, 2008, p. 2)

Nova mudança de fundamentos é detectada no trabalho *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços) – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional* (1917) de Victor da Silva Freire, que se pauta, na maior parte deste escrito, em legislação, experiências, projetos e pesquisas norte-americanas.

Os autores estudados, principalmente Victor da Silva Freire, transitam entre os saberes e vivências europeias e americanas, e escolhem em que momento e de que maneira devem apropriar-se de cada um deles. Independentemente da origem das fontes (inglesas, francesas, alemãs, norte-americanas ou outras), utilizadas como referência nos escritos nacionais, princi-

⁵³ Os escritos deste último, e a publicação citada de Saturnino de Brito, não fazem parte do presente trabalho.

palmente as de ordem técnica são atuais. Ou melhor, são contemporâneas aos escritos nacionais pesquisados. Percebe-se que os autores nacionais são informados, têm conhecimento técnico, e estão em consonância com o que se discute nos centros desenvolvidos.

Também, ao longo do período, se detectam mudanças na forma como os autores nacionais se posicionam em relação às suas fontes, e como se colocam ao redigir seus textos. No início do período, Vieira Souto (*Casas para operários*, 1886) e Saturnino de Brito (*Saneamento de Campos*, 1903), indicam os autores em que se pautam e apenas citam modelos executados nos diversos países europeus, e se fixam em alguns aspectos relativos a questões econômicas (necessidade de incentivos para a construção da casa operária, ganhos dos proprietários, o papel da filantropia, valores dos aluguéis, entre outros). Suas propostas de moradia operária são apresentadas na sequência e se justificam através do que os autores citam ter de conhecimento, não são apresentadas discussões.

Com relação às questões de ordem técnica, Everardo Backheuser (*Relatório sobre Habitações Populares*, 1906), apresenta e discute conceitos e procedimentos adotados por teóricos estrangeiros. O mesmo tipo de escrito, porém com mais conteúdo, é observado no livro de Afrânio Peixoto (*Elementos de higiene*, 1913).

Ao comparar os escritos do início do período com os artigos de Valentini (1912 e 1913) percebe-se mudanças de foco. Valentini discute algumas questões técnicas dos modelos que apresenta, colocando-se, não apenas como um profissional da área técnica, mas como efetivo conhecedor das soluções adotadas. As questões econômicas não são esquecidas, não são consideradas isoladamente, mas sim em conjunto com as soluções adotadas nas vilas.

Mas, indiscutivelmente, é Victor da Silva Freire quem se coloca como protagonista ao elaborar seus escritos. Principalmente nas questões técnicas, o autor apresenta o panorama nacional, e discorre sobre soluções internacionais, citando suas fontes sobre os temas em questão. Mas, não para aí, mostra os procedimentos adotados pelos teóricos estrangeiros, explica o que pode ser adaptado às condições paulistanas (seus textos, no geral, são sobre a cidade de São Paulo) e nos casos em que, segundo o autor, não pudesse ser adaptado, apresenta novas soluções e procedimentos específicos, conforme o caso.

3.2 DEBATES

Nas publicações analisadas, são vários os teores das questões levantadas pelos autores sobre o problema da habitação operária. Tentou-se, assim, agrupá-los, conforme os assuntos abordados, para acompanhar como se dá a evolução dos debates propostos.

3.2.1 DA CASA À CASA SALUBRE

No primeiro título pesquisado, *Vinhola Brasileiro*, de Rainville (1880), a casa descrita não é, obviamente, para o operário. Neste modelo, o autor deixa claro que a casa deixa de ser um simples abrigo, e incorpora especificidades diversas, seja para o viver em família, o lazer ou o trabalho. Embora, não seja colocada de forma clara, frisa a necessidade de, ao conceber tal habitação, seguir um programa, ter conhecimentos técnicos para dimensionar cada um dos ambientes, de modo a obter uma edificação mais barata, cômoda, e que seus habitantes possam viver “em ordem e limpeza”:

A casa serve para a morada do homem, ele deve, pois, achar na casa tudo quanto precisa para o exercício da sua indústria ou profissão, e tudo quanto os seus costumes e seus usos requerem para viver comodamente. Hoje em dia não se requer de uma casa somente que ela proteja o homem contra o vento, a chuva e as intempéries atmosféricas, e que contenha em geral quartos para dormir, quartos e salas para o comércio e a conversação, etc.; quer-se também que o homem possa nela viver com ordem e limpeza, que cada divisão corresponda ao seu destino, que todas as salas, quartos e gabinetes tenham dimensões adequadas, e que todas estas condições sejam satisfeitas no espaço mais limitado possível, para não ocasionar despesas inúteis. (RAINVILLE, 1880, p. 495-496)

Ao descrever esta casa falam-se em salas, quartos e gabinetes, mas não em banheiro, água potável, esgoto ou drenagem; afinal trata-se de uma casa burguesa, onde estes itens de conforto são intrínsecos. Mas, nem todos moram nesta casa. Em 1886, Vieira Souto, no artigo *Casas para operários*, em que apresenta seu projeto de construção de familistérios no Rio de Janeiro, descreve de forma minuciosa as condições de moradia nos cortiços cariocas:

É aforismo de higiene que onde não penetram o ar e a luz, penetra a morte; mas aos cortiços não faltam unicamente o ar e a luz: escassez de espaço, a ausência de distribuição e arranjos interiores, a péssima qualidade dos materiais de que são construídos, a insuficiência d'água, de latrina e de esgotos, aglomeração de indivíduos, só comparáveis a dos animais nos estábulos, a falta absoluta de drenagem, e a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos transformam estes tristes abrigos em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa porém antros de miséria e degradação. (SOUTO, 1886, p. 70)

Na sua interpretação acerca das “habitações da pobreza laboriosa”, Souto faz referências claras aos preceitos básicos do higienismo (ar, luz, água, esgotos; além do medo da

aglomeração de pessoas em lugares fechados), associando a ausência destes itens à morte e à doença dos moradores das habitações insalubres.

Há diversidades evidentes e gritantes entre os habitantes, e consequentemente das suas necessidades, da casa de Rainville e do cortiço de Souto. Não se pretende discutir as diferenças entre a burguesia e o proletariado, mas vale frisar que, no contexto apresentado (de acordo com seus autores), enquanto os primeiros necessitam de espaço na casa (cômodos com funções específicas), os moradores de cortiços precisam que suas habitações sejam, no mínimo, limpas. A higiene é vital, para as pessoas se tornarem saudáveis, ou para que seus hábitos possam ser moralizados, não se pode negligenciar que, naquele momento, percebem-se os pobres como um risco à vida burguesa.

Poucos anos mais tarde, em 1893, em São Paulo, no *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, as questões sanitárias são analisadas no contexto da cidade e, de acordo com seus autores, o plano de saneamento não é efetivo se contar apenas com ações que visam o espaço urbano voltado à coletividade, também é necessário ater-se à “unidade urbana”: a habitação. Contudo, ao ler o relatório, percebe-se que a casa burguesa não é um problema, assim não é necessário preocupar-se com ela. Conforme os saberes da época, os focos de transmissão de epidemias são os cortiços, estes sim devem ser saneados (e, em alguns casos, extintos), juntamente com as estalagens, casinhas, casas de pensão, hotéis e restaurantes, que são os outros tipos de habitação operária identificados no distrito de Santa Efigênia.

Não bastava, com efeito, melhorar as condições de abastecimento d'água e do serviço do esgoto, executar a drenagem profunda e superficial do solo, proceder a regularização e limpeza dos terrenos baldios, verificar o curso dos rios urbanos, efetuar o asseio e limpeza das ruas e quintais, regularizar ou regulamentar as construções novas, arborizar as praças e logradouros públicos, calçar as ruas, tomar enfim todas as medidas para manter em nível elevado a higiene de uma cidade que cresce rapidamente e cuja população triplicou com dez anos, é preciso cuidar também da unidade urbana a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem, onde pulula a habitação operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõem, mas que a higiene repele. (GAMA et al., 1893, p. 93)

Os discursos são uniformes, tanto no relatório quanto no texto de Souto, as “forças vivas do trabalho” ou a “pobreza laboriosa” moram em locais degradados e dividem o espaço com muitos outros habitantes; o viver é penoso, miserável e promíscuo. A sujeira interna das habitações também é tema nos dois trabalhos, mas, é no *Relatório* que o olhar elitista prevalece, certos juízos de valores são realizados sobre os gostos e preferências adotados nos interio-

res; este tipo de julgamento não traz qualquer contribuição às análises, apenas coloca aqueles habitantes numa situação ainda mais inferior em relação aos demais.

[...] o interior dessas pequenas casas tem as paredes enegrecidas e pouco asseadas, do teto já se lhes não conhece a pintura sob a camada do sujo das moscas. As paredes com quadros de mau gosto têm o reboco ferido por uma infinidade de pregos e troços de que prendem vários objetos de uso doméstico e a roupa de serviço. Os móveis desagradavelmente dispostos têm sobre si empilhadas peças de roupa para lavar. (GAMA et al., 1893, p. 99)

Nesta mesma linha, Saturnino de Brito, no livro *Saneamento de Campos*, de 1903, ao justificar a necessidade de melhorar as condições das casas dos operários, indica que toda a sociedade é beneficiada. No seu discurso, ele não está apenas preocupado com a saúde física do pobre, pois, de acordo com seu ponto de vista, a insalubridade remete, também, às questões sociais e morais, associa a pobreza à promiscuidade e à vida desregrada.

A necessidade de se dar habitações salubres aos operários, tirando-os dos miseráveis abrigos em que viviam e vivem ainda milhares de infelizes, foi devidamente considerada na Inglaterra e lhe cabe a primazia na iniciativa humanitária. Duplamente humanitária, pode-se dizer, é a moderna cruzada pela formação do lar operário, porquanto o benefício que se faz às famílias pobres se constitui em garantias para a coletividade, quer no ponto de vista estritamente higiênico, desaparecendo tanto focos de insalubridade, quer na ordem social e moral, pela elevação correlata dos sentimentos e da conduta do proletariado. (BRITO, 1943a, p. 152)

O termo “habitação salubre” é localizado pela primeira vez neste livro de Brito, considerando os escritos nacionais analisados. Neste caso, a habitação salubre remete ao lar⁵⁴ operário que, além de possuir perfeitas condições de higiene, abriga pessoas que foram educadas a agir de acordo com certos preceitos sociais e morais. Para melhor compreender o que se expressa com o termo salubridade, recorre-se aos estudos de Foucault:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. É correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico do meio. (FOUCAULT, 2012, p. 163)

Logo depois, em 1907, Brito, nos textos que compõem o livro *Saneamento de Santos*, substitui o termo “habitação salubre” do operariado por “lar”, simplesmente. Isso não

⁵⁴ “A promoção do lar por setores preocupados com o fortalecimento e a moralização da família trabalhadora encontrou alguma correspondência em um desejo de privacidade que se foi difundindo em países como a Inglaterra e a França na segunda metade do século XIX no conjunto da sociedade. Esse desejo se deu no nível familiar, conjugal e pessoal, expressando-se num crescente senso de individualidade do corpo e na busca de maior privacidade, reduzindo a presença e as interferências de vizinhos e estranhos, tendendo a converter a casa em local de moradia de uma família nuclear – afastando dela agregados e empregados – e internamente buscando separar os moradores em diversos dormitórios conforme sexo e condição.” (CORREIA, 2004, p. 53-55).

quer dizer que todos os preceitos, ensinamentos e medos tenham sido esquecidos ou deixados de lado; as habitações insalubres continuam sendo consideradas como focos de doença e propagação de epidemias, e o pobre deve ser tutelado, para que as questões sociais e morais prevaleçam. Trata-se apenas de uma troca de vocabulário, são usadas palavras mais sutis para transmitir os mesmos sentimentos e o mesmo grau de preconceito dos discursos anteriores.

Para evitar a surpresa de eminente explosão mortífera é preciso que a reforma sanitária dos quarteirões e das casas se torne uma realidade, por iniciativa de um governo bastante esclarecido para a empreender como o necessário critério político e, portanto, bastante humano para a conseguir sem opressões criadas no LAR, isto é, no ambiente em que todos os esforços devem convergir para manter o inviolável refúgio de paz, de descanso e de amor da família. Cuidando do LAR, criando-o para o proletariado, se dará ao problema sanitário a feição moral das questões fundamentalmente sociais, e não meramente biológicas. (BRITO, 1943b, p. 106)

Comparando as duas citações de Brito, a de 1903 (em *Saneamento de Campos*) e a de 1907 (em *Saneamento de Santos*), percebe-se que na segunda, a casa passa a ser colocada como um local de proteção da família, como um abrigo da rua e de seus perigos. De acordo com o pensamento da época, é necessário afastar as famílias das ruas e impor preceitos morais e hábitos de higiene, principalmente às populações mais pobres. Se, antes a “habitação salubre” do operário garante benefícios a toda comunidade (incluindo aí as elites das cidades), o “lar” protege o núcleo familiar, só que, apenas as pessoas que já foram educadas (ou domesticadas?), habitam o “lar” e merecem tal benefício.

Beguin (1991, p. 51-53) explica que o processo de construção da domesticidade tem início a partir de meados do século XIX, quando as práticas de higiene, de vida familiar e de sexualidade se sujeitam a certas recomendações e regras. Este processo só se torna possível a partir do momento em que a distribuição de água e gás, a circulação de ar e a existência de luz, através da criação de novas formas e de novos aparelhos domésticos, passam a parte do cotidiano de uma casa; é o que o autor denomina de “domesticação dos fluídos”. Compreende-se que, neste novo contexto, há múltiplos operadores de domesticação, e a arquitetura passa a ter um papel diferente do que tinha no passado, sendo apenas um dos elementos de todo o processo: “As formas arquitetônicas, o modo de distribuição dos serviços vão dissociar o que era indiscriminado, privatizar o que era público, confinar o que se fazia ao ar livre e modificar assim, pouco a pouco, todo o regime das práticas do habitante” (p. 53).

Em 1906, Backheuser, em seu *Relatório*, não pensa muito diferente dos outros autores citados, quanto à associação da pobreza às doenças, e quanto à insalubridade das casas proletárias. Ao discorrer sobre a quantidade de habitações insalubres no Rio de Janeiro, e as

demolições de cortiços e de casas condenadas, coloca que a população mais pobre, ao ser expulsa de suas casas espalha-se pela cidade, tornando-se um risco para toda a população.

Ora, esse morro vai ser arrasado; arrasado em um período que se calcula que não excederá três anos. Para onde irão esses moradores? É forçoso pensar nisso. Não se pode esconder a urgência da questão. É forçoso pensar pelo ponto de vista da higiene, porque são exatamente esses acúmulos insalubres de moradores pobres que tornam impossível a sanificação completa da cidade. Eles já são atualmente focos epidêmicos. Até hoje, porém, estavam concentrados em um ponto. Agora vão irradiar. (BACKHEUSER, 1906, p. 115)

A partir deste momento, há uma mudança de estratégia nos escritos nacionais, enquanto Vieira Souto e Saturnino de Brito apenas citam modelos habitacionais executados em alguns países europeus, Everardo Backheuser, Carlo Valentini e Victor da Silva Freire mostram a sua erudição e seu conhecimento apresentando modelos que consideram significativos para sustentar sua argumentação.

De acordo com Backheuser (1906, p. 15-17), a casa “perfeita” para o proletário é aquela preconizada por Auguste Comte, onde nada é inútil. Assim, este autor considera que o projeto de casa proposto por Saturnino de Brito⁵⁵, para os arrabaldes de Vitória, e concebido nos moldes recomendados por Comte, possui o programa ideal para acomodar a família operária, por prever espaço para todos, permitindo a separação de filhos por sexo, a privacidade do casal e dos avós, e a reunião em salas com finalidades distintas. Esta casa possui onze compartimentos, assim indicados: 1 – quarto dos avós; 2 – quarto do casal; 3 – quarto das filhas; 4 – quarto dos filhos; 5 – sala de visitas; 6 – sala de jantar; 7 – oratório; A – passagem; B – cozinha e despensa; C – vestíbulo; D – banheiro e latrina (Figura 40).

Figura 40 – Projeto de Saturnino de Brito, para Vitória. Fonte: BACKHEUSER, 1906, 1ª. Prancha.

No entanto, o autor admite que, devido ao alto custo, é difícil expandir este modelo pelo Brasil, e se apoia em soluções adotadas por “especialistas” como Muller e Cacheux, ou seja, não se afasta dos tradicionais preceitos higienistas e soluções adotadas ainda no século

⁵⁵ “Backheuser admitia, no entanto, que esta casa não poderia se generalizar no Brasil diante dos custos, e propõem um programa básico composto por sala, quartos, latrina, quintal e jardim.” (CORREIA, 2004, p. 35)

XIX. No entanto, Backheuser percebe claramente a complexidade do tema, e expressa o problema em uma equação de improvável resolução:

As três questões básicas do problema de habitação operária são, sem dúvida, no presente momento, as de: barateza, salubridade e proximidade do trabalho. Esses três dados apresentando-se em conjunto, dão à questão um caráter de enorme dificuldade, pois encerrando-se qualquer deles independente dos outros, simplifica-se enormemente o problema, ao passo que a solução é difícil e as vezes impossível, ao se ter de encarar os três ao mesmo tempo. (BACKHEUSER, 1906, p. 16)

Com o intuito de elucidar algumas das questões pertinentes ao assunto, dirige-se aos construtores de casas proletárias, apresentando um resumo contendo oito itens, ilustrados por soluções adotadas em outras localidades (BACKHEUSER, 1906, p. 51-52). Destacam-se os seguintes itens: as casas proletárias devem obedecer as mais rigorosas prescrições técnico sanitárias indicadas às habitações humanas; a escolha dos tipos de casas deve ser decorrente de suas localizações, se próximas ou distantes dos centros populosos, nas periferias dar preferência às casas isoladas (Figura 41) ou geminadas (Figura 42) e, nos centros, as casernas ou casas em fila (Figura 43), não devem ser condenadas, uma vez que é necessário habitações populares nestas localidades; nas vilas operárias construir parques e jardins, ruas com arborização, serviços (farmácia, médico e escolas) e locais de diversão.

Figuras 41 e 42 – Exemplo de casa isolada, com quatro cômodos. Exemplo de casa dupla, com três cômodos cada uma. Fonte: BACKHEUSER, 1906, 1ª. Prancha e 2ª. Prancha.

Nas pranchas, anexas ao *Relatório*, o autor exemplifica os tipos de casas citadas, mostrando modelos europeus e nacionais que considera significativos. O exemplo de casa isolada da figura 41 possui cerca de 52 m², há um banheiro de uso exclusivo da família, e um quintal nos fundos casa. Pela disposição das janelas dos quartos, esta casa poderia ser construída dupla, mantendo entradas independentes e quintais individualizados (preceitos morais preconizados na época). Cada unidade habitacional que compõe a casa dupla mostrada na figura 42 possui em torno de 44 m², e é interessante observar que elas são diferentes entre si, como são imbricadas, a circulação interna e o tamanho do segundo quarto não são os mesmos.

Nenhuma das unidades possui sala, mas o vestíbulo poderia assumir esta função, uma vez que possui 6 m² e desenho que permite o estar. Não há qualquer indicação de banheiro ou de tanque, portanto não se sabe se estas instalações são individualizadas ou partilhadas.

Figura 43 – Exemplos de casas em fila, “tipo inglês”. Fonte: BACKHEUSER, 1906, 5ª. Prancha.

Backheuser apresenta uma prancha inteira com casas em fila “tipo inglês” (Figura 43), os modelos possuem de três a sete cômodos, são assobradados, e todos eles têm banheiro, quintal e jardim frontal individualizados. As casas possuem de um a três dormitórios, e algumas delas duas salas. Estas últimas deveriam ser destinadas aos operários mais qualificados.

No final de 1912 e no início de 1913, Carlo Valentini, engenheiro e editor da *Revista de Engenharia*, publica dois artigos sobre vilas operárias construídas na Europa e nos Estados Unidos. Nestes artigos apresenta o esboço de algumas plantas, que denomina “tipos STANDARD de vilas operárias”, tece comentários sobre as soluções adotadas, indicando alguns pontos positivos e negativos, em uma possível adaptação de alternativas para vilas operárias a serem construídas no Brasil. Defende que algumas ideias podem vir a ser utilizadas como

norteadoras, mas que cada país deve levar em consideração suas características particulares para adequar às necessidades de moradia de seus operários.

Da mesma forma que cada país tem flora e fauna especial e mais se adapta ao seu clima, e condições locais, assim podemos dizer das vilas operárias, que nos diversos países europeus são consideradas típicas e as mais aptas para as condições climáticas e de costumes daquele país, mas que no país vizinho seriam consideradas absurdas. Modelar nossas vilas operárias em todos seus detalhes sobre os tipos de vilas operárias de KRUPP em Essen (Alemanha) seria tão absurdo quanto querer aclimatar as flores alpinas nas terras quentes de Santos. (VALENTINI, 1912, p. 150)

O autor considera que os operários, na Europa e nos Estados Unidos, possuem melhores condições de vida do que aqueles que moram no Brasil, e aponta os seguintes fatores como determinantes: melhores salários; gêneros alimentícios e de primeira necessidade mais baratos; nível cultural mais elevado (o ensino é obrigatório até os 12 anos); e nos climas frios as pessoas passam mais tempo dentro de casa. Como consequência direta destas diferenças, Valentini aponta melhores condições de moradia naquelas localidades: “De todas estas considerações e de muitas outras que deixamos de notar aqui, resulta claramente a impelente necessidade para que estes operários deverem dispor de um HOME confortável, ou pelo menos o mais higiênico possível.” (VALENTINI, 1912, p. 150-151). Se as estratégias adotadas para elaborar os escritos técnicos são diferentes, o mesmo não se pode afirmar das ideias e dos conceitos expressos em seus conteúdos. A necessidade de um lar, ou um “home” no caso, para os operários é premente, se não puder ser confortável, que pelo menos seja higiênico. A família, de acordo com os preceitos adotados na época, vai exercer papel fundamental para afastar os operários e seus filhos do perigo das ruas, e protegê-los em seu lar.

Valentini, em seu primeiro artigo, analisa apenas as vilas operárias alemãs; as casas das vilas⁵⁶ estudadas são esboçadas por ele (Figura 44). Neste artigo, também apresenta suas conclusões sobre os padrões adotados; obtidas após ter realizado estudos sobre “algumas disposições plantimétricas ou de distribuição dos cômodos das casas operárias” (VALENTINI, 1912, p. 151-153), são elas:

- *Varanda* – todas as casas, com exceção dos exemplares 10, 15 e 19, possuem varandas. Normalmente este é o “melhor cômodo” da casa, isto se deve ao clima rigoroso do país, que não permite que as pessoas permaneçam, por muito tempo, na parte externa.

⁵⁶ No seu esboço, a numeração de cada exemplar é associada ao nome do proprietário da vila, ou à localidade da mesma: 1 – Osnabrück; 2 – Hannover; 3 – Leinhausen; 4 – München; 5 e 6 – Bremen; 7 – Schederhof; 8 – Kronenberg; 9 – Maarbug; 10 a 12 – Mülhausen; 13 – Küchen; 14 – Tegel; 15 e 15a – Küchen; 16 e 16a – Leiden; 17 e 17a – Weddel; 18 e 18a – Hamburg; 19 – Stralsund; 20 – Marienwerder; 21 – D. Land. Gesl; e 22 e 22a – Nassenheide.

Figura 44 – Vilas operárias alemãs. Fonte: VALENTINI, 1912, p. 152.

- *Latrina* – toda habitação possui latrina de uso individualizado pela família; alguns exemplares em seu interior e outros na parte externa, não há uma regra. Do ponto de vista da higiene, segundo o autor, o melhor é que as latrinas sejam externas, no intuito de “evitar aos moradores destas casas os inconvenientes das emanações das latrinas (que apesar de quando são bem feitas não emanam)”. Mas, especificamente naquele país, como o inverno é muito rigoroso e para evitar “doenças do aparelho respiratório”, estas regras não devem ser priorizadas.

- *Cozinha* – em quase todos os exemplares, as cozinhas são posicionadas próximas às entradas, muitas delas são utilizadas como vestíbulos. A grande vantagem desta posição, conforme explica o autor, é que a dona de casa, na cozinha, pode facilmente observar a porta de entrada.

- *Quantidade de dormitórios* – a maior parte das casas possui mais de um dormitório. Mas, onde há apenas um dormitório e uma varanda, este último cômodo é transformado em quarto de dormir no período noturno.

- *Número de pavimentos* – boa parte dos exemplares analisados possui dois pavimentos, com acesso facilitado à mansarda, que pode ser utilizada como depósito. O autor salienta que existem disposições que condenam o uso das mansardas como dormitórios, mas que estas regras não são respeitadas pelos moradores.
- *Depósitos* – quase todas as casas apresentam condições de que os “baixos” sejam utilizados como depósitos de materiais. Os exemplares denominados 4, 7 e 22 (Figura 44) possuem mansardas para esta finalidade. Como não são apresentados cortes das casas, acredita-se que os “baixos” sejam os porões. Para eles o autor não faz qualquer ressalva sobre o seu uso como dormitório; é sabido que, em diversas localidades, inclusive no Brasil, porão com pé-direito mais alto é utilizado para esta finalidade, mesmo existindo disposições contrárias.
- *Tipo de implantação* – quase todas as casas estudadas são edificadas em grupos de 4 ou de 2 unidades, em raras situações são detectados correr de casas em grupos com mais de 4 habitações. São duas as justificativas para este tipo de implantação; a primeira delas é garantir maior independência dos moradores em suas casas. A segunda razão é técnica, pois ao agrupar as casas duas a duas, ou em quatro (adotando uma cruz grega), apenas duas (em alguns casos 3) paredes são expostas às intempéries, as demais são protegidas pelas paredes dos vizinhos.
- *Jardim e quintal* – quase todos os exemplares analisados possuem um pequeno quintal, uma vez que os operários alemães “valorizam este detalhe, ao apreciar atividades como a floricultura e horticultura”. Outra característica identificada é que, em algumas vilas, as casas são edificadas recuadas do alinhamento, então possuem um pequeno jardim frontal, com isso pretende-se “proteger os moradores contra as doenças derivantes das poeiras”.

Ao apresentar suas conclusões, Valentini acentua diversas características ligadas aos primeiros preceitos higienistas, alguns deles de ordem “técnica”, como por exemplo, a posição da latrina, a quantidade de pavimentos, o uso de jardim e quintal, e o tipo de implantação; mas há também outros de ordem “moral”, como as justificativas da localização das cozinhas, e da implantação de pequenos grupos de casas, ao invés de correr de casas geminadas. Mas, o que chama a atenção é que questões ligadas à ventilação e iluminação naturais não são abordadas em momento algum, e estas são as principais premissas higienistas. Além disso, quando o autor apresenta os fundamentos adotados para a construção das vilas operárias alemãs, afirma que, os valores mínimos referentes à quantidade de compartimentos e áreas (determinados em legislações ou recomendações técnicas), geralmente são superados, no entanto, em nenhum de seus desenhos há dimensões, não sendo possível saber em quanto que os valores mínimos são ultrapassados, e se realmente o são. Faz-se esta ressalva porque há exemplares

mostrados que parecem ser bem pequenos, com apenas três compartimentos, sendo que, na Alemanha, ainda de acordo com Valentini, a área total habitável, mínima, não pode ser inferior a 65 m².

O segundo artigo de Valentini, *Vilas Operárias no Estrangeiro*, é de março de 1913, e neste, diferentemente do primeiro, são mostradas vilas operárias de diversos países. O autor organiza as suas análises, e as divide em dois grandes grupos, casas em países frios e em países com climas temperados e quentes; sendo que, na sua visão, este último grupo é o mais pertinente às necessidades brasileiras.

Figura 45 – Vilas operárias europeias e americanas. Fonte: VALENTINI, 1913, p. 229.

São apresentados 28 exemplares de casas operárias europeias e americanas (Figura 45), em esboços com qualidade bem inferior ao anterior. Nestas novas casas, nenhum compartimento possui indicação de uso, todas as paredes são desenhadas com a mesma espessura, e quase não é possível identificar portas e janelas; o que compromete, além da compreensão dos projetos, uma análise adequada por parte de seu leitor. Também, as informações apresentadas

pelo autor, referentes a estas vilas, são truncadas, não há homogeneidade, diferentemente do que apresenta sobre as vilas alemãs.

Não havendo muitas informações técnicas, ou com conteúdos significativos, sobre as vilas deste segundo artigo, opta-se por, no presente trabalho, apresentar breves comentários sobre elas. De forma resumida, ao observar os modelos apresentados por Valentini, percebe-se que boa parte das casas são muito semelhantes, não há diferença significativa entre quantidade de cômodos, arranjos internos, tipos de implantação, ou mesmo custos de construção. As diferenças mais expressivas dizem respeito ao arranjo interno adotado nos países mais frios, onde a localização e o acesso à cozinha são pensados de modo a garantir aquecimento no interior da habitação; e latrina é sempre interna, também devido aos invernos rigorosos. Da mesma maneira que procedeu no primeiro artigo, neste último, Valentini não apresenta valores das áreas (das casas ou dos compartimentos), e como o seu intuito é trazer subsídios para a resolução do problema da casa operária brasileira estes dados seriam importantes. Novamente, as questões relativas à iluminação e ventilação naturais são negligenciadas, não há qualquer discussão a este respeito.

Um dos autores estudados, que se preocupa com as habitações higiênicas, é o médico Afrânio Peixoto, tanto que dedica um capítulo inteiro sobre o assunto no livro *Elementos de Higiene* (1913). Em seus escritos, toma como norte os preceitos higienistas de então, e contextualiza a “casa desejada”:

Se o arquiteto traça o desenho da forma e do plano interno das comodidades necessárias, se o engenheiro ou o mestre de obras, obedecendo à risca, levanta do chão, com os materiais de construção, a casa desejada, o higienista para a perfeição do trabalho e excelência do uso futuro tem que ser ouvido nos conselhos e nas obras, que fazem da habitação não só um abrigo seguro, cômodo, agradável, mas também sadio, e só então capaz de todos os proveitos. (PEIXOTO, 1913, p. 279)

Neste momento, percebe-se uma mudança de discurso, a casa salubre deixa de ser associada apenas à habitação do pobre e passa a fazer parte do repertório técnico para qualquer moradia. Mas, continua sendo apontada como um local de proteção da família, ao se resguardar dos perigos da rua. Não se pode esquecer que os habitantes deste abrigo são aqueles que já foram educados, possuem conhecimentos mínimos de higiene e adotam certos preceitos morais em conformidade com os valores definidos pelas elites.

Outra questão importante diz respeito à multidisciplinaridade⁵⁷ da matéria, este é o primeiro texto nacional (entre os escritos analisados) que explicita de forma clara, que a res-

⁵⁷ Na Europa, a multidisciplinaridade, para tentar resolver o problema da moradia operária, foi adotada desde meados do século XIX: “os engenheiros, arquitetos, sociólogos, literatos transformaram a cidade, no século

ponsabilidade pelas habitações não é de um único profissional; arquitetos, engenheiros, higienistas, médicos, cada um com seus saberes e contribuições específicas trabalham juntos para concretizar o projeto da habitação salubre. Embora, não se tenha localizado referências claras e explícitas anteriormente, há outros escritos que perpassam pelo tema, como os dois relatórios técnicos elaborados a partir de iniciativas de âmbito governamental (*Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, e *Relatório sobre Habitações Populares*).

Em 1916, no *Primeiro Congresso Médico Paulista*, Alexandre de Albuquerque apresenta o trabalho *Higiene da Residência Urbana*, no qual indica que o problema da casa salubre pode ser resumido em “fazer com que os raios solares penetrem no interior dos aposentos” (ALBUQUERQUE, 1917, p.3), e os três elementos do problema são: rua; janela; e aposento. Sem dúvida, a multidisciplinaridade da matéria é uma realidade, cada profissional apoia-se em conhecimentos distintos. Albuquerque apresenta um trabalho com alto grau de especificidade e muito técnico, que compactua com os novos discursos médicos, realizados a partir do início do século XX, ao considerar o sol como agente profilático, com poderes bactericidas.

No entanto, neste mesmo trabalho, quando discorre sobre *Residências*, discorre sobre os anseios das famílias paulistanas (que, segundo ele, são diferentes das europeias), e salienta a vontade de terem um lar (com jardim e quintal). Não se pode dizer se esta é, realmente, a vontade das famílias paulistanas de então, ou se é o ideal dos técnicos atuantes na época. Porém, nesta afirmação estão presentes os primeiros preceitos do higienismo: o jardim e o quintal que permitem circulação de ar e ventilação naturais; o jardim que afasta a casa da rua (e a família dos perigos); e o isolamento da casa que garante a privacidade da família. E, o lar, em que se encontram abrigo e proteção, mas também onde moram pessoas que possuem hábitos e agem de acordo com certos preceitos sociais e morais:

Quanto à residência, não podemos comparar os nossos hábitos com os das grandes capitais europeias. Não possuímos, felizmente, as enormes casas de habitação coletiva encaixadas nas ruas de intenso movimento comercial. Aqui, cada família quer possuir o seu lar, o seu jardim e o seu quintal, do que resulta que a área total da cidade em relação à densidade da população, é muito superior a de vários centros do velho continente. (ALBUQUERQUE, 1917, p. 4-5)

Victor da Silva Freire foi o relator deste trabalho de Alexandre de Albuquerque, e em seu relato, entre outros assuntos, discorre sobre a viabilidade e exequibilidade da casa salubre.

E, de fato, ou o higienista considera esse elemento do problema [custo] ou compromete na realidade todo o escopo da sua obra, deduzindo e aconselhando solu-

XIX, em um imenso laboratório e, ao lado do poder público, procuraram implantar as primeiras medidas de higienização na moradia do trabalhador urbano.” (CARPINTÉRO, 1997, p. 30).

ções inexecutáveis pelo despropósito da despesa que comportam. O melhor praticante será portanto o que consegue por a moradia salubre ao alcance de todas as bolsas. (FREIRE, 1917b, p. 20)

Embora, diversos autores discorram sobre o custo da casa, e mais especificamente da casa operária, dentre os textos pesquisados, apenas Backheuser e Freire levantam a questão de que os itens que agregam qualidades higiênicas a uma edificação aumentam o seu custo, de maneira que podem, até mesmo, inviabilizar o projeto da casa salubre. Ou seja, a casa salubre, que corresponde ao ideal dos técnicos da época, não é atraente ao investidor que constrói casas de aluguel, principalmente para os mais pobres.

Outro assunto, que está implícito nesta pequena citação de Freire, é a necessidade da atuação de profissionais técnicos (engenheiros e/ou arquitetos), que devem estar envolvidos em todas as fases do projeto e da construção das casas salubres. Apenas eles têm condições de sugerir materiais ou métodos capazes de diminuir os custos, de forma que a construção seja atraente, tanto para os proprietários como para os locatários.

Levando em consideração o período estudado (1886-1929), as questões relativas à casa e à casa salubre podem ser separadas em duas fases. Do início do período até, aproximadamente, a entrada da década de 1910, a casa era destinada ao rico, e a casa salubre era idealizada para o pobre. O habitante de uma casa salubre é saudável, portanto seu habitat não é um risco à sociedade. Onde há saúde não há ameaça de propagação de doenças e epidemias. Quando se fala em saudável e saúde, não se refere apenas à condição física da pessoa, mas também às condições moral e social; assim, na casa salubre, a forma de usar a habitação, e os hábitos e a educação da família devem estar em consonância com os preceitos definidos pelas classes dominantes. A casa salubre, concebida naquele momento, agrega qualidades que viabilizam a domesticação de todo o universo da casa, inclusive da família. No final desta primeira fase, o discurso passa a ser mais ameno, no lugar de “casa salubre” adota-se “lar”, esta alteração de vocabulário não significa uma mudança nos valores associados anteriormente à casa da população mais pobre, que continua a ser vista como um risco à vida burguesa. Sob a ótica dos pensadores da época, o lar é o desejo da família.

Na segunda fase do período estudado, a partir, aproximadamente, da entrada da década de 1910, percebe-se uma certa dissociação entre “casa salubre” e a população mais pobre, ou seja, a casa salubre passa a ser pensada para todos. No entanto, mantém-se a adoção do termo “lar” para os mais pobres, imbuído dos mesmos significados outrora associados à casa salubre (também para os pobres). Neste momento, os discursos passam a ser mais técnicos e com graus de especificidade bem definidos. Também, são exibidos modelos consagra-

dos no estrangeiro, principalmente por Backheuser (1906) e Valentini (1912 e 1913); segundo eles, os exemplares mostrados são possuidores de características positivas que poderiam ser adotadas no Brasil, para auxiliar na resolução do problema da moradia operária. As casas, apresentadas, assemelham-se muito quanto aos números de cômodos, aos números de pavimentos, aos arranjos internos e aos tipos de implantação. Quanto às áreas internas pensa-se que, se não são as mesmas, são muito próximas. No entanto, não é possível realizar tal afirmação, uma vez os esboços de Valentini não contêm cotas ou dimensão, tampouco cuidados relativos à precisão, o que os difere dos desenhos existentes no *Relatório* de Backheuser.

3.2.2 A CASA E SEU PAPEL FORMADOR E MORALIZADOR

Ao longo do tempo, a casa, principalmente aquela construída pelo patronato, cumpre papel⁵⁸ formador do operariado e moralizador de camadas da sociedade, e chega a ser utilizada como ferramenta de opressão⁵⁹. Nos textos nacionais, utilizados como referência no presente trabalho, o papel formador e moralizador da casa está presente, de forma sutil, mas em consonância com o ideário da época. Alguns dos autores citam cidades operárias europeias (entre elas Mulhouse, Creusot e as edificadas por Krupp) construídas ainda no século XIX, como exemplares com qualidade a ser adotada. Estas cidades são construídas no intuito de trazer operários para trabalhar nas instalações industriais (várias delas localizam-se junto a minas, afastadas de qualquer núcleo urbano) e fixá-los ao local de trabalho. Até por este motivo, além das habitações, são construídos armazéns, escolas, consultórios médicos, equipamentos coletivos e outros tipos de benefícios, pois não há outros núcleos urbanos nas proximidades. Ao industrial não interessa grande rotatividade de mão-de-obra, assim, além de atrair o operário o intuito é mantê-lo estável em seu trabalho: “A casa é um elemento de fixação. Daí o papel das vilas operárias na estratégia patronal de formação de uma mão-de-obra estável, das ideologias securitárias ou referentes à família.” (PERROT, 2009c, p. 285).

É importante deixar claro que as construções das cidades operárias europeias, ou das vilas operárias em São Paulo, não são ações que podem ser consideradas filantrópicas por parte dos empresários, mas sim um investimento (baixo, se comparado aos valores aplicados

⁵⁸ Ver Blay (1985), Beguin (1991), Bresciani (1986), Carpintéro (1997), Guerrand (2009), Hall (2009), Perrot (2009, 2010 e 2011).

⁵⁹ Sobre a construção de vilas operárias, no início do século XX: “Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que, eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de mais nada, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de frequentes crises de mercado e de conflito nas relações de trabalho.” (BLAY, 1985, p. 97).

nas fábricas, com equipamentos, edificações e infraestrutura) com retorno garantido, senão não seriam realizadas. E, enquanto na maior parte das cidades operárias europeias são oferecidos serviços, na maioria das vilas paulistanas são construídas apenas as habitações, e em alguns casos armazéns (a Vila Maria Zélia é uma exceção).

Este mesmo raciocínio é desenvolvido por Valentini, ao discorrer sobre as vilas operárias construídas na Europa e nos Estados Unidos, nos dois artigos publicados na *Revista de Engenharia* (1912 e 1913). Embora cite, de forma sutil, diversas iniciativas governamentais para prover moradia operária, aponta os industriais como aqueles que podem tirar mais proveito ao fornecer casas para seus funcionários: “Os industriais são os mais interessados na construção de habitações para os operários das respectivas fábricas, sobretudo quando estão situadas longe do centro popular duma cidade.” (VALENTINI, 1913, p. 232).

Em São Paulo, a casa também é utilizada pelos industriais para fixar a mão-de-obra, principalmente de imigrantes, mas foi muito mais utilizada para manter os salários baixos, e persuadir os operários a permanecerem em seus empregos:

Ao nível das relações de produção, o trabalho livre passou a ser comprado pelas indústrias localizadas no Interior ou na Capital e nos dois casos estabeleceram-se, desde logo, relações conflituosas, criadas pela contradição entre a busca de uma acumulação de capital na primeira fase do capitalismo industrial e a luta pela obtenção de condições de sobrevivência por parte da classe trabalhadora. É neste complexo ajuste que a vila operária vai ser construída pelo empregador – da Capital ou do Interior – como um fator de intermediação das relações de produção. Desde o primeiro momento a casa representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego. (BLAY, 1985, p. 53)

Ângelo Bruhns, no *Boletim do Instituto de Engenharia* (em 1921), quando apresenta o projeto de *Vila Operária para a Companhia Comércio e Navegação*, em Niterói, também coloca a casa como elemento de fixação e manutenção do operário ao trabalho. Em sua visão, ao serem incorporadas melhorias e comodidades, não há tanta rotatividade da mão-de-obra:

Considerando qualquer método pelo qual os operários não somente sejam atraídos, mas também induzidos a permanecer no emprego, alguns industriais vislumbraram desde logo o valor da construção aperfeiçoada e começaram a perceber o melhor meio de torná-la atraente e a compreender que a casa é alguma coisa mais que um mero abrigo, que o operário é humano e almeja as mesmas coisas que os patrões, e que precisa também de beleza na vida, bem como de tranquilidade, flores, árvores, ar, luz, etc. (BRUHNS, 1921a, p. 7)

Percebe-se que as características principais da casa salubre (ar e luz) estão presentes nas habitações operárias propostas por Bruhns mas, de acordo com o ponto de vista do arquiteto, não são suficientes para manter o operário no trabalho e diminuir a rotatividade de funcionários. Refletindo sobre as palavras do arquiteto, que “o operário é humano e almeja as

mesmas coisas que os patrões” e observando o seu projeto, percebe-se que há uma certa preocupação com o bem-estar dos moradores, e as edificações proporcionam certas qualidades de conforto que não são comuns nas habitações operárias da época. Melhorias nas condições de moradia tornam a casa mais atraente, que deixa de ser um mero abrigo para se tornar um desejo; neste contexto, a casa é uma das ferramentas adotadas, e das mais eficientes, para fixar o trabalhador no emprego, e persuadi-lo a adotar uma conduta em consonância com os valores de seus empregadores.

Durante este período, a casa também assume papel moralizador da sociedade operária, quando se tentam que os operários adotem hábitos e maneiras mais próximas dos padrões burgueses. Neste cenário, é difundida a ideia do lar, como abrigo seguro para a família nuclear, conceitos como privacidade e moralidade ganham espaço e importância. Diversos dos autores estudados apresentam seu ponto de vista, referente ao papel moralizador da casa.

Souto, em 1886, coloca a casa como elemento capaz de proporcionar saúde ao operário, além de prover moral e boas condições de vida em família. Apesar de apresentar um discurso de cunho social, e em alguns momentos caridoso, está claro que sua preocupação maior é manter (ou aumentar) os ganhos que a mão-de-obra pode proporcionar às classes dominantes; no seu entendimento, um operário não vive mais tempo e produz mais.

Da casa depende a saúde, e da saúde do operário depende a qualidade e a quantidade do trabalho que ele pode produzir. O bem estar e a saúde das classes operárias interessam a todo o país, porque representam a base da prosperidade nacional. Trabalhadores enfermos não só fazem diminuir a produção, como aumentam o número de indigentes que têm de ser socorridos pela caridade oficial. Proporcionar ao homem do trabalho uma casa cômoda, que satisfaça a todas as condições higiênicas, que robusteça as suas forças, prolongue a sua vida e favoreça o desenvolvimento físico seu e de sua prole, é ao mesmo tempo uma missão de interesse social e de humanidade. Mas posto que seja de grande importância a obtenção destes fins, o melhoramento das casas de operários satisfaz a outros de ordem ainda mais elevada, porque influi também poderosamente sobre a moral e sobre a boa organização da família. (SOUTO, 1886, p. 70)

Vinte anos mais tarde, em 1906, no *Relatório sobre Habitações Populares*, Everardo Backheuser coloca que, devido à falta de instrução dos pobres acerca dos preceitos básicos de higiene (diferentemente do que ocorre com as classes médias), suas casas deveriam atender, de forma mais rígida, as regras de “higiotécnica”. Realiza tal afirmação, mas não exime a responsabilidade do Estado de prover serviços básicos. Em consonância com os saberes ainda em voga na época: a teoria miasmática, que considera que o ar e a água devem circular e o lixo necessita ser removido (em certos ambientes, as doenças e epidemias podem encontrar meio propício para a sua propagação); e os estudos de Pasteur, que levam em conta que o

meio possa dificultar, ou facilitar, a proliferação de certos microrganismos, assim como a contaminação do agente hospedeiro, afirma:

A casa do proletário deve obedecer aos mesmos preceitos da mesma rigorosa higio-técnica a que obedecem as demais. Acredito mesmo que devem até ser mais rigorosos nessas do que nas outras casas. E a razão é simples. Ao operário, ao pobre em geral, falta a instrução, falta o conhecimento dessas regras já vulgarizadas nas classes médias – a educação e a persuasão pelos filantropos da estofa de Miss Octavia Hill – só atuam com o tempo; é preciso desde já o meio direto, a abundância do ar, de água, de espaço respirável, de modo a que, mesmo sem o querer e sem o saber, o morador pobre usufrua desse bem estar, que o Estado já deu ao rico pela educação que lhe proporcionou. (BACKHEUSER, 1906, p. 6)

Em 1921, os pensamentos de Bruhns não são muito diferentes dos demais. Há mudanças no vocabulário (e contexto) adotado, o operário passa a ser humilde, a ameaça da queda de produtividade não é mais a enfermidade, mas rotatividade da mão-de-obra; os anseios são os mesmos, busca-se prosperidade e produtividade nacional. Além disso, um dos meios para se atingir os objetivos também é a moradia, que vai da casa cômoda ao lar decente.

Já compreenderam [os países adiantados] que os humildes operários não devem ser tratados como máquinas ou como animais. Compreenderam que a grande instabilidade no emprego, a constante mudança do operário, com a consequente perda de eficiência, não somente estão prejudicando grandemente a classe, mas ainda são uma mancha na sociedade uma ameaça à paz do país e um obstáculo à produtividade nacional. Compreenderam, enfim, que um homem descontente é um mau operário, enquanto que um contente, saudável e possuindo um lar decente, é um bom trabalhador. (BRUHNS, 1921a, p. 5)

O bom trabalhador possui características morais, afinal seu lar é decente, está satisfeito com a sua condição e, acima de tudo, é saudável, apto ao trabalho. Trabalho este que dignifica e traz prosperidade e riqueza à sua cidade e, consequentemente, ao seu país.

[...] evidencia-se a ideia de conversão da morada em base para a construção de um novo trabalhador, entendida por homens letrados da época como obra de regeneração de indivíduos debilitados e imorais, pela imersão em ambientes caóticos e degradados. Para cumprir este papel, a casa preconizada deveria ser mais que um teto ou um abrigo; deveria antes constituir-se em um espaço capaz de viabilizar e favorecer uma vida regida pelas normas da higiene e da disciplina. (CORREIA, 2004, p. 25)

Em alguns textos pesquisados, são apresentadas características desejáveis, assim como, as maneiras e os hábitos a serem adotados pelo novo trabalhador. Saturnino de Brito é quem mais trata deste assunto, inclusive, é mordaz em seus escritos, quando se refere ao operário a ser modelado, conforme os preceitos morais. Em 1903, no livro *Saneamento de Campos*, a primeira questão tratada é o uso da casa, que deve ser mantida limpa e em bom estado de conservação pelos inquilinos; e para isso, é necessário que os locatários sejam educados.

[...] educar o povo, principalmente o locatário e o operário; é preciso ensiná-lo a conservar com asseio a casa, a não destruir vandalicamente a propriedade alheia e a saber exigir do proprietário melhoramentos, que forçosamente aparecerão desde que sejam conservados convenientemente pelos inquilinos. [...] Segundo as infor-

mações que temos, o exercício do instinto destruidor aliado à errada atitude agressiva do inquilino pobre contra o proprietário, conduz a verdadeiros atentados: – não seria porventura de grande vantagem que os pretendidos orientadores do proletariado pregassem os bons princípios de higiene e de economia social, mostrando como as consequências da imundície e da destruição reverterem sobre os que as praticam? (BRITO, 1943a, p. 157)

Seria, realmente, necessário ensinar o pobre a manter a casa limpa? Ou, como proceder para mantê-la conservada? Saturnino de Brito coloca o locatário como um delinquente, sem questionar o porquê toma tais atitudes. Em que condições o proprietário fornece a casa? Há superlotação? É possível algum diálogo entre locador e locatário, para melhorar as condições de moradia? Quais são os bons princípios de higiene e de economia social que se pretendem que os operários adotem? E a quem interessa que tais princípios sejam adotados?

Correia explica as estratégias aplicadas pelas classes dominantes, quando se propagam discursos com o mesmo teor adotado por Saturnino de Brito:

A representação do pobre como ser ignorante, desregrado e selvagem foi amplamente utilizada para justificar uma necessidade de alterar seu modo de ser e viver. Esta representação comportava a ideia de que os pobres não seriam capazes de entender a necessidade e empreender por conta própria tal alteração. Assim, para as camadas que se julgavam esclarecidas, restava comandar este empreendimento. Através da prescrição de uma série de normas de gestão do espaço e do corpo dos pobres, tais camadas vislumbravam a possibilidade de alterar hábitos domésticos, controlar a saúde e o cotidiano. Significava estender aos pobres alguns hábitos, formas de morar e condições de conforto. O esforço de transformação do modelo da casa operária e do cotidiano no seu interior integrou uma ação ampla das elites no sentido de instituir novos controles sobre o trabalhador. [...] Trata-se, evidentemente, de um projeto não amplamente realizado, cujas estratégias, embora tenham alterado profundamente a vida e o espaço urbano, não conseguiram impedir as tensões, confusões e conflitos que povoam e definem o ambiente da cidade. (CORREIA, 2004, p. 45)

Saturnino de Brito, ainda, coloca a mulher como a responsável por prover a integridade física e moral da família; devendo tomar providências para que a casa seja atrativa ao seu marido e aos seus filhos, afastando-os dos perigos da rua. Mais uma vez, os pobres são associados à delinquência, à vida desregrada e, agora, à irresponsabilidade (ao gastar o dinheiro do aluguel e da alimentação em bebidas e jogos), por mais este argumento, o autor demonstra a necessidade de educá-los:

A moralidade do lar não se pode manter em semelhantes alojamentos [cortiços da cidade de Campos]; a mulher não poderá dar aos aposentos acanhados e de servidão promíscua o cunho de jovialidade que forma o encanto do lar, que prende o homem no interior doméstico e que preside ao crescimento dos filhos sadios e bons; [...] A vida exterior é procurada pelo chefe da família desde que lhe falta o conforto do lar, vai gastar com o álcool e o jogo as economias que lhe serviriam para melhor pagar o aluguel da habitação e os gêneros de alimentação. – As crianças vão para a rua se exercitarem na maldade, no vício, no vandalismo com que riscam os muros novos, quebram lâmpadas e destroem até as próprias benfeitorias que as favorecem no desamparo doméstico em que vivem. (BRITO, 1943a, p. 158-159)

Backheuser também quer afastar os homens mais pobres dos vícios e da bebida, e sugere que o proletário passe a ser visto “como um homem civilizado e não como um bruto inacessível às vantagens sociais” (1906, p. 24). E que vantagem social é proposta por ele? Um pequeno jardim defronte à casa operária (desde que o aluguel não se torne muito mais caro, devido ao acréscimo de terreno); com este artifício a família é preservada, mas, desde que a mulher plante flores e deixe seu lar atraente para seu marido, e obviamente, como o homem está trabalhando durante o dia, a responsabilidade de cuidar de tal área não é dele. Nada muito diferente do que é apresentado por Saturnino de Brito.

Além do parque comum que as necessidades da sociabilidade exigem, cada casa deve, desde que o terreno não seja caro, ser provida de um jardim na frente sem que isto encareça o aluguel. Devemos nos acostumar e acostumar a população a julgar o proletário como um homem civilizado e não como um bruto inacessível às vantagens sociais. Si, pois, se puder, sem aumento considerável de preço, fornecer à casa um pequeno jardim de 10 m² que seja, deve-se obrigadamente fazê-lo. É considerável a influência da verdura, da árvore, da flor sobre o conjunto de sentimentos do homem e especialmente da família. Considere-se mais que todas estas vantagens têm a vantagem única de atrair o operário para o lar em vez de levá-lo à taverna, de formar um cidadão válido em vez de um ébrio. (BACKHEUSER, 1906, p. 24)

De acordo com Corbin (2009, p. 540-541), o alcoolismo, e o beber solitário nascem no século XIX, e “um abundante discurso, pronunciado pelos membros das classes dominantes e reforçado pela medicina, vincula a tendência para a bebida à imoralidade operária”. Assim, à mulher (ou melhor, esposa) é dado o papel (ou a responsabilidade) de agente moralizador de sua família, “cabe à operária converter o marido à temperança, assim como a burguesa redentora tem por missão trazer o esposo incrêdo ao caminho da ortodoxia”.

Retornando à questão da educação, como proceder para que os conhecimentos e preceitos morais sejam repassados aos operários? Vieira Souto e Saturnino de Brito apresentam propostas nesta direção. Vieira Souto, ao apresentar o *familistério*, indica que, máximas econômicas e morais devem ser afixadas nos locais de passagem (escadas e corredores), de modo que os operários possam ser educados quanto aos seus deveres civis (SOUTO, 1886, 72). Resta saber que eficiência se pode esperar deste tipo de ação, uma vez que a maioria da população (senão a quase totalidade dos operários), na época, é analfabeta.

Saturnino de Brito, por sua vez, faz várias citações sobre filantropia, ao longo de seu texto de 1903, e, ao discorrer sobre a atuação de Octavia Hill, faz questão de frisar que, parte do sucesso de sua empreitada se deu porque a filantropa tinha contato direto com os moradores das casas que mantinha. Ou seja, devido a este contato, pouco a pouco, pôde educá-los em questões como: asseio; higiene; e moral (BRITO, 1943a, p. 154).

Percebe-se certa divergência entre as proposições de Souto e Brito no tocante a educação da população operária. Para Souto, a leitura das máximas econômicas e morais pelos próprios operários é suficiente para prover sua educação, talvez uma proposta um tanto quanto ingênua e ineficaz. Brito, por sua vez, propõe acompanhamento contínuo aos habitantes das habitações coletivas, o que pode ser interpretado como cobrança de certos padrões morais e sociais impostos pelo locador. Neste último caso, a casa é, novamente, uma ferramenta de controle do operariado, se os padrões não são adotados, o morador poderia ser desalojado.

Sob a ótica do proprietário (das empresas e das vilas), não basta educar, é necessário vigiar, afinal os padrões impostos precisam ser verificados e cobrados. Este tipo de atitude faz com que o operário se sinta privado de sua liberdade, no trabalho ou em casa; tanto que, na França, as vilas operárias, construídas no final do século XIX e início do XX, não são, na sua totalidade, bem aceitas por seus habitantes:

Em matéria de moradia, os operários exprimem principalmente seu desejo de independência, sua preferência pela habitação individual, a recusa das vilas operárias. [...] Ser livre, escapar ao controle do patrão, do dono e seu cêrbero (o porteiro, também chamado de 'fechaporta'): eis o primeiro desejo. (PERROT, 2010, p. 112)

A necessidade de vigilância também é expressa nos textos nacionais, só que de uma maneira sutil. Junto aos projetos do *familistério* de Souto e da *Vila Operária* de Bruhns indica-se a quem seriam atribuídas as funções de vigilância do operariado. Para Vieira Souto (1886, p. 72), cabe à empresa construtora contratar um empregado que, além de manter a limpeza e a ordem nos edifícios, fiscalizaria a conduta dos operários inquilinos; que poderiam ser desalojados, se apresentassem exemplos de mau comportamento. Bruhns (1921b, p. 28) indica que na *Vila Operária de Niterói*, há a figura de um superintendente, que mora no local, e a localização de sua casa é tal, que permite a vigilância de toda a vila.

É importante frisar que, apenas um dos autores estudados, Ângelo Bruhns, coloca de forma aberta, e sem subterfúgios, a casa como uma ferramenta de opressão ao operariado, que se entram em greve perdem sua morada. Este mesmo tipo de pensamento é explicado por Blay (1985, p. 98), que aponta a dualidade das vilas operárias, se por um lado podem resolver o problema de moradia, por outro, com o medo de perder sua casa, podem ser utilizadas para oprimir movimentos grevistas.

Estão certos de que reside nisso [habitações para o operariado] extraordinária importância para o desenvolvimento de uma indústria, e que o industrial favorecendo os seus operários ficará, também, favorecido pelo consequente aproveitamento do trabalho. Verificou-se que o industrial empregando capital por baixa taxa, no sentido de proteger seus empregados, obtém grandes compensações. As greves que periodicamente perturbam a ordem de uma fábrica, ficarão regularizadas pela ameaça

do operário perder o seu lar, em condições superiores aos que pode obter comumente. (BRUHNS, 1921a, p. 5)

Além disso, Bruhns, quando propõem casas com características melhores do que as comumente encontradas em vilas operárias, oferecendo condições diferenciadas de conforto, sabe que a perda da moradia, neste caso, é sentida de maneira mais contundente. O operário, por participar de movimentos grevistas, já tem dificuldade de encontrar qualquer tipo de habitação em vilas operárias de empresas, ainda mais uma habitação que ofereça qualidades de conforto superiores às demais, sua família é prejudicada.

Os autores estudados, com diferentes enfoques e diversos graus de aprofundamento das questões, tratam da casa operária como tendo papel formador e moralizador de camadas menos privilegiadas da sociedade. Os discursos adotados, alguns mais leves, outros mais contundentes, estão em consonância com o ideário da época. Assim, no período estudado (1886-1929), da casa higiênica almeja-se que operariado tenha seu lar, que é decente, e abriga uma família moralizada, e com hábitos em harmonia com os costumes burgueses.

3.2.3 O PREÇO DA MORADIA E OUTRAS QUESTÕES DE ORDEM ECONÔMICA

Os autores pesquisados, na sua maioria, são unânimes em admitir que os valores de mercado cobrados, pelo aluguel das moradias operárias, são muito elevados para os ganhos dos trabalhadores. Contudo, poucos deles discutem, ou apresentam propostas com o intuito de ajudar a solucionar o problema em questão. Nas breves análises apresentadas por estes autores, é possível identificar algumas questões são elas: falta de incentivos e apoio governamental; e ganhos elevados com os alugueis, relativos aos juros sobre o capital empregado na construção de casas operárias.

A falta de incentivo, ou de apoio governamental, é um dos obstáculos apontados, de forma recorrente, para a resolução do problema da habitação proletária em São Paulo, e de forma mais ampla, no Brasil. Ao apresentarem exemplos das iniciativas adotadas nos países estrangeiros, estes autores colocam em destaque as leis de incentivo e os favores concedidos pelas municipalidades, associando-os ao êxito de tais empreitadas. No plano nacional, quem inicia o debate, sobre incentivos estatais para a construção de moradias operárias, é Vieira Souto, quando da apresentação do projeto do *familistério*, em 1886. Ele salienta que o Governo Imperial aprovou uma lei para conceder favores para a construção de casas operárias, e “se quiser por em prática” pode solucionar todo o problema da moradia operária e, como consequência, o da saúde pública, no Rio de Janeiro. Não se pode esquecer que, naquele momento,

Souto apresenta o projeto para ser aprovado, ao mesmo tempo em que está em busca de parceiras para poder executá-lo. Acreditar (ou, talvez, incentivar) nas boas intenções governamentais e no alcance da legislação, é fundamental para o sucesso de seus planos.

Reconhecendo a aludida impossibilidade, a Câmara dos Deputados e o Senado, após uma longa discussão, na qual ficaram bem patentes os males que proviriam da permanência dos cortiços, votou o projeto de lei, que se converteu no Decreto Legislativo de 9 de dezembro de 1884 [a data correta do decreto é 9 de dezembro de 1882], e que concede favores aos capitalistas que construirão habitações salubres e cômodas para as classes operárias. Se o Governo Imperial, como é de esperar, quiser pôr em prática⁶⁰ esse Decreto, tomando as devidas cautelas contra novas especulações, em poucos anos a edificação do Rio de Janeiro terá se transformado de modo radical; e quando se atende aos grandes benefícios que daí resultarão para a saúde pública, pode-se sem exageração qualificar o referido Decreto como uma das leis de maior alcance material e moral que nos últimos tempos têm sido votadas no pelo nosso parlamento. (SOUTO, 1886, p. 70)

No *Relatório* apresentado por Backheuser, em 1906, o autor também se posiciona favorável a intervenção do Estado para solucionar as questões relativas à habitação operária:

É fato hoje consagrado em todos os países a necessidade da intervenção do Estado no tocante à edificação de casas populares; se direta, se indiretamente, é que variam os governos e os especialistas, consoante as teorias em moda nesses diversos países. Os congressos que se têm sucessivamente reunido mostram mesmo a variedade de opiniões, vencendo nos votos finais expressos ora uma, ora outra das correntes. (BACKHEUSER, p. 55, 1906)

Embora, no início de sua explanação, não afirme se a atuação do Estado deva ser direta (ao construir habitações operárias) ou indireta (ao oferecer favores e isenções para que a iniciativa privada construísse tais moradias), a questão do papel estatal é muito forte em seu trabalho, tanto que dedica boa parte dele em como se dá a “intervenção dos poderes públicos nos diversos países”. Apresenta leis⁶¹, e fragmentos delas (traduzidas), algumas vigentes desde o final do século XIX, e a posição tomada em certos congressos sobre a habitação operária. Não se exime de apresentar breve retrospectiva da legislação aprovada pelo governo brasileiro (apontando a primeira delas como de 21 de dezembro de 1853), expressando-se sobre os incentivos oferecidos, e prescrições técnicas adotadas nas casas operárias. Mas, ao apresentar o projeto formulado pela Comissão, deixa clara a posição da mesma:

⁶⁰ Apenas em 1887, 36.830 pessoas moravam em “habitações coletivas insalubres e condenadas”, na cidade do Rio de Janeiro, e sobre os efetivos favores concedidos aos empresários nesta época, Vaz (2002, p. 41) coloca: “Apesar de toda a digressão que chegou a mobilizar a opinião pública da época em torno da questão habitacional, a produção de moradias pelos detentores de concessões foi extremamente modesta. Dentre dezenas de concessões aprovadas, apenas 13 concessionárias – três empresas de construção, quatro indústrias têxteis e seis bancos (sendo cinco associados àquelas construtoras) construíram casas com os favores do governo. Entre 1887 e 1895 as companhias Saneamento do Rio de Janeiro e Evonéas Fluminense construíram moradias para 6.800 operários; a Companhia Fiação e Tecidos Aliança para 420 operários; e a Fábrica de Tecidos São João, o Banco Operário e a Companhia Technico Construtora, para 1.200 operários, num total de 8.420 pessoas.”.

⁶¹ Aborda os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Inglaterra, Itália, Noruega, Suécia, Suíça, Estados Unidos, Uruguai e Argentina. Sendo que, destes três últimos, além das leis de incentivo e atribuições do Estado, apresenta algumas especificações técnicas, a serem adotadas.

A comissão pensa que o verdadeiro seria que o Governo entrasse em campo diretamente, ou construindo casas populares ou emprestando capitais para isso, a quem se compromettesse a tomar a si essa incumbência. É o que em outros países – e aliás menos justificadamente do que seria aqui, agora – se tem feito. (BACKHEUSER, 1906, p. 115)

O autor, na sequência do texto, afirma que, embora a comissão acredite na necessidade de atuação do governo, também sabe que tal ideia não seria aceita. O sentimento geral é contra o uso ou o empréstimo, pelo Estado, de grandes quantias para a construção de casas operárias. Na verdade, a atuação direta do Estado não se concretiza efetivamente, seja de forma direta ou indireta; no Brasil, naquele período, o Estado apenas concede favores para que as casas operárias fossem construídas:

A concessão de favores ao setor privado foi a única medida aceita pelo Estado para incentivar a produção habitacional. Rejeitou-se a possibilidade de produção direta de moradias por órgãos governamentais ou de uma legislação que regulamentasse as relações entre locadores e inquilinos. (BONDUKI, 2004, p. 40).

Os ganhos excessivos por parte dos proprietários se dão em todo o período. Vieira Souto, em 1886, apresenta acusação contra os donos de cortiços. Segundo o autor, estes proprietários usam material de demolição e de péssima qualidade para construir as habitações coletivas, na cidade do Rio de Janeiro; desta forma, o custo da obra é baixíssimo, permitindo a obtenção de juros elevados, quando da cobrança dos alugueis. Há uma certa perversidade neste contexto, a população mais pobre só pode pagar alugueis baixos, e ao comparar o preço do aluguel e um cortiços com o de uma edificação que atende aos preceitos básicos de higiene, a escolha recai para o primeiro, por total falta de recursos. Além disso, Souto denuncia que a concorrência no mercado de aluguel é desleal, pois, os valores investidos para construir casas higiênicas são bem superiores aos dos cortiços e, no entanto, os ganhos muito menores.

Na verdade, como lutar com esses especuladores, atuais proprietários dos cortiços, que constroem simples barracões com madeiras velhas, com telhas, tijolos e outros materiais que são apenas produtos das demolições de prédios arruinados, para depois alugar acanhadíssimos cômodos por preços que lhes deixam no fim do ano 50, 60 e as vezes 100% de juro dos capitais empregados na sua construção? Em semelhantes condições a luta seria impossível, e sem nenhuma vantagem conduziria a ruína os capitalistas que tentassem travá-la, porque é intuitivo que tais proprietários estabelecendo os alugueis dos cortiços muito mais baixos do que poderiam fazê-lo os construtores dos novos prédios, dotados de todas as condições de higiene e de conforto da vida, firmariam uma concorrência impossível de sustentar e de novo ficariam senhores exclusivos do seu campo de torpes especulações. (SOUTO, 1886, p. 70)

O início da especulação imobiliária, associado à ganância dos proprietários, já é identificado no *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operarias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia* (GAMA et al., 1893), quando da recomendação da localização de vilas operárias na cidade de São Paulo.

[...] há dentro do perímetro da cidade terrenos ainda desocupados no Bexiga, Bela Cintra, Pacaembu, Pari, Mooca e Cambuci que seriam com vantagem utilizados na construção de vilas operárias se os seus proprietários não nutrissem mais elevadas ambições e se o preço de tais terrenos não se mantivesse, apesar de tudo, em alta tão grande. (GAMA et al., 1893, p. 114)

Em 1911, no artigo intitulado *Casas Operárias*, publicado na *Revista de Engenharia*, é colocado que a construção de casas para os mais pobres é uma preocupação governamental, nas “nações cultas”. Com esta provocação, o que está sendo discutido não é se o Brasil faz parte do rol de “nações cultas”, mas sim que o governo não intervém, de maneira efetiva e eficaz, nas questões das casas operárias, com o objetivo maior de sanear as cidades.

A construção de casas econômicas destinadas às classes menos favorecidas da fortuna, é problema que preocupa os governos de quase todas as nações cultas. Dar ao operário uma habitação higiênica, mediante pequena retribuição, é trabalhar para o aperfeiçoamento social das classes pobres, e contribuir altamente para o saneamento geral das cidades. (CASAS ..., 1911a, p. 4)

A explicação vem logo a seguir, quando o autor (que não é identificado) discorre sobre a lei nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária*, de 1900, que “veio, ao nosso ver, facilitar muito ao proprietário e pouquíssimo ao operário” (CASAS ..., 1911a, p. 4). Na sua argumentação explica que, com a lei nº. 498, o proprietário pode, para construir casas operárias, aproveitar retalhos de terrenos, fundos de quintal, ou ainda comprar grandes áreas, a preços mais baixos, para construir vilas; com isso, conseguindo uma redução nos valores empregados nos terrenos. Também, por atuar na área de construção, o capitalista consegue baixar os custos da obra; uma casa (com três compartimentos e área de 30 m²), se construída com material de 2ª. linha, custa entre 1:000\$000 a 1:500\$000 (sem considerar o valor do terreno) para o investidor, que consegue economias graças à escala de produção. Se o mesmo tipo casa é construído pelo operário, para uso próprio, o valor é de 1:500\$000 a 2:000\$000. O autor prossegue com suas reflexões, e coloca que, como a lei não define os valores máximos dos alugueis a serem cobrados, um proprietário pode exigir, por aquela casa, o aluguel de 30\$000, o que corresponde a juros de 18% sobre o capital empregado. No mercado, encontra-se alugueis de casas similares, por 40\$000, ou seja, juros de 24% sobre o capital empregado. Em outras palavras, a lei nº. 498 permite uma redução nos custos (apenas para quem é construtor), porém não regulamenta os ganhos máximos. Construir casas operárias mínimas é um bom negócio, os juros obtidos na cidade de São Paulo, são excessivos e bem superiores aos de outras localidades.

Logo em seguida, em 1912, no primeiro artigo de Valentini, sobre vilas operárias, o autor discute questões relativas aos valores dos alugueis cobrados e as taxas de juros anuais efetivadas pelos proprietários, nas vilas alemãs estudadas por ele (Figura 44). Estes dados são

apresentados na tabela 4, que contém as seguintes informações: proprietário ou localidade da vila; quantidade de casas; tipo de implantação; custo de cada habitação aluguel e juros anuais.

Tabela 4 – Informações Sobre As Vilas Operárias Alemãs

<i>Tav. II Figura</i>	<i>Proprietário ou localidade</i>	<i>N. de casas</i>	<i>Grupo de</i>	<i>Custo de cada habitação</i>	<i>Aluguel anual</i>	<i>Juro anual</i>
1	Osnabrück	144	2	3:000\$	122\$	4%
2	Hannover	400	4	2:800\$	125\$	4,5%
3	Leinhausen	160	4	2:000\$	100\$	5%
4	München	240	4	1:800\$	100\$	5,5%
5 e 6	Bremen	200	4	2:800\$	150\$	5,5%
7	Schederhof	3280	2	3:400\$	138\$	4%
8	Kronenberg	400	4	4:900\$	355\$	7,2%
9	Maarburg	240	2	3:000\$	125\$	4,2%
10 a 12	Mülhausen	480	4	1:600\$	138\$	8,6%
13	Küchen	120	4	1:600\$	100\$	6,3%
14	Tegel	200	2	1:700\$	110\$	6,5%
15 15a	Küchen	100	2	1:800\$	100\$	5,5%
16 16a	Leiden	240	2	2:300\$	130\$	5,6%
17 17a	Weddel	100	2	1:600\$	105\$	6,7%
18 18a	Hamburg	960	4	2:200\$	130\$	6%
19	Stralsund	120	4	3:000\$	135\$	4,5%
20	Marienwerder	440	2	2:000\$	108\$	5,4%
21	D. Land. Gesl.	880	2	3:250\$	134\$	4%
22 22a	Nassenheide	100	2	2:000\$	100\$	5%
Total de		8804				

Fonte: VALENTINI, 1912, p. 153.

Utilizando os dados da tabela, o autor explica que os custos de cada habitação variam entre 1:600\$000 e 4:900\$000, e que os alugueis cobrados são compatíveis com pequenos ganhos; o rendimento líquido anual é baixo e, no geral, se ultrapassam 5% é porque é acrescida a taxa de amortização⁶². Sobre os valores de juros cobrados, o autor faz a seguinte consideração: “o qual é não somente comum da Europa, mas justifica o espírito democrático e humanitário no qual tais construções são baseadas” (VALENTINI, 1912, p. 153).

No ano seguinte, em seu outro artigo, *Casas Operárias*, da *Revista de Engenharia*, Valentini apresenta uma dura crítica à ganância dos especuladores brasileiros, que cobram juros exacerbados para alugar uma casa operária, que tenha as mesmas condições daquelas construídas nas vilas alemãs citadas.

Uma casa que custe 1:600\$000 entre nós não se alugaria nas mesmas condições que as acima referidas (a condição que o inquilino fique dono da casa depois de 25 anos) para menos de 25\$000 mensais [300\$000 anuais], e conhecemos casos desse gênero, ficando assim o juro de amortização em 29% que mostra neste último caso mais o espírito de especulação comercial que a necessidade de manter os operários ligados à própria indústria dando aos mesmos uma propriedade que os deixe ficar amigos do lugar e das pessoas que o ocupam. (VALENTINI, 1912, p. 153)

Cabe aqui uma reflexão sobre os dois comentários de Valentini, que parecem ser contraditórios, o primeiro deles quando considera que as vilas operárias europeias são pauta-

⁶² Neste caso, a casa passa a ser propriedade do inquilino, após um determinado tempo, normalmente 25 anos.

das em “espírito democrático e humanitário”, e no segundo quando aponta que os proprietários não cedem à especulação comercial pois têm “necessidade de manter os operários ligados à própria indústria”. Ao considerar o texto integral de Valentini, esta dualidade está sempre presente. Na sua maioria, os exemplos citados e considerados como de qualidade, são obras que podem ser identificadas como fruto do paternalismo do patronato. Apenas para ilustrar esta afirmação, ao longo de seu texto, elogia as vilas construídas por Krupp, que são edificadas afastadas de núcleos urbanos, onde é vital manter o operário fixo, senão não há produção. As ações de Krupp são compreendidas como típicas de paternalismo do patronato, nas quais, uma das estratégias, é utilizar a casa como elemento de fixação do operário ao trabalho, mais do que “espírito democrático e humanitário”. Nos exemplares apresentados, está presente o controle por parte dos proprietários na tentativa de submissão dos operários.

De acordo com os dois artigos de Valentini, no Brasil, os ganhos com os alugueis, relativos aos juros sobre o capital empregado na construção de casas operárias, são excessivos (nos exemplos citados são de 18%, 24% e 29% anuais). Os valores dos alugueis tornam-se muito mais elevados do que os inquilinos podem pagar. Para outros autores, esta é uma das questões que necessita ser adequada, para solucionar os problemas da habitação operária.

Backheuser, em 1906, não faz referências aos altos ganhos dos locatários, mas sim ao custo da mão de obra e dos materiais de construção. É interessante observar que, ao defender uma moradia operária mais barata, ou mais acessível, o autor está preocupado com os empregadores, e não com os seus empregados; ao indicar que se os operários têm menos gastos obrigatórios em seu dia a dia, se tornam mais produtivos e podem receber salários menores:

A par do lado higiênico que tenho procurado analisar e que de resto deve sobrepujar os demais, há, ao se construir uma casa operária, a considerar a questão principal – do preço. É preciso que o custo da construção seja pequeno para que o aluguel também o seja. Como conseguir isto, se o material é caro, se a mão de obra é cara?! Está-se agora como que em um círculo vicioso: o preço da mão de obra é pesado e até certo ponto também o dos materiais, porque as condições gerais de carrestia – o aluguel da casa entrando no número dessas condições – são por seu lado também pesadas. Si se aliviar o operário de uns tantos gastos forçados, ele poderá produzir melhor a troco de menor remuneração. (BACKHEUSER, 1906, p. 43)

Entre todos os autores estudados, é Victor da Silva Freire, em *Códigos Sanitários e Posturas Municipais sobre Habitações (alturas e espaços) – Um Capítulo de Urbanismo e de Economia Nacional*, de 1917, quem faz uma análise do elevado custo de vida na cidade de São Paulo (p. 232-254). E, em suas reflexões, o primeiro item apontado é o “preço desmedidamente caro a que se elevou o alojamento”, para a maior parte da população paulistana, chega a consumir 30% dos ganhos da família.

Segundo Freire (1917a, p. 232-235), em nenhum outro lugar do mundo compromete-se parcela tão grande dos ganhos para pagar por uma moradia. Para comprovar sua tese, apresenta dados referentes aos Estados Unidos, onde o alojamento é “notoriamente caro”, quando, em 1914⁶³, é realizado um censo pelo titular da *Secretaria do Trabalho da União*, cujo foco é a “família ‘normal’⁶⁴”, a própria célula por consequência de uma nacionalidade sã e robusta”. O levantamento citado abrange 25.440 famílias, distribuídas em todas as regiões americanas. Os resultados apresentados são: 827,19 dólares, para a receita anual; 768,54 dólares, para despesas; e dentro das despesas 111,62 dólares, para a residência; ou seja, 14,53% dos ganhos, considerando apenas os recursos dos cônjuges.

Figuras 46 e 47 – “Casas em conta”, localizadas em Washington. Casas na Filadélfia. Fonte: FREIRE, 1917a, p. 236-237.

Freire mostra o que se consegue pagar, em Washington e na Filadélfia (Figuras 46 e 47), com estes valores; considerando apenas duas opções de moradia que são edificadas em lotes estreitos como os encontrados na cidade de São Paulo (6 m em Washington e 4,5 m na Filadélfia); no entanto, são menos profundos (possuem entre 13 a 20 m), consequentemente, os quintais são menores. As habitações, localizadas em Washington, correspondem às “casas em conta”, edificadas em dois pavimentos (Figura 46), há uma unidade habitacional em cada pavimento; embora a área construída de cada uma delas seja a mesma, o programa adotado é

⁶³ Os dados levantados são anteriores à Guerra, o desequilíbrio posterior que atingiu o país não é considerado.

⁶⁴ A família normal é composta por: chefe da família, que é o responsável pelo sustento da família com seu trabalho; esposa, que se ocupa apenas dos afazeres domésticos; e até 5 filhos, com idades inferiores a 14 anos. Esta família não possui criados, sublocatários, pensionistas ou hóspedes (FREIRE, 1917a, p. 234).

diferente. No pavimento inferior encontra-se a opção mais barata, com sala, dormitório, cozinha e banheiro, e é alugada por 10 dólares mensais (o que corresponde a 14,7% da renda da “família normal”). No pavimento superior encontra-se uma opção um pouco mais cara, que é alugada por 12 dólares mensais (o que corresponde a 16% da renda do casal), que possui sala, 2 dormitórios, cozinha e banheiro. A área no fundo é destinada a recreação das crianças, sendo uma parte coberta e o restante aberto, e cada unidade habitacional conta com seu próprio quintal. Aqui, cabe um comentário sobre a “casa em conta” para a “família normal”. Para uma família com até 7 pessoas (quantidade de componentes da “família normal”), a quantidade de cômodos é insuficiente, em qualquer um dos dois tipos de unidades habitacionais; a sala, sem dúvida, é utilizada como dormitório, e talvez, até mesmo a cozinha tenha este uso no período noturno.

As casas da Filadélfia (Figura 47), diferentes das anteriores, são assobradadas e com entradas independentes, assim “nem mesmo a mínima promiscuidade do pórtico de entrada que se repara nas plantas precedentes, existe agora” (FREIRE, 1917a, p. 235); é conveniente considerar apenas a promiscuidade de portas de entrada contíguas (do exemplo anterior), e não o uso de uma casa com apenas um dormitório por 7 pessoas. O aluguel mensal da casa da Filadélfia é de 13 dólares (corresponde a 20% dos ganhos do chefe da família), e cada unidade habitacional possui no térreo quarto grande e cozinha, e dois dormitórios e um banheiro, no pavimento superior.

Freire, então, passa a se apoiar na obra de Evers, vice-presidente da Lawyer Mortgage Co., de onde extrai os valores referentes aos juros anuais cobrados sobre os alugueis, no ano de 1914, são eles: 5 a 6 %, para aposentos de luxo; 6 a 7 %, para aposentos médios; 6 a 9 %, para casas coletivas bem construídas; e 9 a 12 e mais %, para casas coletivas baratas. Até esta parte do seu trabalho, chega às mesmas conclusões dos outros autores, ou seja, são elevados os ganhos com os alugueis, relativos aos juros sobre o capital empregado na construção de casas operárias, na cidade de São Paulo. Mas, a partir daí, Freire vai além, e passa a justificar o porquê deste procedimento:

Este “e mais”, na pena de um perito financeiro, dispensa qualquer comentário; bem certo é que a usura não tem entranhas... nem pátria. Não é, pois, a um excepcional espírito de ganância dos nossos proprietários que temos de atribuir os também nossos excepcionalíssimos alugueis. Nas despesas que eles se vêm obrigados a realizar quando invertem em prédios o próprio capital é que se encontra a raiz desse pesado encargo. (FREIRE, 1917a, p. 238)

E, para melhor compreender as diferenças nas despesas inerentes às construções, nos Estados Unidos e em São Paulo, o autor analisa dois itens: o custo da construção; e os preços

dos terrenos. Quanto ao custo, diz que, na obra de E. Hurd e Bolton, *Building for Profit*, são apresentados os preços dos diversos insumos naquele país, e ao comparar com os valores paulistanos, não detecta discrepância significativa, por unidade de orçamento, assim o problema não diz respeito ao custo da construção. Contudo, quando analisa o preço dos terrenos, verifica que, aí se encontra parte do problema. Porém, a percepção não é direta, os terrenos paulistanos são bem mais baratos do que os das cidades americanas, e para que o leitor possa compreender como este item majora as despesas do proprietário, Freire (1917a, p. 240-254) apresenta uma série de questões acerca do que denomina “núcleo urbano ‘de mau rendimento’”.

A primeira questão colocada, diz respeito ao adensamento populacional em determinadas áreas; cidades americanas e europeias possuem maior adensamento do que as brasileiras, devido às construções com vários pavimentos. O autor cita Nova York, onde a maior parte dos prédios possui cinco andares, muitos deles atingem até seis, e, raríssimos, são os que possuem apenas três pavimentos. Assim, nos países estrangeiros, mesmo os terrenos sendo mais caros, há uma economia em escala, a mesma área de projeção é ocupada por diversas habitações sobrepostas. Ainda nesta linha, quando se diminui a área ocupada, há uma economia significativa nas benfeitorias e serviços, como: pavimentação; limpeza; abastecimento de água; esgoto; fornecimento de luz; e transporte. O autor faz uma ressalva de que, do ponto de vista da higiene, não se deveriam utilizar alturas tão elevadas de gabarito na cidade de São Paulo. “Foi mesmo para evitá-la que os Paulistas, aconselhados em nome da higiene, se deram por todos os lados do ‘triângulo’, a perder de vista.” (Freire, 1917a, p. 241).

Em conjunto com os preços do aluguel das habitações, alguns autores discutem a questão do operário como proprietário de sua casa. No geral, é feita esta associação, uma vez que, a compra da casa só se torna possível se a taxa de amortização, para o financiamento do imóvel, for paga em conjunto com o aluguel. Naquele momento, em raras situações, o operário consegue construir sua própria casa. Desta forma, os debates giram em torno da possibilidade do operário comprar a casa que já habita⁶⁵. Sobre esta questão, há apenas duas opiniões expressas pelos autores, favoráveis e contrárias a que o operário possa comprar sua casa.

As argumentações, daqueles que são favoráveis à compra, têm como pano de fundo um discurso humanitário, de que o operário possa formar um patrimônio, mesmo que pequeno, para momentos de necessidade. Claro que não é só no operário em que se pensa, o patrão

⁶⁵ Geralmente, localizada em uma vila operária construída pela empresa que o emprega.

também tem vantagens, se o trabalhador tem esperança de atingir seu sonho em certo prazo, “teria maior energia e estímulo para o trabalho”, como anuncia Vieira Souto⁶⁶, em 1886:

É um dever de humanidade e um alto interesse social proporcionar ao operário os meios de adquirir a propriedade de uma casa, por meio de pequenas quotas pagas mensalmente, formando assim uma espécie de patrimônio de que disporá nos dias da velhice e que contribuirá para livrar a ele e sua família de funestas eventualidades. Por este sistema a propriedade é insensivelmente adquirida. A esperança de possuir em um determinado prazo – a sua casa – dá ao operário maior energia e estímulo para o trabalho e para a economia dos seus rendimentos. (SOUTO, 1886, p. 71)

Victor da Silva Freire também defende a ideia de que o operário possa comprar a sua casa, porém não com suas palavras, para isso apresenta citação textual de Robert de Forrest:

“Quando um homem pode vir a ser dono do teto sob que se abriga, e aos seus, fica sob a ação do melhor dos incentivos para tornar-se econômico e providente, para interessar-se pelos seus deveres de cidadão, para intervir beneficentemente no governo da terra em que fixou residência. A democracia não foi pregada para países habitados por moradores de cortiços, nem poderá manter-se num meio dessa ordem.” (FREIRE, 1917a, 234)

Neste caso, em comum com o pensamento de Vieira Souto, está apenas a criação de uma poupança, para que o operário seja transformado em um homem providente e capaz de gerir suas necessidades. Mas, Freire vai muito além, ao vincular as boas condições de moradia à manutenção da democracia.

Aqueles que possuem opinião contrária a que o operário possa comprar sua casa, argumentam que existe o risco de que a vila passe a ser habitada por pessoas que não trabalham mais na empresa que a construiu (e, afinal, o empresário investiu em moradias para os seus funcionários!). Além disso, deixa-se de ter o controle sobre os habitantes da vila, e aqueles indesejáveis, que não tivesse hábitos morais em conformidade com o padrão estabelecido, não poderiam ser desalojados.

É raro ver o caso de ser uma habitação operária vendida seja em prestações seja a um preço estabelecido, e de fato dá-se assim fazendo, o inconveniente de ocupar uma casa com pessoas que depois de ter adquirida a casa pode não ficar como operário da fábrica que tinha em vista fixar a residência do operário perto da fábrica prejudicando outros operários que pertencem à fábrica. Há também o inconveniente de fixar assim fazendo elementos talvez pouco desejáveis na vila operária, os quais outroramente se poderiam eliminar. (VALENTINI, 1913, p. 232)

Enquanto Valentini é mais sutil em seu discurso, Bruhns, mais uma vez, é contundente e muito direto ao defender o papel moralizador da empresa, e a casa como ferramenta de opressão ao operariado:

⁶⁶ O próprio Vieira Souto (1886, p. 71) indica que este procedimento não é uma novidade: “Este sistema de facultar ao operário a aquisição da propriedade da casa que habita está *posto em prática em todos os países da Europa*, sobressaindo, pela larga aplicação que dele têm feito, as associações construtoras de Mulhouse, Verviers, Liège, St. Quentin, e as *Building Societies* da Inglaterra.”

Quando as casas são vendidas, a direção desaparece. Sob tais circunstâncias, propriedades desta natureza estão sujeitas a depreciar-se e a perder o seu valor, se certas restrições não forem especialmente impostas. Um operário, ao qual foi vendida a casa, pode ter bons costumes e manter a propriedade em boas condições. O seu vizinho pode ser, ao contrário, de maus costumes, ter criações incômodas, cercas em mau estado, etc. O efeito disto é o afastamento das pessoas corretas e ordeiras. Assim, corre-se o risco de serem os bons substituídos pelos maus. Uma vez vendida uma casa, a Companhia não poderá impedir que o comprador a revenda e nestas condições a vila perde o seu caráter, embora ainda seja uma aldeia, o jardim desaparece. (BRUHNS, 1921a, p. 5-7)

No período estudado, embora se tenham discutido questões relativas aos preços das habitações disponibilizadas aos operários, este debate conta com argumentações diversas e díspares. Alguns colocam a necessidade de incentivos e favores governamentais, para que os investidores tenham a construção de casas econômicas como um negócio atrativo. Por outro lado, diversos autores apontam as municipalidades como omissas quando se tratam de questões relativas à construção da casa operária. Vários autores salientam os ganhos excessivos por parte dos investidores, ao alugar casas para operários, mas, é Victor da Silva Freire quem desenvolve uma tese defendendo que, se comparado com outros países, em São Paulo, há despesas inerentes às construções superiores às existentes no estrangeiro.

Não se chega a um consenso se as casas das vilas operárias deveriam ser vendidas aos funcionários das empresas que as construíram, mediante algum tipo de financiamento. As argumentações favoráveis indicam que os trabalhadores, ao vislumbrarem a possibilidade de constituir um patrimônio, teriam um estímulo para o trabalho e para poupar. Por outro lado, aqueles que são contrários à ideia têm três argumentos, são eles: a empresa perderia o controle sobre os moradores da casa que fosse vendida; haveria o risco de que tais casas não fossem mais habitadas por funcionários; e que pessoas promíscuas, ou com características morais questionáveis, pudessem vir a morar na vila, causando desordem e agitação entre os vizinhos.

3.3 PROJETOS E PROPOSTAS

Neste item são apresentadas as propostas específicas para habitação operária, que foram divulgadas nas publicações analisadas. Nem todas elas são elaboradas para a cidade de São Paulo, também é importante salientar que alguns dos projetos não saem do papel, outros são realmente construídos. Opta-se por apresentar estes exemplares, pois estes projetos são publicados em revistas ou livros que aqui circulam, e de uma forma ou de outra ajudam a fomentar os debates sobre habitação operária, e em alguns momentos são considerados como modelos passíveis de serem adotados.

Aqui vale uma ressalva sobre os projetos que não são concretizados; alguns deles não são construídos porque perdem subsídios ou vantagens ao longo do processo, deixando de ser atraentes aos seus proponentes. Outros não correspondem à realidade da habitação operária (pequena, barata e com alto grau de retorno), não sendo atrativos aos investidores.

3.3.1 CASAS PARA OPERÁRIOS – FAMILISTÉRIO, VIEIRA SOUTO

A proposta, do engenheiro civil Luiz Raphael Vieira Souto, em conjunto com Antônio Domingos dos Santos Silva, é publicada na *Revista dos Constructores*, em 1886 (SOUTO, 1886, p. 71-73, e estampa). No escopo do projeto é prevista a construção de 60 familistérios⁶⁷, com capacidade para, pelo menos, cem operários em cada um. Estas casas, “dotadas de todas as condições de higiene e conforto”, entre outras, possuem as seguintes características (p. 72):

- *Localização proposta para as edificações*: região e arredores da cidade do Rio de Janeiro;
- *Categorias das habitações a serem edificadas*: casas para famílias de operários (no pavimento térreo) e habitações para operários solteiros (no pavimento superior);
- *Casas para família*: área mínima construída, de cada unidade, de 50 m², composta por pelo menos 5 compartimentos (saleta de entrada, sala, quarto, cozinha e latrina –nos fundos da casa); quintal individual com área entre 15 e 20 m²; bica de água e entrada independentes;
- *Habitações para operários solteiros*: localizados no segundo pavimento de cada ala; neste pavimento deve haver, pelo menos, quatro “latrinas aperfeiçoadas” e mictórios, além de uma bica d’água com uma pia;
- *Áreas comuns*: com tanque e “coradouro”, e, pelo menos, dois banheiros para mulheres e dois para homens;
- *Iluminação e ventilação*: tanto as casas para famílias como as habitações para operários solteiros devem ser “amplamente iluminadas e arejadas”, não são permitidos compartimentos sem, pelos menos, uma janela com abertura para o exterior (rua, quintal ou pátio);

⁶⁷ De acordo com Vaz (2002, p. 39), nenhum destes familistérios foi construído. Já, Correa (2010, p. 160) apresenta mais informações sobre o acontecido: dois anos após a apresentação do projeto, foi concedida isenção do imposto predial para os prédios previstos, por um prazo de vinte anos; também foi determinado que a empresa de Vieira Souto fizesse, por sua conta, a demolição de cortiços que haviam sido “condenados” pelas autoridades sanitárias, e nestes locais seriam construídos os familistérios; os planos finais foram aprovados em 1887, inclusive alguns terrenos chegaram a comprados, mas o empreendimento não foi continuado.

- *Implantação*: os familistérios podem ser compostos por duas ou três alas, entre uma e outra ala há uma rua interior com, pelo menos, 6 m de largura.

Para ilustrar a proposta, junto ao escopo do projeto, são apresentados desenhos das *Casas para Operários – Tipo de um Familistério*, e conforme consta, em letras miúdas sob o corte, são de autoria do arquiteto Luiz Schreiner (que, ao longo do texto, não é citado em momento algum). O familistério é projetado para terreno de 1.500 m² (30 x 50 m), e é composto por duas alas iguais, separadas por rua central de 6,2 m de largura; cada ala ocupa uma faixa de 45,7 x 9 m, no fundo do terreno há uma área de aproximadamente 130 m² (4,37 x 30 m) com quatro banheiros para homens e mulheres e “um lavadouro de seis tanques com capacidade para trabalharem simultaneamente doze lavadeiras” (Figuras 48 e 49).

Figura 48 – Elevações e cortes do familistério, na proposta de Vieira Souto. Fonte: SOUTO, 1886, estampa.

Cada uma das alas possui dois pavimentos. No inferior são dispostas seis “casas para família”, todas possuem: entrada independente (2,3 x 5 m); sala (5 x 4,3 m); quarto (4,37 x 2,9 m); cozinha (2,9 x 2,3 m); e quintal (6,75 x 2,7 m) onde encontra-se a latrina de uso exclusivo da família (Figura 49). No pavimento superior estão os dormitórios para os operários solteiros, sendo seis grandes e seis pequenos (as dimensões destes não constam da documentação) separados por corredor central (2 m de largura); e, em frente a escada, de um lado está o quarto para o “empregado fiscal da empresa”, e do outro as latrinas e os mictórios.

O nome do projeto de Vieira Souto, *Casas para operários – Tipo de um familistério*, é uma referência clara ao familistério de Guise, de Godin, mas, ao se considerar os dois conjuntos arquitetônicos, em nada se aproximam. Apenas para ilustrar, na proposta nacional, além das casas para famílias, e dos alojamentos para solteiros, não há qualquer tipo de facilidade ou equipamento de apoio (escolas, ateliers, teatro, lavanderias e cozinhas coletivas, piscinas, hortas, categorias diversas de lojas, etc...) à disposição dos moradores, que pudesse melhorar a qualidade de vida dos mesmos ou gerar condições favoráveis à associação entre as pessoas.

Figura 49 – Plantas do familistério, na proposta de Vieira Souto. Fonte: SOUTO, 1886, estampa.

3.3.2 HABITAÇÕES E VILAS OPERÁRIAS, COMISSÃO DE EXAME E INSPEÇÃO DAS HABITAÇÕES OPERÁRIAS E CORTIÇOS DE SANTA IFIGÊNIA

Em 1893, a *Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia*, junto ao *Relatório*, apresenta projetos para solucionar o problema da habitação operária na cidade de São Paulo. Além dos descritivos, com especificações técnicas ao longo do texto do relatório, há pranchas com os desenhos das casas sugeridas.

São duas⁶⁸ as opções de habitações operárias de “caráter urbano”, ou seja, aquelas que podem ser edificadas na cidade. Também, é apresentada uma vila operária, a ser edificada nos subúrbios, pois este tipo de implantação necessita de grandes áreas livres. Além da localização para cada um dos tipos sugeridos, não há muitas outras justificativas sobre a adoção de

⁶⁸ A segunda opção é denominada “Projeto de Casas para Operários”, devido as suas características dimensionais e construtivas, fica a dúvida se seria mesmo destinada a um operário, talvez um operário bem qualificado, ou algum em posto de chefia. Mas, como as casas sugeridas não possuem as características que são utilizadas no presente trabalho para identificar uma moradia operária, optou-se por não apresentá-las.

alguma das propostas. Ainda, são apresentados os requisitos básicos de higiene a serem adotados, e certas características construtivas (GAMA et al., 1893, p. 109-112).

Na primeira opção é apresentada a planta do “tipo do cortiço urbano” (Figura 50), como explicam os autores, este tipo de edificação “constitui o mínimo das construções deste gênero toleradas dentro da cidade”. De acordo com eles, estas habitações são concebidas para serem adotadas em bairros próximos ao núcleo urbano (onde este tipo de moradia é permitido), ou ainda, quando for autorizada a reconstrução daqueles cortiços existentes e que necessitam ser saneados e adequados aos padrões vigentes.

Figura 50 – Cortiço urbano. Fonte: GAMA et al., 1893, planta nº 1.

Cada uma das unidades habitacionais que compõe o conjunto é semelhante a várias das casas com três compartimentos dispostos encarreirados, já mostradas neste trabalho. No entanto, elas possuem qualidades sanitárias que as diferenciam de alguns destes exemplares, são elas: latrina individualizada; área interior com, no mínimo, 9,75 m², (não é dito, mas esta

área também é destinada à latrina, ou seja, ou seja, a área interna útil é menor do que este valor citado) para garantir ventilação aos compartimentos internos; e compartimentos com áreas maiores do que os mínimos determinados no Padrão Municipal de 1886, em vigor na época, pois a área coberta mínima, conforme definida no *Relatório*, é de 34 m². Quanto à implantação, o conjunto pode ser edificado junto ao alinhamento, ou interno ao lote.

A última opção é uma vila operária (Figura 51), com casas que, de acordo com o descritivo apresentado no *Relatório*, acomodam “folgadoamente” 6 pessoas, uma vez que possuem sala, varanda, três quartos e cozinha; dispostos em 54 m² de área construída, e 27 m² de área livre.

Figura 51 – Vila operária. Fonte: GAMA et al., 1893, planta n.º 3.

Na planta apresentada (Figura 52), há apenas dois quartos (não três, conforme o descritivo). Provavelmente, no dia-a-dia, a sala teria seu uso modificado para quarto, acarretando perda de qualidade de vida. Devido à disposição dos cômodos, se a sala de entrada fosse utilizada como quarto, neste compartimento não haveria qualquer tipo de privacidade, afinal toda a circulação no interior da edificação, obrigatoriamente, se dá por ali.

De acordo com o *Relatório*, as casas da vila são dispostas isoladamente, mas aceita-se que as mesmas sejam construídas agrupadas em conjuntos de 2, 4 ou 6 unidades, sendo a

topografia local o fator determinante da implantação a ser adotada. Estas vilas não são adotadas pela produção rentista, e Bonduki explica o porquê:

[...] uma inédita proposta de casas isoladas - modelo considerado mais higiênico - dispostas de forma ordenada num quarteirão convencional, sem delimitação de lote e sem acesso direto à via pública. Embora não adotada pela produção rentista (o aproveitamento do terreno e dos materiais era muito baixo), trata-se da primeira proposta de conjunto habitacional horizontal de casas isoladas. (BONDUKI, 2004, p. 59)

Figura 52 – Planta da casa da vila operária. Fonte: GAMA et al., 1893, planta nº. 3.

3.3.3 VILAS OPERÁRIAS, LEI MUNICIPAL Nº. 315

Em 1897 é promulgada a lei nº. 315 (SÃO PAULO (Município), 1897a), que autoriza a contratação de Guilherme Maxwell Rudge a construir duas mil casas, de quatro tipos, com o intuito de formar vilas operárias. Para tanto, haveria uma concessão de área de 500.000 m² e isenção de impostos e taxas. Ao governo cabe a construção das derivações necessárias para água e esgoto, e interceder junto à companhia de trens e bondes, para conseguir passagens mais baratas para os moradores. Mesmo com todas as regalias oferecidas, estas casas não são construídas, pois, no ano seguinte, a parte da lei que concede os terrenos municipais é revogada, deixando de ser atrativa para o empresário (CAMPOS, 2008a).

Esta lei é resgatada, embora não tenha sido utilizada, porque, em seu escopo, há um descritivo de casas operárias, além do projeto apresentado por Rudge (Figura 53). Dos quatro tipos de casas, três deles são destinados à moradia; o outro tipo não é para o uso do proletariado, mas sim para comércio, farmácia ou médicos, não podendo exceder 10 % do total das edificações, sobre este tipo não há qualquer especificação na lei.

As “habitações para proletários” têm as seguintes características: para o primeiro tipo, área mínima de 30 m², com três cômodos (um deles a cozinha), área cimentada e latrina;

para o segundo tipo, área mínima de 37,5 m², com quatro cômodos (dois quartos, sala e cozinha), área cimentada e latrina; e para o terceiro tipo, área mínima de 45 m², com cinco cômodos (três quartos, sala e cozinha), área cimentada e latrina.

As casas possuem as características do período, compartimentos encarreirados de circulação obrigatória. A diferença entre os três tipos de habitações é a quantidade de quartos, ou seja, as vilas têm casas para comportar famílias de diferentes tamanhos ou necessidades. Percebe-se que a área mínima especificada, para cada um dos quartos, é de 7,5 m² (que corresponde ao mínimo estabelecido no Padrão Municipal de 1886, vigente então), e a área útil de cada unidade habitacional é muito pequena.

Figura 53 – Tipos de habitações para proletários. Projeto apresentado por Guilherme Maxwell Rudge à Câmara. As três primeiras plantas correspondem, respectivamente, aos tipos 1, 2 e 3. As duas plantas inferiores são variações do tipo 3, para implantação em terrenos mais largos. Fonte: CAMPOS, 2008a.

3.3.4 NOVOS TIPOS DE HABITAÇÕES POPULARES, SATURNINO DE BRITO

Na publicação *Saneamento de Campos*, de 1903, Brito apresenta as suas propostas para os “novos tipos de habitações populares” (1943a, p. 161-176). São duas as propostas formuladas por Brito, a primeira delas é composta por “casas independentes” (Figura 54) e a segunda proposta por “alojamentos independentes”⁶⁹. Em qualquer uma das soluções, ele indica que a característica principal dos tipos adotados é o “contorno denteado da fachada”, para aumentar a capacidade de ventilação e de iluminação dos pavimentos superiores (onde é preferível localizar os dormitórios).

Figura 54 – Elevação frontal das “casas independentes”, primeira solução proposta para as “habitações populares – salubres e econômicas”. Fonte: BRITO, 1943a, Estampa IV.

Na proposta referente às “casas independentes”, Brito apresenta 3 grupos de casas, para formar os quarteirões salubres, assim denominados: grupo ABCD; grupo EF; e grupo GH (Figura 55). O grupo ABCD é formado por quatro casas, as duas casas localizadas na extremidade do conjunto são térreas (casas A e B), e as duas centrais, assobradadas (casas C e D), com as seguintes características:

Figura 55 – Plantas das “casas independentes”. Fonte: BRITO, 1943a, Estampa IV.

Casas A e B – com apenas dois cômodos, quarto (12,6 m²) e cozinha (14 m²), há indicações de que o banheiro se encontra em um anexo, na parte externa, e é de uso individual da casa.

⁶⁹ Os “alojamentos independentes” não são aqui analisados, pois se assemelham mais a cortiços do que a casas operárias. O próprio autor reconhece as diferenças entre as soluções apresentadas e se justifica: “Em resumo podemos dizer que: 1º. mantendo as *casas independentes*, formamos o *lar operário*; 2º. estabelecendo os *alojamentos independentes*, favorecemos o *inquilinato operário*, tornando-o barato e higiênico. [...] Reflita-se sobre a verdadeira origem de grande parte dos males sociais, inclusive a insalubridade das cidades, e a orientação positiva que apontamos impor-se-á aos mais rebeldes espíritos: – que se organize, pois, a Liga humanitária de formação do *lar operário*, a liga saneadora da moradia e educadora do morador.” (BRITO, 1943a, p. 176-177).

Casas C e D – com três cômodos, sala (13,4 m²) e cozinha (13,4 m²), no primeiro pavimento; e um dormitório no pavimento superior (13,8 m²).

O grupo EF é formado por duas casas assobradadas, no segundo pavimento ocupa apenas parte da área, com quatro cômodos: sala (10,6 m²) e cozinha (21,5 m²), no primeiro pavimento; e dois dormitórios no superior (um com 7,4 m² e o outro com 10,6 m²). O último grupo, GH, é formado por duas casas com três pavimentos e seis cômodos: sala e cozinha no térreo (com as mesmas dimensões da sala e da cozinha das casas EF); dois dormitórios no segundo pavimento (um com 17,4 m² e o outro com 19,6 m²); e dois dormitórios no terceiro (com as mesmas dimensões dos dormitórios das casas EF).

O autor salienta que cada grupo de casas pode ser organizado para se adequar às características dos bairros e do terreno, da possibilidade de abrir ruas, ou de acordo com a necessidade da quantidade de habitações. Faz a ressalva de que a organização não pode comprometer os espaços para que “a circulação do ar e a iluminação solar beneficiem as paredes laterais e o interior dos prédios”. E, apresenta algumas sugestões de implantação das “habitações populares – salubres e econômicas” em “quarteirões salubres”, regulares de 100 x 100 m, e ruas de 14 m de largura (Figura 56).

Figura 56 – Disposição das “casas independentes” nos “quarteirões salubres”. Fonte: BRITO, 1943a, Estampa IV.

Sobre as casas, valem ser feitas algumas considerações referentes às dimensões e quantidades de cômodos, e implantação do conjunto. O autor considera alguns dos preceitos higienistas, por exemplo, pensar em habitações para famílias com diferentes características (quantidade de filhos ou disponibilidade financeira); para contemplar diversas necessidades, apresenta quatro sugestões de casas, sendo a menor, uma casa térrea (AB), com apenas dois cômodos (cozinha e quarto) e com menos de 30m²; e o maior delas (GH) com 6 cômodos (cozinha, sala e quatro quartos) e com cerca de 90m², distribuídos em três pavimentos. As dimensões e arranjos internos causam hoje um estranhamento, as cozinhas são enormes, se comparadas com os demais cômodos. Na primeira opção (AB), a cozinha é maior que o quar-

to e ocupa mais da metade da área construída. No modelo intermediário (EF), de 4 cômodos (cozinha, sala e dois quartos), a cozinha ocupa 21,5m², que corresponde a pouco menos da metade da área da edificação (cerca de 51m²). Sobre a implantação do conjunto de habitações (Opção III do Quarteirão Salubre), percebe-se alta taxa de ocupação, o que acarreta grande densidade populacional, característica condenada pelo saber higienistas da época.

3.3.5 CASAS OPERÁRIAS PARA O RIO DE JANEIRO, COMISSÃO PARA ESTUDAR O PROBLEMA DAS HABITAÇÕES POPULARES, PAULO SCHROEDER

No *Relatório* elaborado pela *Comissão para Estudar o Problema das Habitações Populares*, em 1906, além de diversas soluções adotadas e consagradas em várias outras localidades (e que segundo os autores deveriam fazer parte de um álbum para pautar construções de casas operárias aqui no Brasil), também são apresentados alguns projetos bem simples, elaborados pela própria comissão.

Ele [o projeto novo] não tem a mínima originalidade. Não visa criar moldes novos. [...] Em primeiro lugar, nós não pensamos em inventar nada. Achamos no estrangeiro uma legislação copiosa a esse respeito. Copiosa, mas feita de repetições. Quase por toda parte as providências se dividem em disposições técnicas acerca das construções e em facilidades para a organização de associações, com o fim de construir habitações operárias. (BACKHEUSER, 1906, p. 114)

Os autores justificam a criação de um álbum com modelos padronizados, simples, higiênicos, econômicos e já consagrados, para que os construtores não sejam permitidos a adotar projetos próprios na construção de casas operárias. Desta maneira, o controle exercido pelo governo é mais fácil; como os custos, a quantidade e a qualidade dos materiais e o tempo gasto na construção de cada tipo de casa, são conhecidos, tornam-se mais difíceis os desvios que podem acontecer durante todo o processo:

O que se deve evitar é um cálculo individual para cada construtor. Os abusos aparecerão imediatamente. A comissão não quis supor a existência de fiscais ideais: pensou no que sucede frequentemente, no que é a regra, que comporta bem poucas exceções: a facilidade, a gentileza, o desleixo amável ... Daí o ter querido reduzir ao mínimo os encargos dos fiscais – primeiro, fixando de antemão os materiais de construção necessários para tipos previamente determinados; – depois, exigindo que o material isento de direitos para casa ou grupo de casas venha todo ele de uma só vez. Assim, compreende-se bem a impossibilidade de abusos. Quando um construtor pede a isenção de direitos junta ao seu pedido a folha do álbum oficial, onde está o cálculo de todo o material de que ele pode precisar. E como esse material deve vir do estrangeiro, todo junto, ao mesmo tempo, os empregados de Fazenda incumbidos dessa tarefa têm apenas que estabelecer um confronto simples e imediato. Não se vê por onde possa entrar o abuso. Só mesmo se os funcionários da Alfândega quiserem deixar passar materiais em excesso. (BACKHEUSER, 1906, p. 116)

São mostradas duas soluções No *Relatório*: casas Tipo A e C (Figura 57), de autoria do engenheiro-arquiteto Paulo Schroeder. As casas Tipo A destinam-se a pequenas famílias operárias, são térreas e geminadas, possuem dois quartos (na planta, um deles está equipado com mobiliário de sala), cozinha e banheiro, e quintal com galinheiro. As do Tipo C destinam-se àqueles operários com maior qualificação, portanto com melhores salários, constituem-se em correr de casas assobradas ao longo do quarteirão que, de acordo com a nomenclatura usada pelos autores, tratam-se das casas em fila. Quanto ao programa, no pavimento inferior há dois quartos (na planta estes dois quartos estão equipados com mobiliário de sala), cozinha e banheiro e quintal com galinheiro, e no pavimento superior há três quartos.

Figura 57 – Casa operárias, Tipos A e C. Fonte: BACKHEUSER, 1906, 7ª. Prancha.

Nos desenhos, há um descritivo dos projetos, contendo: *Legenda*; *Material*; e *Notas*. Em *Legenda* é informado para que operário a casa é construída, o programa e as possibilidades de uso; por exemplo, junto à casa do Tipo C diz-se que o operário pode alugar um ou dois quartos para pessoas de fora de seu núcleo familiar, vale lembrar que, embora este procedimento tenha sido amplamente adotado, é condenado pelos higienistas. Em *Material* e *Nota* são apresentadas listagens dos principais materiais a serem utilizados na edificação das casas, métodos construtivos, parâmetros mínimos, para garantir certas qualidades às construções.

3.3.6 VILA OPERÁRIA, REGINO ARAGÃO

A Vila Operária construída pelo engenheiro Regino Aragão, localizada na rua de São João (entre as alamedas Nothman e Glette), é mostrada em um breve artigo denominado *Casas Operárias*, no número 3, da *Revista de Engenharia* (agosto de 1911). O artigo apresenta poucas informações sobre a vila; mesmo assim, optou-se por apresentar estas habitações, no presente trabalho, pelos seguintes motivos: foi construída na cidade de São Paulo, não se trata apenas de uma ideia, mas sim de um caso real; as casas desta vila⁷⁰ são típicas da época e da cidade; e este foi o único conjunto de habitações operárias⁷¹ publicado na *Revista de Engenharia*, nos exemplares pesquisados.

De acordo com o artigo, a vila operária (Figura 58), finalizada contemporaneamente, contém “as disposições mais comuns adotadas nesta Capital para habitações econômicas”. Todas as casas (internas e externas) apresentam a seguinte configuração: três aposentos (dois dormitórios e uma sala de jantar); cozinha; e banheiro e tanque de lavagem no quintal (CASAS ..., 1911b, p. 84).

Figura 58 – Vila operária, engenheiro Regino Aragão. Fonte: CASAS ..., 1911b, p. 85.

Pela planta da vila do Sr. Regino nota-se a racionalização da organização espacial, que buscou reduzir ao máximo o preço da construção e obter o maior aproveitamento do terreno, ao mesmo tempo que seguia os padrões municipais de modo a desfrutar da isenção fiscal. Essa otimização abrangente encontra-se em todas as vilas e cortiços construídos na época, revelando uma racionalidade capitalista na produção das habitações para aluguel. Tal característica assinala uma clara diferença em relação à produção da habitação pelos trabalhadores na periferia, onde a

⁷⁰ Lemos (1976, p. 171) e Bonduki (2004, p. 50-51) também apresentam esta mesma vila operária em seus textos. Lemos indica que este exemplar é característico do tipo de vila operária do início do século XX, em São Paulo, construída por “capitalistas que viviam do aluguel de casas populares”. Já, Bonduki indica que este tipo de solução é muito adotado em terrenos profundos, dando origem a diversos tipos de habitação, todos com base em uma viela central (casas ou cômodos geminados, e casas ou espaços comerciais diferenciados que davam para a rua).

⁷¹ É interessante observar que, se por um lado apenas uma vila operária é localizada em todos os exemplares pesquisados da *Revista de Engenharia*, por outro lado, Vilas (casas das classes mais abastadas) são publicadas com frequência naquele periódico.

inexistência de racionalidade no projeto ou construção eleva substancialmente o custo de produção. (BONDUKI, 2004, p. 50).

O foco principal do artigo são questões econômicas e ganhos do proprietário. O terreno é avaliado em 25 contos (8\$700 por metro quadrado), e o valor gasto na construção (com duração de 8 meses) é de 125 contos, conseqüentemente, o investimento do proprietário é de 150 contos. A vila é composta por 33 casas, seis delas, localizadas na parte externa, são alugadas por 75\$000, e as 27 casas internas por 60\$000, sendo assim: “Como as casas rendem mais de 24 contos anualmente, verifica-se que, não contando as verbas para impostos, reparações, etc. a taxa de juros atinge 16%.” (CASAS ..., 1911b, p. 84).

O autor deste artigo, diz já ter alertado sobre o problema dos ganhos excessivos dos proprietários, na edição de junho da revista, e é verdade, naquela ocasião é publicado o seguinte comentário:

Esses operários, perseguidos por um lado pelos empresários, e por outro pelos proprietários que chegam a cobrar 20\$, 30\$ e mais, pelo aluguel de simples salas, merecem também a consideração dos governos. O operário muito tem alcançado em relação ao regime interno das fábricas, onde, pela força da coletividade, obteve a redução de horas de serviço. Aumentos de salários, e outras regalias. Até o presente, porém, nenhuma lei verdadeiramente perfeita, lhe permite possuir uma habitação salubre a baixo preço. (CASAS ..., 1911a, p. 4)

No período estudado, por mais que se tenham discutido os ganhos excessivos dos proprietários e a falta de possibilidade dos inquilinos pagarem seus alugueis, estes problemas não são solucionados.

3.3.7 CASAS ECONÔMICAS E CASAS POPULARES, RUDOLF KOLDE

Rudolf Kolde⁷², em 1926, publica um pequeno livro intitulado *Architectura Moderna I: Casas Econômicas*, e em 1929 apresenta uma outra obra, *Architectura Moderna II: Casas Populares*. Ao justificar a segunda publicação, o autor diz que o “livrinho” sobre casas econômicas agradou muito, principalmente no que diz respeito às ideias sobre as “casas agrupadas”, “das quais foram construídas algumas centenas nesta Capital, de acordo com os modelos ali apresentados”. O novo volume passa a ser uma complementação do anterior.

No prefácio do primeiro livro, o autor indica que o conteúdo apresentado é composto por projetos próprios (vários deles executados), elaborados após a sua mudança para o Brasil; além disso, o autor considera que a publicação possa ser útil, não apenas aos proprietários,

⁷² Kolde (1926), no prefácio do seu livro *Casas Econômicas*, se apresenta como antigo engenheiro-arquiteto das *Obras Públicas* do governo da Prússia, e que está no Brasil, atuando também como engenheiro-arquiteto, na área de projetos, há 2,5 anos.

mas também aos empreiteiros em geral. Em *Casas Econômicas*⁷³ há muitos exemplares para a classe média ou para a classe média alta; apenas pequena parte da publicação é voltada para a habitação operária (ou para pessoas de mais baixa renda).

O único exemplar que o autor denomina “casa para operários” é aqui reproduzido (Figura 59). Estas casas, de acordo com Kolde (1926, p. 14), apresentam algumas vantagens, se edificadas em terreno de mesmo proprietário, permitem que a construção seja mais barata. A primeira vantagem é que as paredes divisórias podem ter espessura de apenas meio tijolo (mas teriam que subir até o telhado); e a segunda é que os encanamentos de ligação de gás, de água e de esgoto podem ser compartilhados.

Figura 59 – Casa para operário, exemplar de “casas agrupadas”. Fonte: KOLDE, 1926, p. 14.

Cada casa possui, no primeiro pavimento, sala, cozinha e banheiro. No pavimento superior há um único dormitório, que ocupa apenas parte da projeção da edificação, o autor indica que, desta forma, a construção se torna mais barata. A largura da edificação (a mesma do terreno) é de 5 m, e a área construída de, aproximadamente, 68 m². Deve ser salientado que a casa possui apenas um quarto (recurso adotado para baratear a construção), desta forma a qualidade de vida e privacidade do operário, a quem se destina a moradia, é comprometida.

O autor indica que, as “casas agrupadas” assobradadas possuem vantagens sobre as casas isoladas e térreas, mas admite que as térreas são a preferência quando a construção é realizada para uso próprio. É necessário analisar a viabilidade de construir uma casa térrea isolada, que:

[...] é o tipo preferido para a residência do próprio dono, e isso pelo custo menor da construção. Só se a casa tiver de ser maior é que convém estudar a vantagem de erguê-la com dois andares, afim de economizar em terreno, material e mão de obra. (KOLDE, 1926, p. 23)

⁷³ Segundo Kolde (1926, p.12), o tipo de casa mais econômica é o das “casas agrupadas”, “nas quais se divide a rua mais equitativamente pela coletividade, e em que o custo do terreno e o da edificação são sempre menores. É um sistema que traz lucro à sociedade, aos proprietários e aos inquilinos.”

Os próximos exemplares mostrados constam do outro livro de Kolde, *Casas Populares*, publicado em 1929. Nesta publicação, o capítulo 6 é inteiramente dedicado às “Vilas populares” (KOLDE, 1929, p. 35-39), conforme denominado pelo autor, e na abertura deste capítulo são mostradas imagens de duas vilas⁷⁴ (Figuras 60 e 61).

Figuras 60 e 61 – “Vila popular”. “Vila popular”. Fonte: KOLDE, 1929, p. 35.

De acordo com o autor, há grandes vantagens nas vilas, tanto para o construtor, quanto para o futuro morador:

Mais rendosa que a construção de casas pequenas dando para a via pública, é sem dúvida a construção de grupos delas em terrenos de grande fundo, com frente pequena para a rua; é mais rendosa, mais higiênica, porque os moradores ficam livres do pó, e menos perigosa para as crianças. A municipalidade de São Paulo legislou muito acertadamente sobre o assunto, e pôs-se, assim, de acordo com as exigências modernas. (KOLDE, 1929, p. 35)

Embora o autor coloque que a municipalidade, ao permitir a construção de vilas, tenha atendido às “exigências da modernidade”, em seu breve discurso traz referências dos primeiros higienistas, ainda no século XIX, ao resgatar um dos medos da época: a rua – seja pela sujeira, seja pelos perigos à família.

Nas proposições de Kolde, os termos habitações econômicas, populares e “para operários” não são sinônimos. Há habitações econômicas para operários, ou não; da mesma forma que há habitações populares que podem, ou não, ser destinadas aos operários, devido às suas características ou custos. No entanto, uma coisa é certa, tanto as habitações econômicas quanto as populares, se apresentadas na versão “para operários” possuem características inferiores do que os mesmos tipos de habitação para outras pessoas. Não se trata apenas de uma questão de área construída, em alguns casos, verifica-se que a versão “para operários” chega a ser um pouco maior do que outras casas. No geral, as casas econômicas agrupadas para operários

⁷⁴ Nas fotografias mostradas por Kolde é retratada uma tipologia única, trata-se do correr de casas assobradadas. A implantação deste tipo se dá ao longo das quadras, ou transversalmente a elas, formando vilas.

possuem apenas um quarto e não são previstos equipamentos ou facilidades (como nos projetos das casas econômicas); e o autor apresenta sugestões para diminuir os custos da obra, por exemplo, paredes mais finas e compartilhamento de tubulações, o que pode comprometer a qualidade de vida dos moradores.

A grande preocupação de Kolde, e que não é diferente das preocupações dos demais proprietários e construtores de casas para aluguel, é conseguir o menor custo para realizar o maior ganho, mesmo que seja necessário comprometer alguma qualidade (as vezes muita!), principalmente, se a moradia é destinada a operários.

CAPÍTULO 4

Questões Técnicas Para a Salubridade da Habitação

Informações sobre o bonde operário, em italiano, devido ao excesso de funcionários desta nacionalidade que trabalharam na Light,. Fonte: PORTELA, 2006, p. 179. Carros especiais para operários, 1916. Fonte: MEMÓRIA ..., 2011, p. 51.

Capítulo 4 – Questões Técnicas Para A Salubridade Da Habitação

Neste capítulo são apresentadas questões técnicas discutidas e publicadas pelos autores contemporâneos ao período estudado. É claro que, os autores publicam e debatem, ao longo do tempo, sobre questões diversas (não apenas as que são tratadas aqui), mas como o foco deste trabalho é a legislação sanitária, publicada entre 1886 e 1929, voltada à construção de casas operárias, são selecionados apenas os itens correlatos a este tema.

Dentro do tema, das questões técnicas e a da legislação sanitária, cabe destacar a atuação marcante de Victor da Silva Freire. Em seus textos aborda diversos dos conteúdos relativos à salubridade das habitações; é autor (FREIRE, 1916, p. VII-VIII) da lei nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária* (SÃO PAULO (Município), 1900); participa, como representante da prefeitura de São Paulo, da comissão para a revisão do Código Sanitário do Estado, é nomeado em 1904 (FREIRE, 1915a, p. 10); e participa, também, como convidado⁷⁵, de duas comissões do Instituto de Engenharia (*Engenharia Sanitária, Arquitetura e Construções Cíveis e Interesses Profissionais*) que estudam e organizam o projeto base elaborado pelo vereador Heribaldo Siciliano, do *Regulamento Para Construções Particulares* (REGULAMENTO ..., 1919, p. 119-122). Este projeto é que em 1920 é convertido na lei nº. 2.332, que *Estabelece o “PADRÃO MUNICIPAL”, para as construções particulares no Município* (SÃO PAULO (Município), 1920).

4.1 LUZ E AR: QUESTÕES DE SALUBRIDADE

São várias as questões de ordem técnica, relativas à salubridade das habitações, que fazem parte do repertório dos higienistas (sejam eles médicos, fisiologistas, químicos, arquitetos ou engenheiros), sendo que duas delas são constantes ao longo do tempo: “No final do século 19 e até a terceira década do século seguinte, a ventilação e a insolação – nem sempre numa perspectiva conjunta – estarão fundamentalmente relacionados com a salubridade.” (SEGAWA, 2006).

⁷⁵ Participaram regularmente das reuniões, para organização e estudo do *Regulamento Para Construções Particulares*, os engenheiros Carlos Gomes de Souza Shalders, Ranulpho Pinheiro Lima, Victor da Silva Freire, Alexandre de Albuquerque, Alberto de Oliveira Coutinho, Theophilo Souza e Ricardo Severo. Os trabalhos foram presididos pelo engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo (REGULAMENTO ..., 1919, p. 121-122).

Logo no início do período, Vieira Souto, no artigo para propor e justificar a construção de casas operárias, é enfático ao longo de suas argumentações: “É aforismo de higiene que onde não penetram o ar e a luz, penetra a morte [...]” (SOUTO, 1886, p. 70). Mas, não deixa claro de que maneira ou quais procedimentos devem ser adotados para prover ar e luz, de modo a garantir a salubridade das moradias operárias; Vieira Souto pauta-se nos autores europeus (Émile Muller e Henry Roberts) citados ao longo de seu texto, tentando mostrar erudição e conhecimentos, sem, no entanto, apresentar discussões técnicas sobre os assuntos.

É o engenheiro civil R. Pinheiro Lima, em uma apresentação ao Instituto de Engenharia, em 1918, quem discorre sobre os problemas do ar e da ventilação, colocando lado a lado as teorias química e física do ar, ambas adotadas por higienistas da época. Ao discuti-las, apresenta dados sobre origens e fundamentos das duas teorias, experimentos realizados, conclusões obtidas, assim como pensamentos contestatórios à teoria química, que é gradativamente substituída pela física.

Sobre a teoria química (LIMA, 1918, p. 3-6), o autor explica que, após ser descoberta a composição do ar e ter sido entendido como se dá a respiração dos seres humanos, tanto fisiologistas quanto higienistas passam a considerar, em suas reflexões, dois elementos: o oxigênio, vital no processo de respiração dos seres humanos; e o ácido carbônico, nocivo à saúde das pessoas, e resultante da combustão do oxigênio no interior do organismo humano. Neste momento, acredita-se que a situação ideal é aquela em que se pode respirar o ar “quimicamente puro”; sendo difundida a teoria da viciação do ar⁷⁶ (com divulgação de taxas, desenvolvimento de fórmulas e experimentos em laboratórios), assim explicada:

Com estas ideias e, principalmente, com os resultados dos laboratórios ficou dominando a “teoria química”, segundo a qual os males resultantes da permanência em ambientes fechados, superpovoados e nos quais o ar não é renovado convenientemente, têm por causas:

1º. – uma diminuição de oxigênio;

2º. – um aumento em ácido carbônico;

3º. – a presença de venenos orgânicos, mal definidos, no ar expirado.

[...] o problema do ar era um problema de química, o problema fisiológico um problema de respiração e o problema de ventilação consistia simplesmente em evacuar o ar quimicamente impuro e procurar fornecer outro ar quimicamente puro. (LIMA, 1918, p. 5-6)

⁷⁶ Diversos são os pesquisadores da teoria química e da viciação do ar, sendo que os autores nacionais, aqui estudados, dão ênfase à Pettenkoffer, no entanto o próprio tinha consciência das limitações e deficiências dos estudos desenvolvidos na época: “Pettenkoffer, o mais popular dos experimentadores do ar, a quem devemos as taxas mais aceitas de tolerância do ácido carbônico, igualmente compreendia que a elevação do teor desse gás e diminuição do oxigênio nos lugares mal arejados não bastavam para explicar os fenômenos observados nas pessoas que viviam nesses ambientes.” (LIMA, 1918, p. 5).

O autor indica que, com o passar do tempo, “ideias novas” surgiram (LIMA, 1918, p. 6-26), tendo por consequência o desenvolvimento da teoria física. Mas, a teoria química não é totalmente, e prontamente, descartada; devido ao prestígio de seus interlocutores, e por falta de detalhes técnicos, afinal as pesquisas ainda estavam em andamento. A teoria física passa a considerar propriedades do ar (temperatura, umidade e movimento), como sendo mais determinantes na salubridade do ambiente, do que as características e contaminações químicas:

Os caracteres físicos do ar, tais como a temperatura, a umidade e o movimento, – são hoje considerados os fatores mais importantes do problema do ar e da ventilação. Daí o se denominar “teoria física” aquela em que se assentam as novas vistas sobre o assunto, em oposição à teoria química que pretende explicar o confinamento do ar pela alteração química dos seus elementos componentes. (LIMA, 1918, p. 13)

Na teoria física, admite-se a habitação como um ambiente fechado, é um abrigo de intempéries, e compreende-se que o ser humano, quando em seu interior, pode modificar certas condições físicas da atmosfera. Neste contexto, dentro de uma edificação, são consideradas certas características do ar e suas relações com o usuário: temperatura, que pode ser modificada pela emissão⁷⁷ de calor das pessoas; e umidade⁷⁸, parte da quantidade de vapor de água no ar é contribuição das pessoas, devido à respiração e à transpiração. Aqui considera-se ser imprescindível, ao redor das pessoas, “uma atmosfera que não seja nem muito quente nem muito úmida”, pois, devido às funções vitais, há trocas constantes de calor entre os seres humanos e o ambiente que os abrigam. Ao acreditar que, tanto o estado térmico quanto o higrométrico, têm grande influência na saúde das pessoas, conclui-se que o equilíbrio é atingido na maneira como se dão estas trocas de calor. Outra conclusão, obtida através de estudos técnicos dos defensores da teoria física, é que só se pode atribuir benefícios à ação do ar livre se em movimento sobre a pele, ambientes salubres são aqueles onde ocorrem altas taxas de troca do ar devido ao seu próprio movimento, a ventilação natural (LIMA, 1918, p. 14-24).

Os argumentos da temperatura e da umidade nunca deixaram de figurar nos compêndios de higiene, mas a sua importância até há poucos anos estava obscurecida pelo fervor com que os higienistas se apegavam aos elementos químicos do ar, despreocupados dos outros fatores. Poucas atenções se fixaram naqueles que, incrédulos ou semi-incrédulos dos venenos orgânicos no ar confinado, entendiam buscar em outras fontes o mal-estar e prejuízos resultantes dos ambientes insalubres. (LIMA, 1918, p. 15)

É interessante observar que em 1906, Backheuser (p. 17-25) já faz referências aos fatores temperatura e umidade (teoria física) como determinantes da salubridade de um cômodo,

⁷⁷ Essa emissão varia de acordo com o sexo da pessoa, idade, dimensões corporais, atividade desenvolvida no momento, e a diferença entre a temperatura do corpo e do ambiente (LIMA, 1918, p. 13).

⁷⁸ A quantidade de água no ar é variável e depende da pressão atmosférica e da temperatura ambiente; o que se chama de umidade relativa do ar é a relação entre o peso do vapor de água em certo volume de ar, assim, para o mesmo peso de água, ao aumentar a temperatura, reduz-se a umidade relativa do ar (LIMA, 1918, p. 14).

e não apenas o volume de ar contido em seu interior. Conforme explica, no caso dos quartos, ambientes destinados à habitação noturna, é preciso dar atenção especial às condições de ventilação (sempre que possível de forma natural, sem que seja necessário a instalação de aparelhos para esta finalidade), pois é através dela que se consegue a renovação do ar.

Não se pode dar à cubação do quarto uma importância excepcional, quando se sabe que o ar se vicia com rapidez e que ambientes relativamente vastos em poucas horas ficam inquinados uma vez que se os supunha hermeticamente fechados. [...] Devo também lembrar como causa de impureza do ar, a temperatura e umidade, a que tão alto valor é atribuído depois dos interessantes e valiosos trabalhos de Flügge. (BACKHEUSER, 1906, p. 19)

A posição de Backheuser, de que o volume de ar de um quarto não é tão importante para garantir a salubridade do ambiente, não é unanimidade; em 1913, Afrânio Peixoto defende que o volume de ar é fundamental, para evitar os efeitos nocivos do confinamento:

Confinamento – Ar livre é o ar de espaços abertos, fora das habitações e dos focos de impureza, sujeito a renovação incessante, por difusão lenta ou ventilação natural. Ar confinado é o contido nos espaços habitados e circunscritos, renovando-se insuficientemente e modificado em sua composição pelos gases da respiração, da combustão, e as vezes emanções naturais ou acidentais. [...] **Regeneração do ar confinado** – A cubagem é o meio certo de impedir o confinamento: deve-se prover a cada indivíduo destinado a permanecer em um certo local um número de horas, do cubo de ar proporcional ao seu gasto respiratório. Se o cálculo for feito para a capacidade do local relativamente ao número de pessoas que poderá conter, nenhum perigo será possível. Ver-se-á a propósito da Habitação, como isso se consegue. A ventilação, natural e artificial, é o recurso contra as ameaças do confinamento. (PEIXOTO, 1913, p. 88-90)

Sete anos separam as duas publicações, de Backheuser e de Peixoto; na primeira, referências bem marcadas da nova teoria física; enquanto que na segunda pauta-se nas questões das características químicas do ar e sua contaminação em ambientes confinados. Ambos defendem a ventilação natural, porém, por motivos diferentes. Divergências são naturais, teorias novas (Backheuser, 1906) são defendidas enquanto as antigas ainda estão em vigor (Peixoto, em 1913). A difusão de novas ideias e conhecimentos se dá de forma gradativa, em qualquer área do saber, e no início demoram para serem aceitas e adotadas por completo.

Os Códigos Sanitários do Estado de São Paulo especificam valores mínimos para o cubo de ar⁷⁹ dos ambientes, portanto, na legislação, a teoria química demora um pouco mais a ceder espaço à teoria física, já discutida, e em parte aceita, pelos higienistas. O primeiro Código Sanitário (SÃO PAULO (Estado), 1894) é o mais restritivo de todos eles, ao indicar que

⁷⁹ A legislação municipal não indica, de forma explícita, os valores de cubo de ar, mas ao determinar áreas e pês-direitos mínimos, estes valores são obtidos. E, de acordo com Segawa (2006): “Nos anos 1910 a teoria dos miasmas era letra morta. No entanto, prevalecia a regra da ‘cubação de ar’ nos códigos sanitários, ou resqúcio do entendimento que a salubridade de um ambiente fechado decorria da quantidade de ar disponível conforme uma previsão de consumo de ar por um certo número de ocupantes. Ao se estabelecer o volume de ar num ambiente, deduzia-se uma geometria dos cômodos de longa permanência —o que explica em parte os altos pês-direitos determinados pelas normas municipais de construção na virada do século 19 para o 20.”

os aposentos de dormir devem ter, no mínimo, 14 m³ livres para cada habitante, mas também é o mais fácil de burlar, para se comprovar o cumprimento da determinação seriam necessárias fiscalizações, noturnas, às habitações de todos os municípios de São Paulo, o que é impossível. Os dois Códigos Sanitários seguintes, de 1911 (SÃO PAULO (Estado), 1911) e de 1918 (SÃO PAULO (Estado), 1918), passam a utilizar 30 m³ para todos os aposentos, inclusive para as cozinhas. A referência à cozinha (ocorre pela primeira vez na versão de 1911), talvez tenha sido uma maneira de tentar de proteger a população mais pobre dos efeitos nocivos do confinamento. Esta intenção pode não ser real ou prontamente perceptível, contudo não é interessante que este propósito seja compreendido, senão o Estado estaria assumindo que sabe que, nas habitações mais precárias ou onde há grande ocupação (devido ao tamanho das famílias), as cozinhas também são utilizadas como dormitórios, o que é proibido nos Códigos Sanitários.

Os higienistas entenderam de corrigir a insuficiência [da ventilação natural] criando o célebre cubo de ar, em que vemos entrar triunfante o índice de Pettenkoffer, fazer uma porção de rodeios gritar contra o excesso de ácido carbônico, apavorar toda a gente com os venenos misteriosos e sair, sem mais aquela, com os populares algarismos de 25 e 30 metros cúbicos.

As legislações, bem convencidas ou por falta de coisa melhor, têm uniformemente consagrado esses algarismos, como o intuito muito honesto de impedir que alguém sofra com o ar viciado. Já disse alguém, divulgando a moderna concepção do ar, que os antigos higienistas e as legislações chegaram, com bases falsas, a conclusões que ainda hoje garantem de algum modo o ambiente contra a alteração profunda dos fatores reais do problema. (LIMA, 1918, p. 32-33)

Victor da Silva Freire, por sua vez, aponta as diferenças ao serem adotadas as teorias química e física, respectivamente, no que chama de “códigos antigos” e “códigos orientados cientificamente”. Na sua análise, considera as especificações de três elementos (cubação, pé-direito e área) que, segundo ele, são os determinantes da “ventilação”⁸⁰:

Os três elementos de ventilação eram, nos códigos antigos

1 – Cubação elevada, para armazenar maior “volume” de ar; como consequência

2 – Pé-direito alto, por exigir muito terreno uma superfície grande bastante para um mesmo cubo com pouca altura; e, como corolário

3 – Área qualquer, a superfície apenas para, por diferenças de temperatura e densidade, renovar o ar “viciado”.

Foram esses elementos transformados posteriormente, nos códigos orientados cientificamente, por

1 – Cubação qualquer – desde que o ar possa penetrar em movimento e “circular” pelo interior da casa entre a frente e o fundo;

⁸⁰ Freire (1918, p. 272) defende a diminuição dos valores de pés-direitos e o uso dos subsolos (desde que em condições higiênicas e aceitáveis), segundo o autor os opositores a estas medidas se apoiam em duas “superstições”, a primeira delas é que especificações contidas em legislações estrangeiras devem ser utilizadas aqui, sem no entanto considerar as características específicas locais, e a segunda é: “A segunda era a superstição científica, hoje a desabar, da doutrina ‘química’ da ventilação. Era a convicção, que não é mais permitido formular, da necessidade da existência de um cubo mínimo de ar dentro dos compartimentos de habitação. [...] Pela primeira vez emprego aqui este termo ‘ventilação’ para indicar bem de propósito que ele se refere à ação da ‘corrente’, não do ‘volume’ de ar.”

2 – Pé-direito qualquer – determinado de preferência pela iluminação, admitindo-se que se lê perfeitamente no fundo de um cômodo distante da janela o dobro da altura (com a condição, claro está, que a rua ou a área correspondentes sejam claras),
3 – Área ampla proporcionada à altura das paredes que a contornarem, afim de que o ar não fique “estagnado” mas a percorra sem cessar de um topo a outro. (FREIRE, 1918, p. 280)

Se na teoria química o risco está no ar “viciado”, na teoria física está no ar “estagnado”; se antes a ventilação traz as doenças de fora, agora ajuda na consolidação de um ambiente salubre onde não se proliferam. De acordo com a primeira teoria, é necessário que os ambientes fechados tenham quantidade suficiente de ar, principalmente no período noturno (enquanto as pessoas dormem), para garantir que o ar respirado não fique viciado ao longo de todo o período; daí a necessidade de volumes internos grandes (áreas maiores e pés-direitos elevados). Por outro lado, na teoria física, a circulação do ar é fundamental, para manter o equilíbrio no interior dos ambientes, assim, os pés-direitos podem ter suas dimensões reduzidas; por outro lado as áreas externas livres, que garantem a circulação de ar, passam a ter grande importância e característica definidas cientificamente. Em outras palavras, trata-se da contraposição de preceitos da teoria miasmática com os da bacteriológica.

A partir do desenvolvimento da teoria física do ar, as características locais ganham importância e são assumidas como primordiais para a definição dos parâmetros a serem adotados, para garantir a salubridade das habitações. Não basta importar índices de países europeus e adotá-los sem qualquer critério. Neste contexto, e retornando aos preceitos básicos da teoria física (temperatura, umidade e movimento do ar), Lima reflete sobre o assunto e faz as seguintes indagações: qual deve ser a temperatura mais apropriada à saúde dos seres humanos? Qual é o valor de umidade que se pode tolerar? E, qual é a velocidade do ar em movimento aceitável? Ao tentar responder, chega a diversas conclusões, e entre elas:

É de supor que na aplicação ao problema da ventilação do moderno conceito do ar, se deva estudar as relações entre esses três fatores – temperatura, umidade e movimento – para cada país, para cada região, de acordo com as condições médias do clima que neles impera e às quais, por força das admiráveis leis humanas, o organismo se adapta inteiramente. [...] Não parece razoável supor que a nossa função deva ser evitar nos ambientes fechados os desequilíbrios na relação ideal existente em cada caso (e que na prática poderia ser substituída pela média climatológica), de modo tal que o organismo não sofra os inconvenientes de fortes excessos e depressões de temperatura e umidade? O fator – movimento – poderia, então, ser considerado como regulador dessa relação, precisamente para evitar os desequilíbrios desfavoráveis ao bem estar do indivíduo. Os elementos materiais da habitação, dispostos segundo uma orientação conveniente e construídos de materiais apropriados, podem também ser aproveitados como reguladores térmicos da habitação. (LIMA, 1918, p. 25-26)

Pelos escritos de Lima, percebe-se que, não se trata somente de salubridade, busca-se o bem estar das pessoas, e neste momento o autor incorpora outros saberes técnicos, referen-

tes à orientação de implantação da edificação e aos materiais de construção adequados, com melhor rendimento térmico. O autor vai além, cita Victor da Silva Freire, colocando o problema da ventilação adequada da habitação, e o aproveitamento da luz solar, como sendo decorrente da cidade, com sua circulação, seus espaços livres, e ocupações de quarteirões:

Falando dos meios naturais de ventilação não devemos nos esquecer, hoje mais do que nunca, à luz dos modernos conhecimentos, que a habitação deve ser apreciada não só nas relações entre as suas diversas peças, como principalmente no ponto de vista de sua locação. Já aqui falou longa e brilhantemente o prof. Victor Freire, apontando os estreitos liames que, em matéria de salubridade, prendem a cidade ao quarteirão, o quarteirão à casa, objetivando sempre o maior proveito de luz e ar. (LIMA, 1918, p. 33)

De fato, na conferência *Melhoramentos de São Paulo* (em 1915), Freire coloca como sendo vital a presença de ar e luz, de forma adequada, nas habitações. Deixando muito claro que é necessário atuar no planejamento do município (e isto é possível, pois outros países já o fizeram), para atingir as condições ideais de ventilação e iluminação naturais, em toda e qualquer habitação, independentemente do tamanho da cidade.

Note-se que nos interessa de momento o problema municipal em toda a sua amplitude, o qual pode condensar-se no seguinte enunciado: “diminuir os males que acarreta ao homem o viver em aglomerações cada vez maiores”. Podemos deixar de parte tudo quanto não constitui a feição de que nos ocupamos agora e que se confina, materialmente à “trama” dessas aglomerações, à distribuição do espaço por elas coberto em ruas, praças, habitações, logradouros. Ou, em termos mais precisos, o que diz respeito à boa repartição do ar, da luz – coisas tão indispensáveis como o pão e a água, sendo portanto patente o erro dos que dão precedência a quaisquer delas quando a todas se deve atender simultaneamente. [...] Será, pois, possível, como estamos dizendo, preparar com antecipação as disposições de uma cidade, tendo em vista a fácil circulação, a boa distribuição de ar e luz? Não só é possível, como conveniente e, até, necessário. É o que nos responde a experiência dos outros. (FREIRE, 1915b, p. 94)

Nos discursos de Freire e Lima, não se abordam apenas questões relativas à ventilação, mas também à iluminação natural. Já no início do século XX, estudos referentes à iluminação começam a ganhar espaço, quando a luz assume papel importante, ao ser considerada como agente profilático. No campo da engenharia passa-se a considerar a orientação de implantação das edificações (de modo a garantir certo período de insolação natural), as posições das janelas e suas dimensões (para iluminar convenientemente os ambientes), e características de áreas externas (que têm por objetivo garantir a iluminação e ventilação naturais dos ambientes), entre outros.

A insolação como profilaxia, como terapêutica, vai ganhando corpo no discurso médico. Os engenheiros e arquitetos compartilham a prática salubrista e colaboravam na vulgarização da chamada “questão de higiene pública e privada moderna” derivada dos poderes bactericidas da osculação solar como norteadora dos códigos sanitários e de obra, impondo orientações para edifícios, aberturas de janelas e tempos mínimos de insolação, caminhando para questões mais amplas como orientação e dimensionamento de ruas e quarteirões, afastamentos mínimos, alturas de

prédios. Em particular, os engenheiros contribuíram, a partir da astronomia, na elaboração de diagramas de insolação e gráficos de projeção de sombras, evidenciando as melhores orientações segundo a trajetória solar. (SEGAWA, 2006)

Independentemente da importância, ou peso, que ventilação e iluminação naturais atingem em determinados momentos, estes conceitos, que estão diretamente vinculados às teorias higienistas adotadas no período, são apropriados pela legislação paulista, seja nos Códigos Sanitários, ou nas diversas leis municipais.

4.2 QUESTÕES TÉCNICAS

As questões técnicas, extraídas das obras dos autores estudados, são apresentadas no presente trabalho nos seguintes itens: cubo de ar = pé-direito x área do cômodo; janela, meio de viabilizar ventilação e iluminação naturais; orientação da edificação e das aberturas dos cômodos; dimensões e localização das áreas, saguões ou corredores; porão, proteção contra umidade. Salvo o último item, os demais giram em torno das questões relativas ao ar e à luz, ou, da ventilação e da iluminação naturais, que, ao longo do tempo, ganham peso e importância diferentes.

4.2.1 CUBO DE AR = PÉ-DIREITO X ÁREA DO CÔMODO

O volume de ar, de um cômodo, perde importância com a transição da teoria química para a teoria física do ar. Enquanto a teoria química é adotada sem restrição, considera-se imprescindível valores maiores de cubo de ar, daí a necessidade de áreas internas grandes e pés-direitos altos. Ao entrar no século XX, os estudos da teoria física começam a ganhar força, e indicam que o cubo de ar pode ser menor, pois, o que importa é a circulação do ar para manter o equilíbrio no interior dos ambientes, com isso, as áreas internas e os pés-direitos podem ter suas dimensões reduzidas.

Logo no início do período estudado, em plena vigência da teoria química, no *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, há indicações das alturas mínimas de pé-direito⁸¹ para as casas operárias, assim como das áreas internas mínimas (que não são tão grandes assim...) dos cômodos.

Quando o prédio for urbano e com frente para a rua o seu pé-direito não poderá ser inferior a 4 metros; a mesma prescrição se observará quando o prédio ocupar al-

⁸¹ Se for calculado o cubo de ar dos cômodos, utilizando-se os valores mínimos citados, obtêm-se 30 m³, valor que está em conformidade com os índices higienistas consagrados na teoria química do ar.

guma área interior. Se o prédio for de dois pavimentos, o segundo destes poderá ter no mínimo 3,50 m de pé-direito. [...] Quanto ao prédio que poderá afetar vários tipos, se for urbano não deve ter menos de 34 metros quadrados de superfície coberta e menos de 9,75 m² de superfície livre com dependências, formando área interior. [...] Cada habitação deverá ter pelo menos três cômodos e cada cômodo não poderá ter área menor de 7,5 metros quadrados de superfície.” (GAMA et al., 1893, p. 110)

Vale ressaltar que, a comissão que elabora o *Relatório*, utiliza as mesmas indicações (quantidade de cômodos, área e pé-direito mínimos dos cômodos) contidas no Padrão Municipal de 1886 (SÃO PAULO (Município), 1886b); a legislação e o relatório técnico estão em consonância, e em conformidade com preceitos higienistas adotados na época. Natural, ainda mais se for considerado que o engenheiro Amaral Gama é responsável pela elaboração do Padrão Municipal (CAMPOS, 2008a), devido a uma solicitação da Câmara, assim como é um dos membros da comissão que elabora o relatório.

Na legislação, o volume de 30 m³, especificado para os cômodos, está presente de forma explícita nos Códigos Sanitários de 1911 e 1918; e de forma indireta (uma vez que são indicados valores mínimos de área e de altura de pé-direito) na lei n°. 498 de 1900, no ato n°. 849 de 1916, no Padrão Municipal de 1920, e no Código Sanitário de 1925. Mesmo que alguns dos autores das leis (ou participantes de suas revisões), Victor da Silva Freire é um destes personagens, em seus discursos de cunho técnico ou acadêmico, defendam preceitos da teoria física, no tocante ao volume de ar interno aos cômodos, na prática, os índices higienistas da teoria química são mantidos durante todo o período.

Esta questão, em parte, é explicada pela comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares*, do Instituto de Engenharia, ao afirmar que mantém os valores mínimos para pés-direitos para cômodos de habitação noturna, contidos Código Sanitário Estadual, 3 m. E, se não houvesse esta restrição na legislação, a tal comissão teria proposto os valores de 2,7 ou 2,8 m, justificando-se da seguinte maneira:

A Com. não possui elementos indiscutíveis para propor o pé-direito mínimo de 2,80, visto ser esta altura apenas um elemento indireto para as boas condições de salubridade da peça, aumentando em altura os rasgos das janelas e portas. A Com. reconhece como indispensáveis para a salubridade de uma peça:

a – insolação durante certo período de tempo;

b – iluminação perfeita, pela luz natural, no ponto mais afastado;

c – ventilação abundante;

d – superfície de piso compatível com o fim a que se destina. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 202-203)

A comissão diz não ter “elementos indiscutíveis para propor o pé-direito mínimo de 2,8 m”, ao mesmo tempo em que afirma serem quatro os fatores que contribuem para garantir a salubridade, se houvesse uma combinação adequada entre os fatores, poderiam ser obtidas

faixas de ajuste entre eles, de modo a sempre garantir os padrões sanitários internos ao ambiente. No entanto, parece haver certa incerteza sobre quais são os valores adequados, ou mesmo convenientes, de pés-direitos a serem adotados em diferentes tipos de compartimentos. Esta indeterminação está presente tanto nos saberes nacionais como internacionais, conforme apontado por Backheuser, em 1906:

A cubação, pois, dos quartos é uma pequena reserva necessário a dar ensejo à renovação do ar sem o inconveniente das correntezas. Fixá-la é o que se tem visto de mais arbitrário. [...] Reina, no tocante a esse assunto [altura mínima de pé-direito], em quase todos os países, o mais arbitrário dos regimes. Basta citar a Itália: Milão – 4,00 m. Nápoles – 4,75 m. Turim – 3,00 m. Palermo – 4,30 m. Florença – 4,50 m. Bolonha – 3,00 m. Roma – nunca menos de 3,00 m. (BACKHEUSER, 1906, p. 20-22)

Dentre os diversos autores estudados, Backheuser não é uma exceção, os demais também citam valores de pés-direitos de diferentes localidades, cada um deles apoia-se em certas circunstâncias para se pautarem e assim justificarem seus escritos.

Ainda no Império, em 1874, o Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, nomeia três engenheiros (Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Francisco Pereira Passos e Marcelino Ramos da Silva) para formar a *Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*, com o intuito de criar um plano geral para reconfiguração da cidade, então capital do país. Esta comissão é mantida até 1876 e, neste período elabora dois relatórios, o primeiro (apresentado em janeiro de 1875) contendo recomendações para os arrabaldes da cidade, e o segundo (apresentado cerca de um e meio depois) com recomendações específicas para a região central (FURTADO, 2006). Na verdade, no presente trabalho, estes relatórios não são analisados, mas sim as críticas elaboradas pelo engenheiro Vieira Souto em 1875, referentes ao primeiro relatório da comissão. No *Jornal do Comércio* (de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875), inicialmente são publicadas as críticas de Vieira Souto como uma série de artigos, e, logo em seguida, compiladas no formato de um livro (SOUTO, 1875). Mesmo tendo sido publicadas anteriormente ao período estudado, optou-se por incluí-las aqui por dois motivos, o primeiro é que Vieira Souto é um dos autores analisados no presente trabalho, e o segundo motivo, o mais importante deles, é que a compilação destas críticas é citada por Victor da Silva Freire em *Cidade Salubre* (1915a).

Freire (1915a, p. 18-19) afirma que a questão dos pés-direitos é um despropósito há muito tempo. Em 1875, quando é solicitado um estudo de plano de melhoramentos da Corte, a comissão responsável manifesta-se contrária aos valores pés-direitos mínimos, contidos na postura de 1866 (20, 19 e 18 palmos) do Rio de Janeiro e, apresenta em suas “regras para construção de casas particulares” o valor mínimo de 3 m.

Embora Freire tenha citado Vieira Souto, há uma divergência de pensamento entre eles. Vieira Souto faz críticas severas às proposições da comissão, chegando até mesmo a questionar a competência técnicas de seus componentes, e não concorda com diversas das recomendações ali apresentadas.

Já dissemos que é tempo de acabarmos com o sistema de moldar as nossas construções pelas estrangeiras, sem atender as condições especiais de clima e costumes do país. Essa mania de imitação torna-se principalmente pernicioso no que concerne à altura dos aposentos das casas.

É sabido que nas cidades da Europa, onde o clima é geralmente frio, toleram as municipalidades que os pavimentos superiores dos prédios sejam um tanto baixos. No Rio de Janeiro, porém, onde quase se pode dizer que não há inverno, uma tal tolerância não é admissível, sobretudo se levarmos em conta a ausência de ventiladores, geralmente sentida nos edifícios particulares, o que não sucede naquelas cidades, em que se permitem aposentos elevados de 2,5 m a 3 m somente. (SOUTO, 1875, p. 78-79)

Ainda, de acordo com Souto, o projeto apresentado pela comissão de Melhoramentos não passa de uma tradução⁸² do *Décret impérial, portant réglément sur la hauteur des maisons, les combles et les lucarnes dan la ville de Paris* (27 de julho 1859), e que os valores sugeridos para serem adotados no Brasil são meros arredondamentos de números. Para melhor explicar, na lei francesa, o valor de pé-direito mínimo para a cidade de Paris é 2,6 m, enquanto que o valor proposto pela comissão de *Melhoramentos* é de 3 m. Em *Cidade Salubre*, Freire discorda de Souto quanto a falta de competência da comissão, e que o valor de 3 m seja insuficiente para prover condições higiênicas às moradias; no entanto concorda quanto à questão de terem sido utilizados parâmetros franceses nos relatórios para *Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*. O autor acredita que, o uso da regra francesa, é característica comum nos países onde a “higiene tem merecido os maiores desvelos” (FREIRE, 1915a, p. 18).

Embora, Souto e Freire discordem dos valores numéricos dos pés-direitos, quando o primeiro indica a necessidade de que os mesmos sejam aumentados, e o segundo recomenda que sejam diminuídos, há uma particularidade muito importante, comum aos dois: durante a sua atuação profissional, defendem os saberes técnicos em vigor, adotados nos grandes centros. Os dois são adeptos das teorias higienistas contemporâneas aos seus escritos, Vieira Souto está em consonância com a teoria química do ar, enquanto que Victor da Silva Freire com a teoria física.

⁸² Em seu livro, Vieira Souto (1875, p. 107-108) transcreve, lado a lado, artigos similares das *Regras para a construção de casas particulares* (elaborada pelo Comissão de Melhoramentos) e do *Décret impérial* (lei francesa de 1859), para que o leitor pudesse constatar, por si mesmo, que a acusação de tradução da lei é verdadeira.

Não é apenas Souto quem questiona o uso de valores adotados em outros países aqui no Brasil; Valentini, em 1912, defende que nem todas as soluções utilizadas no exterior são aplicáveis às realidades nacionais, e deve haver bom senso nas decisões a serem aplicadas:

Eu acho que imitar as construções de países frios em nosso país não seria possível nem razoável, mas exagerar no contrário é também coisa pouco criteriosa. Muitos dos meus leitores terão notado o número extravagante de aberturas dos quartos nos dias de frio, quando não devem muito gostar das correntes de ar frio que entra nos quartos com demasiada facilidade. Pelo menos esta é a minha impressão. (VALENTINI, 1912, p. 151)

Valentini pauta-se em exemplos alemães, que, segundo ele, nas vilas operárias, o pé-direito mínimo dos quartos, varia entre 2,5 a 2,8 m, e a cubagem mínima, por habitante é determinada em 10 m³ (VALENTINI, 1912, p. 151).

Retornando a Freire, ainda em *Cidade Salubre*, o autor apresenta alguns valores de pés-direitos preconizados em outros países e localidades, são eles: higienistas ingleses indicam 10 pés (aproximadamente 3,3 m) para qualquer “apartamento de moradia” e 9 pés (aproximadamente 3 m) para os dormitórios (tais preceitos, segundo ele, também são adotados nos Estados Unidos); no congresso internacional de saneamento e salubridade da habitação de 1911, Hennig, arquiteto chefe da cidade de Dresden, defende a proposta de que os pés-direitos sejam reduzidos para 2,5 m nas casas de campo, e mantidos em 2,8 m nas casas urbanas; em Milão, que possui um código de posturas “dos mais modernos e bem feitos”, o valor mínimo é de 3 m; e em Barcelona, como consequência do plano de expansão de 1904, a “melhor obra em matéria edilitária”, o valor também é de 3 m (FREIRE, 1915a, p. 18-19).

Sobre as alturas de pé-direito, três anos mais tarde, em 1918, Freire (1918, p. 250-252), na publicação *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços) – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional*, faz severas críticas à legislação paulistana, mas, desta vez, pautando-se nos regulamentos de Nova York. Explica que, em São Paulo, quando a habitação é edificada⁸³ junto ao alinhamento, é necessário que a cornija tenha altura de 5 m⁸⁴ (Figura 62). Ainda, segundo o autor, a escolha por este tipo de implantação, possibilita certas vantagens econômicas: não há necessidade do recuo frontal para o jardim com pelo menos 4 m, tampouco da construção de muro com gradil.

Já, em Nova York, casas edificadas junto ao alinhamento e seguindo as prescrições do regulamento daquela cidade, geralmente são assobradadas e possuem pé-direito de 2,5 m

⁸³ Cumprindo-se as disposições estaduais vigentes até novembro de 1911, e as municipais em vigor desde 1886 até 7 de agosto de 1915.

⁸⁴ Aqui cabe a ressalva de que o valor apresentado por Freire é específico para as chamadas habitações em geral, no entanto, a legislação indica como pé-direito mínimo de 3 m para as casas operárias.

nos dois pavimentos (Figura 62). De acordo com a legislação americana, explica o autor, os dois pavimentos da edificação “são considerados perfeitamente salubres⁸⁵ e habitáveis para todos os fins” (FREIRE, 1918, p. 251). Mas não deixa de fazer a ressalva, de que se esta solução fosse adotada na cidade de São Paulo seria condenada pela legislação paulistana.

Figura 62 – Corte de casas edificadas junto ao alinhamento. 1. Em São Paulo, 2. Em Nova York. Fonte: FREIRE, 1918, p. 251.

Como já afirmado, percebe-se que não há muito consenso sobre os valores mínimos de pés-direitos, que deveriam ser utilizados, para que as condições adequadas de salubridade fossem obtidas, em diferentes cômodos, com usos diversos. E, esta não é uma característica nacional, pois, em cada caso que os autores se pautam, de cidades europeias ou americanas, são referenciados valores díspares.

Os profissionais da área técnica não se pautam apenas nos preceitos básicos das teorias higiênicas em voga, ao indicar os valores mínimos, a serem utilizados, para os pés-direitos das habitações. Questões econômicas são levadas em consideração, principalmente quando se trata da casa operária, cujo valor total da construção deve ser baixo, no intuito de viabilizar os investimentos e preços futuros de aluguel. Esta preocupação, associada a de embelezamento da cidade, é apresenta em 1906, por Backheuser:

O pé-direito é, como o mais, um dado de experiência, em que nem só as condições higiênicas prevalecem; as razões de estética influem também e, por isso, é rigorosamente estabelecido em 4,00 m o pé-direito mínimo no Rio de Janeiro. Aumentá-lo – favorecer, portanto a ventilação – não convém, tratando-se de casas operárias, em que o cubo de alvenaria iria crescer, elevando o preço; diminuí-lo também não convém, por ir quebrar a linha geral de harmonia das construções e por não ser isto compensado por vantagens econômicas reais. (BACKHEUSER, 1906, p. 21-22)

⁸⁵ Sobre a casa americana, Freire (1917a, 252) indica que o pavimento inferior é considerado salubre e habitável, mesmo “quando ainda mais profundamente enterrado”, desde que o seu teto esteja a pelo menos 1,1 m acima do nível da rua e do terreno vizinho.

Mas, é Victor da Silva Freire quem, efetivamente, apresenta reflexões sobre questões de ordem econômica, diretamente ligadas às alturas dos pés-direitos das edificações. Em 1916, na introdução que escreve para o livro de Alexandre de Albuquerque, Freire salienta que na lei n.º. 498 (SÃO PAULO (Município), 1900), destinada à construção de casas operárias, há indicação de que o pé-direito mínimo seja de 3 m. E, lembra que este valor não atende as determinações do código sanitário e das posturas municipais, que estabelecem o valor mínimo de 4 m. Para convencer os leitores de que muito dinheiro é gasto desnecessariamente, em consequência das alturas excessivas de pés-direitos na cidade, apresenta alguns cálculos. Caso fosse utilizado o valor de 3 m, estabelecido para o pé-direito das habitações operárias, nas novas edificações construídas de São Paulo entre os anos de 1910 e 1914:

Pelo que respeita a economia, chegará fazer notar que, se semelhante disposição houvesse sido generalizada a toda a construção da cidade, somente no último quinquênio 1910-1914, em que se fabricaram

1910	2.231
1911	4.148
1912	4.771
1913	5.791
1914	3.152
Total	20.093

prédios novos, teriam os municípios evitado o desperdício de
 $20.093 \times 700\$ = 14.065:100\$$

quatorze mil e sessenta e cinco contos de réis, a saber, quantia superior ao total da arrecadação fiscal anual do Estado e do Município. É o que mostra o cálculo estabelecido sobre o prédio “unidade” da capital, térreo, cobrindo cerca de cem metros quadrados – dos quais metade sobre embasamento de 2,50 m – em material de qualidade média, e valendo aproximadamente dez contos; cada meio tijolo em altura, significa para esse estalão uma parcela de mais ou menos 100\$, seja 70\$ por decímetro. (FREIRE, 1916, p. VIII-IX)

Montante muito grande a se economizar, sem dúvida. É uma boa forma de convencer construtores, afinal todos querem gastar menos e ganhar mais, nem sempre a economia obtida na construção é repassada aos alugueis. Não se pode esquecer que boa parte da Câmara Municipal é ligada às empresas urbanizadoras da cidade, e para modificar as restrições a serem adotadas na construção de casas, é necessário aprovar novas leis contendo tais premissas.

Dois anos mais tarde, ao defender a diminuição dos valores de pés-direitos, Freire (1918, p. 247-248) acrescenta outros argumentos de ordem econômica; não apenas o mais óbvio, que é quanto menor a altura, menor o gasto com material e mão de obra. A possibilidade de construção em terrenos menores é um destes argumentos, o autor explica como: nas cidades, o número de construções de múltiplos pavimentos cresce muito, e para qualquer edificação é preciso deixar uma área externa livre, proporcional à altura total da construção, com o objetivo de garantir iluminação e ventilação naturais. Se os valores de pés-direitos são diminuídos, sem, no entanto, modificar as áreas construídas, é possível adotar uma área externa

com dimensões menores, e por consequência a área total do terreno também pode ser reduzida. Terrenos menores são mais baratos.

De acordo com o autor, uma edificação com múltiplos pavimentos apresenta, no geral, vantagens em comparação com as construções térreas. A mais direta de se perceber é que um único telhado cobre várias habitações, assim como um terreno menor passa a ser adequado para abrigar mais pessoas. Mas, há um limite para a altura total da edificação, caso contrário, as construções se tornam economicamente inviáveis. Se os pés-direitos são menores, as alturas limites são atingidas com maior número de pavimentos construídos, mas ao utilizar alturas maiores entre os andares, ocorre o oposto, chega-se à altura limite em edifícios com menos pavimentos.

Não para aí, porém, a influência do pé-direito no encarecimento da habitação. O crescimento desta, à medida que ela progride em altura – altura absoluta, em metros – vai operando diminuição gradual nas vantagens pecuniárias. Içam-se os materiais mais alto, esparramam-se os muros, diminui o espaço utilizável nos andares inferiores. Avoluma-se o preço por metro cúbico de alvenaria, por tonelada de ferro e cimento. Há, portanto, um limite em que não convém subir mais. Ora, quanto mais reduzidos forem os pés-direitos mais probabilidade há para que um número “inteiro” destes, número inteiro que não traduz a unidade mercantil da construção – o andar, e não o metro – se contenha dentro dessa altura limite. (FREIRE, 1918, p. 248)

Figura 63 – Cortes esquemáticos com altura limite de 9 m. Fonte: FREIRE, 1918, p. 249.

Freire, durante suas reflexões, propõem que a “altura limite” esteja localizada a 9 m acima do nível do assoalho do andar inferior. E, para melhor explicar o seu raciocínio anteri-

or, apresenta quatro cortes esquemáticos (Figura 63), utilizando as alturas mínimas de pés-direitos contidas na legislação: I. Padrão Municipal de São Paulo de 1886; II. 1º. Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894; III. 2º. Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1911 e Lei Municipal nº. 1.901 de 1915; IV. Lei de Saúde Pública Francesa de 1902.

Nos três primeiros cortes, com as alturas de pés-direitos em conformidade com a legislação paulistana e a “altura limite” de 9 m demarcada, percebe-se que só é possível construir 2 pavimentos. No entanto, ao utilizar os valores mínimos de pés-direitos contidos na legislação francesa, desde 1902, obtém-se 3 andares. Com esta imagem, Freire torna-se bem convincente, com a mesma altura limite de 9 m, o proprietário, gastando praticamente a mesma coisa, pode construir 50% a mais de habitações em cada edificação. Nada mal, 50% a mais nos aluguéis.

A construção de casas operárias com múltiplos pavimentos, não é uma unanimidade. Durante a gestão do prefeito de São Paulo, Dr. José Pires do Rio, entre os anos de 1926 e 1930, é feita, à Sociedade Paulista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, solicitação de um parecer sobre o Padrão Municipal em vigor, para subsidiar uma reforma dessa lei. A administração municipal pede que dois quesitos sejam viabilizados, são eles: possíveis modificações na lei, sem que houvesse prejuízos da saúde dos habitantes, da higiene, ou mesmo do custo real das construções; e apresentação de sugestões de tipos de “casas populares” recomendáveis para a capital, considerando as condições climáticas e demográficas desse sítio. Para tanto, é nomeada, pela Sociedade de Medicina, uma comissão formada pelos médicos Sales Gomes Jr., Raul Vieira de Carvalho e José Ribeiro Netto, que, entre outras recomendações, indica a redução de pé-direito das casas de 3 m para 2,8 m, além da extinção de porões e áticos com mais de 40 cm de altura (RIBEIRO, 1993, p. 241-242).

O tipo de casa popular aconselhado era a isolada e pequena para abrigar uma única família. Desaconselhava os grandes prédios e os arranha-céus, porque reuniriam muitas famílias operárias, comprometendo a moral e a higiene. Havia, em São Paulo, grandes áreas desocupadas próximas aos centros de trabalho para operários e, portanto, a falta de espaço não existia, de forma a impor o edifício como tipo de construção popular. (RIBEIRO, 1993, p. 242)

Nos comentários apresentados por esta comissão percebe-se a mesma preocupação de ordem moral, associada aos conceitos das primeiras teorias higiênicas, aqui estudadas.

Victor da Silva Freire, em 1918, apresenta algumas explicações, traduzidas por ele de *A Model Housing Law*⁸⁶, do porque fixar dimensões mínimas dos cômodos, questionando a

⁸⁶ VEILLER, Lawrence. *A model housing law*. New York, Russel Sage Foundation, Survey Associates Inc., 1914. Veiller, em seu livro, indica que os preceitos endossados pela *Russell Sage Foundation*, são aplicáveis

usabilidade, principalmente daqueles dormitórios que são muito pequenos, ou possuem formatos que impossibilitam a adequada acomodação dos habitantes. Salienta que, esta não é uma característica exclusiva das casas operárias, mas trata-se da ganância dos construtores:

“[...] é indispensável igualmente fixar as dimensões mínimas dos compartimentos de habitação, pois têm sido verificados casos em que especuladores menos escrupulosos, especialmente nas casas coletivas mas em muitas cidades até nas casas burguesas, estabelecem cômodos extremamente diminutos afim de neles atulharem gente e aumentarem os próprios proventos. [...] Poderá contudo um ou outro não estar de acordo com esse ponto de vista. A esse mostre-se que o critério a empregar deve ser o de procurar ver o que é na realidade um quarto de oito metros “quando se acha habitado”. E não esquecer que, nas habitações coletivas, tal quarto constitui muitas vezes a residência inteira para quem nele dorme. Ai, ainda, a regra é a de se encontrar duas, e por vezes mais pessoas, dormindo na mesma cama. [...] Poderia parecer inútil igualmente impor larguras mínimas. A experiência, infelizmente, demonstra que muitos arquitetos e construtores não hesitaram em construir quartos do tipo mais deprimente – quartos que mais parecem corredores ou carros-dormitórios do que lugares destinados a servir de ponto de repouso a alguém.” (FREIRE, 1918, p. 273)

A comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares* vai além, ao definir dimensões mínimas para os cômodos, também indica características a serem adotadas nos formatos, que devem poder conter, em seu interior, um círculo de um metro de raio. Toma tal providência no intuito de garantir a usabilidade do ambiente, e proporcionar algum conforto aos habitantes. A proposta apresentada pela comissão também aponta largura mínima de 2 m, para os diversos compartimentos, justifica-se que não há problemas quando as peças são retangulares (Figura 64).

Figura 64 – Configuração mínima para cômodos retangulares. Fonte: REGULAMENTO ..., 1919, p. 224.

Os maiores problemas encontram-se quando são adotadas áreas irregulares, nestes casos os círculos devem estar inscritos às formas de acordo, com os desenhos esquemáticos apresentados (Figuras 65 e 66).

em diversas localidades. No entanto, alerta que, ao utilizá-los, é necessário levar em conta o que já vem sendo realizado localmente, para adequar as moradias e torná-las higiênicas; há pessoas, vaidosas, que se sobrepõem aos desejos e anseios da sociedade, e acreditam que sua expressão individual (ou seu trabalho) é melhor do que outras iniciativas (1914, p. 23-24).

Figuras 65 e 66 – Configuração mínima para cômodos irregulares. Configuração mínima para cômodos irregulares. Fonte: REGULAMENTO ..., 1919, p. 224-225.

Nos textos de Freire e da comissão, entre todos os outros analisados, é a primeira vez que se detecta preocupação com condições de usabilidade dos ambientes, decorrente do tamanho de peça, associada ao conforto dos usuários. Mas, isso não quer dizer que tenha sido abandonado o mesmo tipo de preocupação abordada nos textos anteriores, que é de ordem moral, quando cômodos pequenos são ocupados por diversos habitantes, que vivem em “promiscuidade” e compartilham até mesmo camas.

4.2.2 JANELA, MEIO DE VIABILIZAR VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATURAIS

A janela é um dos meios, e o mais utilizado, para permitir ventilação e iluminação naturais no interior de uma casa; no entanto, é necessário que sejam respeitados alguns parâmetros para garantir eficiência. Neste sentido, não basta apenas pensar na janela ao buscar salubridade, devem ser observados: dimensão mínima; posição e característica da janela; orientação da edificação e das aberturas de cada cômodo; dimensão e localização de área, saguão ou corredor para o qual a janela se abre.

No início do período estudado, pouco se escreve a respeito da necessidade ou da característica adequadas de janelas. No *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, há apenas indicações da necessidade de aberturas para o exterior, sem especificar se estas devem ser portas ou janelas: “Todos os cômodos deverão ter aberturas para o exterior de modo que disponham amplamente de ar e luz.” (GAMA et al., 1893, p. 110-111). Também, são apresentadas as dimensões mínimas das

aberturas, que não possuem qualquer correlação com os ambientes: “As portas do 1º. pavimento terão 2,75 x 1,1 m de vão para limite mínimo; as janelas de peitoril 1,85 x 1,1 m de vão para limite mínimo também. As janelas de peitoril do 2º. pavimento terão 1,7 x 1 m também de limite mínimo.” (GAMA et al., 1893, p. 110).

A necessidade de aberturas para o exterior (portas ou janelas) é enfatizada por Backheuser, em 1906, e por Peixoto, em 1913, com a diferença de que, o segundo deles, também destaca a importância do uso de janelas para assegurar ventilação natural. Ambos indicam que as aberturas tenham dimensões que correspondam a 1/5 da área do compartimento.

Bem avisada andou a postura municipal, impondo que os cômodos ou compartimentos, seja qual for o fim a que se destinem, terão abertura diretamente para o exterior da rua, quintal, pátio ou área e que essas aberturas não sejam inferiores a um quinto do espaço a arejar. Com as portas de comunicação interna a corrente de ventilação natural dar-se-á certamente, ajudando a difusão pelas aberturas das janelas. (PEIXOTO, 1913, p. 301)

Ao longo do tempo, as portas perdem importância, e as janelas se tornam o meio adequado para permitir ventilação e iluminação naturais nos ambientes. Em 1918, Lima, pautado na teoria física do ar, discorre sobre a relevância das janelas, como se dá a circulação do ar, e a necessidade de que o ar não fique estagnado:

Encontramos nas janelas das habitações os meios naturais, por assim dizer imediatos, da ventilação dos ambientes fechados, desprezando com medíocre a que possivelmente se possa realizar por efeito da porosidade dos materiais. Criadas pela necessidade de iluminação, essas frestas vieram beneficiar também o ambiente no suprimento de ar. Elas permitem que, por motivo da desigualdade de temperaturas interior e exterior ou pela ação do vento seja renovada a atmosfera de um ambiente fechado. Vê-se daí que a sua função pode ser anulada quase ou notavelmente prejudicada com as variações desses fatores: nos dias frios ou soprando forte vento, as janelas abertas dão lugar a incômodas precipitações de ar frio nos compartimentos ou a violentas correntes de ar; nos dias quentes e quando a atmosfera exterior está em calmaria, o ar do ambiente interior não é quase nada beneficiado pela abertura das janelas. Vale dizer entre parênteses, que muito se exagera os malefícios das correntes de ar, e muita gente, tendo por elas verdadeira idiossincrasia, chega a acostumar de tal forma o organismo que este não pode suportar a mais leve brisa. (LIMA, 1918, p. 31-32)

No final da década de 1910, a questão da iluminação passa a ser mais complexa, discute-se o posicionamento das janelas nas paredes (em função da orientação das mesmas), e suas dimensões mínimas passam a ser dependentes da orientação da edificação e da parede que contém a abertura. As condições geográficas das cidades são levadas em consideração nos cálculos, para quantidade e qualidade de ventilação e iluminação naturais adequadas para os diversos tipos de compartimento.

Com relação à iluminação propriamente dita, o Reg. proíbe o uso exclusivo de claraboias, considerando que o homem precisa mais alguma coisa do que ar e luz: um pouco de horizonte e de perspectiva lhe são necessários. Exige por isto que todas as janelas sejam abertas em plano vertical e munidas de vedo móvel. Quanto à área

iluminante, é variável, em função da superfície do piso, desde 1/5 até 1/8, conforme a posição da janela em relação ao edifício e à orientação. Neste assunto, não escolheu um valor médio com intuito educativo: quis, deste modo, chamar a atenção para as melhores posições e orientações, reduzindo para elas a taxa de iluminação. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 225)

É Alexandre de Albuquerque quem realiza estudos detalhados sobre as questões referentes à iluminação e à ventilação nas edificações da cidade de São Paulo. Em 1916, publica o livro *Insolação: Orientação e largura das ruas e altura dos edifícios*, e, em 1918 e 1919, dois artigos intitulados *Higiene da habitação* (partes 1 e 2), na *Revista Politécnica*. Nestes, demonstra, de acordo com as características geográficas e climáticas de São Paulo, como proceder para obter as condições adequadas de iluminação e ventilação, de acordo com cada caso, justificando: “Não podemos copiar o que se faz em outros países: precisamos criar.” (ALBUQUERQUE, 1918, p. 5). Também é Alexandre de Albuquerque quem aponta os interessados neste tipo de estudo:

A quantidade de luz e sol depende da orientação e das dimensões das aberturas praticadas nas paredes de recinto. O estudo do assunto interessa ao proprietário, ao arquiteto e ao legislador, porém mais aos dois últimos: ao arquiteto para propor aos seus clientes soluções de acordo com os preceitos de higiene, e ao legislador para exigir que esses preceitos sejam cumpridos. (ALBUQUERQUE, 1918, p. 5)

Albuquerque não cita os habitantes como interessados em morar numa casa adequadamente iluminada e ventilada; cita, sim, os proprietários (que não são os moradores), uma vez que a maior parte das habitações da cidade de São Paulo é alugada. Mais uma vez, a elite paulistana impõe seus anseios à população; neste caso, casas higiênicas para evitar a propagação das doenças tão temidas.

Outro interessado é o legislador, que passa a contar com meios científicos para elaborar as novas leis, de modo a garantir a construção das habitações salubres. E, de fato, isto acontece, procedimentos, métodos de cálculos, valores mínimos a serem adotados e outros passam a fazer parte da legislação, tanto municipal quanto estadual, podendo ser citados: Ato n.º. 900 (SÃO PAULO (Município), 1916b), de 1916; Código Sanitário de Estado de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 1918), de 1918; lei n.º. 1.596 (SÃO PAULO (Estado), 1917), e Padrão Municipal, de 1920. No entanto, quem perde “poder” são os agentes de fiscalização, que em suas atividades verificam se as condições de iluminação e ventilação estão em conformidade com os preceitos higiênicos. E isto é importante, pois, anteriormente à 1916, as posturas apenas indicam a necessidade de iluminação e ventilação naturais; não são apontadas normas a serem seguidas, cálculos, valores ou índices. O fiscal aplica seus “conhecimentos” para julgar se as condições de cada edificação estão, ou não, adequadas. Assim, a aprovação de uma construção é dependente, inclusive, do humor de quem faz as visitas de fiscalização.

Retornando aos estudos de Alexandre de Albuquerque, o engenheiro apresenta algumas conclusões sobre iluminação de um compartimento, ao criticar as posturas municipais, que indicam que a área de uma janela deve variar proporcionalmente à área do piso do compartimento em questão. Em seus estudos demonstra que a questão é mais complexa, e para conseguir uma iluminação adequada, os engenheiros e arquitetos devem se preocupar com as seguintes circunstâncias:

- a) com a orientação da peça – A iluminação pode ser devida ao sol, que entra pela janela, ou simplesmente à luz difusa da abóbada celeste;*
- b) com os obstáculos que não deixam entrar os raios luminosos ou modificam a direção deles. Estes obstáculos podem ser constituídos pelos edifícios em frente, e pela natureza do meio atravessado pelos raios luminosos (vidros, prismas, etc.);*
- c) com a situação das janelas que podem ser verticais, inclinadas (mansardas) e horizontais (iluminação pelo teto);*
- d) com a profundidade da peça em relação à altura da janela. A iluminação é proporcional à altura da janela. A iluminação é proporcional ao quadrado da distância que separa o ponto iluminado da parede onde está a janela. (ALBUQUERQUE, 1919, p. 18)*

Anteriormente, preocupa-se apenas com as dimensões das janelas, mas Albuquerque coloca a importância da orientação da edificação, indo além: considerando a orientação de cada cômodo (afinal certos ambientes necessitam de mais iluminação, ou incidência de raios solares, do que outros); da orientação das janelas; dos tipos de janelas adotadas; da existência de barreiras ou obstáculos que possam bloquear a entrada dos raios solares (e estes podem, inclusive, ser edificações vizinhas); e também a profundidade do cômodo a ser iluminado, em relação a altura das janelas. De acordo com o autor, o problema da iluminação só pode ser resolvido se estas quatro circunstâncias forem corretamente consideradas.

Dois anos mais tarde, em 1918, no artigo *Higiene da habitação*, Albuquerque, em vez de criticar as posturas municipais, como o fez em 1916, apresenta sugestões específicas quanto às áreas mínimas das janelas, a serem incorporadas na legislação:

- Os códigos municipais devem fixar a área mínima das aberturas de iluminação em função:*
- a) da orientação da abertura;*
 - b) da largura das ruas, saguões ou corredores e, conseqüentemente, da altura dos prédios próximos;*
 - c) da posição das aberturas em relação ao horizonte: verticais, inclinadas e horizontais;*
 - d) da relação entre as dimensões da peça: profundidade, largura e altura;*
 - e) da superfície do piso;*
 - f) do destino da peça (dormitórios, salas de trabalho, aulas de escola, etc.). (ALBUQUERQUE, 1918, p. 18)*

Neste momento, seus estudos estão consolidados, e o autor sintetiza nesta sugestão as questões discutidas em seus trabalhos. Não se pensa a casa de forma isolada, mesmo ao definir dimensões de aberturas (o que parece ser muito simples), a habitação é inserida no lote, na

quadra e no bairro; e de acordo com cada necessidade, elementos específicos deste entorno são trazidos para a resolução de problemas.

Junto às janelas, as venezianas são elementos obrigatórios para que haja ventilação nos compartimentos, mesmo fechadas, principalmente, em cidades quentes e úmidas. Seu uso vem de tempos e, em 1906, Backheuser o defende, inclusive para as habitações operárias.

Quanto à veneziana, é ela uma parte obrigada, principalmente em o nosso clima canicular, onde é preciso resguardar em certas horas do dia os aposentos de penetração direta dos raios solares, permitindo ainda as venezianas a franca entrada do ar durante a noite. As portas com venezianas, vidraças e postigo são as mais econômicas. (BACKHEUSER, 1906, p. 33)

No entanto, esta visão não é uma unanimidade; o preço de tal acessório, de acordo com os pensamentos de Lima, pode ser um fator limitante ao seu uso, em casas operárias:

A veneziana, como acessório à janela, é sem dúvida um bom elemento para os dormitórios, prestando reais serviços na substituição que faz do escuro, principalmente quando é de palhetas móveis, que permitem regular o movimento de ar. Levanta-se, porém, contra esta solução razoável queixa referente ao custo desse elemento, sobretudo quando se trata de habitações operárias em que o fator econômico deve ser cuidado com extremo rigor. (LIMA, 1918, p. 33)

Mais uma vez, as boas e as adequadas soluções são para as casas burguesas. Nas casas operárias, o que se vier a instalar, permitindo algum tipo de conforto, pode ser interpretado como um bônus, ou bondade do proprietário. Não se pode esquecer que, em qualquer habitação, ventilação é fundamental (preceito básico das teorias higienistas); e, no caso das operárias, nos dias mais quentes do ano, é o que permite que os moradores consigam conservar-se em seu interior, afinal trata-se de uma moradia com exíguos e pequenos cômodos, e sempre com muitos habitantes.

4.2.3 ORIENTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E DAS ABERTURAS DOS CÔMODOS

Principalmente nos países mais frios, a orientação das edificações sempre buscou o sol, uma vez que é necessário aquecer, e manter aquecido, o interior das casas; também, evitou-se os ventos frios, que podem resfriar, mais depressa, os ambientes. São diversos os critérios utilizados para determinar a orientação das edificações, inclusive, atendendo-se, até mesmo, a preceitos religiosos:

É o ato de tender ou voltar-se para o oriente, isto é, para a banda de onde o sol nasce. Tendência obscura e inconsciente, que usos religiosos consagraram e justificam a higiene. Neste sentido orientar-se, tomar uma boa orientação, é procurar o maior proveito da luz solar. Segundo a latitude, para a insolação, e o regime local dos ventos, a casa deve dispor-se de modo a obter o máximo de condições favoráveis, evitando as nocivas, se todavia tal orientação é possível ainda nos grandes núcleos de povoação. Necessidade de luz em toda a parte, quando variam em cada

ponto da terra as relações com o sol, obrigam a estudar situações adequadas, para ter o máximo de insolação. Ventos que sopram de todos os quadrantes pois que cada região da terra tem suas feições dominantes, obrigam a não se expor a eles quando frios e impetuosos e a procurá-los quando capazes de mitigar os calores excessivos. (PEIXOTO, 1913, p. 283)

Ao considerar as questões relativas à higiene da habitação, um dos assuntos fundamentais é definir a sua orientação (com o posicionamento das janelas), de modo que, os ambientes tenham ar e luz natural, em quantidade, e com qualidade, adequados para garantir a salubridade da edificação e a saúde dos habitantes. Logo no início do século XX, entende-se que as orientações utilizadas no estrangeiro, não podem ser importadas como soluções nacionais adequadas. Num país muito quente e úmido não se deve expor excessivamente as paredes ao sol, as casas tornam-se muito quentes, e o vento pode ser utilizado para resfriar e tornar ambientes mais agradáveis.

Além da ventilação, um bom e higiênico quarto de dormir deve se recomendar pela iluminação. Deve, pois, ser o quanto possível orientado, de modo a garantir a entrada dos raios solares no seu interior, pelo menos uma hora. Conhecida como é a ação benéfica da luz e do calor solar para a oxidação da matéria orgânica e, como dizem os entendidos, para a extinção dos micróbios patogênicos, é de todo o modo útil a penetração da luz nesses recintos sem que, contudo, seja a duração muito longa, o que tornaria um inconveniente no nosso clima. (BACKHEUSER, 1906, p. 22)

No momento em que o sol se torna um agente profilático, os assuntos sobre iluminação natural passam a ser estudados cientificamente, e são desenvolvidos para localidades específicas. As soluções adotadas em outros países deixam de ser válidas para qualquer situação. Valentini (1912, p. 151), ao estudar as vilas operárias alemãs, aponta que, nos locais visitados por ele, as recomendações são: que os dormitórios e as varandas, sempre que possível, tenham orientação sul; e nos projetos de vilas (ou conjuntos de casa), os dormitórios “sejam encaixados de três lados com os outros quartos”, assim apenas uma das paredes estaria expostas às intempéries. Em seguida, o autor explica que, no Brasil, esta regra não pode ser aplicada, devido ao clima quente e úmido.

Quanto à orientação das edificações e das janelas, devido às diferenças climáticas, Alexandre de Albuquerque confronta quais são os problemas a serem resolvidos no estrangeiro e quais no Brasil:

Não necessitamos, pois, como em outros países, pensar em dar às janelas de nossos prédios a orientação que resolve o duplo problema de:

a) aproveitamento máximo do efeito calorífico do sol no inverno; b) aproveitamento máximo da luz da abóboda celeste, nos dias sombrios ou escurecidos pelo nevoeiro, neve, etc.

Estas aberturas, precisam, apenas, ter amplitude e orientação que facilitem a insolação do piso e das paredes, para diminuir a umidade do ar e aumentar a ação microbicida dos raios solares. Resolvido o problema sob este ponto de vista, ipso facto, resolvido quanto à iluminação. (ALBUQUERQUE, 1918, p. 6)

Anos antes, em 1906, os pensamentos são mais simples. Retornando às palavras de Backheuser, basta garantir, por uma hora apenas, a entrada de raios solares no interior das edificações, para que as mesmas sejam consideradas salubres. Pouco tempo depois, chega-se ao entendimento de que uma hora é muito pouco, o ideal é de três a quatro horas de incidência dos raios solares no interior das habitações. Estes preceitos passam a ser adotados nos Códigos Sanitários do Estado de São Paulo de 1911, 1918 e 1920; os estudos relativos à iluminação também consideram esta nova necessidade.

No caso específico de São Paulo, em 1911, Lúcio M. Rodrigues apresenta diversas considerações sobre orientações a serem adotadas na cidade, e quais devem ser evitadas:

Entre todas as orientações que a teoria assinala como inconvenientes para a latitude de S. Paulo, é sem dúvida na orientação sul em que esses inconvenientes se agravam.

Com má insolação, mesmo em período de verão, uma fachada voltada para o Sul não recebe durante 6 meses a ação dos raios solares, circunstância que agravada pelo clima próprio faz com que ela se conserve visivelmente úmida assim como os passeios das ruas onde elas se alinham.

Em uma construção há evidentemente paredes tendo pelo menos 4 orientações distintas.

Deve ser evitada entre elas, principalmente a de orientação sul para aquelas paredes que abrigam os cômodos mais importantes da habitação que são os destinados aos dormitórios. (RODRIGUES, 1911b, p. 169)

As faces que não recebem incidência adequada de raios solares, aquelas voltadas para o sul, são condenadas pelo saber técnico nacional, diferentemente do que ocorre na Europa. Como nem sempre é possível definir arranjos onde não haja janelas voltadas para o sul, a recomendação é que se evite, pelo menos, a posição inadequada para os dormitórios. Plenamente justificável, os dormitórios são os compartimentos onde o habitante repousa, passando boa parte do tempo, compartilhando o mesmo ar (estagnado ou não) com os demais, e, em se tratando de moradia operária, há muitas pessoas dividindo o mesmo e único espaço de repouso. Consequentemente, para que o dormitório seja salubre, a correta orientação das janelas torna-se fundamental; o sol e a incidência dos raios solares são agentes profiláticos importantes neste contexto, por terem a capacidade de eliminar micróbios.

Neste momento, os estudos de insolação e iluminação parecem não estarem, ainda, totalmente difundidos. Ao ler os artigos de Rodrigues, percebe-se que tais saberes não são de conhecimento de todos profissionais técnicos, a linguagem utilizada é direcionada a certa parcela de engenheiros e arquitetos. O autor explica para quais épocas do ano os cálculos devem ser realizados, de acordo com os preceitos higiênicos e científicos em voga, mas defende que só se justificam estudos completos para casos especiais: “grandes projetos das construções importantes ou das ruas e avenidas”.

Devemos observar que os estudos completos da insolação e iluminação que devem acompanhar os grandes projetos das construções importantes ou das ruas e avenidas, devem ser feitos para diferentes épocas do ano, principalmente para as épocas mais desfavorável, mais favorável e as intermediárias, isto é, para os solstícios de inverno e verão, e os equinócios de outono e primavera.

São estes elementos que permitirão julgar da insolação e iluminação dessas construções, verificando de um modo científico e positivo que são satisfeitas as condições impostas pela moderna higiene. (RODRIGUES, 1911b, p. 175)

Os textos de Alexandre de Albuquerque possuem linguagem mais acessível e didática, em especial o livro de 1916, *Insolação: orientação e largura das ruas e altura dos edifícios*; onde apresenta deduções de fórmulas⁸⁷, explica como utilizar gráficos e ábacos, além de chegar a conclusões práticas. Os roteiros de cálculo são bem detalhados, para serem utilizados por profissionais que tenham algum conhecimento técnico, introduzidos por conceitos teóricos empregados no desenvolvimento das fórmulas matemáticas. Na sequência do texto, o autor resolve aquelas fórmulas com os dados específicos da cidade de São Paulo, e conclui:

*Para a latitude da Capital de S. Paulo, 23°34', chegamos às seguintes conclusões:
1º.) São condenadas, no ponto de vista da higiene, por falta de insolação durante certo período do ano, as faces viradas para o nascente, compreendidas entre o azimute 64°16' e a linha E-W.*

2º.) Dentro dos mesmos limites, as faces viradas para o poente, no ponto de vista construtivo, não devem ser utilizadas para certos cômodos, por oferecerem excesso de insolação.

3º.) As fachadas devem ter a orientação máxima de 40° SW ou NO afim de receber o mínimo de insolação de 2^h48^m (aproximadamente igual a três horas), no dia mais desfavorável do ano.

4º.) São aconselháveis as orientações próximas a 25°44' SE, ou NE, por serem as que menores oscilações sofrem na insolação durante o ano. (ALBUQUERQUE, 1916, p. 27)

Percebe-se que as conclusões e recomendações de Alexandre de Albuquerque são bem mais complexas e abrangentes do que as de Lúcio M. Rodrigues. Albuquerque não considera apenas uma orientação, a sul (como indica Rodrigues), como a mais desfavorável, mas sim faixas onde há pouca incidência de raios solares no inverno e muita no verão. Também, leva em conta, o tempo de insolação mínimo, considerado adequado, para a garantir a salubridade da habitação no solstício de inverno (que é o dia mais desfavorável do ano⁸⁸).

⁸⁷ As deduções das fórmulas são apresentadas para que o leitor possa, facilmente, replicar os cálculos para estudar insolação, em localidades com diferentes latitudes e em qualquer época do ano.

⁸⁸ A comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares*, em 1919, explica porque o dia do solstício de inverno é tão desfavorável e deve ser utilizado nos cálculos de insolação: “Dia mais curto do ano – É o dia do solstício do inverno, em que o sol alcança a mínima altura sobre o horizonte, produzindo, ao meio dia, a máxima sombra. É o mais desfavorável no ponto de vista da insolação: pelo menor período de tempo em que o astro permanece visível, pela posição especial de sua órbita, e, enfim, pela maior sombra produzida por qualquer objeto. Se forem boas as condições de insolação neste dia, serão ainda melhores durante o resto do ano”. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 208).

4.2.4 DIMENSÕES E LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS, SAGUÕES OU CORREDORES

As áreas externas, saguões ou corredores são os espaços abertos, destinados a viabilizar ventilação e iluminação naturais às moradias. Vários dos autores estudados discutem tal tema e propõem maneiras de calcular estes espaços; embora em conformidade com as legislações, é consenso que as áreas, localizadas junto às habitações, não cumprem seu papel de forma eficiente. Esta não é uma característica apenas da cidade de São Paulo, Backheuser, quando analisa as habitações populares no Rio de Janeiro, faz críticas à legislação que permite dimensões diminutas às áreas externas:

Assim sendo, não é desejável que deem os quartos para as microscópicas áreas que a nossa legislação permite, pois só com muito boa vontade pode o verdadeiro engenheiro sanitário pensar em aproveitar essas áreas como meio de iluminação. (BACKHEUSER, 1906, p. 22)

Quanto à cidade de São Paulo, é Victor da Silva Freire, em *A cidade salubre*, quem faz uma primeira análise de como se dá a inclusão de áreas externas e suas características nas moradias paulistanas. Freire apresenta um desenho com os tipos de casas mais comuns, edificadas na cidade de São Paulo (Figura 67). Segundo ele, em 1911, a frente média das casas construídas é de 5,86 m, portanto, os corredores e os saguões possuem a mesma largura e, quase sempre, com valor inferior a 1,5 m: “Achamo-nos em presença de becos ou poços de ar estagnado a que só uma insolação capaz pode garantir o arejamento e iluminação necessários.” (FREIRE, 1915a, p. 8-13).

Com a supressão das alcovas aparecem nas edificações, daí em diante, os espaços descobertos destinados a dar luz e ar diretos aos compartimentos de moradia: as áreas internas e os corredores laterais. “Saguões” e “corredores”, como os denominaremos mais brevemente de ora em diante, desempenham papel importante na meia dúzia de tipos a que se reduzem três sobre quatro das casas de S. Paulo [Figura 67]. (FREIRE, 1915a, p. 8)

Ainda, em *A Cidade Salubre*, no item *Vícios de Origem* (FREIRE, 1915a, p. 24-33), Freire explica que as questões relativas ao lote paulistano e ao tipo de ocupação do quarteirão não atendem as exigências da salubridade, conforme discutido em diversos congressos (nacionais e internacionais), ou mesmo através de preceitos contidos em leis específicas de outros países (que versam sobre largura de ruas, altura dos edifícios, e outros).

Figura 67 – Tipos de casas comuns em São Paulo. Fonte: FREIRE, 1915a, p. 9.

Já, em 1918, Freire, em *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços)* – *Um capítulo de urbanismo e de economia nacional* (p. 246-249), apresenta o tipo de casa “econômica e salubre” construída em Berlim. Explica que estas habitações coletivas, possuem 3 pavimentos, são localizadas em lotes profundos, com área de iluminação e de ventilação de 9 m de largura. Esta tipologia é considerada higiênica pelos regulamentos sanitários locais.

Dentre suas reflexões, Freire apropria-se dos 9 m de largura dos pátios alemães, e fixa o mesmo valor como altura limite das edificações, para retornar à discussão sobre os valores máximos dos pés-direitos adotados em São Paulo. Afirma que as alturas utilizadas em Berlim aproximam-se muito dos valores contidos no regulamento francês (Figura 63). Não discute em separado cada questão, as variáveis estão interligadas e possuem interdependência: pensamento, estudos e saberes são múltiplos, e reúnem casa, bairro e cidade.

A partir daí, Freire (1918, p. 248-249) realiza três séries de cálculos para determinar qual o tamanho da área externa (espaço aberto) em conformidade com a legislação paulistana, para isso, em cada uma delas, utiliza os parâmetros contidos nos seguintes: Padrão Municipal de 1886; Código Sanitário Estadual de 1894; e Código Sanitário Estadual de 1911. As operações são efetuadas para edificações de três pavimentos que possuem os valores mínimos de pés-direitos, contidos na legislação paulistana (não os 9 m de limite de altura dos países europeus); também utiliza os preceitos higiênicos contidos no regulamento municipal francês:

“mais rigoroso e que parece ter inspirado a nossa legislação”. Chega à conclusão que, quando são construídas edificações de três pavimentos, o tamanho das áreas externas, comumente implantadas na cidade de São Paulo, são insuficientes e insalubres; assim, no seu entendimento, é necessário aumentar as dimensões das áreas de iluminação e ventilação, e por consequência os tamanhos dos terrenos, o que encarece o custo final da obra:

*1 – o Padrão Municipal de 1886, benignamente interpretado, uma área de 13,4 ou 50% de terreno a mais,
2 – o 1º. Código Sanitário de 1894, uma área de 12,8 ou 40% de terreno a mais,
3 – o 2º. Código Sanitário de 1911, adotado pela Câmara em 1915, uma área de 11,9 ou 30% de terreno a mais. (FREIRE, 1918, p. 249-250)*

Ou seja, quanto menor o pé-direito, menor a área de iluminação e ventilação adequada (salubre); por consequência, ao diminuir a altura das edificações, as casas higiênicas podem ser edificadas em terrenos menores⁸⁹. De certa maneira, Freire justifica os procedimentos adotados na cidade, ao indicar que há aumento de custo das construções, devido: ser necessários terrenos maiores, para garantir o tamanho adequado das áreas externas; e edificações mais altas (do que as europeias) são mais caras.

Praticamente, significa que a casa higiênica que era disseminada abundantemente pelos países que faziam reais progressos em matéria sanitária, custaria, entre nós, cerca de terço mais do que deveria custar. A esse excesso tinham que ser acrescidos os tanto por cento a mais de altura, em cada andar, gastos em mestradas, divisórias e fresas. (FREIRE, 1918, p. 250)

Três anos antes destas simulações e conclusões citadas acima, Freire (1915a), em *A Cidade Salubre*, já apresenta, ao leitor, alguns cálculos e a maneira de utilizar diagramas, gráficos e ábacos, para obter as dimensões mínimas de áreas, pátios e corredores salubres. Chega a conclusões práticas, ou seja, indica os tamanhos adequados para as áreas externas; em seus roteiros leva em consideração a altura da edificação e a orientação, tanto da área externa como da própria construção. Seus estudos são divididos em duas partes, a primeira delas é destinada ao cálculo de áreas e saguões, em conjunto; os corredores são analisados isoladamente, com suas especificidades.

Em primeiro lugar, conclui que, a área mínima⁹⁰ (8 m², com lado menor, com pelo menos 2 m de comprimento), não tem condições de salubridade; e salienta que as dimensões dos saguões, adotados na prática, são “bem mais acanhadas” (FREIRE, 1915a, p. 15-16). Para seus cálculos, resgata os valores mínimos contidos na legislação, utiliza uma casa térrea, com

⁸⁹ No entanto, ao longo do tempo, percebe-se que, mesmo com a diminuição das alturas dos pavimentos, os terrenos são menores do que o necessário, para garantir condições higiênicas aos habitantes de São Paulo.

⁹⁰ Conforme restrições do Código Sanitário, de 1911.

altura de 4,5 m⁹¹; faz suas simulações e apresenta os resultados obtidos para o dia 21 de junho (solstício de inverno):

[...] o seu piso não recebe um só raio de sol. E, na parede exposta, conforme orientação do eixo maior, o sol não desce abaixo de 70 centímetros, sobre o piso, ao meio dia, para a direção N.-S. 25 centímetros, sobre o piso, às XII^{1/4}, para a direção N.N.E.-S.S.O. 60 centímetros, sobre o piso, às XI, para a direção N.E.-S.O. 240 centímetros, sobre o piso, às IX^{1/2}, para a direção E.N.E.-O.S.O. 260 centímetros, sobre o piso, ao meio dia, para a direção E.-O. (FREIRE, 1915a, p. 16)

Para impedir umidade na base das paredes, é preciso que as mesmas recebam incidência dos raios solares, portanto, não basta definir as dimensões mínimas de áreas e saguões, é necessário pensar na orientação dos mesmos. Lugares úmidos não são salubres, preceito básico das teorias higiênicas.

Recordemos, finalmente, que o que se entende por insolação higiênica de uma cavidade urbana é a que corresponde à penetração direta “até o fundo” dos raios solares; é preciso, pois, que a parede exposta os receba “na base”. (FREIRE, 1915a, p. 15)

Partindo da premissa acima, Freire (p. 19-21) realiza novas simulações, só que, desta vez, para definir para São Paulo, quais orientações são as mais adequadas do ponto de vista da higiene. Nestes novos cálculos, também retorna às discussões das alturas mínimas de pés-direitos, para reforçar sua tese (diminuição das alturas de pés-direitos). Para tanto, passa a adotar o valor de 3 m para o pé-direito, ou seja, não utiliza os valores da legislação paulistana, mas sim os da alemã, e obtém os seguintes resultados:

*Orientação NS – Toda a parede AD exposta 3 horas – das X^{1/2} às XIII^{1/2};
Orientação NNE – Toda a parede AD exposta 1 hora – parte da parede CD e do piso recebem sol;
Orientação NE – O sol atinge, no canto D, o piso às XI;
Orientação ENE – O sol atinge, no canto D, a 1,30 m acima do piso;
Orientação EO – O sol atinge, na parede CD uma horizontal a 1,90 m sobre o piso às XII. (FREIRE, 1915a, p. 19)*

Neste momento, o autor enfatiza, novamente, a redução de custos ao adotar valores menores de pés-direitos; mas não para por aí, destaca que ambientes salubres (devido a adequada incidência dos raios solares) garantem saúde à população:

Não é extraordinário, mas é sensível. Para a primeira orientação poder-se-iam até considerar satisfeitas as condições de salubridade. E, no número de prédios que aqui são construídos anualmente ter-se-ia economizado, com a redução da altura, de quatro a cinco mil contos de reis. [...] Mas, a melhor e mais avultada das economias nesta matéria não está no dinheiro que se poupa com pedreiro e carpinteiro; está naquele que deixam de levar médico, boticário... e coveiro. (FREIRE, 1915a, p. 19-20)

⁹¹ Obtém este valor ao adotar as alturas mínimas de porão, pé-direito e telhado, contidas na legislação.

Para o cálculo das larguras mínimas de corredores, de modo que estes permitam certo período de insolação diária, Freire (1915a, p. 21-24) utiliza-se de ábaco de insolação, e considera a altura livre de 4 m sobre o piso e explica que os cálculos são realizados para o solstício de inverno. É interessante notar que, para calcular as larguras mínimas dos corredores, o autor volta a utilizar o valor mínimo de pés-direitos contido na legislação paulistana, diferentemente dos procedimentos adotados para calcular os saguões; não é a toa, pois na sequência de seu texto vai condenar, sob a ótica da higiene e da salubridade as edificações existentes na cidade de São Paulo. Os resultados obtidos são os seguintes:

Tabela 5 – Largura mínima necessária para uma insolação

Orientação do Corredor	de 4 horas	de 3 horas	de 2 horas
N.S	3,1	2,3	1,5
N.N.E.	3,05	2,25	1,45
N.E.	3	2,2	1,4
E.N.E.	3,9	3,6	3,3
E.O.	4,8	3,8	4,4

Fonte: FREIRE, 1915a, p. 22.

Freire volta a citar os tipos de casas comuns em São Paulo (Figura 67), condenando tais edificações em seu estado atual; salienta que a cidade cresce e se adensa, e alerta que se nada for feito nesta direção, no intuito de viabilizar corredores de ventilação salubres, será cada vez mais difícil que a cidade tenha características salubres.

Faça-se o confronto entre este quadro e o tipo comum da construção paulistana, onde o corredor de ventilação poucas vezes vai além de 1,5 m, e pergunta-se se é ou não “deplorável” desde já o estado em que nos encontramos para fazer de S. Paulo uma grande cidade salubre?... Não passará a ser mais deplorável ainda no dia em que se acentuar, sem modificação nas práticas correntes, a proporção que cresce sempre, do número de casas de dois e mais pavimentos?... (FREIRE, 1915a, p. 22)

Mas, neste contexto, não perde o senso de realidade, segundo o autor, da maneira que a cidade foi concebida até aquele momento, não é possível construir casas salubres, utilizando os argumentos e cálculos apresentados, aponta que os lotes urbanos têm dimensões inadequadas para este intuito, pouca frente e muita profundidade.

Porventura não vedes que, para edificar uma casa salubre num dos nossos lotes habituais, de seis metros de frente, por mais de trinta, quase sempre quarenta e até cinquenta de fundo, será preciso perder metade do terreno a construir para satisfazer as prescrições da higiene?!!! (FREIRE, 1915a, p. 22-24)

No ano seguinte, em 1916, Alexandre de Albuquerque publica o livro *Insolação: Orientação e largura da ruas e altura dos edifícios*, no qual também discute questões relativas às dimensões e orientações das áreas abertas para garantir insolação e ventilação naturais (p. 30-59). Em seus escritos, de forma muito detalhada, ensina como os cálculos devem ser realizados, deduz fórmulas e cria gráficos específicos para demonstrar seu raciocínio, além de

explicar a maneira como aplicar, na prática, os recursos gráficos e analíticos. O autor chega a diversas conclusões importantes, que questionam os regulamentos e códigos sanitários.

Albuquerque apresenta reflexões acerca das dimensões de saguões internos (aqueles destinados a garantir iluminação dos cômodos), para isso leva em consideração a orientação destes e a altura das paredes circundantes. Realiza algumas simulações para pautar suas argumentações; na primeira delas utiliza os valores mínimos contidos no Código Sanitário em vigor (de 1911): área de 8 m², com largura mínima de 2 m; e 5,2 m para as alturas circundantes ao pátio⁹². Ao finalizar seus cálculos, verifica que, independentemente da orientação, se a altura das paredes divisórias é de 5,2 m, não haverá insolação no piso da área. Conclui que, para o caso estudado, a área externa é ineficiente, e faz a seguinte consideração:

Ora, como o Código Sanitário não exige aumento da área dos saguões conforme crescer o número de pavimentos, a mesma superfície de 8 metros quadrados pode ser empregada para casas de um só pavimento como para as de 4 ou 5, exemplos muito comuns em o nosso centro comercial, e se aquela superfície é insuficiente para edifícios de um pavimento, por mais forte razão o será, para construção de maior número de andares. (ALBUQUERQUE, 1916, p. 57-58)

Refaz as simulações, desta vez para as exigências contidas no “novo regulamento⁹³ da Prefeitura Municipal de São Paulo”, onde é determinada área⁹⁴ de, pelo menos, 10 m², com largura mínima de 2 m. Albuquerque obtém como resultado prático que, no solstício de inverno, quando as paredes limitantes têm altura entre 4,5 m e 5,2 m (ou maiores), os pátios⁹⁵ necessitam ter a largura aumentada, para serem considerados salubres. Conclui: “os regulamentos sanitários não devem fixar a área mínima dos saguões internos; as dimensões deverão ser calculadas para cada caso particular, tendo em vista a orientação e a altura das paredes que limitam o mesmo saguão.” (1916, p. 58).

Logo em seguida, o autor discorre sobre “um processo rápido para determinar as dimensões dos saguões de acordo com a conclusão anterior”. Para isso, fixa o período de tempo que o piso do saguão deve ser insolado, no solstício de inverno; segundo ele, neste dia, basta que o sol apenas oscule um único ponto do saguão. Utilizando estes parâmetros, refaz as simulações e cálculos, e como resultado obtém que, para garantir as condições de salubridade, a área de 5 x 2 m só é suficiente se a altura limite das paredes for de, no máximo, 4 m. E, para

⁹² Adota este valor, ao considerar a altura do pé-direito mínimo, contido na legislação, somada com a altura do telhado para edificação de apenas um pavimento.

⁹³ Trata-se da lei n.º 1.874, de 1915, que é regulamentada pelo ato n.º 849, de 1916.

⁹⁴ Na legislação, há indicações para aumentar a área, que garante iluminação e ventilação naturais, quando o número de pavimentos for maior, uma vez que as alturas das divisas também crescem. No entanto, não há qualquer instrução de procedimentos a serem adotados.

⁹⁵ Independentemente da área ser de 8 ou de 10 m², como indicado nos padrões e códigos.

paredes de altura de 8 e 12 m, as áreas devem ser aumentadas, inclusive, podendo definir formatos diversos, de acordo com a necessidade de projeto: “Estará, portanto, no critério do arquiteto escolher o saguão de acordo com os vários casos particulares que tiver de resolver, podendo mesmo optar por uma forma poligonal, curva, etc., se nisso encontrar vantagens.” (ALBUQUERQUE, 1916, p. 59).

Os escritos de Freire e Albuquerque são complementares, embora existam pequenas divergências entre eles. Ao analisar as conclusões práticas de Freire e de Albuquerque, enquanto o primeiro apresenta dimensões das áreas a serem utilizadas, de acordo com a orientação das mesmas, o segundo explica, de forma didática, o roteiro de cálculo. Também, enquanto Freire, em seus cálculos, considera apenas áreas retangulares, Albuquerque, ao condenar a legislação que fixa formato e área mínima, incentiva arquitetos a realizarem seus próprios cálculos e a adotar formatos diversos e compatíveis com as necessidades; afinal casas são diferentes, assim como as orientações das áreas e das janelas.

Vale salientar que, Albuquerque, da mesma forma que Freire, defende a diminuição das alturas de pés-direitos; no entanto, é bem mais sutil, apenas indica que a área destinada a iluminação e ventilação naturais, de acordo com as prescrições da legislação municipal, é suficiente quando as paredes circundantes possuem alturas de, no máximo, 4 m.

Em 1919, a comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares* também apresenta seus estudos referentes às características primordiais das áreas destinadas a iluminação e ventilação naturais. Como é de se esperar, o documento produzido é técnico e apresenta definições precisas, especificamente, referente a estas questões são apresentados os significados de áreas de fundo e de saguões:

Adjacente às divisas do fundo de cada lote exige o Reg. um espaço aberto, completamente desembaraçado: é a “área de fundo”. O fim principal desta área é garantir a ventilação da quadra para obter a ventilação do lote, e, por conseguinte, a da casa. A área de fundo representa, deste modo, a condenação dos quarteirões maciços e de atmosfera estagnada, reconhecida como imprópria à vida. [...] Os saguões são espaços abertos localizados no interior dos maciços da construção, para o fim de permitirem a iluminação e ventilação da casa dentro do lote. São “exteriores” e “interiores”, conforme se estendem, ou não, até a rua ou até as áreas de frente e do fundo. O saguão exterior reduz-se a “reentrância” quando a abertura for igual à profundidade [Figura 68]. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 214-216)

Figura 68 – Saguões [e corredores]. Fonte: REGULAMENTO ..., 1919, p. 216.

A área de fundo ganha uma definição, anteriormente, área era apenas área. Percebe-se, claramente, nesta explicação ideias de cunho urbanístico, quando se pensa na relação da casa com o seu terreno, com o quarteirão, e conseqüentemente com o bairro.

Junto às definições técnicas, é explicado porque as áreas devem receber incidência dos raios solares, e quais suas características e dimensões adequadas; quando se trata de dimensão de uma área externa, para garantir iluminação e ventilação naturais, a comissão inclui a altura das paredes circundantes, e rejeita os poços de ventilação:

O Reg. estatui que o compartimento a insolar seja de tal modo disposto, que os raios solares banhem externamente o plano, real ou imaginário, do piso do mesmo compartimento. Em outras palavras, pede que as janelas abram para espaços abertos convenientemente assoalhados.

Na maioria dos casos, esta exigência reverte na insolação interna. Com efeito, se os raios do sol não penetrarem em um compartimento, é provável que entrem na peça fronteira, ou pelo menos assoalhem os paramentos externos das paredes do lado oposto da rua ou área. Num caso, é o efeito direto da insolação; noutro é o da luz difusa e refletida, que não parece ser inferior à insolação direta quando os raios incidem em ângulo muito agudo.

A exigência de assoalhamento da parte externa do plano do piso, resolve também o problema da iluminação natural e o da ventilação do compartimento. Representa a condenação dos esguios e altos poços em cuja parte inferior não chega réstea de sol; é, enfim, a condenação da luz precária, coada em atmosfera estagnada, imprópria à vida. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 207-208)

Os trabalhos desta comissão estão em consonância com a teoria física do ar, seja por condenar: a falta de ventilação; a falta de incidência de luz em certas partes do piso da área externa e do interior da habitação (os ambientes não são aquecidos, mantendo-se úmidos, e não se previne a umidade nas bases das paredes); a estagnação do ar. Entende-se o sol como sendo um agente profilático, por isso é necessário garantir a insolação nos ambientes internos, de determinado compartimento ou adjacente.

Pode parecer, a primeira vista, que o Reg. exige sempre “insolação dentro dos vários compartimentos”. Realmente, seria para desejar que o sol circulasse pelo interior da peça, aquecendo pisos e paredes, diminuindo a umidade do ar e exercendo amplamente seu poder microbicida. A orientação de certas ruas e a divisão defeitu-

osa de muitos lotes, não permitem, porém, que a insolação interna seja possível em todos os casos. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 207)

Há uma mudança de compreensão acerca dos benefícios contidos na luz refletida, a comissão acredita que a insolação indireta apresenta os mesmos resultados (rendimento) da direta. Vale destacar que a insolação indireta é condenada pelo Código Sanitário de 1894, ou melhor, pelos higienistas de então:

Artigo 48. - Todos os compartimentos deverão ter, sempre que for possível, aberturas para o exterior, dando para a rua, jardins ou pátios interiores, de modo a receberem luz direta e difusa, não devendo ser admissível luz refletida senão excepcionalmente e em aposentos não destinados a permanência contínua dos habitantes ou a dormitórios. (SÃO PAULO (Estado), 1894)

Naquele Código Sanitário são proibidas as alcovas (artigo 46) utilizadas como dormitórios ou cômodos de “permanência constante”, talvez por isso aceite-se que os compartimentos tenham portas e/ou janelas, com abertura para o exterior, “sempre que for possível”. E, admite-se, apenas “excepcionalmente”, a luz refletida, desde que não seja esta a incidente em dormitórios e em cômodos de permanência contínuas. Em seu escopo, há conceitos importantes, do ponto da higiene e das teorias em vigor na época de sua publicação, no entanto há outros que são questionáveis: aceitar que um compartimento não tenha janelas, desde que não seja um dormitório (e como saber o seu verdadeiro uso?); em certas excepcionalidades a luz poderia ser refletida em direção a determinados compartimentos (aqueles mesmos que eram aceitos no formato de alcovas). Há certa imprecisão, ou permissividade, que não é percebida 25 anos depois, quando do estudo e organização do regulamento para a cidade de São Paulo:

[...] Compartimentos de permanência diurna e noturna; grau de insolação – Para os efeitos da insolação, o Reg. distingue as peças conforme o destino respectivo. Para as que forem habitadas somente durante o dia, marca insolação momentânea; ao contrário, exige assoalhamento de uma hora nos aposentos dos prédios a construir na parte já arruada da cidade, aumentando a taxa para três horas nos bairros novos que forem abertos após a promulgação da lei. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 208)

As restrições mais severas continuam para os dormitórios (uso contínuo e noturno), o que é compreensível, se este cômodo é densamente habitado, a facilidade de transmissão de doenças é muito maior; no entanto não são apresentadas prescrições para compartimento de uso contínuo (diferentemente do que é colocado no código de 1894). O grau de insolação (tempo que o cômodo recebe incidência de raios solares) adequado passa a ser explicitado, de forma diferenciada, para compartimentos de uso diurno e de uso noturno.

Os Códigos Sanitários de 1911 (SÃO PAULO (Estado, 1911) e de 1918 (SÃO PAULO (Estado, 1918) também indicam o grau de insolação; o primeiro deles em 3 a 4 horas (artigo 260), sem relacionar ao tipo de cômodo; e o segundo em apenas 1 hora para aposentos,

na “pior época do ano”, e de 3 horas mínimas também para aposentos, mas em bairros abertos após a promulgação da legislação (artigo 348). A comissão adota o mesmo procedimento contido no Código de 1918, ou seja, determinação de graus de insolação diferentes para bairros antigos e bairros novos; mas vai além, para aqueles compartimentos de uso diurno é necessário, pelo menos, insolação momentânea; no entanto, sabem que as restrições contidas no documento estudado não são exatamente as que gostariam de adotar, mas sim as possíveis: “O Reg. contentou-se com a solução ‘boa’, abandonando atingir a ‘melhor’, para não cair no regime de legislar no papel e também porque aquela representa o voto de todos os higienistas modernos.” (REGULAMENTO ..., 1919, p. 207).

A comissão apresenta algumas premissas para se calcular as dimensões das áreas externas; não há muita diferença em se tratando do que foi discutido por Freire e Albuquerque (não se pode esquecer que os dois engenheiros fazem parte desta comissão):

As dimensões dos saguões são calculadas em função da orientação e da altura das paredes de perímetro e devem ser tais que garantam a insolação apropriada a cada caso. [...] No caso dos corredores a largura é, também, calculada em função da orientação e da altura da parede de paramento externo voltado para o sul. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 216-217)

O processo de cálculo se aproxima mais das explicações apresentadas por Albuquerque, que frisa a necessidade de que os arquitetos pensem as áreas externas de forma individualizada, para garantir condições adequadas de iluminação e ventilação naturais, de acordo com as características de cada projeto. Mas, também, não se afasta da forma de pensar de Freire, ao apresentar soluções para situações preestabelecidas:

No caso de saguões exteriores, é variável a proporção entre a menor e a maior dimensão, conforme for o polo para o qual estiver voltada a respectiva boca; com este dispositivo o Reg. mostra ao arquiteto qual a posição mais favorável para estas aberturas. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 217)

Para que as áreas externas possam garantir condições adequadas, ou salubres, de iluminação e ventilação naturais, às novas moradias, necessitam ser aumentadas ou melhor posicionar; para isso é preciso repensar os lotes, as quadras e a forma de implantação das casas paulistanas (conforme apresentado por Freire). Mas, não é só isso, os profissionais envolvidos em todo o processo construtivo (arquitetos, engenheiros e construtores) precisam deixar para trás antigas premissas, e passem a adotar saberes em consonância com as novas teorias; e a comissão sabe disso:

Com algum manejo do Reg., todos compreenderão que aquilo que hoje parece representar desperdício de terreno, reverte amanhã em economia sob vários aspectos. A questão principal é o abandono da rotina; se o construtor evoluir nas suas concepções alcança, sem desperdício de espécie alguma, as ideias visadas pelo Reg.

que, por sua vez, representam notável progresso sobre o que era aceito, até o presente, em legislação desta natureza. (REGULAMENTO ..., 1919, p. 218)

Novamente, o apelo para que as novas teorias sejam adotadas é de ordem econômica, neste momento, saúde, bem estar, higiene, ou condições adequadas de vida, são deixados de lado; e se fossem explicitados também o seriam pelo lado da economia, ao constatar que trabalhadores são representam mão de obra de melhor qualidade e mais produtiva, e que o poder público não precisaria investir tanto em órgãos de saúde pública.

4.2.5 PORÃO, PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE

Os porões, conforme escrito pela maioria dos autores estudados, têm por finalidade proteger a casa da umidade originária do solo, e evitar o apodrecimento do piso de madeira. Lugares úmidos são insalubres. Não há divergências quanto a estes aspectos, como, também, não há ao determinar a altura mínima de afastamento da casa em relação ao solo; os valores indicados por eles são os mesmos aos apresentados em 1893 no *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*: “O nível do soalho do 1º. pavimento será sempre superior ao do solo 50 centímetros no mínimo.” (GAMA et al., 1893, p. 110).

As questões que provocam discussões, começam no início do século XX, e dizem respeito ao uso dos porões, se são visitáveis ou não, e se são ou não habitáveis; e, nestes casos, quais deveriam ser as características mínimas dos mesmos. Nas publicações estudadas, Backheuser é o primeiro a apresentar distinções entre porões visitáveis e habitáveis, ao expor as condições de moradia operária na cidade do Rio de Janeiro; a distinção entre eles é feita através das alturas adotadas nestes compartimentos: “Quanto aos porões, eles são visitáveis ou não, conforme tenham altura maior ou menor de um metro, sendo que são considerados habitáveis desde que o seu pé-direito seja de dois metros.” (BACKHEUSER, 1906, p. 25). Quanto aos porões habitáveis, o autor mostra profunda indignação com relação os valores utilizados na prática, são muito baixos, e por isso insalubres. Na verdade, a insalubridade não é apenas decorrente do pé-direito, mas, principalmente, da falta de ventilação⁹⁶ (devido a ausência de

⁹⁶ Na legislação pesquisada, a necessidade de ventilação nos porões é tratada pela primeira vez na lei n°. 498, ao indicar que o porão deve ser “convenientemente ventilado” (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 10º.). Já, o Código Sanitário de 1911, apresenta as seguintes determinações: “Artigo 274 - A iluminação e arejamento dos porões deverão ser garantidos por aberturas munidas de placas metálicas de malhas estreitas e, sempre que possível, diametralmente opostas. Artigo 275 - No caso em que não for possível assegurar uma boa ventilação dos porões por essas aberturas convenientemente dispostas, far-se-á a evacuação do ar estagnado por

aberturas para o exterior), e umidade constante (muitos deles não têm revestimento de piso ou de paredes). A insalubridade dos porões e sótãos (em várias situações reais são habitados e utilizados como dormitórios) é exposta por Peixoto, que os condena:

Os porões ditos habitáveis, assim como os sótãos ou mansardas, devem ser proscritos por nocivos à saúde: umidade e calor, as condições penosas, são neles excessivos; o isolamento pelo pavimento impermeável sobreposto ao solo e a ventilação pelo telhado e forro são exigências de boa higiene, num clima úmido e quente. (PEIXOTO, 1913, p. 282)

Freire (1918, p. 250-267), em *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços)* – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional, apresenta argumentos para que os porões se tornem habitáveis e possam ser utilizados como um dos compartimentos da edificação. Para isso, pauta-se em exemplos americanos; inicia suas reflexões ao apresentar o desenho de dois cortes esquemáticos (Figura 69), o primeiro deles de “uma habitação comum em São Paulo” (p. 250), edificada junto ao alinhamento, seguindo os preceitos legais, com relação às alturas⁹⁷. O segundo corte representa uma edificação que segue as prescrições contidas na legislação de Nova York, com os mesmos 5 m de altura (medidos a partir do passeio), são construídos dois pavimentos, sendo que, de acordo com o autor: “O andar inferior da casa nova-yorkina é considerado salubre e habitável mesmo quando ainda mais profundamente enterrado, de modo tal que o seu teto esteja apenas a um metro e dez centímetros acima da rua e do terreno circunvizinho.” (FREIRE, 1918, p. 252).

O autor explica que, na cidade de Nova York, como os pés-direitos são menores e os porões habitáveis (possuem condições higiênicas para isso), com os mesmos gastos de construção de uma casa térrea na cidade de São Paulo, é possível abrigar o dobro de pessoas; e, no caso de uma família pobre, evita-se a promiscuidade de um único quarto grande. No tocante as construções residenciais, Freire, em suas publicações, questiona os valores das alturas de pés-direitos adotados na cidade e/ou determinados pela legislação, não apenas dos cômodos do corpo da casa, mas, também, do porão, que passaria a ser habitável.

Embora, sua argumentação seja técnica, explica que existem fatores que inviabilizam que se caminhe nesta direção, apresenta, como em qualquer assunto tratado por ele, questões de ordem moral e econômica.

Aqui está a que nos conduz o primeiro exame geral do problema: a legislação e a política sanitária acarretando um encarecimento tão singular, tão excepcional, do alojamento, que conseguem, com elementos mais favoráveis decorrentes do preço

meio de um tubo ventilador que se elevará a uma altura de cinquenta centímetros, pelo menos, sobre os telhados.” (SÃO PAULO (Estado), 1911).

⁹⁷ Esta edificação é construída junto ao passeio, portanto, é preciso que a cornija tenha 5 m.

menor do terreno, inverter a ordem dos fatores, originando alugueis muito mais elevados do que os que outros alcançam em inferioridade de condições. (FREIRE, 1918, p. 253-254)

Figura 69 – Cortes de uma casa em São Paulo (1) e outra em Nova York (2). Fonte: FREIRE, 1918, p. 251.

Ao apresentar suas sugestões para resolver o problema de insalubridade dos porões, apoia-se na publicação *A model housing law*⁹⁸, de 1914, pela *Russel Sage Foundation*, onde são discutidas condições adequadas de iluminação e ventilação destes compartimentos. Mas, novamente, depara-se com as restrições da legislação paulistana, e as defronta com o que acontece na prática:

Não teríamos nós, aliás, sem sair de São Paulo, vasto campo de observação a respeito deste ponto? Parece-nos que sim. A nossa legislação, com as exigências descabidas que lhe introduzem as aspirações da higiene “ideológica”, é contraproducente porque, como as nossas pautas aduaneiras, constitui convite permanente e apetecível ao contrabando.

Recorra, pois, cada um dos membros da comissão do Instituto, quase todos construtores de profissão – na falta absoluta do cadastro sanitário do serviço Estadual – às suas reminiscências a respeito dos porões “não habitáveis” mas “habitados” que conhecem, e decidam. Decidam qual será preferível para a salubridade pública. Se a continuação do regime existente, proposto pela reforma municipal pendente; contém estas alterações que não modificam contudo a essência daquele e conduzem à ocupação clandestina... e anti-higiênica – por falta de meios adequados de iluminação e ventilação. (FREIRE, 1918, p. 266-267)

Na época em que Freire faz esta palestra (que posteriormente é publicada), já havia sido constituída a comissão para estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares* a ser adotado na cidade de São Paulo. O autor recorre aos membros desta comissão para subsidiar suas argumentações, afinal os profissionais ligados à construção conhecem (ou deveriam conhecer) a realidade das condições habitacionais. Isto não seria necessário,

⁹⁸ De acordo com os autores, para redigir este livro, foram realizados estudos, através de observações de diversas moradias. Este tipo de trabalho passou a ser difundido em todo o país, trazendo subsídios ao cadastro sanitário, construtivo e social das cidades norte-americanas. Uma das críticas de Freire é a falta de dados, ou de dados confiáveis, em São Paulo.

pois, com a falta de moradias suficientes para abrigar a crescente população paulistana, é claro que, porões, sótãos, mansardas são habitados, principalmente pelos menos favorecidos, independente das condições higiênicas destes locais.

Há críticas no texto, algumas de fácil percepção, como o grau de exigências contidas na legislação; a primeira vista pode parecer estranho, uma vez que Freire participa da redação e de estudos de diversas delas. Mas, não é, o autor, em seus textos, expõe-se com erudição técnica, colocando-se em posição de destaque em relação ao leitor (seja ele quem for), e neste momento procede da mesma forma, gabaritando-se para apresentar modificações no Padrão Municipal, em estudo. Ao apresentar suas soluções, afasta-se do ideário mais rigoroso higienista (caracterizado pelo autor como “aspirações da higiene ‘ideológica’”), que incorpora certas qualidades e características às habitações, para atingir a salubridade desejada. Em várias ocasiões, e esta é uma delas, defende que as condições ideais inviabilizam qualquer tipo de resolução dos problemas. Contudo, soluções que incorporam certas premissas higienistas, mais viáveis do ponto de vista econômico, permitem que sejam construídas casas com melhor qualidade do que as existentes, mais baratas do que as sugeridas e, consequentemente, mais acessíveis aos locatários.

Mas, há comentários subliminares, como quando critica a falta de cadastro sanitário estadual, que contenha dados semelhantes àqueles desenvolvidos nos Estados Unidos. A prefeitura e o estado de São Paulo nem sempre caminharam em consonância nas questões de ordem sanitária; e Freire é funcionário municipal, responsável pelas *Obras Públicas*, muito influente em outros setores, além de participar da redação de leis municipais e estaduais (como representante do poder municipal).

Para finalizar este debate, apresenta como solução de um problema (o uso ilegal de porões em condições insalubres) que é real, a liberação do uso deste tipo de compartimento. Porém, as características normalmente implantadas, deveriam ser alteradas para que o ambiente torne-se salubre. No mínimo, é necessário garantir que o porão não seja úmido e possua condições adequadas de iluminação e ventilação.

Em tais circunstâncias, o embasamento habitável e habitado, ainda com alguns decímetros a menos na altura mas em compensação bem ventilado, iluminado e enxuto, não oferecerá muito maiores garantias para os seus próprios moradores do que, aos residentes do piso superior, o porão baixo e escuro, recebendo lixo e empoçando água, mal arejado e nunca limpo?... (FREIRE, 1918, p. 267)

Na sua proposição indica o uso do embasamento, em vez do porão. Este “novo” compartimento também é enterrado e possui altura menor do que o estabelecido para o “ve-

lho” porão. Mas, ao comparar as características higiênicas dos dois tipos de compartimento, o embasamento é oposto ao porão: enquanto um é limpo o outro é sujo; um é claro e o outro escuro; um é seco e bem ventilado enquanto o outro é úmido e sem ventilação. Como é de se esperar, a comissão que estuda e organiza o novo *Regimento* (que é presidida por Freire) não reprova, de pronto, qualquer pavimento que seja enterrado, ou melhor, aquele que o piso encontra-se em nível inferior ao do passeio. Quanto as definições e características higiênicas destes compartimentos, a comissão é bem econômica (REGULAMENTO ..., 1919, p. 200-201); indica que o embasamento pode ser habitado e apresenta duas imagens (Figura 70) contendo as diferenças entre eles.

Figura 70 – Porão e embasamento. Fonte: REGULAMENTO ..., 1919, p. 200.

Ao observar a figura, percebe-se que não há muita informação de ordem técnica, a parte enterrada do porão (imagem à esquerda) deve possuir altura maior do que a metade do pé-direito deste compartimento, e assim tem uma pequena abertura para o exterior. Já, o embasamento (imagem à direita) não é tão enterrado quanto o porão, a parte abaixo do nível do passeio deve ter altura menor do que a metade do pé-direito deste compartimento, permitindo, assim, a instalação de aberturas com vãos maiores. O pé-direito mínimo, em ambos os casos, é de 2,8 m. No caso do uso dos porões, a salubridade e a higiene, sem dúvida, são questões que motivam o debate técnico; mas, a diminuição de custos, a viabilidade econômica, a possibilidade de mais moradores em uma mesma edificação (sem burlar a lei), e um lucro maior, são os itens que despertam o interesse dos construtores. Ao longo do período, há uma mudança de enfoque na discussão, o que era para ser apenas uma proteção contra a umidade, passa a ser visitável e, no final, habitável.

CAPÍTULO 5

Legislação Sanitária e Projetos

Casas para operários, na vila Deodoro. Fonte: ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Casas Operárias na Avenida Basília Cunha, Vila Deodoro – para Edmundo Wryht. Acervo FAUUSP, s.d., Classificação P N414e/728.3 COEW.

Capítulo 5 – Legislação Sanitária e Projetos

Embora, enquanto matéria específica, a legislação não tenha sido muito debatida no período, pelos autores estudados, há certas questões importantes que são recuperadas e expostas neste capítulo.

Em seguida, são analisados projetos de habitação operária, aprovados para construção, pelas instâncias competentes, com a finalidade de detectar os itens não conformes, em diversas situações. Para a análise dos projetos, são utilizados leis, atos e decretos, municipais e estaduais, em vigor no período estudado (1866-1929); mas, somente os itens relativos à salubridade das habitações são considerados. Estes itens são agrupados em tópicos mais abrangentes e, em seguida, são novamente reunidos, desta vez em temas específicos, da seguinte maneira: condições de implantação (recuos; e características da implantação); alturas mínimas de pés-direitos; cômodos (quantidades mínimas; e dimensões mínimas); aberturas para o exterior (áreas, pátios e saguões; e dimensões das aberturas); e proteção contra umidade (porões e/ou compartimentos de subsolo; e alturas mínimas entre o soalho do primeiro pavimento e o solo).

5.1 SOBRE A LEGISLAÇÃO

Ao resgatar as menções relativas à legislação, debatidas no período, percebe-se que as discussões tratam da própria legislação, suas características e conteúdo, e, em raros casos, abordam leis específicas. Novamente, é Victor da Silva Freire quem se mostra mais presente nestes debates; seja ao apresentar suas próprias argumentações, ou naquelas publicadas pela comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares*, a qual pertence e exerce influência. Sob a ótica de Freire, os códigos estaduais e municipais possuem dois propósitos, sendo um de caráter positivo e outro negativo:

Primeiro – positivo, de proteção e amparo – proporcionar à parte da população que aspira viver num ambiente sadio e decente, e educar a sua prole em condições de dignidade, disposições que lhe facilitem realizar essa tão legítima ambição;
Segundo – negativo, de repressão e polícia – impedir que a parte restante, a qual pouco se importa com tudo isso ou é incapaz de tentar o esforço necessário para o alcançar, possa criar situações que venham a constituir ameaça para os vizinhos, para a comunidade e para a civilização. (FREIRE, 1918, p. 231)

De acordo com a visão de Freire, o Estado paternalista, ao aplicar as premissas sanitárias contidas na legislação, irá garantir condições de salubridade para parte das habitações.

Vale destacar que não é qualquer parte, mas aquela que possui este anseio, ou seja, a população mais abastada, ou em melhor situação financeira. Faz-se tal afirmação pautada no ideário da época, que associa lugares sujos e insalubres à pobreza, e por outro lado, a limpeza, a salubridade, a educação e a decência às elites. E, para os pobres? A repressão e a polícia. Casas “higiênicas”, para os operários, fazem parte dos debates e propostas dos médicos, higienistas e engenheiros, no entanto, na prática não são uma realidade. Os mais pobres, são considerados um risco à sociedade, tornam-se vulneráveis às doenças ao habitarem locais insalubres e inadequados. Na época, por muitos são vistos como agentes transmissores, da mesma forma que suas casas são consideradas focos de infecção. Embora, Freire considere como “caráter negativo” a repressão e a atuação policial, este propósito não é condenado, faz parte dos anseios da elite paulistana, na tentativa de evitar a propagação de doenças, e preservar o modo de vida da sociedade burguesa.

O autor acredita que, a legislação contemporânea à sua análise, representa uma evolução em relação aos códigos anteriores; por expressar as regras higiênicas com todos os elementos necessários para a sua aplicação, e em consonância com os saberes da época. Por outro lado, as primeiras leis contêm menos preceitos do que o necessário, e são desconexas entre si; além disso, não possuem caráter positivo, uma vez que apresentam mais condições para o Estado atuar de forma repressiva.

Tal o enunciado do programa completo, como ele é hoje compreendido. Nem sempre foi assim, entretanto. Tempos houve em que o texto desses decretos ou regulamentos visava exclusivamente a segunda, a menos importante, a mais fácil e cômoda, das duas funções mencionadas; reduzia-se ele mesmo a acanhado paradigma de regras higiênicas descosidas entre si. (FREIRE, 1918, p. 232)

Freire tem toda a razão, o policiamento e a fiscalização das casas e das cidades, conforme apresentado no capítulo 1, são realizados constantemente e de forma arbitrária, desde o final do século XIX, quando o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo é organizado, e determina a constituição da polícia sanitária, com atuação nas cidades, vilas e povoações do estado. A polícia sanitária só vai perder lugar de destaque, no cenário paulistano, para o médico-sanitário, apenas a partir de 1925, com a reforma e reestruturação do Serviço de Saúde do Estado, conhecida como Reforma Paula Souza.

Em 1916, para ilustrar como se deu a intervenção policialesca do Estado, o Presidente de São Paulo, Altino Arantes Marques, coloca em destaque a ação do policiamento sanitário em conjunto com o Desinfetório Central. Salienta que o policiamento é realizado regularmente na cidade de São Paulo e que, ao longo do ano, em conjunto com Desinfetório Central, desinfetaram, de forma preventiva, mais de 19.000 casas desocupadas (EGAS, 1927a, p. 512).

Esta declaração foi realizada dois anos antes das análises de Freire, e percebe-se bem o caráter negativo da legislação, que permite e prevê tal atuação por parte da polícia sanitária e do Desinfetório Central, o proprietário é “obrigado” a consentir, não tem escolha.

Ainda sobre esta questão, não se pode esquecer que, em diversos momentos, o Estado age de forma arbitrária e autoritária ao aprovar leis que proíbem a construção de cortiços, e que também indicam que os já existentes sejam adequados aos padrões de higiene considerados satisfatórios, ou demolidos.

Em 1929, Rudolf Kolde também faz críticas à legislação vigente na cidade de São Paulo, e defende a diminuição de conteúdo dos códigos, que passariam a ser mais sucintos, contendo apenas as informações necessárias para resguardar interesses individuais e coletivos.

As leis de construção deveriam ser as mais breves possíveis, limitando-se a proteger os interesses da sociedade e dos vizinhos. [...] O contorno de exigências legais excessivas tem por fruto a corrupção. É preciso que haja esforço de revogar o que há de demasiado nas leis de construção. (KOLDE, 1929, p. 6)

Ao sustentar suas argumentações, registra que, devido às características dos códigos paulistas, a corrupção é a consequência natural do processo de desentrelaçamento de projetos não conformes com as especificações contidas nos códigos. Ao longo do texto, Kolde apresenta uma série de medidas para “melhorar a legislação”, destaca-se entre elas:

8) As leis e regulamentos de construção não deveriam ser coisas misteriosas, que só se chegam a compreender depois de anos de prática. Poderiam bem ser publicadas anualmente e estar sempre a venda, para não ficar entregue à clássica informação: “Os nossos regulamentos são os nossos fiscais”. (KOLDE, 1929, p. 9)

A apresentação de acusações e denúncias de que os fiscais possuem o poder de “interpretação” e “adaptação” da legislação, sendo incerta a aprovação de um projeto, não é uma novidade. Como já apresentado no capítulo 3, o problema da corrupção associada ao poder dos fiscais já é tratado no *Relatório* elaborado pela Comissão Para Estudar O Problema Das Habitações Populares (BACKHEUSER, 1906, p. 116). Alexandre de Albuquerque é bem mais sutil ao apresentar seus estudos e roteiros de cálculo, indica que, ao utilizar estas ferramentas, arquitetos e legisladores são beneficiados, pois não haverá dúvida quanto as dimensões e os valores a serem utilizados para definir condições ideais de iluminação e ventilação (ALBUQUERQUE, 1918, p. 5). Neste pensamento, de forma implícita, é colocado que não há espaço para interpretações, ao apresentar os cálculos, não se pode afirmar que o projeto não atende aos preceitos higiênicos referentes a esta matéria.

Aos leigos, a conjunto de leis paulistas é de difícil compreensão e dubio. No final do século XIX e início do XX, várias construções são realizadas sob a orientação do proprietário,

não necessariamente um profissional da área técnica (arquiteto ou engenheiro). Daí a facilidade com que os fiscais podem agir, sem serem muito questionados sobre suas exigências, afinal a argumentação técnica e os preceitos sanitários não fazem parte do repertório de um leigo. Lemos, em *A república ensina a morar (melhor)*, aponta que desde da publicação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo este problema já está presente:

Temos a impressão de que, se o texto do Código Sanitário de 1894 não era exatamente para o público em geral, era instrumento seguro na argumentação dos técnicos e fiscais em seu labor de aprovar projetos garantidores do conforto ambiental e de fiscalizar obras em andamento e obrigar velhas construções a se adequarem às novas ideias de higiene. Os técnicos “interpretavam” o texto segundo modernas teorias sobre a higiene da habitação. (LEMOS, 1999, p. 30)

Kolde, em seus escritos, por um lado defende a diminuição de conteúdo dos códigos, para evitar a corrupção e o poder dos fiscais, mas, por outro, indica a possibilidade de “burlar” as exigências da legislação paulista (KOLDE, 1926, p. 25). E, para isso, basta construir na zona rural (Figura 15), onde não é necessária a aprovação de plantas de novas edificações, nem a emissão de licença de construção, desde que sejam edificadas há, pelo menos, 6 m da estrada, e 3 m dos terrenos vizinhos (lados e fundos). O autor, inclusive, apresenta um projeto elaborado por ele (Figura 16), que se para qualquer outra zona da cidade (que não a rural), poderia não ser aprovado, uma vez que não está totalmente em consonância com a legislação. Pelos motivos apresentados por ele, defende que a zona rural é atraente aos construtores, arquitetos e engenheiros; embora não explicita, lá é possível construir “o que quiser”, desde de que afastamentos e recuos sejam respeitados, os fiscais não irão importunar.

Rolnik (2001, p. 3) explica que, no início do século XX, em São Paulo, têm-se dois níveis de exigência na cidade, um para a área central, de onde a habitação popular é expulsa, e outro fora deste perímetro, onde o poder público não atua: “Dessa maneira se demarcava uma área ‘regulada’ da cidade, onde a habitação popular não poderia acontecer, ao mesmo tempo que se configurava, fora do perímetro urbano, uma zona de obscuridade, sobre a qual o olhar do poder municipal não vigorava.”.

Não há nada de extraordinário, que em determinada área da cidade, não seja necessária a aprovação de planta, nem a emissão de licença para a construção; há casos em que é preciso, apenas, a apresentação de um requerimento do proprietário. Kolde, ao apresentar a possibilidade de vantagem econômica em construir na zona rural, está citando o Padrão Municipal de 1920 (SÃO PAULO (Município), 1920, art. 26). Mas, desde 1900, existe esta possibilidade legal na cidade de São Paulo, com a lei nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária* (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1), neste caso

para edificações fora do perímetro urbano (Figura 13). Cinco anos mais tarde através da lei n.º 1.874, que *Divide o Município em quatro perímetros e dá outras providências* (SÃO PAULO (Município), 1915b, art. 8), regulamentada no ano seguinte pelo ato n.º 849, que *Regulamenta a lei n. 1874, de 12 maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas* (SÃO PAULO (Município), 1916a, art. 8), a permissão para apresentar apenas um requerimento é reiterada, se a edificação encontra-se no quarto perímetro ou perímetro rural (Figura 15).

Victor da Silva Freire, aponta uma evolução da legislação ao longo do tempo. Os primeiros códigos, segundo o autor, possuem características negativas, que permitem a repressão e a atuação policial contra as casas que não possuem qualidades higiênicas, e viabilizam ao Estado agir de forma arbitrária. Os códigos mais recentes, publicados a partir de meados da década de 1910, além das características negativas, possuem as positivas, que correspondem ao amparo e proteção do Estado aos que adotam preceitos higiênicos em suas moradas. A casa higiênica para os operários é um “anseio”, e para aqueles que não a têm, novamente, a repressão e a polícia.

São comuns, em todos os períodos, as críticas à atuação dos fiscais, que possuem o poder de embargar obras, ou de liberá-las. A legislação, por ser elaborada contendo repertório que não é dominado pelos leigos, e, em muitos casos, desconexo entre as diferentes normas, pode ser interpretada como o fiscal desejar. Busca-se a diminuição deste poder excessivo, com a publicação de títulos técnicos, nos quais são apresentados roteiros e procedimentos a serem adotados para o cálculo de certos requisitos higiênicos contidos nos códigos.

5.2 ANÁLISE DE PROJETOS DE HABITAÇÃO OPERÁRIA

Foram compilados leis, atos e decretos, municipais e estaduais, no período estudado (1866-1929), que apresentassem requisitos específicos à construção de edificações; destes foi selecionada a parte da legislação que apresenta, em seu escopo, pelo menos um item que trate de elementos de cunho sanitário para a casa operária. Em seguida, foram selecionados os títulos⁹⁹ pertinentes às análises aqui realizadas, para serem cotejados com as características dos projetos (condições de implantação, alturas mínimas de pés-direitos, cômodos, aberturas para o exterior e proteção contra umidade); em ordem cronológica são eles:

⁹⁹ A legislação selecionada contém grande quantidade de restrições, parâmetros e características a serem adotadas em diversas modalidades de construções; aqui são utilizados apenas os itens correlatos aos preceitos higienistas restritos a serem adotados em habitações operárias.

1886 – Padrão Municipal de São Paulo (SÃO PAULO (Município), 1886b);
1894 – Decreto Estadual nº. 233 – Estabelece o Código Sanitário (SÃO PAULO (Estado), 1894);
1900 – Lei Municipal nº. 498 – Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária (SÃO PAULO (Município), 1900b);
1911 – Decreto Estadual nº. 2.141 – Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado (SÃO PAULO (Estado), 1911);
1916 – Ato nº. 849 – Regulamenta a lei n. 1874, de 12 maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas (SÃO PAULO (Município), 1916);
1918 – Decreto Estadual nº. 2.918 – Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 1918);
1920 – Lei Municipal nº. 2.332 – Estabelece o “PADRÃO MUNICIPAL”, para as construções particulares no Município (SÃO PAULO (Município), 1920);
1925 – Decreto Estadual nº. 3.876 – Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes (SÃO PAULO (Estado), 1925).

Para realizar as análises, foram coletados exemplares de projetos para a habitação operária; a maior parte deles do acervo do Arquivo Histórico Municipal (AHM), antigo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, outros no acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e, alguns, em menor quantidade, em publicações (livros, teses e dissertações).

Poucos dados técnicos puderam ser coletados nos exemplares mais antigos, uma vez que memoriais descritivos ainda não faziam parte da documentação exigida no processo de aprovação, e os desenhos traziam poucas informações. Nos primeiros anos do período, para solicitar licença para construção de habitações, bastava protocolar um requerimento e apresentar uma planta (que, muitas vezes sequer possuía cotas ou nomenclatura dos ambientes). Com o passar do tempo, passa-se a exigir diferentes documentos, com quantidade maior de informações acerca do projeto a ser executado, como por exemplo mais de um tipo de peça gráfica (cortes e elevações) e memorial descritivo detalhado; desta forma, a documentação anexa à solicitação de aprovação torna-se fonte mais rica em informações qualitativas.

Como as leis possuem diferentes períodos de vigência e abrangência, municipal ou estadual, para proceder às análises das habitações operárias, foram utilizados, simultaneamente, os códigos, municipal e estadual, vigentes na data de protocolo da documentação; por

exemplo, requerimento: de 1899, Padrão Municipal de 1886 e Código Sanitário de 1894; de 1906, lei Municipal nº. 498 de 1900 e Código Sanitário de 1911; e assim por diante.

Há códigos que fazem referências de que as prescrições para as casas operárias são exclusivas para serem utilizadas em determinada localidade da cidade, como: na lei nº. 498, fora do perímetro urbano (Figura 13); no ato nº. 849, no perímetro suburbano (Figura 15); e no Padrão Municipal de 1920, na zona suburbana (Figura 15). Assim, ao utilizar estes títulos, para cada uma das casas foi verificado o endereço nos mapas da cidade; e se estivessem nas áreas determinadas, onde a legislação apresenta restrições diferentes para a casa operária e as demais, foram utilizadas as determinações específicas. Ao contrário, se os exemplares estão fora das áreas determinadas, ou seja, mais próximos à região central, as análises foram feitas adotando-se as prescrições para as habitações em geral. Vale ressaltar que as habitações operárias não são proibidas nas áreas centrais, mas incentivadas nas áreas mais distantes.

5.2.1 CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO

Quanto às condições de implantação, trata-se aqui de duas questões: recuo, se no projeto consta recuo (e de que valor) ou se a casa está localizada junto ao alinhamento; e se há informações sobre as características da implantação, casa isolada ou em grupo.

A exigência de recuos frontais para a habitação operária é uma constante ao longo do tempo, há uma pequena variação entre os valores: o Padrão Municipal de 1886 indica que toda casa operária deve possuir uma área mínima frontal de 30 m² (SÃO PAULO (Município), 1986b, Título VI, § 2º.); até chegar ao Padrão Municipal de 1920 que exige recuo frontal de 4 m mínimos, para qualquer edificação nas zonas urbanas e suburbanas (SÃO PAULO (Município), 1920, art. 17). A figura 71 apresenta “uma casa de operário” sem qualquer recuo do alinhamento.

Outra edificação não conforme, junto ao alinhamento, é apresentada na figura 72. Embora, não tenha sido desenhado o contorno do terreno, o requerimento para aprovação da construção, indica tratar-se de uma casa junto ao alinhamento. No presente trabalho são apresentados outros exemplos deste tipo de inconformidade, ou melhor, casas edificadas junto ao alinhamento nas figuras: 10; 29; 38; 50 (uma das opções); 73; 77 (casas 1 e 2); 80; e 85. Exemplos contendo recuos menores do que o determinado pela legislação, também podem ser vistos nas seguintes figuras: 25; 26; 50 (uma das opções); 71; e 83.

Figura 71 – Requerimento de 1899 para “construir uma casa de operário”. Endereço: Av. Nova Bela Vista (Lapa). Proprietários: Angelo Murino e Papero [?] Saverio. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1899-1899. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 25. (Arquivo Histórico Municipal). p. 104-105.

Ao analisar os diversos exemplares coletados, percebe-se que existem casos de delimitação incompleta do lote, e supressão de divisas, nestes é desenhada apenas a área onde ficará a casa. Como os terrenos possuem grande profundidade, e as casas são pequenas, há espaço sobrando para outras edificações. Sabe-se que, na época, é habitual que em um único lote sejam construídas mais de uma moradia.

Figura 72 – Requerimento de 1902 para “construir uma casa”. Endereço: Rua Mixta, 24. Proprietário / Requerente: Severino Braga. Fontes: PINHO, Márcia Lúcia Rebello. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo: 1870-1914*. São Paulo: FAU/USP, 1974 p. A13; e OBRAS PARTICULARES M, 1902-1902. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 333. (Arquivo Histórico Municipal). p. 42-43.

Há exemplos nos quais os recuos são menores do que os valores determinados pela legislação. Na figura 73 é mostrado um exemplo deste caso, o recuo (em projeto) é de 20 m², 10 m² a menos do que o exigido, e o empreiteiro, Luiz Coppini, indica que o recuo é de 4 m, como se fosse o valor correto para atingir a área necessária. No requerimento apresentado à Câmara é solicitada a aprovação para construir uma casa para operários e, nas peças gráficas, tal casa é denominada “chalezinho”. Ao observar que, na planta, a parede externa à esquerda da casa situa-se junto à divisa do lote. No entanto, o “chalezinho” possui beiral, ou a planta está errada, ou o beiral está no terreno vizinho, ou ainda se trata de uma delimitação imprecisa das divisas, sendo assim o terreno seria maior do que o informado.

Figura 73 – Requerimento de 1893 para “aprovação de planta para construir uma casa para operários recuada 4 m”. Endereço: Rua Dona Marcolina. Proprietário: Manoel Ferreira; Empreiteiro: Luiz Coppini. Fonte: OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal). p. 105-106.

Na figura 74 é mostrado um exemplo de terreno incompleto; a projeção da casa, no sentido longitudinal, é menor do que 15 m, com certeza há espaço para outra construção similar a esta (ou menor). Este procedimento inviabiliza saber se, ao solicitar a aprovação de tal planta, já existam casas no lote, ou se há pretensão de expandir os negócios, uma vez que se tratam de casas de aluguel. Uma exceção foi localizada no requerimento e no projeto (Figura 31) desenvolvido pelo Escritório Técnico Samuel e Christiano das Neves, cujo título é “construir duas casas operárias (vila operária)”. E, na planta, são demarcadas “casas existentes” e “terreno reservado para novas casas”.

Figura 74 – Requerimento de 1899 para “alinhamento para construir um prédio em seu terreno”. Endereço: Rua Barra do Tibagy, 34 B. Proprietário / Requerente: José Gregorio. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1899-1899. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 225. (Arquivo Histórico Municipal). p. 92-93.

Outros exemplos, em que há delimitação incompleta (imprecisa) do lote e poderiam existir, ou serem edificadas novas casas, são mostrados nas figuras: 10, 17; 26; 27; 28; 30; 71; 73; 76; 79; 80; 81; 83; 84; e 85.

Mas, também, há casos em que são mostrados os desenhos de implantação, principalmente, quando se tratam de vilas (Figura 51). O primeiro exemplo localizado é o projeto de vila operária apresentado pela *Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia*, em seu *Relatório*. No desenho de implantação em uma quadra comum, as casas são dispostas isoladamente, de acordo com os preceitos higiênicos em voga.

No próximo exemplo, é mostrada uma vila (Figura 75), composta por três casas isoladas e duas agrupadas (localizadas no fundo do terreno). O projeto é de Rudolf Kolde, de 1924, e descrito como “vila popular”, com cinco casas térreas; atende aos preceitos higienistas ao propor moradias unifamiliares, isoladas, com pequeno jardim frontal, e afastadas da rua.

Figura 75 – Vila popular, com cinco casas térreas. Fonte: Kolde, 1929, p. 37.

5.2.2 ALTURAS MÍNIMAS DE PÉS-DIREITOS

É muito difícil, no início do período estudado, saber se os projetos estão, ou não, em conformidade com este item da legislação, pois, junto aos requerimentos, no geral, são apresentadas apenas plantas (outras peças gráficas são muito raras), e, em poucos exemplares estão grafados os valores a serem adotados para os pés-direitos. Mas, a partir de 1900, todos os projetos analisados apresentam esta informação.

Poucos exemplos de não conformidade quanto à altura adotada para os pés-direitos foram localizados; todos referem-se às cozinhas da habitação, construídas em anexos junto aos corpos das casas. Dos exemplos localizados, é possível citar: figura 17, não atende ao Padrão Municipal de 1886, a cozinha possui pé-direito de 3,4 m e o valor normatizado é de 4 m (SÃO PAULO (Município), 1886b, título VI, § 8º); e nas figuras 38 e 39 (casas internas e externas da Vila Cerealina), é o Código Sanitário Estadual de 1918 que deixa de ser cumprido, no projeto os pés-direitos são de 2,8¹⁰⁰ m, mas o exigido é 3 m (SÃO PAULO (Estado), 1918, art. 366).

Por outro lado, uma questão interessante é que, durante a vigência da lei municipal nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária*, em todos os projetos analisados, os valores de pés-direitos ultrapassam em, pelo menos um metro, o

¹⁰⁰ Este valor está em conformidade com o prescrito no Padrão Municipal de 1920, que indica pés-direitos mínimos, para as cozinhas, de 2,5 m.

valor mínimo contido neste código, que é de 3 m (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 8º.). Os valores adotados ultrapassam, inclusive, o valor mínimo contido no Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b, título VI, § 8º.).

5.2.3 CÔMODOS

Neste trabalho, considera-se que a casa operária é aquela que possui, no mínimo, três compartimentos (incluindo a cozinha) e no máximo cinco (também com a cozinha), e onde poderá haver a superposição das funções habitacionais e das tarefas domésticas, uma vez que a quantidade de cômodos não é suficiente para abrigar famílias numerosas. E, como todos os códigos pesquisados indicam que a casa operária deve ter, no mínimo, três compartimentos, todos exemplos apresentados, em se tratando deste item, estão sempre em conformidade com a legislação.

A outra questão analisada é a dimensão mínima, a ser adotada em cada cômodo. Até 1916, não existe diferenciação de área conforme o uso do compartimento, assim a área mínima dos cômodos varia, de 7,5 m² (SÃO PAULO (Município), 1886b, título VI, § 14º.) a 10 m² (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 5º.). A partir daquele ano, as áreas mínimas passam a ser determinadas conforme o uso de cada compartimento: dormitórios, salas e escritórios devem ter, pelo menos, 10 m²; e as cozinhas passam a ter, no mínimo, 5,2¹⁰¹ m² (SÃO PAULO (Município), 1916a, art. 87). Até que, em 1920 a exigência passa a ser de 7 m² mínimos para as cozinhas, e para os demais cômodos os valores¹⁰² são mantidos (SÃO PAULO (Município), 1920, art. 114).

A cozinha é o compartimento que menos atende às exigências legais, em se tratando de dimensões mínimas. Na figura 76 é mostrada uma “pequena casa de operário”, cuja cozinha tem pouco mais do que metade da área mínima exigida; a área que consta no projeto é de 4 m², enquanto que a área mínima exigida é de 7,5 m². Neste trabalho há vários exemplares que não possuem conformidade quanto às dimensões mínimas das cozinhas, e são apresentados nas figuras: 10; 17; 24; 26; 27; 28; 30; 71; 72; 73; 77; 79; 81; 82; 83; e 85. Para os outros cômodos, são localizadas áreas menores nos exemplares apresentados nas figuras: 27 (cômodo “2”); 35 (dormitório 2); e 77 (dormitório, casas 3 e 4).

¹⁰¹ Também são indicadas as largura e profundidade mínimas: 2 x 2,6 m.

¹⁰² Além dos valores mínimos, há outras exigências para serem adotadas nos cômodos (com exceção de cozinhas e banheiros), entre elas pode ser citada a seguinte: “oferecer forma tal que contenha em plano, entre os lados opostos, ou concorrentes, um círculo de raio igual a um metro” (SÃO PAULO (Município), 1920, artigo 114).

Figura 76 – Requerimento de 1893 para “licença para pequena casa de operário, afastada 4 m do alinhamento”. Endereço: Rua Letra B, no Bairro da Barra Funda. Proprietário: C. K. Manoel; Empreiteiro: Salvador Giácomo. Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 110-111.

Os Códigos Sanitários Estaduais de 1894, 1911 e 1918, indicam valores mínimos para o volume dos cômodos, que nada mais é do a área multiplicada pelo pé-direito. Nos exemplares que indicam os valores adotados para os pés-direitos (raros no início do período), é possível calcular o volume de cada ambiente para cotejar com aqueles apresentados nos Códigos.

No Código de 1894, o valor mínimo do cubo de ar é estabelecido somente para os “aposentos de dormir”, 14 m³ por pessoa (SÃO PAULO (Estado), 1894, art. 47); para este Código, por mais que se calcule o cubo de ar, utilizando as dimensões dos quartos, não é possível afirmar se estão ou não em conformidade com o prescrito, uma vez que não se sabe o número de habitantes das casas. Mesmo não podendo afirmar se uma edificação possui cômodos cuja cubação atenda ao prescrito no Código Sanitário de 1894, há, algumas situações, que, no mínimo, chamam a atenção. É o caso apresentado na figura 77, trata-se de um projeto de 1902, para a construção de quatro casas, implantadas conforme o desenho esquemático (Figura 78), neste projeto as casas não são iguais. Mas, há similaridades, todas possuem cubo de ar suficiente para poucos habitantes; de acordo com o Código, e respeitando o programa adotado, as casas 1 e 2 possuem quartos que só poderiam ser habitados por três pessoas e as casas 3

e 4 por apenas duas pessoas. É estranho, pois as famílias operárias do início do século XX costumam ser grandes.

Figura 77 – Requerimento de 1902 para “construir quatro pequenas casas”. Endereço: Rua Monsenhor Andrade, 71. Requerente: [?]. Fontes: PINHO, Márcia Lúcia Rebello. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo: 1870-1914*. São Paulo: FAU/USP, 1974. p. B5; e OBRAS PARTICULARES M, 1902-1902. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 333. (Arquivo Histórico Municipal). p. 73-74.

Figura 78 – Desenho esquemático de implantação das quatro casas.

Nos demais exemplos aqui apresentados, durante a vigência do Código Sanitário Estadual de 1894, há pouca variação da quantidade de habitantes por “aposentos de dormir”, entre 4 e 5, no máximo. Os Códigos de 1911 e 1918 indicam o mesmo valor mínimo para o volume dos compartimentos, inclusive para a cozinha, que é de 30 m³ (SÃO PAULO (Estado), 1911, arts. 277 e 281; SÃO PAULO (Estado), 1918, arts. 366 e 371). Para esta especificação, também, são detectados exemplares não conformes, apresentados nas figuras: 35 (cozinhas e dormitórios 2, Vila Boyes); 38 (cozinhas das casas internas, Vila Cerealina); e 39 (cozinhas das casas externas, Vila Cerealina).

Por outro lado, é localizado um único exemplo (Figura 24) em que o construtor destaca que a cubagem da cozinha (mesmo tendo o pé-direito menor do que o restante da habitação) atende aos preceitos do Código Sanitário: “A cozinha terá a cubagem exigida pelo Serviço Sanitário, piso ladrilhado, forro gradeado e as paredes pintadas a óleo até 1 m de altura.” (OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Caixa P4).

5.2.4 ABERTURAS PARA O EXTERIOR

A partir de 1900, para garantir condições salubres de ventilação e iluminação, os códigos apresentam especificações para as áreas abertas. Os debates da época indicam que esta questão não é adequadamente tratada ou respeitada; no geral, as larguras das áreas são menores do que o especificado na legislação. Como os terrenos, utilizados para a construção da habitação operária, são muito estreitos, sobra pouco espaço para a área aberta, que, habitualmente, é configurada no formato de um corredor. Um exemplo típico desta implantação é mostrado na figura 79, que possui corredor externo de 1,4 m; enquanto a lei nº. 498 indica 2 m, como valor mínimo (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 6º.).

Figura 79 – Requerimento de 1901 para “construir uma casa”. Endereço: Rua do Bosque, 84. Proprietário / Requerente: Gulielmo B. [?]. Fontes: PINHO, Márcia Lúcia Rebello. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo: 1870-1914*. São Paulo: FAU/USP, 1974. p. A30; e OBRAS PARTICULARES B, 1901-1901. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 292. (Arquivo Histórico Municipal). p. 128-129.

No início do período estudado, para a maior parte dos exemplares não é possível saber o valor das dimensões das áreas externas, uma vez que não são informadas textualmente

no projeto, e os lotes são desenhados de forma incompleta, sem as divisas. Além do exemplo anterior, é possível verificar inconformidades nas casas das figuras: 77 e 83.

Esta situação se reverte a partir de 1916, após a publicação do ato n.º 849, quando peças gráficas mais completas e memórias descritivas passam a serem exigidos como parte integrante do projeto. Só que neste momento, apenas as dimensões não são suficientes, uma vez que, as exigências, para a configuração das áreas externas mínimas, passam a incorporar cálculos que consideram a localização do imóvel, a orientação das janelas e das áreas, assim como, o tempo desejado de insolação em cada um dos compartimentos. Nos exemplares analisados (Figuras 24, 31, 35, 38 e 39), os cálculos, os resultados, ou alguma consideração sobre os valores adotados nos projetos não foram localizados (com isso, não é possível verificar compatibilidade com a legislação); isto não quer dizer que não tenham sido realizados, ou que as áreas não estejam em conformidade, apenas não são destacados os procedimentos contidos nas normas. Mas, devido ao conteúdo do despacho de uma das aprovações de 1918, no qual, no início das considerações, é condicionada a aprovação das plantas (Figura 31) a determinada circunstância, “caso prevaleça esta última razão sobre a primeira”, e ao longo desta não toca mais neste item. Fica a dúvida se os fiscais consideram os procedimentos de cálculo das áreas externas, ou mesmo, se possuem conhecimento para verificar tal conformidade:

Trata-se de construir em um lote cujas divisas laterais trazem um ângulo de 72° com o meridiano, de modo a ocupar uma parte da divisa que olha para o norte – art. 77 do Ato 1.235¹⁰³. Por outro lado, considerando que os saguões deixados entre as diversas construções do lote, concordam com o padrão art. 78 e 79, assim como os outros elementos da construção, dou as notas abaixo, caso prevaleça esta última razão sobre a primeira. [...] As plantas obedecem às disposições regulamentares e podem ser aprovadas. OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Morais, 1918-1918. Caixa P4

Os diversos códigos utilizados para as análises apontam a necessidade de aberturas para o exterior, a maior parte deles não especifica se portas ou janelas. Sendo que, o Código

¹⁰³ Os artigos afins e citados no despacho são reproduzidos: “ Art. 72. – A orientação dos prédios deverá ser tal que assegure, na pior época do ano, uma insolação mínima de uma hora aos cômodos destinados à habitação. § 1º. – Nos cômodos destinados à permanência diurna, os raios de sol devem oscular, no dia mais curto do ano, dentro da rua, área ou saguão [...] § 2º. – Nos cômodos destinados à habitação noturna, qualquer que seja o pavimento em que se achem, devem os raios de sol banhar continuamente, no dia mais curto do ano, dentro da rua, área ou saguão, o plano do respectivo piso [...] Art. 77. – Em qualquer lote, nenhuma edificação pode ser erguida na divisa que olha para o Norte, sem que adjacente a essa divisa sejam abertos saguões exteriores. [...] Art. 78 – Nenhuma edificação poderá ser feita, em lote retalhado, desde que ela fique ou deixe as existentes sem as condições de insolação, estabelecidas nos §§ 1º. e 2º. do art. 72. Art. 79 – Os vários edifícios existentes dentro de um mesmo lote terão, entre as suas diversas faces, as distâncias necessárias para que se achem satisfeitas as condições de insolação estabelecidas dentro dos saguões que entre si formarem.” (SÃO PAULO (Município), 1918).

Sanitário de 1894¹⁰⁴ é o mais flexível, pois aceita que, “sempre que possível” todos os compartimentos devem ter abertura para o exterior (SÃO PAULO (Estado), 1894, art. 48).

O próximo exemplo (Figura 80), mostra “quatro pequenas casas”, nas quais os dormitórios possuem janelas, só que para uma “área” coberta, ou seja, nestes cômodos, não há abertura para o exterior. Como o requerimento para aprovação é de 1899, para a análise destas casas devem ser utilizados o Padrão Municipal de 1886 e o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, assim, para este item o projeto não está em conformidade com o Padrão Municipal, mas atende aos preceitos do Código Sanitário.

Figura 80 – Requerimento de 1899 para “aprovação de quatro pequenas casas”. Endereço: Rua da Barra Funda 163, 165, 167, 169. Proprietário / Requerente: Raphael Ferrara. Fonte: OBRAS PARTICULARES B, 1899-1899. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 224. (Arquivo Histórico Municipal). p. 83-84.

As dimensões mínimas das aberturas para o exterior também possuem diferentes especificações ao longo do tempo; passando de valores exatos (janelas com 1 x 1,85 m e portas com 1,1 x 2,75 m) no Padrão Municipal de 1886 (SÃO PAULO (Município), 1886,b título VI, § 9º.), até chegar a dimensões dependentes das áreas e das orientações dos diversos cô-

¹⁰⁴ Também, é neste Código Sanitário que se proíbem as alcovas, caso utilizadas como dormitórios ou cômodos de permanência constante (SÃO PAULO (Estado), 1894, artigo 46).

modos, no Padrão Municipal de 1920. Apenas a legislação municipal apresenta prescrições sobre esta questão.

Um exemplo de inconformidade das dimensões das aberturas para o exterior é apresentado na casa da figura 81. A primeira solicitação para aprovação desta planta, é de 16 de maio de 1893, que é negada pelo engenheiro Amaral Gama, com a justificativa de que o conjunto possui a forma de um cortiço. E, em 17 de maio, o proprietário substitui a planta original por esta nova versão, com as adequações que julga convenientes. De acordo com a data do requerimento, as análises de conformidade são realizadas utilizando apenas o Padrão Municipal de 1886.

Figura 81 – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, para fazer uma casa”. Endereço: Rua Letra B, no Bairro da Barra Funda. Proprietário: Sr. José Francisco de Carvalho. Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 108-109.

As dimensões das portas e janelas estão grafadas na documentação entregue à Câmara; portanto não há dúvidas quanto as dimensões que seriam adotadas. Todas as janelas possuem 1 x 1,7 m, ou seja, 15 cm mais baixas do que o valor normatizado. Mesmo sendo uma adequação de planta (uma vez que a primeira versão não é aprovada), o proprietário apresenta dimensões das janelas inferiores àquelas determinadas no Padrão.

O Padrão Municipal de 1886 indica que os diferentes compartimentos devem ter aberturas para o exterior, sem, no entanto, especificar se são janelas ou portas. Neste sentido, as habitações mostradas na figura 82 estão em conformidade com a legislação. No entanto, a única janela de cada uma das unidades habitacionais é menor do que o estabelecido no código, possui 1 x 1,7 m.

Figura 82 – Requerimento de 1893 para “fazer três pequenas casas para operários, no fundo do seu terreno”. Endereço: Rua Letra O, Barra Funda. Proprietário: José de Carvalho. Fonte: OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal). p. 112-113.

Uma possível explicação para o uso frequente, nos exemplares do início do período estudado, de janelas 15 cm mais baixas do que a altura mínima (1,85 m) definida pelo Padrão, é que, para o segundo pavimento de uma habitação operária, o mesmo código estabelece janelas com dimensões mínimas de 1 x 1,7 m. Ou seja, são adotados as dimensões mínimas para o segundo pavimento, no entanto, nenhum destes exemplares possui dois pavimentos; assim

parece que este “detalhe” ou não é notado, ou não é considerado essencial. É importante salientar que, a inconformidade quanto as dimensões mínimas de janelas, ocorre em todo o período, e não apenas enquanto o Padrão de 1886 está em vigência.

Mais uma vez, pode ser notado que, a cozinha é o compartimento que menos atende às exigências legais, as dimensões mínimas utilizadas nas aberturas para o exterior são negligenciadas, os exemplos são mostrados nas figuras: 10 (porta); 27 (porta e janela); 28 (porta e janela); 29 (janela); 71 (porta e janela); 73 (porta); 74, (porta e janela); 81 (janela); 82 (porta); e 85 (porta e janela).

Mas, também, há casos em que as dimensões das aberturas para o exterior de outros cômodos não atendem aos valores normatizados: figura 30, janela da sala de jantar; e figura 35, o dormitório menor. A partir de 1917, através da lei estadual nº. 1.596, que *Reorganiza o Serviço Sanitário*, consolidada e publicada como parte da versão do Código Sanitário de 1918, as janelas ou portas externas dos dormitórios “deverão ter as aberturas exteriores providas de venezianas ou de dispositivos próprios para assegurar a renovação do ar, provocando permanente tiragem” (SÃO PAULO (Estado), 1917, art. 152; SÃO PAULO (Estado), 1918, art. 364).

A cobrança de que venezianas sejam utilizadas é realizada; um exemplo é a casa da figura 24 em que, o requerimento originalmente enviado é de 12/04/1918, e não é prontamente aprovado. Durante o processo de análise, a documentação retorna ao construtor com a justificativa de que, como no projeto não estão previstas venezianas no dormitório, acrescentar informações sobre o seu uso; e que o tipo adotado deveria abrir para o interior do cômodo, uma vez que a altura do peitoril é inferior à 3 m, conforme exigido no §3º. do artigo 28 do ato nº. 849. Em 05/04/1918 o processo retorna para a aprovação com um esboço da janela a ser adotada (OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Caixa P4). Há outros exemplos que a indicação do uso de venezianas, nos dormitórios, é claramente apresentada nos memoriais descritivos, nas figuras: 31; 35; 38; e 39.

5.2.5 PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE

O Código Sanitário de 1894 explica que: “Os compartimentos do sub-solo, ou porões, constituem garantia higiênica para as edificações; mas não deverão servir de habitação” (SÃO PAULO (Estado), 1894, art. 43); e os Códigos de 1911 e 1918 indicam que “porões higiênicos” possuem afastamento de 50 cm, pelo menos, entre o soalho do primeiro pavimen-

to e o solo (SÃO PAULO (Estado), 1911, art. 273; SÃO PAULO (Estado), 1918, art. 360). Desde 1886, no Padrão Municipal, até o final do período estudado, a legislação, utilizada para as análises, indica que o piso do primeiro pavimento deve estar 50 cm acima no nível do solo, há variações referentes ao tipo de piso, mas o valor do afastamento é consenso.

Em parte dos projetos analisados há a indicação de que o piso está 50 cm, ou pouco mais, acima do solo. No entanto, há exemplos em que falta qualquer tipo de informação sobre a existência deste afastamento. Na figura 83 não há nada que indique que a casa possui porão, não há informação textual no requerimento, tampouco na planta na qual, também, não é representado nenhum degrau para vencer o desnível de, pelo menos, 50 cm.

Figura 83 – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno”. Endereço: Rua Major Diogo. Empreiteiro: Paulo Victor Lanzoni. Fonte: OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal). p. 91-92.

Neste caso em particular (porão), é acreditável que tenham sido adotados afastamentos em relação ao solo, sem, no entanto, saber o valor utilizado; faz-se tal afirmação, uma vez que, na época, são utilizados pisos de madeira nas casas, pouco resistentes à umidade, e se o

construtor, ou proprietário, for prudente, suspende o assoalho para evitar o seu apodrecimento, preservando, assim, sua propriedade e fonte de renda. Neste trabalho, há diversos exemplares que não apresentam qualquer informação sobre porões e suas características, são mostrados nas figuras: 25; 27; 28; 30; 38; 73; 76; 81; 82; e 84.

Do ponto de vista da higiene, o uso dos porões como dormitório¹⁰⁵, é condenado no entanto, principalmente, devido a topografia da cidade de São Paulo, estes compartimentos possuem altura maior do que o necessário (50 cm, conforme a legislação) para evitar umidade no assoalho, e passam a ser visitáveis ou habitáveis¹⁰⁶. E, a realidade, contrariando preceitos higienistas, é outra: porões com pé-direito elevado, em determinados casos, são utilizados como habitação, em condições totalmente insalubres:

Os porões surgidos para afastar a umidade dos pisos e proteger a madeira, como era de se esperar, vieram a constituir mais um elemento a compor o programa de necessidades das residências em geral. Quando foram construídos, inicialmente, suas alturas eram medidas em centímetros e, aos legisladores, não ocorreu o fato de a grande maioria dos terrenos ter perfis acidentados – raríssimos os lotes em nível. Daí os porões surgirem com alturas diferentes sob um mesmo assoalho. Está claro que as alturas a partir de um metro tornavam aquelas dependências “utilizáveis” e quando chegavam a dois metros, ou mais, convertiam-se em “habitáveis” e certamente esses pés-direitos contrariavam a lei – seu uso era clandestino. Pragmaticamente, o Código de 1911 aceitou porões com pés direitos a partir de 2,50 m, contanto que não fossem usados para comércio, oficinas ou dormitórios. Melhor tolerar na lei do que fechar os olhos como sempre se fechou em se tratando de casas ricas. (LEMOS, 1999, p. 77)

No projeto da casa da figura 84, de 1906, o porão possui “cerca de 2 m de altura”, conforme consta no requerimento apresentado à Câmara. No despacho de aprovação há a seguinte ressalva: “só devem ser colocados no porão ventiladores fixos não podendo absolutamente o referido servir de habitação”. Mas, o que acontece no interior da habitação é difícil de controlar, se o porão é habitado, ou não, apenas os moradores de então é que sabem. Há outros exemplares que possuem porões habitáveis, indicados nos memoriais descritivos, que são representados nas figuras: 79; 83; e 85.

¹⁰⁵ Artigo 271 do Código Sanitário Estadual de 1911; artigo 358 do Código Sanitário Estadual de 1918; e artigo 101 do Padrão Municipal de 1920.

¹⁰⁶ A diferença entre porões visitáveis e habitáveis está na altura adotada nestes compartimentos; os visitáveis possuem altura maior do que 1 m, e os habitáveis, pelo menos, 2 m de pé-direito.

Figura 84 – Requerimento de 1906 para “construir uma casa”. Endereço: Rua Ruy Barbosa, 112. Proprietário: Cacciattore Michel Ângelo. Fontes: SCHNECK, Sheila. *Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2010. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2010. p. 166; e OBRAS PARTICULARES de Quarta Parada até Rui Barbosa, 1906-1906. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: Caixa OP11. (Arquivo Histórico Municipal).

A instalação de “ventiladores fixos” no porão, conforme a indicação contida no despacho do processo de aprovação da casa acima, deve ter sido feita porque, no projeto, não há previsão de aberturas para o exterior, para garantir iluminação e ventilação naturais ao compartimento. Esta exigência é interessante, pois a lei nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária*, apenas indica que o porão deve ser “convenientemente ventilado” (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 10º.), a recomendação poderia ser de aberturas nas paredes do porão, opção mais barata do que a contida no despacho; também, em nenhum outro projeto analisado, verificaram-se exigências superiores às especificações contidas nos códigos. Somente após a publicação do Código Sanitário de 1911, e reiterado na versão de 1918, é que esta exigência passa a fazer parte da legislação: “No caso em que não for possível assegurar uma boa ventilação dos porões por essas aberturas conveniente-

mente dispostas, far-se-á a evacuação do ar estagnado por meio de um tubo ventilador [...]" (SÃO PAULO (Estado), 1911, art. 274; SÃO PAULO (Estado), 1918, art. 362).

Ainda, sobre a ventilação nos porões há alguns projetos analisados que fazem referência explícita a este item nos memoriais descritivos. Na casa da figura 24, o construtor Emílio Merissi descreve o porão da seguinte maneira: "porão 0,60, piso cimentado com ventiladores guarnecidos com esquadrias de ferro" (OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Caixa P4). No projeto desenvolvido pelo Escritório Técnico Samuel e Christiano das Neves (Figura 31) a conformidade à legislação é informada pelos próprios engenheiros: "porão cimentado, 'conforme as exigências sanitárias'".

Durante as análises foram localizados desenhos com certo grau de indefinição, partes são omitidas ou não é possível distingui-las com clareza. Desníveis ou degraus (escada) são os elementos que mais faltam nos desenhos, o que dificulta compreender se o porão: existe (afastamento em relação ao solo); possui a mesma dimensão da projeção da casa, ou se menor; e é habitável, visitável, ou possui o afastamento mínimo em relação ao solo. A figura 85 é um bom exemplo deste caso, há uma escada na parte frontal da casa, nos fundos não, teria sido esquecida? O terreno é em aclave ou declive? Não é necessário representar? O porão ocupa toda a área da casa ou apenas parte? Nesta figura, também, não é desenhada nenhuma porta, apenas os vãos. Há outros exemplos de desenhos imprecisos (com diferentes graus), apresentados nas figuras: 17; 25; 27; 26; 28; 29; 30; 35; 73; 74; 76; 77; 80; 81; 82; e 84.

Figura 85 – Requerimento de 1906 para “construir um prédio”. Endereço: Rua da Abolição, 37. Proprietário: Umberto Rossi. Fontes: SCHNECK, Sheila. *Formação do bairro do bexiga em São Paulo: Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2010. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2010. p. 167; e OBRAS PARTICULARES de Abolição até Azambuja, 1906-1906. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: Caixa OP1. (Arquivo Histórico Municipal).

5.3 OS RESULTADOS

No período estudado, teorias e correntes higienistas conferiram subsídios aos órgãos da saúde pública para pautar a legislação de caráter sanitário adotada na época. Entre as principais, podem ser citadas as correntes miasmática e contagionista, e as teorias bacteriológica e médico-sanitária. Ao longo do tempo, os preceitos e recomendações das teorias, em diversos momentos, são utilizados concomitantemente (o uso de uma delas não exclui a outra), e, em certas ocasiões chegam a ser complementares.

Em comum, às teorias e correntes higienistas, os mais pobres, por serem vulneráveis e habitarem locais insalubres e inadequados, são consideradas um risco à sociedade, em especial às classes dominantes. Chegando, até mesmo, a serem considerados agentes transmissores de doenças e suas habitações focos de infecção. Neste cenário, por serem consideradas um risco à saúde da população, a construção de casas operárias com características higiênicas torna-se um problema de saúde pública. No entanto, para solucioná-lo, a participação do Estado é limitada, sua atuação se dá pela elaboração e aprovação de leis de caráter sanitário: com prescrições e restrições para a construção de casas. Há códigos que possuem título específico, para a moradia operária; e leis que abrangem apenas este conteúdo; há também incentivos, através de redução ou eliminação de impostos, à construção vilas operárias, pela iniciativa privada.

Os higienistas, ao longo do período, caracterizam a casa da população mais pobre como “casa salubre” e, depois, “lar”. Embora, a nomenclatura tenha sido alterada, significam, praticamente, a mesma coisa. Habitantes de casas salubres são saudáveis quanto às condições: física; moral; e social. Ou seja, não são um risco à sociedade burguesa. E, conforme apresentado pelos diversos autores estudados, o “lar” é o desejo da família; ou seria o ideal dos sanitaristas da época? É no “lar” que a família encontra abrigo e proteção. Em contrapartida, certos preceitos sociais e morais devem ser incorporados aos hábitos e modo de agir de todos. Há diversas orientações quanto às características higiênicas de um “lar”. Uma delas diz respeito a necessidade de jardim e quintal, por viabilizarem circulação de ar e ventilação naturais, e por evitarem o contágio de doenças oriundas das poeiras das ruas. O afastamento entre a casa e a rua protege a família dos perigos externos, como jogos, bebidas vícios que levam à promiscuidade, e o isolamento da casa garante a privacidade e afasta pessoas que possam exercer influência moralmente negativa, inclusive vizinhos.

Para que se tenha um jardim junto à entrada, é necessário que a edificação possua um recuo frontal; conforme determinado nos diversos códigos contemporâneos aos projetos analisados. No entanto, independentemente de que a lei estivesse em vigor, muitos dos exemplares coletados, ou não adotam as especificações contidas nas normas, ou preveem recuos menores do que os normatizados. Assim, pensa-se que este item não é considerado tão importante na época, uma vez que, vários dos projetos analisados são aprovados (claro que há exceções) mesmo que não atendam a estas exigências.

Para ratificar a afirmação anterior, recorre-se à proposta de “cortiço urbano” (Figura 50) elaborado pela *Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de*

Santa Ifigênia (GAMA et al., 1893, p. 109-112; planta nº. 1). Junto à justificativa e explicação do projeto, no *Relatório*, os autores sugerem que, a implantação do conjunto, pode ser junto ao alinhamento, ou interno ao lote, conforme é apresentado no desenho. Também, não é previsto espaço para um jardim, e caso a área livre (de acordo com os códigos) tenha sido considerada entre a frente de casa e o muro de divisa, há, cerca de, 18 m², por unidade habitacional. O engenheiro Amaral Gama, elabora o Padrão Municipal para a cidade de São Paulo (indicação da Câmara, em 1886), e também é membro da *Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia*, a responsável pela proposta do “cortiço urbano”. Conforme consta no Padrão de 1886, no título *Cortiços, Casas de Operários e Cortiços*:

1º. Haverá uma área nas frentes das habitações, podendo parte ser reservada a um pequeno jardim e o resto calçado.

Esta área será na razão de 30 metros quadrados para cada habitação, sendo toda calçada, caso não reserve alguma porção para jardim. (SÃO PAULO, (Município), 1886b, título VI, § 1º.)

Sugerir que o “cortiço urbano” seja edificado junto ao alinhamento, ou indicar área inferior à 30 m², é ir na direção contrária à norma em vigor; sendo que, Amaral da Gama é responsável pelos dois documentos (*Relatório* e projeto do “cortiço urbano”); neste caso, o respeito aos preceitos higienistas está apenas no discurso, não na ação. Quanto à justificativa do projeto, os autores indicam que o “cortiço urbano” pode ser construído, inclusive na cidade, sendo seu uso preferencialmente em:

A casinha da planta nº. I, que constitui a mínima das construções deste gênero toleradas dentro da cidade [...] O tipo nº. I pode ser usado de preferência nos cortiços quando se permitir eles sejam construídos nos bairros promíscuos; ou quando se reconhecem de utilidade a reconstrução dos atuais dentro de certa área da cidade. (GAMA et al., 1893, p. 111)

Na verdade, a ausência de recuos está em consonância com o restante das habitações da cidade, naquele momento. O mesmo Padrão Municipal, no título *Construções e Reconstruções* (para as habitações em geral) indica que: “Neste perímetro [dentro do perímetro da cidade] as edificações não poderão ser recuadas do alinhamento das ruas e praças, salvo algum caso muito especial, para que a Câmara será consultada sobre licença.”. (SÃO PAULO, (Município), 1886b, título IV). Não se pode esquecer que, até o Império, os códigos que tratam das edificações não legislam sobre o interior das habitações, mas sim sobre os aspectos estéticos da cidade.

Retornando ao *Relatório*, percebe-se que o discurso contém as características preconceituosas e elitistas do pensamento da época, quando da indicação de que cortiços possam ser edificados em “bairros promíscuos”. A população mais pobre habita lugares degradados, ao mesmo tempo que, divide seu espaço com muitas pessoas, da mesma família ou não. Ou

seja, este modo de vida é aceito longe da elite, em bairros afastados, ou melhor em um dos “bairros promíscuos” da cidade.

O ideal da casa higiênica, para as classes operárias, é aquela isolada (com afastamento adequado das demais, caso pertença a uma vila) e habitada por uma única família (o aluguel de cômodos, para outras pessoas, é totalmente condenado). Nesta habitação há ar, luz e água em abundância e os seus habitantes já incorporaram conceitos de higiene e possuem hábitos decentes. Ao proporcionar integridade física e moral à família, o novo trabalhador passa a ser saudável, produtivo e disciplinado.

A legislação não faz referências diretas se as casas devem ser construídas isoladas ou em conjunto, salvo o Código Sanitário de 1894: “As casas para habitação das classes pobres deverão ser construídas em grupos de 4 a 6, no máximo” (SÃO PAULO (Estado), 1894, art. 142). As casas, às quais o Código se refere, são aquelas edificadas “fora da aglomeração urbana” (Ib., art. 141), ou seja, nas regiões periféricas da cidade.

A maior parte, dos projetos analisados, apresenta propostas para casas isoladas, o que atende aos preceitos higienistas; no entanto, principalmente nos exemplares referentes ao início do período, há um número grande de plantas em que o lote não está integralmente delimitado, com isso, não se sabe se, no mesmo sítio, existem outras edificações contíguas ou próximas àquela do projeto original. Há indícios de que este preceito, na prática, não tenha sido adotado, pois, é sabido que, na época várias casas são construídas em um único terreno. É verdade que a legislação não trata deste assunto, mas, caso existam casas muito próximas umas das outras não se obtêm resultados satisfatórios quanto a circulação de ar e a incidência direta de raios solares (estes itens fazem parte da legislação, e sua análise é comprometida nestes casos). Outra questão negligenciada nesta situação, diz respeito aos preceitos morais, de acordo com o pensamento da época, muitas pessoas morando no mesmo local é um sinal de promiscuidade. Mas, atrás dos muros, não se vê e não sabe o que acontece, ou seria mais conveniente não saber?

Por outro lado, existem dois exemplares, apresentados neste trabalho, que evidenciam o pensamento da época sobre as casas higiênicas isoladas. O primeiro deles é o projeto de “vila operária” proposto no *Relatório* elaborado pela *Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia*, em 1893. O desenho de implantação (Figura 51) mostra as casas isoladas, afastadas 5,5 m (frontal) e 5,9 m (lateral), com isso a área frontal de casa é de, aproximadamente, 60 m² (o dobro do é exigido pelo Padrão Municipal de 1886). É claro que, se este fosse o único tipo de implantação a ser adotado, o projeto não seria viável

em diversos pontos da cidade, por isso há indicações de que estas casas podem ser construídas em grupos de 2, 4 ou 6 unidades, “conforme permitir a topografia local, e os arruamentos projetados” (GAMA et al., 1893, p. 112). Casas em conjunto são apenas citadas, não mostradas. Observa-se que os autores falam em projetos de arruamento, ou seja, a implantação se daria em bairros ainda não ocupados; o que, também, consta da explicação das propostas: “Para as vilas operárias o tipo representado na planta nº. III é o dos mais adequados, uma vez que se disponha de longa superfície de terreno fora da cidade.” (Ib., p. 112).

Ao comparar as duas propostas elaboradas pela *Comissão*, “cortiço urbano” e “vila operária”, verifica-se que, na justificativa da primeira alternativa, estas habitações podem ser construídas em “bairros promíscuos” ou dentro da cidade. Na planta (Figura 50) aparece apenas uma alternativa de implantação, longitudinalmente ao lote, com um armazém junto ao alinhamento; seria esta situação a mais adequada para a cidade? Desta forma, as casas ficam encobertas pelo armazém e pelo muro frontal; aceitam-se cortiços, desde que não sejam imediatamente percebidos pela população. Quanto à “vila operária”, que representa o ideal para as habitações operários, são sugeridos os bairros novos, saneados e sem os vícios “promíscuos”. Novos operários morariam em casas e bairros novos, de acordo com os anseios dos higienistas.

O segundo exemplar, que simboliza o pensamento da época, sobre as casas higiênicas isoladas, é a “vila popular” (Figura 75), publicada em 1929, no livro *Casas Populares* de Rudolf Kolde. O autor apresenta projeto para cinco casas térreas em um terreno com 17 m de largura, as três primeiras são isoladas das demais, e as duas do fundo agrupadas (da rua não é possível ver uma delas). Todas elas possuem uma pequena área na frente, sendo que as três primeiras ajardinadas e com quintal no fundo. As entradas são independentes, mesmo nas duas casas do fundo, permitindo maior privacidade às famílias, e evitando a promiscuidade gerada ao compartilhar o acesso às habitações (FREIRE, 1917a, p. 235).

Sem dúvida, a vila mostrada não é uma das opções mais baratas para a construção de moradias populares¹⁰⁷. Tanto que, na introdução do capítulo *Vilas Populares*, não são estas vilas que Kolde apresenta como a melhor solução para as habitações “populares”, mas sim o correr de casas assobradadas (Figuras 60 e 61); ressaltando que esta opção é mais “rendosa” (KOLDE, 1929, p. 34). Mesmo sendo geminadas, as habitações destas vilas oferecem quali-

¹⁰⁷ Ser uma opção mais cara não foi impeditivo para a ampla implantação desta solução na cidade, voltada, provavelmente, para operários mais qualificados, com salários melhores do que a maior parte dos trabalhadores. Ainda é possível localizar este tipo de “vila popular” em diversos bairros de São Paulo.

dades que não são comuns nas moradias operárias da época, por este motivo é que são mais “rendosas”, é possível cobrar aluguel mais alto do que as demais, ou seja, mais lucro para o proprietário.

Outra questão analisada, nos projetos selecionados, diz respeito à compatibilidade dos pés-direitos projetados e aqueles valores mínimos determinados nos códigos. Verifica-se neste item que, quase a totalidade dos exemplares, cumprem às normas. São detectadas três situações, e apenas nas cozinhas das habitações, em que o pé-direito adotado é inferior ao prescrito; sendo que, em duas delas, o valor está conforme ao determinado pelo Padrão Municipal de 1920, mas, não atende aos requisitos do Código Sanitário Estadual de 1918.

Há uma particularidade interessante detectada nos exemplos selecionados, entre os anos de 1900 e 1916, período em que vigora a lei municipal nº. 498, que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária*, todos os projetos analisados possuem pés-direitos que ultrapassam em, pelo menos um metro, o valor mínimo preestabelecido. De acordo com esta lei: “A altura mínima das paredes, contada do nível superior do pavimento até o frechal, será de três metros.” (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 8º.). Como o anseio sempre foi baratear o custo das moradias operárias, é difícil compreender o porquê dos valores especificados nos projetos.

Ao longo do período, não é consenso qual o valor mínimo de pé-direito, a ser adotado, sem comprometer as características higiênicas das habitações. Há propostas diversas, apresentadas, simultaneamente, por diferentes profissionais, cada um deles pautado em algum modelo, considerado de sucesso, no exterior. É possível que os engenheiros, mesmo defendendo a adoção de valores inferiores aos normatizados, não se sintam seguros ao adotar alturas consideradas insuficientes, sob a ótica da higiene (3 m, indicado na lei nº. 498). Esta hipótese ganha força, quando, em 1919, a comissão responsável pelo estudo e organização do *Regulamento Para Construções Particulares*, do Instituto de Engenharia, afirma que não possui “elementos indiscutíveis” para propor um valor mínimo para os pés-direitos (REGULAMENTO ..., 1919, p. 202-203). Esta afirmação é muito relevante, principalmente, ao considerar a composição da comissão, que é presidida por Francisco de Paula Ramos de Azevedo: Carlos Gomes de Souza Shalders; Ranulpho Pinheiro Lima; Victor da Silva Freire; Alexandre de Albuquerque; Alberto de Oliveira Coutinho; Theophilo Souza; e Ricardo Severo (Ib., p. 121-122).

Além dos exemplares analisados, outro indício de que os engenheiros/construtores respeitam as determinações, contidas nos diversos códigos, sobre os valores mínimos de pés-

direitos para o corpo principal da edificação, é a argumentação incessantemente de Victor da Silva Freire, em suas publicações¹⁰⁸. O autor discute o porquê é preciso diminuir os valores das alturas de pés-direitos adotados na cidade e/ou determinados pela legislação; seus argumentos são técnicos, no entanto, as conclusões obtidas, invariavelmente, são de ordem econômica; ou seja, mais uma vez o custo se sobrepõem às questões higiênicas.

A casa operária, aqui considerada, é aquela que possui entre três e cinco compartimentos, sendo um deles a cozinha. Por abrigar famílias numerosas; outra característica considerada, para classificar a edificação como casa operária, é a possibilidade de superposição das funções habitacionais e das tarefas domésticas. Portanto, como os diversos códigos indicam que uma habitação tenha, no mínimo, três compartimentos, todos os exemplares analisados estão conformes quanto ao número de compartimentos.

Com relação às áreas dos compartimentos dos projetos analisados, é possível afirmar que este é o item no qual detecta-se o maior número de exemplares não conformes, sendo negligenciadas, principalmente, as cozinhas. Nota-se que, fundamentalmente, o não cumprimento a este preceito da legislação se dá durante a vigência do primeiro Padrão Municipal (SÃO PAULO (Município), 1886b) e da lei nº. 498 que *Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária* (SÃO PAULO (Município), 1900b), ou seja, até 1916. O descumprimento é tanto que, encontram-se exemplares com metade da área pré-determinada; observando os códigos citados, apenas para ilustrar duas situações em que as normas não são atendidas: cozinha da figura 27 com 3,4 m² de área na cozinha enquanto que o Padrão Municipal indica 7,5m² (tit. VI, § 14º.) e cozinhas das casas 3 e 4 (Figura 77), com 6 m² cada uma, e neste caso, a lei nº. 498 indica 10 m² (art. 1, § 5º.).

Fica claro que, embora os códigos apresentem prescrições para as dimensões mínimas das cozinhas, os proprietários, os engenheiros e/ou os construtores não respeitam estas indicações, tampouco os responsáveis pela aprovação dos projetos (não há questionamentos, e as plantas são aprovadas) ou fiscalização das obras. Uma possível explicação é que a cozinha, na prática, não seja considerada como um compartimento ao qual as normas sejam aplicáveis, no entanto, a legislação indica explicitamente o contrário: “Nenhuma casa poderá ter menos de três compartimentos, inclusive a cozinha” (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 4º.). Faz-se tal afirmação ao observar o desenho da figura 27, o proprietário Joaquim da Fonseca Leitão, na planta indica a “casa” e um “puxado”; a casa é composta por sala de jantar e dois

¹⁰⁸ Principalmente em *A cidade salubre*, de 1915, e *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços)* – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional, de 1918.

dormitórios, e o “puxado” pela cozinha. Ao indicar a cozinha como um “puxado”, provavelmente, o proprietário tenta desobrigar-se de que a mesma tenha as especificações e exigências mínimas contidas na legislação, e a considera como algo menor, sem a devida importância.

Não se pretende incluir discussões referentes aos papéis de gênero na sociedade, tampouco a submissão que a mulher amargou ao longo do tempo. Considera-se que a cozinha é, na casa, o seu lugar. É onde prepara as refeições da família, atende aos filhos, realiza afazeres domésticos, ou conversa com a vizinha. Nos discursos sobre a casa operária e seus habitantes, à mulher é conferido papel fundamental para a criação e manutenção da “moralidade do lar”, afastando o marido e os filhos do perigo das ruas. Esta qualidade feminina nada mais é do que atribuir a ela todo o trabalho doméstico e a obrigatoriedade de cuidar da família, seja ela ou não operária, como seu marido. De acordo com os textos da época, é responsabilidade da esposa, além das refeições, manter a casa limpa, arrumada e atrativa:

[...] a mulher não poderá dar aos aposentos acanhados e de servidão promiscua [refere-se aos cortiços] o cunho de jovialidade que forma o encanto do lar, que prende o homem no interior doméstico e que preside ao crescimento dos filhos sadios e bons [...] (BRITO, 1943a, p. 158)

Afinal, sob a ótica dos autores estudados, a casa operária tem, por um de seus objetivos, atingir certo grau (em consonância com os anseios burgueses) de formação e moralização das camadas mais pobres da cidade.

Quanto à análise das áreas dos outros compartimentos, também, há três casos detectados, nos quais os dormitórios são menores do que o predeterminado na legislação. O primeiro deles é uma casa (Figura 27) que, se adotasse o arranjo físico característico da época (compartimentos encarreirados com circulação obrigatória entre eles), todos os cômodos internos estariam conformes quanto as suas áreas; no entanto, o proprietário mantém a largura total da edificação “padronizada”¹⁰⁹ e cria um corredor de circulação interno, consequentemente a área do dormitório é diminuída. O dormitório possui 5,5 m² de área, enquanto que o valor determinado no Padrão Municipal¹¹⁰ é de 10 m² (SÃO PAULO (Município), 1886b, tit. VI, § 14º.). Neste caso, há preocupação em criar privacidade à família, e para isso os valores normatizados são negligenciados.

Outro exemplo é o das casas 3 e 4 (Figura 77), os dormitórios possuem 8,4 m² de área, enquanto que o valor estabelecido pela lei n.º 498 é de 10 m² ” (SÃO PAULO (Município), 1886b, tit. VI, § 14º.).

¹⁰⁹ Diz-se padronizada, uma vez que, após realizadas as análises, percebe-se não haver muita diferença, nos projetos, entre as larguras dos compartimentos (salvo algumas exceções), há certo limite das dimensões transversais, devido às larguras dos lotes da cidade.

¹¹⁰ Código em vigor quando da solicitação de aprovação do projeto.

pio), 1900b, art. 1, § 5º.). Observando a planta das casas e o desenho de implantação (Figura 78), há espaço e condições suficientes para atender as normas. As casas 1 e 2 construídas no mesmo terreno, junto ao alinhamento, estão conformes quando a este item; as do interior do lote é que apresentam esta inobservância; seria uma forma de “escondê-la” da fiscalização, mesmo que o projeto tenha sido aprovado?

O dormitório menor das casas da Vila Boyes (Figura 35); também possui área inferior ao valor normatizado. Esta vila possui 95 unidades unifamiliares, portanto são 95 habitações em que as condições questões de ordem higiênica são negligenciadas. Na época em que o projeto é aprovado, de acordo com a legislação, para obter o alvará de licença é necessário apresentar planta e memorial descritivo do que se pretende edificar, com as seguintes características:

Art. 10. – As plantas serão apresentadas em triplicata e feitas na escala de 1 x 100, sendo os cortes na de 1 x 50.

[...] § 2º. – As plantas indicarão especificamente cada pavimento ou dependência a construir, reconstruir ou modificar, bem como o terreno, com seus limites, e a elevação da fachada; os cortes indicarão as seções necessárias, transversais e longitudinais.

§ 3º. – As plantas indicarão também o destino dos diversos compartimentos e as dimensões que deverão ser observadas.[...] (SÃO PAULO (Município), 1916a)

O projeto da Vila Boyes é aprovado, mesmo que um dos dormitórios seja menor do que o necessário para atender aos requisitos mínimos do Padrão; e como as dimensões devem constar em planta, é evidente que não houve observância deste quesito, ao ser emitido o alvará. Esta vila não deve ter sido exceção em São Paulo, construída por Simão Boyes (1919-1924), e posteriormente vendida para as Indústrias Reunidas F. Matarazzo (BENCLOWICZ, 1989, p. 389), empresários influentes, em um período de expansão da cidade e carência de moradias. A prefeitura pode não ter “percebido” a inconformidade à legislação, afinal este tipo de iniciativa, por parte das grandes fábricas, possibilita que o poder municipal continue agindo apenas de maneira indireta (ao promulgar leis de cunho sanitário e ao conceder favores à iniciativa privada) para solucionar o problema habitacional.

Ao longo do tempo, há debates sobre diversos aspectos sanitários, com o intuito de estabelecer regras à casa higiênica, muitos dos primeiros preceitos são questionados, principalmente quanto à possibilidade de redução das exigências, para, entre outros, baratear a obra. Victor da Silva Freire é um dos autores estudados que relaciona diversos itens ao valor final da obra. Entre várias questões, consta a altura dos pés-direitos das habitações. Em *Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços) – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional*, quando apresenta suas considerações no item *Altura e espaço*,

o autor questiona a modernidade da legislação sanitária¹¹¹ do estado de São Paulo, aprovada no ano anterior. Neste momento, aponta as diferenças entre os “códigos antigos” e os “códigos orientados cientificamente”; os primeiros possuem como característica determinar valor “alto” para o pé-direito e “qualquer” área, de modo a atingir “cubação elevada” (estão pautados na teoria química). Por outro lado, os “códigos orientados cientificamente” (que estão em consonância com a teoria física) possuem como característica exigir “qualquer” valor para o pé-direito e “área ampla proporcionada à altura das paredes que a contornarem, a fim de que o ar não fique ‘estagnado’, mas a percorra sem cessar de um topo a outro”, assim a cubação obtida também é “qualquer”, o que importa é que o ar tenha condições de circular entre frente e fundo da casa (FREIRE, 1918, p. 280).

No entanto, quando as alturas dos pés-direitos são questionadas, ou as exigências legais diminuídas, não há sinais de debate, ou indicação, de que pudesse ser necessário adotar outro valor para a área dos compartimentos, ou mais aberturas na habitação, de modo a proporcionar a circulação do ar. Na teoria, aponta-se a necessidade de que os compartimentos tenham “área ampla proporcionada à altura das paredes”, que, dependendo do caso pode ser bem maior do que os valores mínimos normatizados; mais uma vez, o conhecimento técnico não é aplicado na prática (nos projetos ou na legislação). Ao diminuir a altura do pé-direito de uma casa, sem dúvida, a construção será mais barata; mas, não é possível repetir esta afirmação, se, simultaneamente, for necessário aumentar áreas dos compartimentos e/ou instalar mais caixilhos.

Apenas os Códigos Sanitários do Estado utilizam os valores mínimos para a cubação, com o intuito de definir as áreas dos compartimentos. O Código de 1894 relaciona o volume de ar com o número de habitantes dos “aposentos de dormir”, os outros Códigos indicam apenas a capacidade cúbica, independentemente da quantidade de moradores; o primeiro é pautado na teoria química do ar, quando se considera o ar “viciado” um risco, os outros na teoria física, que indica a necessidade de ventilação, para que o ar não fique “estagnado”.

Durante a vigência da primeira versão do Código, é muito difícil, senão impossível, saber se há conformidade quanto a este item, uma vez que não se sabe o número de moradores de cada habitação analisada. A legislação municipal indica a quantidade mínima de compartimentos, sendo um deles a cozinha, para os outros dois não há indicação de uso (SÃO PAU-

¹¹¹ Victor da Silva Freire está se referindo à lei nº. 1.596, que *Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado* (SÃO PAULO (Estado), 1917), e que é referendada através do decreto que institui o Código Sanitário de 1918 (SÃO PAULO (Estado), 1918).

LO (Município), 1886b, tit. VI, § 14º.; (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 4º.). Existem plantas aprovadas, durante a vigência do referido Código Sanitário, nas quais os compartimentos não são nomeados, mas sim numerados (Figuras 10, 17, 27 e 29), o uso não é indicado no projeto, isto ocorre, normalmente, nos exemplares menores, com três ou quatro compartimentos. Desta forma, o programa adotado não é explicitado, o mesmo tipo de casa, principalmente as edificadas em série, pode ter sido habitada por famílias pequenas e/ou grandes, por mais de uma família, ter tido compartimento alugado para outras pessoas. Tais características permitem notar a dificuldade em aplicar os preceitos legais quanto a cubação mínima é relacionada ao número habitantes das casas operárias.

[...] continua com alguns vícios de redação [Código Sanitário Estadual de 1894], já constantes nas posturas anteriores, que exigem certas medidas, mas não as regulamentam, dando margem a interpretações mil. Por exemplo, o artigo 45 estipula para qualquer dependência o pé-direito mínimo de 4,0 m “de sorte corresponder 14 m³ por indivíduo que habitar o pavimento”. Como controlar a satisfação dessa exigência na aprovação do projeto? [...] A ingenuidade continua no artigo seguinte (nº. 46), pois aí se proíbe “aposentos de dormir” com menos de 14 m³ “para cada indivíduo”. (LEMOS, 1999, p. 29-30)

O Código Sanitário, no *Título V – Habitações das Classes Pobres* (art. 144), além de apresentar um valor mínimo de volume de ar por habitante, também aponta ser necessário a indicação da lotação permitida, de acordo com o volume nos “aposentos de dormir”. Quando os compartimentos não são nomeados, mas sim numerados, não é possível afirmar se uma casa possui dois dormitórios e uma cozinha, ou sala, dormitório e cozinha. E, mesmo que o programa tenha sido explicitado em planta, o uso diário pode não ser o previsto quando da elaboração do projeto; portanto, as “salas”, independentemente de seu uso real, podem ter dimensões inferiores aos dos dormitórios. Em nenhum dos documentos dos processos/projetos analisados é localizada a informação da capacidade de ocupação das casas operárias. Com o descumprimento desta determinação, a casa passa a ser considerada insalubre, o excedente de moradores deve sair, e caso isso não ocorra, o imóvel está condenado, conforme apresentado no *Título VI – Das Habitações Insalubres* (art. 146, § 10º.; art. 147, e art. 148). As consequências são muito graves, para condições de improvável verificação; mais uma vez preceitos higiênicos são explicitados (desta vez em formato de lei), mas, negligenciados na prática.

[...] Artigo 144. – Deve ser determinada a lotação dessas casas, não sendo permitidos aposentos de dormir com menos de 14 metros cúbicos livres para cada indivíduo. [...] Artigo 146. – Serão consideradas insalubres as habitações: [...] 10º. Quando o número de indivíduos domiciliados for superior à sua capacidade, determinada por cubação. [...] Artigo 147. – Se a habitação for saneável, urge providenciar para que desapareçam as causas da insalubridade. Artigo 148. – Quando o saneamento for impossível, deverá ser condenado o imóvel, e a demolição ou interdito é medida que se impõe. (SÃO PAULO (Estado), 1894)

Durante os primeiros anos de vigência do Código Sanitário Estadual de 1894, vários dos exemplares analisados não indicam a altura do pé-direito, por este motivo não há como determinar a cubação dos dormitórios. Apenas para algumas reflexões, quando possível, fez-se o cálculo da capacidade de cada um destes compartimentos, e um caso destaca-se dos demais. No mesmo terreno, são construídas quatro casas, as casas 1 e 2 poderiam ser habitadas por três pessoas e as 3 e 4 por apenas duas pessoas (Figura 77). Nos outros exemplares analisados, não há muita variação quanto a capacidade dos “aposentos de dormir”, que é de 4 e 5 pessoas, no máximo. No *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, de 1893, as habitações operárias são vistoriadas, e os autores calculam a sua capacidade de acomodação: “Raramente cada casinha tem mais de 3 m de largura, 5 a 6 de fundo e altura de 3 a 3,5 m, com uma capacidade para 4 pessoas quanto muito.” (GAMA et al., 1893, p. 99). Verifica-se que a área, apontada no *Relatório*, é muito semelhante aos exemplares aqui analisados sob a ótica do Código Sanitário Estadual de 1894, mostrados nas figuras: 10, 29, 71, e 72. Há correlação entre estes dois documentos, o Código Sanitário, além de sofrer forte inspiração da legislação francesa, é subsidiado pelos resultados apresentados no *Relatório*, afinal os dois grupos de trabalho, do Código e do *Relatório*, são coordenados por Amaral Gama (LE MOS, 1999, p. 29).

No início do século XX, as famílias operárias são numerosas, além de possuírem agregados. Esta característica, aparentemente, é esquecida nos projetos das pequenas habitações operárias. No entanto, os profissionais, ao debaterem sobre a salubridade das moradias, mostram conhecer a realidade da superlotação. Durante o período estudado, há várias citações ao assunto, uma delas está presente no *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia*, após as visitas, as moradias do bairro são tipificadas desta maneira: casinha; cortiço; e hotel-cortiço. Especificamente, sobre as “casinhas”, é feita a seguinte análise:

Há ainda a casinha, como prédio independente, com frente para a via pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga não oferece garantia alguma pelo que respeita a higiene. (GAMA et al., 1893, 101)

Maria Alice Rosa Ribeiro, em 2010, no capítulo *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização (1893)*, resgata as fichas, elaboradas e preenchidas pela comissão de inspeção, com os resultados das visitas domiciliares. Seu objetivo é completar o *Relatório* com informações que não são utilizadas naquele texto. E, a partir daí, organizar os dados, de modo a narrar como é uma das regiões centrais da cidade, em 1893. Para isso, apresenta temas como: tipos de habitações e suas características; nacionalidades dos habitantes; populações,

homens, mulheres e crianças; atividades desenvolvidas na área; e vários outros (RIBEIRO, 2010, p. 47-78). Pautando-se neste trabalho, a título de curiosidade, são apresentados (Tabela 6) dados sobre a população de cada tipo de habitação, assim como a quantidade de pessoas excedentes (este número é calculado pela própria comissão, que utiliza como referência 14 m³ por habitante).

**Tabela 6 – Tipo de habitação operária x população
Cortiços do distrito de Sta. Ephigenia, em 1893**

<i>Tipos de Habitações¹¹²</i>	<i>Habitações Existentes</i>	<i>Casinhas/ Cubículos</i>	<i>População</i>	<i>Excedentes</i>
Casinhas	7	39	207	65
Cortiços	51	311	1.028	218
Casas de pensão	3	22	34	13
Hotéis	2	16	43	10
Restaurantes	1	10	19	3
TOTAL	64	398	1.331	309

Fonte: RIBEIRO, 2010, p. 47.

Backheuser, em 1906, em *Habitações populares*, indica que o projeto de Saturnino de Brito, para a cidade de Vitória, possui um programa “ideal” para abrigar famílias operárias, dentre os onze compartimentos da casa proposta, quatro são dormitórios, nomeados da seguinte maneira: quarto dos avós, quarto do casal; quarto das filhas; e quarto dos filhos (não é indicada a quantidade de membros da família). Mas, percebe-se que, a casa, conforme previsto no programa, atende a mais de seis pessoas. A separação por sexos, nos dormitórios, um dos preceitos básicos para evitar a promiscuidade, que permite que uma simples casa se transforme em um “lar”.

Outro exemplo, de que o problema da superlotação das moradias é conhecido, é o artigo *Casas Operárias*, publicado na *Revista de Engenharia*, em 1911 (CASAS ..., 1911a, p.4). Neste texto, o autor aponta que, em bairros pobres, é fácil encontrar habitações com três, e as vezes até mais, famílias. Pouco espaço, muita gente, habitações insalubres, trata-se da realidade da cidade de São Paulo, principalmente nas periferias.

Em 1917, Victor da Silva Freire, ao discutir questões de ordem econômica, para viabilizar a construção de uma casa higiênica e barata, apresenta referências norte-americanas. Os estudos estrangeiros mostram que uma família “normal” é constituída por sete pessoas, o que não deveria ser muito diferente daqui. Freire apresenta, entre outras, casas construídas na Filadélfia (Figura 47), com apenas um dormitório; sendo que, na mesma edificação, há uma unidade habitacional no pavimento térreo e outra no superior (FREIRE, 1917a, p. 232-235).

¹¹² Ribeiro, utilizando os dados contidos nas fichas, apresenta designações diferentes para as habitações operárias, do que as contidas no *Relatório*. A autora explica que, naquele texto, casas de pensão e restaurante são agrupados aos cortiços.

Mas, a promiscuidade no interior da habitação, aparentemente, não preocupa o autor, suas considerações estão focadas no possível compartilhamento de uma mesma porta de entrada por duas famílias. No caso do exemplar apresentado por ele, há entradas independentes, e a promiscuidade gerada no encontro dos habitantes é evitada. Parece ser mais importante evitar o contato externo, com vizinhos, do que o interno, com sete pessoas em um único dormitório.

No fundo, os autores questionam a promiscuidade, mas, da porta para fora. O número de compartimentos mínimos, relacionado ao tamanho da família, de uma casa operária, não é questionado. Fala-se em uso da mesma cama por várias pessoas, mas não se considera o tamanho mínimo dos compartimentos, de forma a permitir que várias camas sejam distribuídas em áreas tão pequenas para o número de usuários.

Ao longo do período, os diversos códigos passam a exigir que os compartimentos de das habitações tenham aberturas para o exterior e, a partir de 1900, também determinam ser necessário que estas portas e/ou janelas abram para áreas descobertas, cuja finalidade é prover ventilação e iluminação naturais, em seus interiores. Sem dúvida, estas exigências devem ter sido as mais importantes, em se tratando de salubridade; com isso as alcovas são proibidas e, as teorias do ar (física ou química), são contempladas. No início do período estudado, como vários dos projetos apresentados para aprovação são pouco mais do que um esboço, carentes de informações, sequer indicam as divisas dos terrenos, ou possíveis outras edificações no mesmo lote, não é possível identificar se apresentam áreas externas com as características normatizadas.

Compreende-se, após a leitura das obras contemporâneas ao período, que, entre 1900 e 1916, quando os códigos indicam apenas dimensões mínimas das áreas externas, é que as características normatizadas não são adotadas. Após 1916, não há como fazer qualquer afirmação sobre conformidade a estes preceitos, porque os cálculos passam a serem obrigatórios, mas, não são apresentados, ou mencionados nos projetos.

Em 1915, em *Cidade Salubre*, Victor da Silva Freire ao realizar análise sobre a inclusão de áreas externas (FREIRE, 1915a, p. 8-13), após a extinção das alcovas, nos “tipos de casas comuns em São Paulo” (Figura 67), chega à conclusão de que, em média, os corredores possuem 1,5 m de largura, e as vezes até menos. E, como a lei nº. 498 exige área mínima de 10 m², com largura de, pelo menos, 2 m (SÃO PAULO (Município), 1900b, art. 1, § 6º.), não há espaço suficiente, nos lotes comumente configurados associados aos tipos de moradias adotados. Sabe-se não ser possível mudar, radicalmente, características comumente adotadas, simplesmente por imposição de uma lei. É necessário que certas vantagens sejam incorpora-

das, principalmente, quando vários dos proprietários são também responsáveis pelos projetos. Sendo os lotes muito estreitos, seria necessário, para manter a configuração adotada nas casas, aumentar, no mínimo, a sua largura (o que só seria possível em bairros novos).

A partir de meados da década de 1910, os engenheiros afirmam que, apenas o tamanho, não é garantia para que as áreas externas tenham condições de prover salubridade ao interior das habitações. Assim, passa a ser necessário calcular as dimensões para cada caso, considerando alturas vizinhas e a orientação adotada e este procedimento, também, é incorporado às normas. Neste contexto, Freire “entende” e, de certa forma, “justifica” o comportamento dos construtores/proprietários ao descumprimento dos preceitos legais. Segundo o autor, quando os terrenos possuem seis metros de frente¹¹³, é necessário perder quase a metade da sua largura para atender aos códigos; e, também, ao calcular as características das áreas é necessário pensar nas edificações vizinhas, que vêm aumentando o número de pavimentos, sem que as alturas dos pés-direitos sejam reduzidas. Portanto, as áreas adequadas, no geral, serão maiores do que as habituais, aumentando o preço total da construção, de forma que possa inviabilizar o projeto (FREIRE, 1915a, p. 15-24).

Estas considerações são realizadas apenas cinco anos após a promulgação da lei nº. 498, que exige pelo menos 2 m de largura das áreas. Nada de mais, se o autor da lei não fosse o mesmo que justifica o seu descumprimento. O discurso de caráter sanitário está presente, mas, na prática, a adoção destes preceitos não. Os procedimentos empregados são aceitos, seja por parte do Estado, que aprova os projetos, seja pelos profissionais técnicos, que afirmam não ser economicamente viável a construção de moradias operárias atendendo a todas as regras legais, uma vez que, várias delas, são excessivas e poderiam ser reduzidas.

Quanto à existência de aberturas para áreas externas, dentre os exemplares analisados, apenas um descumpra este preceito (Figura 80), o que não configura que esta especificação tenha, na sua maioria, sido descumprida ao longo do período. No entanto, não se pode fazer tal afirmação quanto às dimensões, que, ao longo do período, em momentos com mais intensidade, em outros com menos, as especificações mínimas das aberturas não são atendidas. Quando da vigência do Padrão Municipal de 1886, aparentemente, há um “acordo” para que pudessem ser usadas dimensões menores nas janelas dos pavimentos térreos. Nos exemplares em que se percebe esta característica, são adotados, também, valores estabelecidos no Padrão, mas para o segundo pavimento. As janelas do segundo pavimento são 15 cm mais

¹¹³ De acordo com Victor da Silva Freire, a frente média das casas, construídas em 1911, é de 5,86 m (FREIRE, 1915a, p. 9).

baixas do que as do primeiro (SÃO PAULO (Município), 1886b, tit. VI, § 19º.); além disso, todas as casas selecionadas, deste período, são térreas.

Novamente, a cozinha é o compartimento que menos atende aos preceitos legais, quanto às dimensões das aberturas para o exterior. A cozinha é o compartimento no qual mais se economiza com o descumprimento das especificações normatizadas (áreas, pés-direitos e caixilhos menores), e é o lugar da mulher.

Também, há casos nos quais, em outros compartimentos, as dimensões mínimas das janelas são menores do que o especificado. Entre eles, vale citar as habitações da Vila Boyes (Figura 35), o dormitório menor possui janela com área inferior ao determinado no ato nº. 849: “quinta parte da superfície mínima do compartimento” (SÃO PAULO (Município), 1916a, art. 77, § 4º.). Se, por um lado, aprovar um projeto, de uma vila operária, com 95 unidades habitacionais, é permitir que, 95 famílias morem em casas com certo grau de insalubridade, de acordo com os preceitos de então, por outro, é garantir que estas mesmas famílias tenham habitação, sem a intervenção direta do Estado.

Na legislação paulista, a determinação para que as janelas, dos dormitórios, possuam venezianas, é uma exigência que surge em 1917, antes disso este acessório não era normatizado. Parece ser uma recomendação sem grande importância, mas este é um dos itens em que se percebe a transição dos códigos orientados pela teoria física do ar, por aqueles pautados na teoria química, quando a circulação do ar é vital. Aparentemente, o uso de venezianas nos dormitórios é respeitado, consta dos projetos e das exigências cobradas para a aprovação dos mesmos. Embora, esta questão tenha suscitado debates e argumentações de que, para as casas operárias, o custo deste acessório é muito alto.

Para a proteção da umidade no piso, a legislação indica a construção de porões, que, no início do período nada mais são do que um afastamento (de 50 cm) da casa em relação ao solo; com o passar do tempo o porão passa a ser visitável (altura maior do que 1 m) e habitável (pé-direito com, pelo menos, 2 m). Na prática, é sabido que os porões, ao longo do tempo, são utilizados até mesmo como dormitórios (o que é completamente condenado pela legislação), devido a carência habitacional e aos baixos recursos dos operários para pagar o aluguel de uma habitação higiênica.

No início do período estudado, há poucas informações, nos projetos analisados, sobre os porões; mas, nota-se que, a partir de 1918, com a publicação da nova versão do Código Sanitário Estadual, informações mais detalhadas passam a constar dos projetos, que incluem a

forma como se dará a ventilação no interior destes compartimentos. Para que os porões sejam salubres, são exigidas aberturas que garantam a adequada ventilação, e, sendo insuficiente, torna-se necessária a instalação de ventiladores (SÃO PAULO (Estado), 1911, art. 274; SÃO PAULO (Estado), 1918, art. 362). Os projetos mais recentes indicam claramente a previsão destes recursos.

Victor da Silva Freire apresenta várias reflexões sobre o uso dos porões, com qualidades higiênicas, para viabilizar a moradia dos mais pobres. Mas, o porão está estigmatizado, assim, a legislação apresenta uma alternativa para o uso do subsolo, o embasamento. O Padrão Municipal de 1920 explicita as diferenças entre porão e embasamento, e permite que este último possa ser utilizado como dormitório:

Art. 106. – O embasamento (art. 65, parágrafo 2º.¹¹⁴) pode ser aproveitado para compartimentos de dormir e de permanência diurna, se tiver suficiente pé-direito, iluminação e insolação, de acordo com a presente lei, e se dispuser também de uma latrina interna ou externa. (SÃO PAULO (Município), 1920)

Mais uma vez, ficam algumas questões: Os porões insalubres, sujos, e sem ventilação, mas, mesmo assim, servindo de moradia, são extintos da cidade? Os embasamentos passam a ser a alternativa adotada? Ou, é só mais uma forma de “não enxergar” o que acontece?

¹¹⁴ De acordo com os artigo e parágrafo citados: “EMBASAMENTO é a parte do edifício que tem o piso, em todo o seu perímetro, menos da quarta parte de sua altura abaixo do terreno circundante.” (SÃO PAULO (Município), 1920, art. 65, § 2º.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imigrantes operárias de fábrica de flores artificiais, 1910. Fonte: SOUZA, 2003, p. 132.

Aprendizes italianos da escola técnica, anos 20. Fonte: SOUZA, 2003, p. 43.

Considerações Finais

Durante o período estudado (1886-1929), conforme apresentado no capítulo 1, a cidade de São Paulo passa por uma complexa transição: do Império à República; da cidade com características coloniais à metrópole; da população de, aproximadamente, 30.000 habitantes para mais de 600.000; da pequena área urbanizada (pouco mais do que o triângulo) até ocupar uma grande extensão (do Jaçanã ao Ipiranga e de Pinheiros à Penha); da cidade hierarquizada à cidade segregada, dividida em diferentes espaços para ricos e pobres.

A carência habitacional é um problema muito grave de então, assim como as condições das moradias. Com a vinda de imigrantes, operários, torna-se necessário acomodá-los e, para tanto, construir habitações. A atuação governamental se dá na direção de aprovação de leis com regulamentações construtivas e/ou de incentivos fiscais. A construção das casas é feita pela iniciativa privada, que cobra elevados aluguéis por minúsculas moradas, várias delas em péssimas condições sanitárias. Trata-se da produção rentista, que muito lucrou.

Naquela época, o olhar dos higienistas, sobre a população mais pobre, é paternalista e imbuído de preconceitos, como quando pensa-se que, os mais pobres, por seu modo de vida e suas moradas, são um risco às elites. As habitações operárias, superlotadas e com precárias condições de higiene, são consideradas focos que podem propagar doenças e epidemias, de modo a prejudicar toda a população. Como as casas não são “atrativas”, os filhos e os maridos estão sempre na rua, vulneráveis aos vícios, como bebidas, jogos e mulheres; este modo de vida é considerado imoral e pouco saudável. Ainda, de acordo com os preceitos de então, o “lar” é um desejo da família, e, devido às suas características higiênicas, contribui para afastar os perigos das ruas, sejam eles de ordem física, moral ou social. Ou seja, trata-se de uma tentativa, das elites, em alterar o viver e o morar dos pobres, para que fiquem em consonância com seus ideais.

A casa higiênica é aquela que possui certas características mínimas: afastamentos e recuos; tipo de implantação no lote; dimensões dos compartimentos (áreas e pés-direitos); aberturas para o exterior de modo a garantir quantidade de ar e luz adequados; áreas externas que propiciem ventilação e iluminação naturais; e proteção contra a umidade. Conforme apresentado no capítulo 4, os saberes mudam ao longo do tempo, e, como consequência, as especificações técnicas são adequadas e incorporadas aos códigos. Os profissionais brasileiros, da área técnica, estão em consonância com os estrangeiros, europeus e norte-americanos.

O higienismo é matéria multidisciplinar, portanto, o saneamento das cidades e das casas é tratado por diversos profissionais, higienistas, médicos, engenheiros, arquitetos, sociólogos, e literatos. Trabalham juntos de modo a viabilizar o projeto da casa salubre, cada um contribui na sua área de atuação e com seus saberes específicos; só que os propósitos a serem atingidos são divergentes. Enquanto os médicos ditam normas qualitativas para que as habitações proporcionem condições de bem-estar físico e social aos habitantes, os engenheiros e arquitetos são mais pragmáticos, consideram os fatores econômicos como determinantes na implantação das soluções apontadas como ótimas.

As leis promulgadas pelo Estado, que definem os padrões a serem adotados nas edificações e, em especial, na casa operária são de caráter higienista. Resgatou-se neste trabalho algumas circunstâncias e personagens que compõem as estruturas municipais e estaduais de São Paulo, no período estudado. A Câmara Municipal é responsável por estabelecer as leis a serem adotadas no município, assim como, a Assembleia Legislativa pelas leis estaduais. Os processos eleitorais são diferentes para o município e para o estado e ocorrem em períodos diversos. Mas, a eleição direta e os possíveis eleitores são comuns às duas casas, Câmara e Assembleia, portanto o grau de representatividade é o mesmo para os vereadores e os deputados estaduais.

Apenas a elite vota e garante que suas necessidades e anseios sejam atendidos por seus representantes. Mais do que isso, os mandatários, em sua maioria, são os próprios beneficiários, boa parte dos membros da Câmara Municipal de São Paulo, é composta por representantes de empresas urbanizadoras, responsáveis, inclusive, pela construção de casas operárias. Seja no Império, ou na República, os interesses privados confundem-se com os interesses públicos. Um exemplo que, bem mostra a representatividade das elites, é o caso de Antonio da Silva Prado, durante o Império perpassa por diversos cargos, de deputado provincial até chegar a conselheiro. Na República, é eleito vereador, e como mais votado assume a prefeitura de São Paulo. Vale lembrar que a quantidade de seus eleitores é menor do que 2% da população da cidade.

As leis que são pesquisadas, por possuírem especificações voltadas à habitação operária, estão aqui listadas. Dentre estas leis, são destacadas, para exemplificar relações entre personagens e legislação, as seguintes: Padrão Municipal de 1886; Código Sanitário de Estado de São Paulo de 1894; lei municipal nº. 498 de 1900; Código Sanitário de Estado de São Paulo de 1911; e Padrão Municipal de 1920. Os personagens selecionados são Luiz C. do Amaral Gama e Victor da Silva Freire, ambos engenheiros da prefeitura de São Paulo, com

atuações relevantes e de destaque na cidade e no estado. Gama é o responsável pela elaboração do primeiro Padrão Municipal da cidade (CAMPOS, 2008a), e coordena a *Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ephigenia* e um dos grupos de trabalho, que elabora o primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo. Freire é nomeado, por Antonio da Silva Prado, diretor de Obras Municipais, é o autor da lei nº. 498, e participa de comissões para a revisão do primeiro Código Sanitário e para o estudo do projeto que, posteriormente, é convertido no Padrão Municipal de 1920.

Suas semelhanças não param por aí, seus discursos estão atualizados com os saberes nacionais e estrangeiros, contemporâneos às suas atuações. Mas, em determinados momentos, suas proposições e argumentações são antagônicas aos códigos, inclusive àqueles em que Gama e Freire participam de suas redações. O discurso é um e a ação é outra. Esta forma de agir é percebida em todo o período, e, não apenas pelos engenheiros citados, trata-se de um padrão.

Mas, por que agir de tal maneira? Pensa-se que cada tipo de ação é voltada para diferentes “públicos” (legisladores, engenheiros, arquitetos, estudantes). No caso dos códigos, as comissões são compostas por múltiplos profissionais, e para que sejam aprovados é necessário atender a todos. As exigências higienistas são superiores e limitantes, não representam a realidade do que se encontra na cidade, tampouco a vontade dos construtores. Mas, estas exigências fazem parte da legislação. Acredita-se que os engenheiros participantes das redações “concordam” em inserir certos preceitos, sem utilizá-los na prática. Freire explica que, a casa higiênica construída em outros países, aqui no Brasil, custaria, pelo menos, um terço a mais (1918, p. 250). Dois anos antes, ele já indicava que, questões de ordem higiênica, só seriam adotadas quando os custos, da produção da casa operária, fossem diminuídos, tornando-se atraentes aos proprietários:

Nessa pesquisa da traça mais apropriada que é, por assim dizer, provocada e estimulada, é que eu enxergo o melhor do recente regulamento¹¹⁵. Nela, no esforço do arquiteto que terá diante de si os termos concretos e precisos dos reclamos da higiene, que procurará conciliá-los – seguro de que encontra sempre solução – com os mais legítimos e respeitáveis interesses do proprietário, é que deposito a esperança, que convictamente nutro, de que as disposições concorrerão para o progresso da capital. Tenho de há muito como axioma, a força talvez de ver o contrário posto em ação, que a melhoria das nossas condições sanitárias depende, mais que tudo, da facilidade e economia dos meios que pusermos ao alcance de todos. Enquanto houver proprietários, como um meu conhecido, que cai da cama quando recebe uma intimação... a bem da higiene, pouco será alcançado de útil e profícuo. (FREIRE, 1916, p. XIII)

¹¹⁵ Refere-se ao livro de Alexandre de Albuquerque, *Insolação: Orientação e largura da ruas e altura dos edifícios*, o qual prefacia.

Freire, também, analisa a revisão do Código Sanitário do Estado de 1911, que se encontrava em curso. Apresenta sugestões para atualizar o código e colocá-lo em nível de igualdade à legislação de outros países, e aos saberes internacionais. No entanto, o autor é cético, em seu discurso prevê mudanças longínquas, e mais uma vez associa as melhorias das casas operárias à possibilidade de aumento dos aluguéis. Também, aponta ser necessário aceitar condições inferiores às normatizadas, para não contrariar a iniciativa privada:

E, quando os primeiros efeitos da nova legislação se fizesse sentir, quer dizer, quando o Paulista visse o que é a casa construída segundo os preceitos da experiência universal, que tanto tempo e esforço custaram a coordenar, não há dúvida que os velhos bairros seriam transformados espontaneamente, pelos meios e na direção mais conveniente. É o que se dá em toda a parte desde que, sob a pressão do exemplo, o aluguel passa a crescer não aritmética, mas geometricamente com as condições de saúde, conforto e atrativo que patenteia a casa.

Até lá, ter-se-á de recorrer a critérios menos rigorosos que, como no regulamento de saguões da capital, temem melhorar de fato as condições sanitárias, respeitando contudo o interesse particular até o extremo limite em que ele possa ser poupado. (FREIRE, 1916, p. XXII)

Sugerir concessões não é exclusividade nacional, no *A model housing law*, citado por Freire, e utilizado, como referência em vários de seus escritos, Lawrence Veiller apresenta um modelo de lei que pode ser adaptado às situações locais, de modo a viabilizar seu uso em qualquer cidade. Neste modelo, após cada um dos artigos sugeridos, há notas explicativas de como e porque adotá-los e, no final de cada sessão (assunto), há indicativo do que pode ser permitido na modificação de algum item da norma, sem que haja prejuízo significativo na qualidade higiênica da edificação. Este contexto é bem diferente do que é proposto por Freire, ao apontar que a norma deve apresentar itens menos restritivos, de modo a não prejudicar os interesses da iniciativa privada.

In other hands, while each section of the Model Law represents the best consensus of opinion as to what it is desirable and practicable to adopt, it is recognized that it will not always be possible for each city to enact every provision as written in the law. Concessions will necessarily have to be made to meet the views of various persons in each community, and it is important, therefore, for the housing reformer who is working for this results to know where he may safely make concessions and how far it is wise to go. In order to aid him to the greatest possible extent a flight of steps has been built leading down from each section. In other words, where concessions can be made a series of "Concessions" is indicated after the explanatory notes, and the exact phraseology of each concession is given¹¹⁶. (VEILLER, 1914, p. 22-23)

¹¹⁶ Tradução da autora: "Em outras palavras, enquanto cada seção de *Model Law* expressa consenso dos principais pontos de vista, desejáveis e viáveis, reconhece-se que, nem sempre, será possível que cada cidade implemente todas as prescrições, conforme apresentado na lei. As concessões devem ser, necessariamente, permitidas para satisfazer as opiniões de várias personalidades em cada comunidade, por isso, é importante que, o legislador que trabalha para obter resultados, saiba onde pode fazer concessões com segurança e até onde é sábio chegar. Para ajudá-lo, na medida do possível, no final de cada seção, é apresentada a melhor direção a ser tomada. Em outras palavras, em qual cenário as concessões podem ser feitas; após as notas explicativas, uma série de 'Concessões' é apresentada, assim como a terminologia correta de cada uma delas".

Veiller (1914, p. 5) possui ciência de que apenas a promulgação de uma lei não é suficiente para que a postura da sociedade mude: “But legislation is not the only way. Much must be done through education, – education of both tenant and landlord, and even the community itself. The force of example some think will do much, but thus far that expectation has not been realized.”¹¹⁷. O autor admite que, conforme as características de cada cidade, a legislação possa ser menos restritiva, desde que ainda pautada em preceitos higienistas, e de acordo com as concessões previstas em *A model housing law*.

A legislação da cidade de São Paulo, para a construção de casas, em especial das operárias, entre 1886 e 1929, não é totalmente observada nos projetos analisados. No presente trabalho, são verificados itens de caráter sanitário, relativos a: condições de implantação; alturas mínimas de pés-direitos; cômodos; aberturas para o exterior; e proteção contra umidade. Após terem sido realizadas as análises naqueles projetos, verifica-se que nenhum dos itens escolhidos são integralmente cumpridos. Percebe-se que, também, características que podem elevar o preço final das casas, são as mais desrespeitadas, tais quais as dimensões mínimas de recuos, áreas externas e internas; isto acontece em todas as modalidades de habitações operárias: casas isoladas, casas em série, e vilas particulares e de empresas.

É preceito da época estudada que, a família operária, ao adquirir hábitos saudáveis e disciplinados, deve morar em um “lar”. Esta habitação é isolada, abriga uma única família e possui características higiênicas, mas, o mais importante é que seja barata. Os proprietários das casas alugadas na cidade de São Paulo têm ganhos enormes com seus aluguéis, muito maiores do que os proprietários europeus. Alguns autores afirmam que o estado precário das moradias para as classes mais pobres é consequência da ganância dos locadores. Há aí uma série de questões, uma vez que as casas higiênicas, em total conformidade com a legislação, são mais caras do que as casas alugadas na cidade. Como convencer os proprietários a gastar mais? Seriam cobrados alugueis mais altos para compensar os investimentos? Não se pode negligenciar que os salários são baixos, muitas vezes insuficientes para a subsistência da família. Como pagar alugueis mais altos? Talvez sublocando cômodos, se esta foi a solução encontrada, a casa higiênica, o “lar”, ou qualquer outra denominação que tenha, esconde um cortiço.

¹¹⁷ Tradução da autora: “Mas a legislação não é a única maneira. Muito deve ser feito através da educação, - educação tanto do inquilino quanto do senhorio, e até mesmo da própria comunidade. Devido a eficácia dos exemplos, alguns pensam que vão fazer muito, mas até aqui essa expectativa não foi concretizada.”

Ao proceder às análises dos projetos das casas operárias, também foi possível verificar que os discursos das elites apontam em uma direção, a da higiene, estes discursos são atualizados e incorporam saberes contemporâneos àqueles difundidos em outras localidades. No entanto, estas mesmas elites, quando se trata da ação, ou melhor, implantação de seus referenciais teóricos, caminham na direção oposta, adotando soluções mais baratas em detrimento às higiênicas. A necessidade de que a legislação sanitária seja adotada é variável, conforme o bairro da cidade, mesmo em se tratando de habitações operárias. Apenas para ilustrar, casas operárias, para a área central, são comumente projetadas sem recuo frontal, o que não é permitido pelos códigos, e, mesmo assim, os projetos são aprovados. Neste caso, prevalece a beleza da cidade, quando os alinhamentos são os mesmos em um quarteirão; com isso abundante circulação de ar, para evitar a proliferação de doenças e epidemias, é dispensada. Por outro lado, nos bairros periféricos, basta que as casas tenham afastamentos de suas divisas, seus projetos não precisam serem apresentados aos órgãos competentes, para que as mesmas possam ser edificadas. Assim, em bairros periféricos, pouco habitados e com edificações baixas, a circulação de ar é absolutamente necessária, enquanto que na área central da cidade, muito mais povoada e com prédios mais altos, não. Trata-se de contrassenso ou, em certos bairros, pode-se negligenciar preceitos sanitários que poderiam descaracterizar a aparência das construções, adotadas anteriormente naquela localidade?

Vale salientar que os projetos analisados apresentam casas muito pequenas (mesmo aquelas conformes à legislação) para serem habitadas por famílias numerosas. Nos textos pesquisados não há qualquer referência a esta realidade, será que os preceitos morais, característicos das teorias higienistas, valem apenas da porta de entrada para fora?

Referências

1 OBRAS

ACTAS das sessões da Câmara Municipal de S. Paulo: 1887. Vol. LXXIII. São Paulo: Typ. Espíndola & C., 1907.

ACTAS das sessões da Câmara Municipal de S. Paulo: 1888. Vol. LXXIV. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1908.

ACTAS das sessões da Câmara Municipal de S. Paulo: 1889. Vol. LXXV. São Paulo: Typ. Espíndola & Comp., 1906.

ALBUQUERQUE, Alexandre de. Hygiene da habitação. *Revista Polytechnica*, São Paulo, vol. IX, n. 55, 1918, p. 5-22.

_____. Hygiene da habitação (continuação). *Revista Polytechnica*, São Paulo, vol. IX, n. 56, 1919, p. 3-19.

_____. Hygiene da residencia urbana. In: PRIMEIRO CONGRESSO MÉDICO PAULISTA, 1916, São Paulo. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2 jan. 1917, p. 3-21.

_____. *Insolação*: Orientação e largura da ruas e altura dos edificios. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1916.

ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luz, ar e sol na São Paulo moderna*: Alexandre Albuquerque e a insolação em São Paulo – 1916-1934. São Paulo: FAUUSP, 2007. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2006.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915/1935)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. A cidade como um corpo são e belo: O pensamento urbanístico do engenheiro Saturnino de Brito. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v. 2, n. 1 (1993). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/323>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. *A peste e o plano*: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. São Paulo: POLI/USP, 1966. Tese apresentada à Congregação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, para o concurso à Cátedra no. 12: Construções de Edifícios; Noções de Arquitetura; Engenharia Urbana e Urbanismo, POLI/USP, 1966.

ARAÚJO, Emanuel (projeto); LEMOS, Carlos A. C. (textos). *O álbum de Afonso*: A reforma de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001.

AS HABITAÇÕES em São Paulo. *Revista de Engenharia, Publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia*, São Paulo, v. I, n. 10, p. 277-278, mar. 1912.

- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BARROS, Liliane Schrank Lehmann de; MOIZO, Rosana Pires Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo 1554-1954. In: *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, v. 199, 1991, p. 9-183. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/ram/ram199/flip/ram199.htm>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 1989. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 1989.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 11, n. 34, p. 39-54, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 4ª. ed., 1ª. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BERNARDINI, Sidney Piochi. *Construindo infraestruturas, planejando territórios: A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado, FAU/USP, 2007.
- BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- _____. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 1*. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância – Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 6, n. 11, p. 7-44, set. 1985/fev. 1986. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=30>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Metrôpoles: As faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=32>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v. 2, n. 1 (1993). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 15-38.
- BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo 1890-1911*. São Paulo, FAUUSP, 2008.
- BRITO, Saturnino de. *Obras Completas de Saturnino de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1943. Volume VI – Saneamento de Campos: Projetos e Relatórios.

_____. **Obras Completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1943. Volume VII – Saneamento de Santos: Projetos e Relatórios.

_____. **Obras Completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1944. Volume XX – Urbanismo: Estudos Diversos.

_____. **Obras Completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1944. Volume XXI – Urbanismo: A Planta de Santos.

BRUHNS, Ângelo. Memória descritiva de uma Villa Operaria que vae ser construída na Ponta da Armação, Nictheroy, para a Companhia Commercio e Navegação. **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, v. IV, n. 12, p. 5-7, jul. 1921.

_____. Memória descritiva de uma Villa Operaria que vae ser construída na Ponta da Armação, Nictheroy, para a Companhia Commercio e Navegação. **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, v. IV, n. 13, p. 27-31, out. 1921.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CACHIONI, Marcelo. **Londres, Lisboa e São Paulo: vigilância, ordem, disciplina e higiene nos espaços de sobrevivência operária**. 2013. Tese (Doutorado – Área de Concentração Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Novas fontes documentais no contexto da historiografia da arquitetura moderna. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 2014, São Paulo. São Paulo: FAU-UPM. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-CDR-007-5_JUNQUEIRA.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

CAMPOS, Cândido Malta. **Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: SENAC, 2002.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a Cidade (1925-1945)**. São Carlo: RiMa, 2002.

CAMPOS, Eudes. Casas e vilas operárias paulistanas. **INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**, 4 (19): jul/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Os Pais de Barros e a Imperial cidade de São Paulo. **INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**, 3 (16): jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info16/i-estudos.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. Vila Economizadora. **INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL**, 4 (19): jul/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CAPONI, Sandra. Entre miasmas y microbios: la vivienda popular higienizada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 18, n.6, p. 1665-1674, nov./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000600021>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. La generación espontânea y la preocupación higienista por la disseminación de los gérmenes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p. 591-608, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Viejos e nuevos riesgos: en busca de otras protecciones. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 23, n.1, p. 7-15, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100002>. Acesso em: 06 ago. 2014.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho*: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917/1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CASAS Operárias. *Revista de Engenharia, Publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia*, São Paulo, v. I, n. 1, p. 4, jun. 1911.

CASAS Operárias. *Revista de Engenharia, Publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia*, São Paulo, v. I, n. 3, p. 84-85, ago. 1911.

CAVANI, Suzana. Às urnas cidadãos! Escapando ao controle das elites políticas, as eleições no Império eram período de grande desordem, que muitas vezes terminavam em pancadaria e morte. In: *Revista de História.com.br*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-urnas-cidadaos>>. Acesso em: 01 out. 2015.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*: utopias e realidades, uma antologia. 7^a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

COE, Neil D. *ALEXANDRA COTTAGES* – Architectural handbook and conservation guide. London: Alexandra Residents' Association, 2005. Disponível em: <<http://www.alexandracottages.co.uk/archives/2352>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889*: Uma história mundial. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CORBIN, Alain. Gritos e cochichos. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4*: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 525-568.

CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia*: sanitarianismo e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda., 1972.

CORRÊA, Maria Leticia. Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 157-169, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=8>. Acesso em: 18 fev. 2015.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

_____. De vila operária a cidade-companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, p. 83-98, maio 2001.

_____. O pitoresco no mundo industrial: Ângelo Bruhns e a vila operária para a *Companhia Commercio e Navegação*. *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 3, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/984>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

COSTA, Luiz Augusto Maia. Nem Europeu, nem Norte-Americano: Victor da Silva Freire e suas influências teóricas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v. 9, n. 1 (2006). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1106/1081>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

_____. *O ideário urbano paulista na virada do século o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais modernas (1886-1903)*. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2003.

_____. Victor da Silva Freire: a vida, as ideias e as ações de um urbanista paulistano de primeira hora – 1869-1951. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 112-141, 2011. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/Costa.2011.2/582>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-1879 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702004000100004>. Acesso em: 3 dez. 2015.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: Origens das políticas de saúde no Brasil*. 2ª. ed. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1986.

DONATO, Hernâni. Os que governaram São Paulo: 1890 a 1954. In: Porta P. (Org.) *História da Cidade de São Paulo*, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 15, p. 588-601.

FERNANDES JÚNIOR, Rubens; BARBUY, Heloisa; FREHSE, Fraya. *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FERREIRA, Maria Helena Alves; ROGERI, Silvia Regina Soares (Orgs.). *Quadro comparativo das constituições do estado de São Paulo: atualização até março de 2002*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, IMESP, 2002. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/arquivos/leis/constituicoes/cesp_quadro_comp.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: FAPESP, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FICHER, Sylvia; MACEDO, Danilo Matoso. Três vinholas no Brasil do século 19. In: IV PROJETER 2009 – PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PRÁTICA E PESQUISA, 2009, São Paulo. São Paulo: FAU-UPM. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1382/1/%23493.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25ª. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Victor da Silva. *A cidade salubre* (Extraído da Revista Polytechnica). São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia., 1915.

_____. Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços) – Um capítulo de urbanismo e de economia nacional. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, vol. I, n. 1-3, 1918, p. 229-367.

_____. Melhoramentos de S. Paulo (Conferência do lente, dr. Victor da Silva Freire, no “Gremio Polytechnico”, a 15 de Fevereiro). *Revista Polytechnica*, São Paulo, vol. VI, n. 33, 1915, p. 91-145.

_____. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Alexandre de. *Insolação*: Orientação e largura da ruas e altura dos edificios. São Paulo: Seção de Obras d’O Estado de São Paulo, 1916.

_____. Relato do trabalho: ALBUQUERQUE, Alexandre de. Hygiene da residencia urbana. In: PRIMEIRO CONGRESSO MÉDICO PAULISTA, 1916, São Paulo. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2 jan. 1917, p. 18-21.

FREITAS, Maria Luíza de. *O “Lar Conveniente”*: Os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). 2005. Dissertação (Mestrado – Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FRENCH, Hilary. *Os mais importantes conjuntos habitacionais do século XX*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FURTADO, Janaína Lacerda. Dois lados da moeda: as relações entre a política e a higiene na Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. *História e-história*, Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da UNICAMP, 5 abr. 2006. Disponível em: <http://historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=39#_ftn1>. Acesso em: 11 mar. 2015.

GAMA, Luiz C. do Amaral et al. Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços nos districto de Sta. Ephigenia. 1893. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia*: sanitário e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

GAP – Grupo de Arquitetura e Planejamento; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. *Habitação popular*: Inventário da ação governamental. São Paulo, 1985.

GROSTEIN, Marta Dora. *A cidade Clandestina*: Os ritos e os mitos: O papel da “irregularidade” na estrutura do espaço urbano no município de São Paulo. 1900-1987. São Paulo: FAU/USP, 1987. Tese de doutorado, FAU/USP, 1987.

GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4*: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 302-386.

GUNN, Philip. A ascensão dos engenheiros e seus diálogos e confrontos com os médicos no urbanismo sanitário em São Paulo. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v.7, n.1 (2002). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/881/856>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Entre os miasmas e o contágio: os embates entre a medicina e a doença na gestão da cidade no Brasil. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v.5, n.3 (1998). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/626/602>>. Acesso em: 11 set. 2013.

_____. Projeto e planejamento: o peso do positivismo brasileiro. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v.2, n.1 (1993). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 1993. p. 83-90. Disponível em: <anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/29>. Acesso em: 28 mar. 2014.

- GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. A habitação popular em São Paulo entre 1890-1940. In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo, v. 205, jan. 2014, p. 59-78.
- HABITAÇÕES Operárias. *Revista de Engenharia, Publicação mensal de Engenharia Civil e Industrial, Architectura e Agronomia*, São Paulo, v. I, n. 3, p. 90-91, ago. 1911.
- HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 47-76.
- IBGE. Censos Demográficos. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php> e <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/est_res.php>. Acesso em 15 maio 2012.
- KOLDE, Rudolf. *Architectura Moderna I: Casas Econômicas*. São Paulo, 1926.
- _____. *Architectura Moderna II: Casas Populares*. São Paulo, 1929.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 3ª. ed., revista e ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- _____. KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 4ª. ed., revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE MÉE, René. Le choléra et la question des logements insalubres à Paris (1832-1849). *Population*, 53e année, n°1-2, 1998 pp. 379-397. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1998_num_53_1_6861>. Acesso em: 11 mar. 2015.
- LEME, Maria Cristina da Silva. A concepção de cidade e de papel do Estado para os urbanistas paulistas no início do século. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, v.4 (1991). Salvador. *Anais ...* Salvador, 1991. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2327>>. Acesso em: 11 set. 2013.
- _____. A formação do pensamento urbanístico, em São Paulo, no início do século XX. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 11, n. 34, p. 64-70, 1991.
- LE MOS, Carlos A. C. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *A república ensina morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Cozinhas, etc.: Um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *História da casa brasileira: A casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa*. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a História).
- _____. O estudo da História na formação do arquiteto. In: SEMINÁRIO NACIONAL: O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO, 1994, São Paulo. *Anais, Revista Pós – Número Especial*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, 1995, p. 34-39.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Org. Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LIMA, R. Pinheiro. O problema do ar e da ventilação. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, vol. II, n. 4, 1918, p. 3-45.

LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: Códigos da divisão e da vida em comum no Império. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v.6, n.2 (2000). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/790/765>>. Acesso em: 11 set. 2013.

LOBO, Rodrigo. Junta de lançamento da décima urbana. Rio de Janeiro, *MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira*, Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2748>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

MAESTRINI, Karla. São Paulo – das Intendências à Prefeitura: a constituição dos projetos de cidade pelo viés da saúde e higiene (1890-1911). INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 8 (34): nov. 2013. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2015.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *História da Vida Privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Organização Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempo de República*, São Paulo (1890-1922). 1ª. ed. 1ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: Porta P. (Org.) *História da Cidade de São Paulo*, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 5, p. 153-213.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Evolução histórica da estrutura judiciária brasileira, *Revista Jurídica Virtual*, Brasília, v. 1, n. 5, set. 1999.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática, teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. In: XXVI SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo. *Anais ...* São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386_ARQUIVO_Mastromauro.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.

MEMÓRIA Paulistana. Imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922). 2ª. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

MOREIRA, Pedro: A cultura arquitetônica dos países de língua alemã e seus reflexos no desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil: 1880-1945. *Anuário do Instituto Martius Staden*, São Paulo, n.º. 52, p. 37-59, 2005. Disponível em: <<http://www.nedelykovmoreira.com/sites/default/files/0509-pm-stadeninstitut-sp-jahrbuch52.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

NERY JR., José Marinho. *Um século de política para poucos: O zoneamento paulistano 1886 – 1986*. São Paulo: FAU/USP, 2002. Tese de doutorado, FAU/USP, 2002.

PEIXOTO, Afrânio. *Elementos de Higiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1913.

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: Retrato de uma época*. 2ª. ed. São Paulo: Carrenho Editorial / Narrativa Um, 2003.

PEREIRA, L. Sá. *Contribuição ao estudo da insolação*. São Paulo: Typographia Brazil, 1917.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, Técnica e Construção – A apropriação e produção do espaço: as implicações no desenvolvimento técnico da indústria da construção. O caso da produção de moradias na cidade de São Paulo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências So-

ciais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. *São Paulo - a construção da cidade - 1872-1914*. São Paulo: RiMa, 2004.

PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 79-90.

_____. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 91-106.

_____. *História dos quartos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 284-301.

_____. *Os excluídos da história – Operários, mulheres e prisioneiros*. 6ª. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. In: *Cadernos Cedes*, Campinas, UNICAMP, vol. 23, no. 59, abr. 2003, p. 91-102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a07v23n59.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PINHO, Márcia Lúcia Rebello. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo: 1870-1914*. São Paulo: FAU/USP, 1974.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. Modernidade antes dos modernistas. O interesse dos periódicos pelo espaço arquitetônico no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 153.00, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.153/4654>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PONTES, Fernando. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. 1ª. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2003.

PORTELA, Fernando. *Bonde: saudoso paulistano*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Departamento de Cultura (Divisão do Arquivo Histórico). *Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo: 1886*. São Paulo, vol. LXXII, 1951.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: Porta P. (Org.) *História da Cidade de São Paulo*, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 1, p. 15-51.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: Porta P. (Org.) *História da Cidade de São Paulo*, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 10, p. 387-436.

RAINVILLE, César de. *O vinhola brasileiro – Novo manual pratico do engenheiro, architecto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, 1880.

REBOLLO, Regina André. A difusão da doutrina da circulação do sangue: a correspondência entre William Harvey e Caspar Hofmann em maio de 1636. *História, Ciências, Saúde –*

Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9 (3), p. 479-513, set-dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n3/14070.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

REGULAMENTO para construções particulares. **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, vol. II, n. 4-7, 1919, p. 119-229.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Algumas raízes – Origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL: O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO, 1994, São Paulo. *Anais, Revista Pós – Número Especial*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, 1995, p. 40-45.

_____. **São Paulo e outras cidades** - Produção social e degradação dos Espaços Urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893). In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização** (1893). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 39-78.

RIBEIRO, Maria Alice R.; CAMPOS, Cristina de. História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901) In: **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, vol. XX, no. 24, jul./dez. 2012, p. 59-73. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/viewFile/320/315>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

RODRIGUES, Lúcio Martins. Uma questão de higiene – A insolação dos prédios e das ruas com aplicação à cidade de S. Paulo. **Gazeta Clínica**, São Paulo, Anno IX, n. 1, p. 2-6, jan. 1911.

_____. Uma questão de higiene – A insolação dos prédios e das ruas com aplicação à cidade de S. Paulo. **Revista de Engenharia**, São Paulo, Vol. I, n. 6, p. 169-175, nov. 1911.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2003.

_____. **Cada um no seu lugar!** (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder). 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

_____. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ROMERO, Mariza. Construção da Nação e exclusão social: medicalização da saúde em São Paulo (1889-1930). In: **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo, v. 205, jan. 2014, p. 79-100.

RYBCZYNSHI, Witold. **Casa: Pequena história de uma ideia**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In: Porta P. (Org.) **História da Cidade de São Paulo**, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 6, p. 214-257.

SÃO PAULO em 200 imagens: Acervo fotográfico da Fundação Energia e Saneamento. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015.

- SCHERER, Rebeca. História, teoria e métodos nos estudos de urbanização. In: SEMINÁRIO NACIONAL: O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO, 1994, São Paulo. *Anais, Revista Pós – Número Especial*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, 1995, p. 53-59.
- SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo**: Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2010. Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2010.
- SEGAWA, Hugo. Cidades: do sementeiro ao jardineiro (passando pelo médico). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v.3, n.2 (1994). São Paulo. *Anais ...* São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/379/355>>. Acesso em: 11 set. 2013.
- _____. Clave de Sol: notas sobre a história do conforto ambiental. *Arquitextos*, São Paulo, 07.073, Vitruvius, jun 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.073/345>>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- _____. **Construções de ordens**: Um aspecto da arquitetura no Brasil – 1808-1930. 1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- _____. **Prelúdio da metrópole**: Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. 2ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- _____. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: Porta P. (Org.) **História da Cidade de São Paulo**, v. 3: A cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, cap. 9, p. 340-385.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. A urbanística germânica (1870-1914). Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 097.03, Vitruvius, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/134>>. Acesso em 16 fev. 2016.
- _____. **O setor de Obras Públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, 1990. Dissertação de Mestrado, EAESP/FGV, 1992.
- SOUTO, Luiz Raphael Vieira. Casas para operários. *Revista dos Constructores*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 5, p. 69-73, jun. 1886.
- SOUZA, Okky de. **São Paulo 450 anos luz**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Coord.). **Memória de higiene e saúde municipal**. São Paulo: Prefeitura, Secretaria Municipal de Higiene e Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico, 1985.
- TACLA, Zake. **O livro da arte de construir**. São Paulo: Unipress, 1984.
- TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo**: três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da vertigem**: uma história de São Paulo de 1900 a 1954. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. Cidades de trevas e de luz. In: _____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984. Cap. 19, pp. 291-313.
- VALENTINI, Carlo. Vilas operárias na Europa e nos Estados Unidos do Norte. *Revista de Engenharia*, São Paulo, v. II, n. 6, p. 150-153, dez. 1912.

_____. Vilas operárias no estrangeiro. *Revista de Engenharia*, São Paulo, v. II, n. 9, p. 228-232, mar. 1913.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia* – Habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras / FAPERJ, 2002.

VEILLER, Lawrence. *A model housing law*. New York, Russel Sage Foundation, Survey Associates Inc., 1914.

ZEQUINI, Anicleide. *O quintal da fábrica: a industrialização pioneira do interior paulista* – Salto-SP, séculos XIX e XX. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2004.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

2 OBRAS DIGITALIZADAS

2.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/>

EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, v. 1: Período Monárquico 1822-1889. São Paulo: Seção de Obras D' "O Estado de São Paulo", 1926.

_____. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, v. 2: Período Republicano 1889-1920. São Paulo: Seção de Obras D' "O Estado de São Paulo", 1927.

_____. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, v. 3: Período Republicano 1920-1924 e Vice-Presidentes. São Paulo: Seção de Obras D' "O Estado de São Paulo", 1927.

2.2 BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221746>

SOUTO, Vieira L. R. *Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro*: Crítica dos trabalhos da respectiva comissão (Coleção de artigos publicados no "Jornal do Comércio" de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875). Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira & C., 1875.

2.3 BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL BRASIL – HEMEROTECA DIGITAL

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

BRUHNS, Ângelo. Uma grande Villa Operaria em Nictheroy. *Architectura no Brasil*, Rio de Janeiro, Anno I, v. I, n. 2, p. 49-55, nov. 1921.

2.4 BIBLIOTHÈQUE NUMÉRIQUE GALlica / BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF)

<http://gallica.bnf.fr/>

MULLER, Émile; CACHEUX, Émile. *Les habitations ouvrières en tous pays*. 2^a. ed. Paris: Baudry & Cie., Libraires-Éditeurs, 1889.

_____. *Les habitations ouvrières em tous pays: Situation en 1878*. Paris: J. Dejeu & Cie., Imprimeurs-Éditeurs de l'École Centrale des Arts et Manufactures, de la Société des Anciens des Elèves des Écoles des Arts et Métiers, 1879.

2.5 GOOGLE

<https://play.google.com/books>

ROBERTS, Henry. *The dwellings of the labouring classes*. 3^a. ed. London: Savill and Edwards, Printers, 1853.

2.6 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BIBLIOTECA

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Estatística da instrução*: Primeira parte – Estatística escolar. Vol I. Brasil: Typographia da Estatística, 1916.

2.7 USP – BIBLIOTECA DIGITAL DE OBRAS RARAS, ESPECIAIS E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA USP

<http://www.obrasraras.usp.br/>

ROCHARD, Jules. *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. 3^o. vol. – Hygiène urbaine. Paris: Lecrosnier et Babé, Libraires-Éditeurs, 1891.

3 PROJETOS EM ACERVOS TÉCNICOS

ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Casas Operárias na Avenida Basília Cunha, Vila Deodoro – para Edmundo Wryht. Acervo FAUUSP, s.d., Classificação P N414e/728.3 COEW.

ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Residências para Operários de Guilhermina Mendes de Andrade a Rua Bresser, 246-256. Acervo FAUUSP, s.d., Classificação P N414e/728.3 CGMA.

ESCRITÓRIO TÉCNICO SAMUEL E CHRISTIANO DAS NEVES, Residências para Sr. Pedro Pontual de Petrolina na Rua Progresso, 13 – Vila Operária. Acervo FAUUSP, 1918, Classificação PE N414e/728.3 CPPP.

OBRAS PARTICULARES A-B, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 053. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES B, 1895-1895. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 077. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES B, 1896-1896. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 103. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES B, 1899-1899. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 224. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES B, 1899-1899. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 225. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES B, 1901-1901. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 292. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES de Abolição até Azambuja, 1906-1906. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: Caixa OP1. (Arquivo Histórico Municipal).

Fonte: OBRAS PARTICULARES de Pires da Mota até Prudente de Moraes, 1918-1918. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Caixa P4. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES de Quarta Parada até Rui Barbosa, 1906-1906. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: Caixa OP11. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES G-Q, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 055. (Arquivo Histórico Municipal).

OBRAS PARTICULARES M, 1895-1895. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 089.

OBRAS PARTICULARES M, 1902-1902. Fundo: CMSP / INTM / PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 333.

OBRAS PARTICULARES Q-T, V, 1893-1893. Fundo: CMSP/INTM/PMSP. MANUSCRITOS. Localização: 056. (Arquivo Histórico Municipal).

4 LEGISLAÇÃO DIGITALIZADA

4.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.al.sp.gov.br/leis/>

SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). 14 de julho de 1891. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). Reforma constitucional de 09 de julho de 1905. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). Reforma constitucional de 11 de julho de 1908. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.

- SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). Reforma constitucional de 08 de julho de 1911. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). Reforma constitucional de 09 de julho de 1921. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Constituição (1891). Reforma constitucional de 08 de julho de 1929. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 219, de 30 de novembro de 1893. Approva o regulamento para o serviço geral de desinfecções. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 1.343, de 27 de janeiro de 1906. Divide o território do Estado em districtos sanitarios e dispõe a respeito da policia sanitaria. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 2.141, de 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 2.918, de 9 de abril de 1918. Dá execução ao Código Sanitario do Estado de São Paulo. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 3.876, de 11 de julho de 1925. Reorganiza o Serviço Sanitario e repartições dependentes. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 4, de 29 de janeiro de 1838. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 16, de 13 de novembro de 1891. Organiza os municípios do Estado. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 18, de 11 de abril de 1835. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 43, de 18 de julho de 1892. Organiza o serviço sanitário do Estado. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 240, de 4 de setembro de 1893. Reorganiza o serviço sanitario do Estado de S. Paulo. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 432, de 3 de agosto de 1896. Sobre o Serviço Sanitário. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 1.501, de 30 de setembro de 1916. Dispõem sobre a eleição do prefeito do município da Capital e dá outras providências. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 1.596, de 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. *Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 2.018, de 26 de dezembro de 1924. Dispõem sobre a oficialização do Instituto de Hygiene de S. Paulo. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, São Paulo, SP.

4.2 CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>

BRASIL. Constituição (1824). 25 de março de 1824. *Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil*, fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro em 22 de abril de 1824.

BRASIL. Constituição (1891). 25 de fevereiro de 1891. *Diário do Congresso Nacional*, p. 523, Coleção de Leis do Brasil, 1891, p. 1, vol. 1. Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. Decreto nº. 802. 04 de outubro de 1890. Providencia sobre a convocação das Assembleias Legislativas dos Estados e estabelece o processo para a respectiva eleição. *Coleção de Leis do Brasil* – 1890, p. 2.488, Vol. Fasc. X.

BRASIL. Decreto nº. 3.029. 09 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1881, Vol. 1.

BRASIL. Lei de 1º. de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1828, Vol. 2.

BRASIL. Lei nº. 16. 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1834, Vol. 1.

4.3 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

<http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>

SÃO PAULO (Município). 6 de outubro de 1886. Código de Posturas do Município de São Paulo. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). 11 de agosto de 1886. Padrão Municipal de São Paulo. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Acto executivo nº. 20, de 29 de maio de 1897. Regulamento para o Lançamento e Arrecadação do Imposto de Viação. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Acto n.º. 849, de 27 de janeiro de 1916. Regulamenta a lei n. 1874, de 12 maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Acto n.º. 900, de 17 de maio de 1916. Expede instruções para a execução do § único do art. 75 do Acto n. 849, de 27 de janeiro de 1916. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Acto n.º. 1.235, de 11 de maio de 1918. Regulamenta a lei n. 2.119, de 16 de fevereiro de 1918, que adopta, para incorporar às posturas municipais, a lei estadual n. 1.596, de 29 de dezembro de 1917, na parte referente à construção e reconstrução de prédios. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 1, de 29 de setembro de 1892. Cria quatro intendências, distribuindo os serviços municipais. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 9, de 3 de dezembro de 1892. Regimento interno da Câmara Municipal do Estado de S. Paulo. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 38, de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 203, de 27 de fevereiro de 1896. Reforma as diversas repartições da Câmara Municipal. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 220, de 18 de março de 1896. Obriga a demolição de qualquer edifício, muro ou obra que ameace ruína, ou estiver construído fora do Padrão Municipal. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 286, de 10 de novembro de 1896. Manda vigorar de 1.º de janeiro de 1897 em diante a tabela sobre impostos de Indústrias e Profissões. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 315, de 14 de agosto de 1897. Autoriza o contrato com Guilherme M. Rudge para construção de Villas Operárias. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 324, de 22 de setembro de 1897. Regula as infracções de leis ou posturas municipais. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 374, de 29 de novembro de 1898. Organiza o poder executivo municipal. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 375, de 12 de dezembro de 1898. Orça a receita e despesa para o ano de 1899. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 493, de 26 de outubro de 1900. Fixa a despesa e orça a receita do município para o ano financeiro de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1901. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 498, de 14 de dezembro de 1900. Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei n.º. 553, de 14 de novembro de 1901. Autoriza o Prefeito a contratar a construção de casas, villas operárias e núcleos coloniais. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 604, de 13 de setembro de 1902. Autoriza o Prefeito a contractar a construção de casas, villas operarias e núcleos coloniaes. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 1.098, de 8 de julho de 1908. Concede favores a construção de casas operarias. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 1.901, de 7 de agosto de 1915. Modifica o art. 3º. da Lei nº. 1.596, de 27 de setembro de 1912, e dá outras providências. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 1.874, de 12 de maio de 1915. Divide o Município em quatro perímetros e dá outras providencias. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 2.332, de 9 de novembro de 1920. Estabelece o “PA-DRÃO MUNICIPAL”, para as construções particulares no Município. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

SÃO PAULO (Município). Lei nº. 2.373, de 15 de março de 1921. Revoga as disposições constantes do art. 85. suas letras e paragraphos, da lei n. 2.332, de 9 de novembro de 1920. ***Câmara Municipal de São Paulo***, São Paulo, SP.

5 SITES CONSULTADOS

<http://infed.org/mobi/octavia-hill-housing-and-social-reform/>

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php

<http://vcp.e2bn.org/justice/page11642-separation-pentonville.html>

<http://www.alexandracottages.co.uk>

http://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/leroy_beaulieu.htm

http://www.crdp-strasbourg.fr/data/patrimoine-industriel/mulhouse-19/cite_ouvriere.php?parent=25

<http://www.chestertons.com/research-and-insight/insights/the-shaftesbury-park-estate-in-battersea/>

<http://www.drihl.ile-de-france.developpement-durable.gouv.fr/cite-napoleon-la-premiere-cite-ouvriere-parisienne-a1047.html>

<http://www.etsionsepromenait.com/blog/2013/12/10/la-cite-napoleon.html>

<http://www.familistere.com/>

http://www.historyofsocialwork.org/eng/details.php?canon_id=135

<http://www.ideal-homes.org.uk/bromley/assets/galleries/beckenham/albert-road>

<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/franciscosaturninobrito.html>

<http://www.peabody.org.uk/about-us>

<http://www.seade.gov.br/>

http://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/siegfried_jules1584r3.html

<http://www.workhouses.org.uk/model/>

Anexo A – Vereadores da Cidade de São Paulo (1886-1929)

Neste Anexo são apresentadas listagens dos vereadores que cumpriram mandato na cidade de São Paulo entre os anos de 1886 e 1929, assim agrupados: vereadores no período imperial (1886-1889); intendentes no período republicano (1890-1891); e vereadores no período republicano (1892-1929).

Para os dois primeiros grupos, são apresentados apenas os nomes dos vereadores, e o período da respectiva legislatura. Já, para os vereadores do período republicano, além destas duas informações, são apresentadas as mesas diretoras da câmara, a quantidade de votos recebida pelos vereadores para se elegerem, se os vereadores cumpriram o mandato integral ou parcialmente, e se exerceram vereança em outras legislaturas.

Como foi realizado um recorte temporal (1886-1929), vereadores, que cumpriram mandatos no início ou no final deste período, podem ter tido outras legislaturas que não são aqui apresentadas.

A.1 VEREADORES NO PERÍODO IMPERIAL¹¹⁸

No período imperial, as Câmaras das cidades possuem 9 membros. A primeira legislatura aqui apresentada já estava em andamento, e termina em 1886, já, a última, é interrompida logo após a Proclamação da República.

Legislatura de 1886 – Vereadores

Antônio da Costa Moreira
Antônio Gabriel Franzen
Antônio Joaquim da Costa Guimarães
Antônio Paes de Barros
Antônio Pinto do Rêgo Freitas
Aquilino Leite do Amaral Coutinho
Benjamin Constant de Oliveira
Francisco Nicolau Baruel
Joaquim Fernandes Cantinho Sobrinho
Luís Rodrigues Ferreira
Manoel Antônio Dutra Rodrigues
Manoel José de Araújo Costa
Manoel Lopes de Oliveira
Nicolau de Souza Queiroz
Rafael Aguiar Paes de Barros

¹¹⁸ As composições das Câmaras foram obtidas nas atas das respectivas legislaturas (ACTAS [...], 1906, 1097, 1908; e PREFEITURA [...], 1951).

Legislatura de 1887 a 1889 – Vereadores

Alfredo Silveira da Motta
Bento Pinto do Rego Freitas
Carlos Reis
Domingos Corrêa de Moraes
Domingos Sertório
Francisco Antonio Pereira Borges
Francisco Pennaforte Mendes de Almeida
Frederico José Cardozo de Araujo Abranches
João Augusto Garcia
João Mendes da Silva
José Evaristo Alves Cruz
Pedro Vicente de Azevedo
Theophilo de Azambuja
Vicente Ferreira da Silva
Victorino Gonçalves Carmilo

A.2 INTENDENTES NO PERÍODO REPUBLICANO¹¹⁹

Por um curto período de tempo, de janeiro de 1890 a agosto de 1892, a cidade de São Paulo contou com intendências municipais, nomeadas pelo presidente do Estado de São Paulo.

1ª. Intendência, nomeada em 10 de janeiro de 1890

Clementino de Souza Castro (Presidente)
Antonio Paes de Barros
Cândido Franco de Lacerda
João Álvares Rubião Júnior
João Batista de Melo Oliveira
Joaquim Payão
José Hypólito da Silva Dutra
Luís Anhaia Melo
Manuel Lopes de Oliveira

Intendência, nomeada em 16 de dezembro de 1891

Carlos A. Garcia Ferreira (Presidente)
Álvaro Augusto da Costa Carvalho
Carlos Corrêa Galvão
Carlos de Meira Botelho
Cesário Ramalho da Silva
Francisco da Cunha Bueno Filho
Francisco Xavier Paes de Barros
Nuno Diogo Nogueira da Mota
Vicente Huet de Bacelar Pinto Guedes

¹¹⁹ A fonte, das informações apresentadas neste item, é: DONATO, 2004, p. 593-594.

Também serviram como intendentess

Antonio Carlos de Sales
 Antonio Mercado
 Bráulio Souza Gomes
 Carlos Paes de Barros
 Eduardo da Silva Chaves
 Gabriel Rebouças Leme
 João Antonio Julião
 José de Paula Queiroz Júnior
 Júlio César Ferreira de Mesquita
 Manuel Joaquim de Andrade Júnior
 Manuel José Ferreira
 Lamartine Delamare Nogueira da Gama
 Ricardo Guimarães Filho
 Uladislau Herculano de Freitas
 Vítor Marques da Silva Airoso

A.3 VEREADORES NO PERÍODO REPUBLICANO¹²⁰

Em novembro de 1891, através da Lei nº. 16 do Congresso Estadual são definidos os critérios para as eleições das câmaras municipais do estado de São Paulo. A Câmara da Cidade de São Paulo passa a ter 16 vereadores com mandatos trienais, e a primeira eleição se dá em 30 de agosto de 1892.

1ª. Legislatura: 29/09/1892 a 07/01/1896

<i>MESA DIRETORA DA 1ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (29/09/1892 A 07/01/1896)</i>		
<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Pedro Vicente de Azevedo	set./1892 a jan./1894
		jan./1894 a jan./1895
		jan./1895 a jan./1896
Vice-Presidente	Carlos Paes de Barros	set./1892 a fev./1893
	Braulio Joaquim Gomes	fev./1893 a jun./1894
	Rodrigo Monteiro de Barros	jul./1894 a jan./1895
	Nuno Diogo Nogueira da Motta	jan./1895 a jan./1896

<i>COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 1ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (29/09/1892 A 07/01/1896)</i>			
<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i>	<i>Legislaturas</i>
Alipio Carlos de Borba	01/04/1895 a 07/01/1896	509	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Alvaro Augusto da Costa Carvalho	29/09 a 19/11/1892	1.569	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Antonio Francisco de Aguiar e Castro	29/09/1892 a 07/01/1896	923	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
Braulio Joaquim Gomes	29/09/1892 a 16/06/1894	1.552	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Carlos Augusto Garcia Ferreira	05/09/1893 a 07/01/1896	917	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)

¹²⁰ As informações apresentadas neste item foram obtidas na base de dados dos vereadores do município de São Paulo, disponibilizada no site da Câmara Municipal (http://www5.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2901:vereadores-de-legislaturas-anteriores&catid=6:conheca-a-camara&Itemid=20).

Carlos Paes de Barros	29/09/1892 a 07/01/1896	1.511	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Cezario Ramalho da Silva	29/09/1892 a 07/01/1896	1.510	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Elias Fausto Pacheco Jordão	29/09/1892 a 12/01/1895	913	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Francisco de Pennaforte Mendes de Almeida	29/09/1892 a 07/01/1896	954	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Guilherme Maxwell Rudge	29/09/1892 a 07/01/1896	1.505	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Henrique Shaumann	29/09/1892 a 16/06/1894	1.508	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Joaquim Franco de Camargo Junior	29/09/1892 a 07/01/1896	1.503	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Joaquim Gomes Estella	29/09/1892 a 07/01/1896	1.455	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
Joaquim Payão	29/09/1892 a 07/01/1896	890	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Joaquim de Toledo Piza e Almeida	29/09/1892 a 07/01/1896	605	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
José de Paula Queiroz Junior	01/04/1895 a 07/01/1896	525	1ª. (29/09/1892 a 07/01/1896)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
João Alvares de Siqueira Bueno	29/09/1892 a 07/01/1896	1.570	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
João Antonio Julião	29/09/1892 a 07/01/1896	912	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Nuno Diogo Nogueira da Motta	28/08/1894 a 07/01/1896	603	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Pedro Vicente de Azevedo	29/09/1892 a 07/01/1896	1.478	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
Rodrigo Monteiro de Barros	29/09/1892 a 07/01/1896	1.461	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)

2ª. Legislatura: 07/01/1896 a 07/01/1899

MESA DIRETORA DA 2ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1896 A 07/01/1899)

Cargo	Vereador	Mandato
Presidente	Antonio Proost Rodovalho	jan./1896 a jan./1897
		jan./1897 a jan./1898
		jan./1898 a jan./1899
Vice-Presidente	Antonio Francisco de Aguiar e Barros	jan./1896 a jan./1897
		jan./1897 a jan./1898
	Joaquim de Toledo Piza e Almeida	jan./1898 a jan./1899
Secretário	Eduardo da Silva Chaves	fev./1896 a jan./1897
		jan./1897 a jan./1898
	Manoel Nunes Quedinho	jan./1898 a jan./1899

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 2ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1896 A 07/01/1899)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Alfredo Zuquim	07/01/1896 a 07/01/1899	528	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Antonio Francisco de Aguiar e Barros	07/01/1896 a 07/01/1899	1.828	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Antonio Muniz de Souza	07/01/1896 a 07/01/1899	686	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Antonio Proost Rodovalho	07/01/1896 a 07/01/1899	2.062	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Asdrubal Augusto do Nascimento	07/01/1896 a 07/01/1899	2.086	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)

			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
Carlos Augusto Garcia Ferreira	07/01 a 09/01/1896	2.001	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Eduardo da Silva Chaves	04/02/1896 a 07/01/1899	573	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Elias Fausto Pacheco Jordão	28/07/1897 a 07/01/1899	1.835	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Firmiano de Moraes Pinto	07/01/1896 a 31/03/1897	1.798	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Joaquim de Toledo Piza e Almeida	07/01/1896 a 07/01/1899	2.199	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Jorge de Miranda	10/03/1896 a 17/03/1897	1.923	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
José Maria Mendes Gonçalves	07/01/1896 a 07/01/1899	1.955	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
José Roberto Leite Penteado	07/01/1896 a 07/01/1899	1.780	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
João Alvares de Siqueira Bueno	07/01/1896 a 07/01/1899	554	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
João Pedro da Veiga Filho	28/07/1897 a 07/01/1899	1.881	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Manoel Nunes Quedinho	07/01/1896 a 07/01/1899	1.086	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Pedro Augusto Gomes Cardim	07/01/1896 a 07/01/1899	558	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Pedro Vicente de Azevedo	07/01/1896 a 07/01/1899	2.105	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Rodrigo Monteiro de Barros	07/01/1896 a 07/01/1899	1.770	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)

3ª. Legislatura: 07/01/1899 a 07/01/1902

MESA DIRETORA DA 3ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1899 A 07/01/1902)

Cargo	Vereador	Mandato
Presidente	Manoel Joaquim de Albuquerque Lins	jan./1899 a jan./1900
		jan./1900 a jan./1901
		jan./1901 a jan./1902
Vice-Presidente	Joaquim de Toledo Piza e Almeida	jan./1899 a jan./1900
		jan./1900 a jan./1901
		jan./1901 a jan./1902
Secretário	João Pedro da Veiga Filho	jan./1899 a jan./1900
		jan./1900 a jan./1901
		jan./1901 a jan./1902

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 3ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1899 A 07/01/1902)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Abilio Soares	07/01/1899 a 07/01/1902	1.327	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Antonio da Silva Prado	07/01/1899 a 07/01/1902	3.122	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Carlos Eduardo de Paula Petit	07/01/1899 a 07/01/1902	1.169	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)

Francisco Amaro	07/01/1899 a 07/01/1902	1.542	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Hermann Burchard	07/01/1899 a 07/01/1902	1.409	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Joaquim de Toledo Piza e Almeida	07/01/1899 a 07/01/1902	2.259	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
José Oswald Nogueira de Andrade	07/01/1899 a 07/01/1902	1.203	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
João Alvares de Siqueira Bueno	07/01/1899 a 07/01/1902	2.125	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
João Antonio Julião	07/01/1899 a 07/01/1902	1.748	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
João Carlos Leite Penteado	07/01/1899 a 07/01/1902	1.748	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
João Pedro da Veiga Filho	07/01/1899 a 07/01/1902	2.491	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Manoel Joaquim de Albuquerque Lins	07/01/1899 a 07/01/1902	1.994	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Olavo Egydio de Souza Aranha	07/01/1899 a 07/01/1902	1.888	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Pedro Arbues da Silva	07/01/1899 a 07/01/1902	1.218	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
Pedro Vicente de Azevedo	07/01/1899 a 07/01/1902	2.089	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Serafim Leme da Silva	07/01/1899 a 07/01/1902	1.595	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)

4ª. Legislatura: 07/01/1902 a 07/01/1905

MESA DIRETORA DA 4ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1902 A 07/01/1905)

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	José Getúlio Monteiro	jan./1902 a jan./1903 jan./1903 a jan./1904 jan./1904 a jan./1905
Vice-Presidente	Asdrubal Augusto do Nascimento	jan./1902 a jan./1903 jan./1903 a jan./1904 jan./1904 a jan./1905
Secretário	Pedro Augusto Gomes Cardim	jan./1902 a jan./1903 jan./1903 a jan./1904 jan./1904 a jan./1905

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 4ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1902 A 07/01/1905)

<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i> 121	<i>Legislaturas</i>
Adolfo Carneiro de Almeida Maia	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
Antonio da Silva Prado	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)

¹²¹ Para esta legislatura, não foram informados os números de votos obtidos pelos vereadores. Junto ao nome, apenas é informado: “eleito vereador”.

			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Asdrubal Augusto do Nascimento	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Evaristo Ferreira da Veiga	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
Francisco Alves da Cunha Horta Júnior	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Francisco Nicolau Baruel	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Ignacio Pereira da Rocha	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Joaquim de Toledo Piza e Almeida	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
José Getúlio Monteiro	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
José Oswald Nogueira de Andrade	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
João Batista Amarante	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
Manoel Corrêa Dias	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Pedro Augusto Gomes Cardim	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			1ª (29/09/1892 a 07/01/1896)
			2ª (07/01/1896 a 07/01/1899)
Pedro Vicente de Azevedo	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Serafim Leme da Silva	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902)
			4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
Urbano de Azevedo	07/01/1902 a 07/01/1905	s/i	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)

5ª. Legislatura: 07/01/1905 a 15/01/1908

MESA DIRETORA DA 5ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1905 A 15/01/1908)

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	José Getúlio Monteiro	jan./1905 a jan./1906 jan./1906 a jan./1907 jan./1907 a jan./1908
Vice-Presidente	Manoel Corrêa Dias	jan./1905 a jan./1906 jan./1906 a jan./1907 jan./1907 a jan./1908
1º. Secretário	Pedro Augusto Gomes Cardim	jan./1905 a jan./1906 jan. a fev./1906
	João Mauricio de Sampaio Vianna	jan./1907 a jan./1908
2º. Secretário	Candido Nazianzeno Nogueira da Motta	ago./1905 a jan./1906
	João Mauricio de Sampaio Vianna	jan./1906 a jan./1907

Ernesto Goulart Penteado			jan./1907 a jan./1908
COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 5ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (07/01/1905 A 15/01/1908)			
Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Affonso Celso Garcia da Luz	07/01/1905 a 15/01/1908	904	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	15/01/1905 a 15/01/1908	984	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Antonio da Silva Prado	07/01/1905 a 15/01/1908	3.171	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Asdrubal Augusto do Nascimento	07/01/1905 a 15/01/1908	2.322	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Augusto Carlos da Silva Telles	30/06/1906 a 15/01/1908	s/i	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Candido Nazianzeno Nogueira da Motta	07/01/1905 a 15/01/1908	984	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Carlos Augusto Garcia Ferreira	04/03/1905 a 15/01/1908	994	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Ernesto Goulart Penteado	04/03/1905 a 15/01/1908	913	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Francisco Alves da Cunha Horta Júnior	07/01/1905 a 15/01/1908	2.039	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Francisco Nicolau Baruel	07/01/1905 a 15/01/1908	2.215	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Joaquim de Toledo Piza e Almeida	07/01/1905 a 15/01/1908	2.106	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
José Getúlio Monteiro	07/01/1905 a 15/01/1908	2.222	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
João Batista Amarante	07/01/1905 a 15/01/1908	2.043	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
João Mauricio de Sampaio Vianna	02/05/1905 a 15/01/1908	970	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Manoel Corrêa Dias	07/01/1905 a 15/01/1908	2.078	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Olavo Egydio de Souza Aranha	07/01/1905 a 15/01/1908	995	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
Pedro Augusto Gomes Cardim	07/01/1905 a 12/02/1906	2.066	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)

Pedro Vicente de Azevedo	07/01 a 10/01/1905	2.301	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Raymundo da Silva Duprat	04/03/1905 a 15/01/1908	978	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Urbano de Azevedo	07/01/1905 a 15/01/1908	2.033	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)

6ª. Legislatura: 15/01/1908 a 15/01/1911**MESA DIRETORA DA 6ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1908 A 15/01/1911)**

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Manoel Corrêa Dias	jan./1908 a jan./1909 jan./1909 a jan./1910 jan./1910 a jan./1911
Vice-Presidente	Gabriel Dias da Silva	jan./1908 a jan./1909 jan./1909 a jan./1910 jan./1910 a jan./1911
1º. Secretário	João Mauricio de Sampaio Vianna	jan./1908 a jan./1909 jan./1909 a jan./1910 jan./1910 a jan./1911
2º. Secretário	Mario do Amaral	jan./1908 a jan./1909 jan./1909 a jan./1910 jan./1910 a jan./1911

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 6ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1908 A 15/01/1911)

<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i>	<i>Legislaturas</i>
Affonso Celso Garcia da Luz	15/01 a 30/05/1908	490	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	15/01/1908 a 15/01/1911	313	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Arthur Severiano Ferreira Guimarães	15/01/1908 a 15/01/1911	785	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Asdrubal Augusto do Nascimento	15/01/1908 a 15/01/1911	471	2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Augusto Carlos da Silva Telles	15/01/1908 a 15/01/1911	530	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Augusto Gomes de Almeida Lima	15/01/1908 a 15/01/1911	585	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Bernardo de Campos	15/01/1908 a 15/01/1911	587	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Ernesto Goulart Penteado	15/01/1908 a 15/01/1911	579	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)

			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Frederico Lopes Branco	14/11/1908 a 15/01/1911	391	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Gabriel Dias da Silva	15/01/1908 a 15/01/1911	577	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Joaquim Azevedo Soares	15/01/1908 a 15/01/1911	503	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Joaquim Marra	15/01/1908 a 15/01/1911	413	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
José Oswald Nogueira de Andrade	15/01/1908 a 15/01/1911	455	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
João Antonio Julião	27/07 a 16/10/1908	326	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
João Mauricio de Sampaio Vianna	15/01/1908 a 15/01/1911	659	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Manoel Corrêa Dias	15/01/1908 a 15/01/1911	832	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Mario do Amaral	15/01/1908 a 15/01/1911	693	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1908 a 15/01/1911	837	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)

7ª. Legislatura: 15/01/1911 a 15/01/1914

MESA DIRETORA DA 7ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1911 A 15/01/1914)

Cargo	Vereador	Mandato
Presidente	Gabriel Dias da Silva	jan./1911 a jan./1912
		jan./1912 a jan./1913
		jan./1913 a jan./1914
Vice-Presidente	Augusto Gomes de Almeida Lima Francisco Alves da Cunha Horta Júnior	jan./1911 a jan./1912
		jan./1912 a jan./1913
		jan./1913 a jan./1914
1º. Secretário	Mario do Amaral	jan./1911 a jan./1912
		jan./1912 a jan./1913
		jan./1913 a jan./1914
2º. Secretário	Ernesto Goulart Penteado	jan./1911 a jan./1912
		jan./1912 a jan./1913
		jan./1913 a jan./1914

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 7ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1911 A 15/01/1914)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Adelino Jorge Montenegro	15/01/1911 a 15/01/1914	485	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)

Antonio Baptista da Costa	16/02/1912 a 15/01/1914	548	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Armando da Silva Prado	15/01/1911 a 02/05/1913	711	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Arthur Severiano Ferreira Guimarães	15/01/1911 a 15/01/1914	696	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Augusto Carlos da Silva Telles	04/07/1913 a 15/01/1914	334	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Augusto Gomes de Almeida Lima	15/01/1911 a 15/12/1911	397	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Carlos Augusto Garcia Ferreira	15/01/1911 a 06/06/1913	598	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Ernesto Goulart Penteado	15/01/1911 a 15/01/1914	547	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Estanislau Pereira Borges	06/09/1912 a 15/01/1914	s/i	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Francisco Alves da Cunha Horta Júnior	15/01/1911 a 15/01/1914	918	4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Francisco Xavier Paes de Barros	15/01/1911 a 15/01/1914	812	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Gabriel Dias da Silva	15/01/1911 a 15/01/1914	318	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
José Oswald Nogueira de Andrade	01/08/1913 a 15/01/1914	654	3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
José de Alcantara Machado de Oliveira	15/01/1911 a 15/01/1914	767	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
João José Pereira	15/01/1911 a 15/01/1914	634	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
João Mauricio de Sampaio Vianna	15/01/1911 a 15/01/1914	384	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Mario do Amaral	15/01/1911 a 15/01/1914	676	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Orencio Vidigal	30/05/1913 a 15/01/1914	264	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Oscar Augusto Porto	15/01/1911 a 15/01/1914	508	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Pedro Vicente de Azevedo	05/05/1911 a 05/07/1912	505	1ª (29/09/1892 a 07/01/1896) 2ª (07/01/1896 a 07/01/1899) 3ª (07/01/1899 a 07/01/1902) 4ª (07/01/1902 a 07/01/1905) 5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Raphael Archanjo Gurgel	15/01/1911 a 15/01/1914	s/i	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)

			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1911 a 15/01/1914	545	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)

8ª. Legislatura: 15/01/1914 a 15/01/1917**MESA DIRETORA DA 8ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1914 A 15/01/1917)**

Cargo	Vereador	Mandato
Presidente	Raymundo da Silva Duprat	jan./1914 a jan./1915 jan./1915 a jan./1916 jan./1916 a jan./1917
Vice-Presidente	Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	jan./1914 a jan./1915 jan./1915 a jan./1916 jan./1916 a jan./1917
1º. Secretário	Mario do Amaral	jan./1914 a jan./1915 jan./1915 a jan./1916 jan./1916 a jan./1917
2º. Secretário	Estanislau Pereira Borges	jan./1914 a jan./1915 jan./1915 a jan./1916 jan./1916 a jan./1917

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 8ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1914 A 15/01/1917)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	15/01/1914 a 15/01/1917	5.283	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Antonio Baptista da Costa	15/01/1914 a 15/01/1917	647	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Carlos José Botelho	15/01/1914 a 12/06/1915	5.941	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Ernesto Goulart Penteado	15/01/1914 a 15/01/1917	5.399	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Estanislau Pereira Borges	15/01/1914 a 15/01/1917	5.524	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Henrique Benevenuto de Azevedo Fagundes	15/01/1914 a 15/01/1917	5.526	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Joaquim Marra	15/01/1914 a 15/01/1917	5.770	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
José Adriano Marrey Junior	24/07/1915 a 15/01/1917	s/i	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
José Brasil Paulista Piedade	15/01/1914 a 29/08/1914	584	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)

José de Alcantara Machado de Oliveira	15/01/1914 a 15/01/1917	1.018	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
José de Sousa Queiroz	04/09/1915 a 15/01/1917	s/i	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
João José Pereira	29/08/1914 a 15/01/1917	5.070	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
João Mauricio de Sampaio Vianna	15/01/1914 a 15/01/1917	6.111	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	29/08/1914 a 15/01/1917	4.545	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Mario do Amaral	15/01/1914 a 15/01/1917	710	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Oscar Augusto Porto	15/01/1914 a 05/06/1915	848	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Raphael Archanjo Gurgel	15/01/1914 a 15/01/1917	5.399	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1914 a 15/01/1917	800	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Ricardo Mendes Gonçalves	15/01/1914 a 29/08/1914	560	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Washington Luis Pereira de Souza	15/01/1914 a 15/01/1917	1.427	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)

9ª. Legislatura: 15/01/1917 a 15/01/1920

MESA DIRETORA DA 9ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1917 A 15/01/1920)

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Raymundo da Silva Duprat	jan./1917 a jan./1918 jan./1918 a jan./1919 jan./1919 a jan./1920
Vice-Presidente	Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	jan./1917 a jan./1918 jan./1918 a jan./1919 jan./1919 a jan./1920
1º. Secretário	Mario do Amaral	jan./1917 a jan./1918 jan./1918 a jan./1919 jan./1919 a jan./1920
2º. Secretário	Estanislau Pereira Borges Azevedo	jan./1917 a jan./1918 jan./1918 a jan./1919
	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	jan./1919 a jan./1920

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 9ª LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1917 A 15/01/1920)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Abelardo Alves	12/04/1919 a 15/01/1920	s/i	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Almeirindo Meyer Gonçalves	15/01/1917 a 15/01/1920	1.023	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
			13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	15/01/1917 a 15/01/1920	8.482	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Antonio Baptista da Costa	15/01/1917 a 15/01/1920	880	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Estanislau Pereira Borges	15/01/1917 a 15/03/1919	8.071	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Henrique Benevenuto de Azevedo Fagundes	15/01/1917 a 15/01/1920	8.282	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Henrique de Sousa Queiroz	15/01/1917 a 15/01/1920	7.777	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Heribaldo Siciliano	15/01/1917 a 15/01/1920	1.298	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
Joaquim Marra	03/02/1917 a 15/01/1920	957	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Joaquim Pinto Pereira de Almeida	15/01/1917 a 15/01/1920	7.653	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
José Adriano Marrey Junior	15/01/1917 a 15/01/1920	1.523	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
José Brasil Paulista Piedade	15/01/1917 a 15/01/1920	1.549	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
José Maria Passalacqua	31/05/1919 a 15/01/1920	s/i	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
João Mauricio de Sampaio Vianna	15/01/1917 a 22/04/1919	8.246	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	15/01/1917 a 15/01/1920	7.829	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Mario do Amaral	15/01/1917 a 15/01/1920	723	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
Raphael Archanjo Gurgel	15/01/1917 a 15/01/1920	930	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)

			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1917 a 15/01/1920	1.042	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)

10ª. Legislatura: 15/01/1920 a 15/01/1923**MESA DIRETORA DA 10ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1920 A 15/01/1923)**

Cargo	Vereador	Mandato
Presidente	Raymundo da Silva Duprat	jan./1920 a jan./1921
		jan./1921 a jan./1922
		jan./1922 a jan./1923
Vice-Presidente	Henrique de Sousa Queiroz	jan. a jun./1920
	Mario do Amaral	jun./1920 a jan./1921
		jan./1921 a jan./1922
		jan./1922 a jan./1923
1º. Secretário	Mario do Amaral	jan. a jun./1920
	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	jun./1920 a jan./1921
		jan./1921 a jan./1922
2º. Secretário	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	jan./1922 a jan./1923
	Almeirindo Meyer Gonçalves	jan. a jun./1920
		jun./1920 a jan./1921
		jan./1921 a jan./1922
		jan./1922 a jan./1923

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 10ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1920 A 15/01/1923)

Vereador	Vereança	Votos	Legislaturas
Almeirindo Meyer Gonçalves	15/01/1920 a 15/01/1923	4.425	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
			13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	15/01/1920 a 30/04/1920	6.351	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Antonio Baptista da Costa	15/01/1920 a 15/01/1923	5.852	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Armando da Silva Prado	15/01/1920 a 15/01/1923	6.390	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
Carlos de Paiva Meira	03/07/1920 a 15/01/1923	2.984	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Henrique Benevenuto de Azevedo Fagundes	15/01/1920 a 15/01/1923	4.961	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Henrique de Sousa Queiroz	15/01/1920 a 15/01/1923	4.834	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Heribaldo Siciliano	15/01/1920 a 15/01/1923	5.798	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)

			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
José Maria Passalacqua	15/01/1920 a 15/01/1923	5.253	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Luciano Gualberto	15/01/1920 a 15/01/1923	5.449	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	15/01/1920 a 15/01/1923	5.384	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Luiz de Anhaia Mello	15/01/1920 a 15/01/1923	6.263	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Manuel Pereira Netto	15/01/1920 a 15/01/1923	6.258	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Mario Graccho Pinheiro Lima	24/01/1920 a 15/01/1923	2.880	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Mario do Amaral	15/01/1920 a 15/01/1923	5.351	6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
Raphael Archanjo Gurgel	15/01/1920 a 15/01/1923	4.548	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1920 a 15/01/1923	6.862	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908) 6ª (15/01/1908 a 15/01/1911) 7ª (15/01/1911 a 15/01/1914) 8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)

11ª. Legislatura: 15/01/1923 a 15/01/1926

MESA DIRETORA DA 11ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1923 A 15/01/1926)

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Raymundo da Silva Duprat	jan./1923 a jan./1924 jan. a fev/1924
	Raphael Archanjo Gurgel	fev./1924 a jan./1925 jan./1925 a jan./1926
	Raphael Archanjo Gurgel	jan./1923 a jan./1924 jan. a fev/1924
Vice-Presidente	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	mar./1924 a jan./1925 jan./1925 a jan./1926
	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	jan./1923 a jan./1924 jan. a mar./1924
1º. Secretário	Almeirindo Meyer Gonçalves	mar./1924 a jan./1925
	Heribaldo Siciliano	jan./1925 a jan./1926
	Heribaldo Siciliano	jan./1923 a jan./1924
2º. Secretário	Heribaldo Siciliano	jan./1924 a jan./1925
	Francisco Rodrigues Seckler	jan./1925 a jan./1926

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 11ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1923 A 15/01/1926)

<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i>	<i>Legislaturas</i>
Almeirindo Meyer Gonçalves	10/03/1923 a 15/01/1926	9.025	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
			13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Carlos de Paiva Meira	15/01/1923 a 15/01/1926	11.075	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Francisco Machado de Campos	15/01/1923 a 15/01/1926	10.768	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Francisco Rodrigues Seckler	15/01/1923 a 15/01/1926	10.715	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Henrique de Sousa Queiroz	15/01/1923 a 15/01/1926	1.431	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Heribaldo Siciliano	15/01/1923 a 15/01/1926	10.756	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Horácio de Mello	10/02/1923 a 15/01/1925	10.247	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Innocencio Seraphico de Assis Carvalho	15/01/1923 a 15/01/1926	1.366	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Julio de Andrade Silva	15/01/1923 a 15/01/1926	10.704	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Luciano Gualberto	15/01/1923 a 15/01/1926	11.812	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	15/01/1923 a 15/01/1926	10.643	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Luiz Augusto Pereira de Queiroz	15/01/1923 a 15/01/1926	3.200	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Manuel Pereira Netto	15/01/1923 a 15/01/1926	10.811	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
			12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
			13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Orlando de Almeida Prado	15/01/1923 a 15/01/1926	1.774	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Raphael Archanjo Gurgel	15/01/1923 a 15/01/1926	10.268	7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)
Raymundo da Silva Duprat	15/01/1923 a 15/01/1926	11.912	5ª (07/01/1905 a 15/01/1908)
			6ª (15/01/1908 a 15/01/1911)
			7ª (15/01/1911 a 15/01/1914)
			8ª (15/01/1914 a 15/01/1917)
			9ª (15/01/1917 a 15/01/1920)
			10ª (15/01/1920 a 15/01/1923)
			11ª (15/01/1923 a 15/01/1926)

12ª. Legislatura: 15/01/1926 a 15/01/1929**MESA DIRETORA DA 12ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1926 A 15/01/1929)**

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Luiz Antonio Pereira da Fonseca	jan./1926 a jan./1927
		jan./1927 a jan./1928
		jan./1928 a jan./1929
Vice-Presidente	Innocencio Seraphico de Assis Carvalho	jan./1926 a jan./1927
		jan./1927 a jan./1928

		jan./1928 a jan./1929
1º. Secretário	Synesio Rocha	jan./1926 a jan./1927 jan./1927 a jan./1928 jan./1928 a jan./1929
2º. Secretário	Alarico Franco Caiuby	jan./1926 a jan./1927 jan./1927 a jan./1928 jan./1928 a jan./1929

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 12ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1926 A 15/01/1929)

<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i>	<i>Legislaturas</i>
Alarico Franco Caiuby	15/01/1926 a 15/01/1929	20.885	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Alexandre Marcondes Machado Filho	15/01/1926 a 21/05/1927	2.970	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Alexandre de Albuquerque	15/01/1926 a 15/01/1929	21.743	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Almeirindo Meyer Gonçalves	15/01/1926 a 15/01/1929	23.268	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Alvaro Teixeira Pinto Filho	28/07/1928 a 15/01/1929	5.290	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Diógenes Ribeiro de Lima	15/01/1926 a 15/01/1929	2.723	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Fabio da Silva Prado	15/01/1926 a 21/07/1928	21.714	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Goffredo Teixeira da Silva Telles	15/01/1926 a 15/01/1929	21.257	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Innocencio Seraphico de Assis Carvalho	15/01/1926 a 15/01/1929	2.927	11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
José Dias Vieira de Castro	15/01/1926 a 21/01/1927	3.218	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Luciano Gualberto	15/01/1926 a 15/01/1929	2.962	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	15/01/1926 a 15/01/1929	3.385	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Manuel Pereira Netto	15/01/1926 a 15/01/1929	2.230	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Nestor Alberto de Macedo	15/01/1926 a 15/01/1929	22.050	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Oswaldo Prisciliano de Carvalho	15/01/1926 a 15/01/1929	2.349	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Spencer Vampré	23/04/1927 a 15/01/1929	9.880	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929)
Synesio Rocha	15/01/1926 a 15/01/1929	3.061	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Ulysses de Abreu Lima Pereira Coutinho	23/07/1927 a 15/01/1929	6.155	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)

13ª. Legislatura: 15/01/1929 a 18/10/1930**MESA DIRETORA DA 13ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1929 A 18/10/1930)**

<i>Cargo</i>	<i>Vereador</i>	<i>Mandato</i>
Presidente	Antonio Pereira da Fonseca	jan./1929 a jan./1930 jan. a out./1930

Vice-Presidente	Nestor de Barros	jan./1929 a jan./1930 jan. a out./1930
1º. Secretário	Synesio Rocha	jan./1929 a jan./1930 jan. a out./1930
2º. Secretário	Austin de Almeida Nobre Daniel	jan./1929 a jan./1930
	Daniel Cardoso	jan. a out./1930

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DA 13ª. LEGISLATURA REPUBLICANA (15/01/1929 A 18/10/1930)

<i>Vereador</i>	<i>Vereança</i>	<i>Votos</i>	<i>Legislaturas</i>
Alexandre de Albuquerque	15/01/1929 a 18/10/1930	19.609	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Almeirindo Meyer Gonçalves	15/01/1929 a 18/10/1930	24.320	9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Antonio Simões de Carvalho	15/01/1929 a 18/10/1930	3.017	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Austin de Almeida Nobre	15/01/1929 a 18/10/1930	22.574	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Daniel Cardoso	15/01/1929 a 18/10/1930	20.028	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Diógenes Ribeiro de Lima	15/01/1929 a 18/10/1930	2.697	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Goffredo Teixeira da Silva Telles	15/01/1929 a 18/10/1930	23.447	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Joaquim Alvaro Pereira Leite	15/01/1929 a 18/10/1930	2.260	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
José Vieira Couto de Magalhães	15/01/1929 a 18/10/1930	21.109	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
João Baptista Leme do Prado	15/01/1929 a 18/10/1930	3.205	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Luiz Antonio Pereira da Fonceca	15/01/1929 a 18/10/1930	3.092	8ª (15/01/1914 a 15/01/1917) 9ª (15/01/1917 a 15/01/1920) 10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Manuel Pereira Netto	15/01/1929 a 18/10/1930	2.430	10ª (15/01/1920 a 15/01/1923) 11ª (15/01/1923 a 15/01/1926) 12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Nestor Alberto de Macedo	15/01/1929 a 18/10/1930	2.478	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Nestor de Barros	15/01/1929 a 18/10/1930	2.299	13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Synesio Rocha	15/01/1929 a 18/10/1930	2.686	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)
Ulysses de Abreu Lima Pereira Coutinho	15/01/1929 a 18/10/1930	3.671	12ª (15/01/1926 a 15/01/1929) 13ª (15/01/1929 a 18/10/1930)

Anexo B – Legislação Consultada (1886-1929)

Para a execução deste trabalho, foram compilados leis, atos e decretos que estiveram em vigor no período estudado (1866-1929), tanto no âmbito municipal quanto estadual, e que tratassem de apresentar prescrições às edificações. A partir destes, foi selecionada a parte da legislação que apresenta, em seu escopo, pelo menos um item que trate de elementos de cunho sanitário, principalmente, voltados às casas operárias.

O critério adotado na seleção da legislação utilizada durante as diversas etapas da pesquisa foi o seguinte: passível de ser adotada em habitações operárias; e apresentar, em seu escopo, pelo menos um item que trate de características (físicas, construtivas ou formais) da edificação em conformidade com os preceitos higienistas de então. A partir daí os itens considerados para a seleção das normas foram: condições de implantação (dimensões do terreno; espaços livres e recuos; e características da construção); alturas mínimas (altura da edificação; e pé-direito); cômodos (quantidade mínima; e dimensões mínimas); aberturas para o exterior (localização das aberturas; áreas, pátios e saguões; orientação da edificação; e dimensões das aberturas); e proteção contra umidade (sobre porões ou compartimentos de subsolo; e altura mínima entre soalho do primeiro pavimento e o solo). Ao adotar tal critério, são selecionados dez títulos¹²² (seis municipais e quatro estaduais), listados em ordem cronológica:

1886 – Código de Posturas do Município de São Paulo (SÃO PAULO (Município), 1886);

1886 – Padrão Municipal de São Paulo (SÃO PAULO (Município), 1886);

1893 – Lei Municipal nº. 38 – Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações (SÃO PAULO (Município), 1893);

1894 – Decreto Estadual nº. 233 – Estabelece o Código Sanitário (SÃO PAULO (Estado), 1894);

1900 – Lei Municipal nº. 498 – Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária (SÃO PAULO (Município), 1900);

¹²² Os dois Padrões Municipais (1886 e 1920), as leis nºs. 38 (1893) e 498 (1900), e o ato nº. 849 (1916), todos eles de âmbito municipal, tratam especificamente de temas relativos à edificação. Os outros documentos Código de Posturas do Município de São Paulo (1886) e os quatro Códigos Sanitários do Estado de São Paulo (1894, 1911, 1918 e 1925) tratam de assuntos diversos, sendo as questões relativas à edificação apenas mais um item em seu conteúdo.

1911 – Decreto Estadual nº. 2.141 – Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado (SÃO PAULO (Estado), 1911);

1916 – Ato nº. 849 – Regulamenta a lei n. 1874, de 12 de maio de 1915, e as disposições legais referentes a construções por essa lei não revogadas (SÃO PAULO (Município), 1916);

1918 – Decreto Estadual nº. 2.918 – Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 1918);

1920 – Lei Municipal nº. 2.332 – Estabelece o “PADRÃO MUNICIPAL”, para as construções particulares no Município (SÃO PAULO (Município), 1920);

1925 – Decreto Estadual nº. 3.876 – Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes (SÃO PAULO (Estado), 1925).

É importante salientar que a legislação selecionada apresenta uma quantidade enorme de restrições, parâmetros e características a serem atendidas; no entanto, no presente trabalho são utilizados apenas os itens correlatos aos preceitos higienistas especificamente para a habitação operária, conforme citado junto aos critérios de seleção da legislação.

Depois de ter sido realizada a seleção dos títulos, os diversos documentos foram estudados, individualmente e em conjunto, para a elaboração desta revisão da legislação; que tem por objetivo resgatar prescrições e/ou restrições específicas para a edificação da habitação operária, tendo como foco questões relativas à salubridade, e em seguida perceber como se deu a evolução, ao longo do tempo (1866-1929), destas exigências legais.

As tabulações apresentadas a seguir foram elaboradas no intuito de facilitar a compreensão de como se deu o processo evolutivo da legislação, em cada um dos itens selecionados para análise: condições de implantação; alturas mínimas; cômodos; aberturas para o exterior; e proteção contra umidade.

Uma parte dos documentos analisados apresenta restrições em separado: para habitações em geral e para habitações operárias, nestes casos são tabuladas apenas aquelas restrições e/ou especificações destinadas à habitação operária. Estes documentos são: Código de Posturas do Município de São Paulo (SÃO PAULO (Município), 1886); Padrão Municipal de São Paulo de 1886 (SÃO PAULO (Município), 1886); Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 (SÃO PAULO (Estado), 1894); Ato nº. 849 – Disposições legais referentes a construções (SÃO PAULO (Município), 1916).

Já, outra parte da legislação não faz distinção, ao prescrever restrições e/ou especificações para as construções, sejam elas destinadas à habitação em geral ou à habitação operária. Neste caso, podem ser citados: Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1911 (SÃO PAULO (Estado), 1911); Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1918 (SÃO PAULO (Estado), 1918); Padrão Municipal de São Paulo de 1920 (SÃO PAULO (Município), 1920); e Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1925 (SÃO PAULO (Estado), 1925);

Apenas a lei nº. 498 – Estabelece prescrições para construção de casas de habitação operária (SÃO PAULO (Município), 1900), dentre os documentos aqui apresentados, é destinada exclusivamente à habitação operária.

Nas tabulações realizadas não é apresentada qualquer restrição e/ou especificação contida na lei nº. 38 – Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações (SÃO PAULO (Município), 1893), pois, esta lei, além de estabelecer a necessidade de aprovação de plantas, apenas reitera as determinações contidas no Padrão Municipal de 1886.

B.1 CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO

Apenas o Código de Posturas de 1886 apresenta indicações sobre as dimensões do terreno para a construção de habitação operária:

DIMENSÕES DO TERRENO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	Superior a 15 m, para cortiços construídos dentro de terrenos juntos das “casas de habitação”. (Título II, Artigo 20, § 1)

É interessante observar o preconceito contido no texto do Código de Posturas, ao indicar a largura mínima de 15 m para terrenos onde fossem construídos cortiços juntos de outras “casas de habitação”. “Casa de habitação” seria o tipo de moradia destinada à população mais abastada? O cortiço não era considerado uma habitação? Os pobres não moravam em “casas de habitação”, apenas em cômodos?

A maior parte dos documentos apresenta especificações que indicam a necessidade de recuos ou espaços livres entre as construções:

ESPAÇOS LIVRES E RECUOS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	5 m entre cada linha de cortiços, construídos dentro de um terreno. (Título

ESPAÇOS LIVRES E RECUOS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
		II, Artigo 20, § 2)
1886	Padrão Municipal	30 m ² para cada habitação, de área livre frontal, sendo esta calçada, ou parte calçada e parte ajardinada. (Título VI, § 1)
1900	Lei n.º. 498	5 m, no mínimo, de recuo do alinhamento. (Artigo 2)
1911	Código Sanitário	Para toda a construção, deve haver uma área livre de modo que “o imóvel seja bem arejado e iluminado”. (Capítulo IX, Artigo 261)
1916	Ato n.º. 849	Quando construir casas no interior do terreno, com entrada comum, na frente de cada habitação: área de 30 m ² , toda calçada, ou parte reservada para jardim e o restante calçado. (Capítulo IV, Artigo 113, § 1 e 2)
1920	Padrão Municipal	4 m, no mínimo, de recuo frontal para qualquer edificação, nas zonas urbanas e suburbanas. (Título I, Capítulo II, Seção III, Artigo 17)

Enquanto que para as habitações em geral não se permitem construções afastadas do alinhamento (salvo algumas exceções em bairros mais novos), os recuos frontais para a habitação operária são constantes na legislação, com pequena variação entre eles.

Sobre a configuração externa de casas construídas em grupos, apenas o Código Sanitário de 1894 aborda este assunto:

CARACTERÍSTICAS DA IMPLANTAÇÃO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1894	Código Sanitário	Habitações das classes pobres: construídas em grupos de 4 a 6 unidades, no máximo. (Capítulo V, Artigo 142)

Ao longo do tempo, as leis não mantêm esta restrição, as vilas construídas desde o início do século XX apresentam quarteirões inteiros (e até mesmo seus interiores) de casas construídas agrupadas, ou seja, conjuntos com muito mais do que seis unidades.

B.2 ALTURAS MÍNIMAS

A seguir são apresentados os valores mínimos para as alturas e pés-direitos, das edificações, vale salientar que este item é o que apresenta maior divergência entre os valores definidos para as habitações em geral e para as moradias operárias:

ALTURA DA EDIFICAÇÃO E PÉ-DIREITO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	Altura do cortiço ¹²³ : entre 4 m e 4,5 m, medidos do solo à cimalha. (Título II, Artigo 20, § 5)
1886	Padrão Municipal	Pé-direito ¹²⁴ : 4 m, para habitações de um só pavimento; e 3,5 m, para o segundo pavimento em habitações com dois pavimentos. (Título VI, § 8)
1894	Código Sanitário	Altura mínima: 4 m, para cada pavimento, em edifícios de até 3 andares. (Capítulo II, Artigo 45) Para edifícios com mais de 3 andares, nos andares excedentes: altura proporcional à largura, à altura total do prédio e à quantidade de habitantes, por pavimentos, de modo a garantir a cubagem mínima de 14 m ³ livres por habitante. (Capítulo II, Artigo 45)
1900	Lei n°. 498	Altura mínima das paredes: 3 m, do “nível superior do pavimento até o frechal”. (Artigo 1, § 8)
1911	Código Sanitário	Pé-direito: 3,7 m. (Capítulo IX, Artigo 279)
1916	Ato n°. 849	Altura mínima das paredes ¹²⁵ : 3 m, do “nível superior do pavimento até o frechal”. (Capítulo IV, artigo 102, apresenta como referência o artigo 1, § 8, da lei n°. 498, de 1900).
1918	Código Sanitário	Pé-direito: 3 m. (Capítulo IX, Artigo 366, apresenta como referência o Artigo 153 da lei n°. 1.596, de 1917)
1920	Padrão Municipal	Pé-direito: 3 m, em compartimentos de dormir. (Título II, Capítulo I, Seção I, Artigo 66, § 1) Pé-direito: 2,5 m, em compartimentos de permanência diurna. (Título II, Capítulo I, Seção I, Artigo 66, § 2) Altura mínima dos edifícios: 5 m, se construídos junto ao alinhamento. (Título II, Capítulo I, Seção I, Artigo 67, a)
1925	Código Sanitário	Pé-direito: 3 m em todos os compartimentos. (Capítulo X, Artigo 407) Banheiros internos também devem ter, no mínimo, 3 m de pé-direito, mas se localizados em porões ou em área externa o valor mínimo pode diminuir para 2,5 m. (Capítulo X, Artigo 424)

¹²³ Este Código de Posturas, no artigo 11 (Título II), apresenta valores mínimos de altura para edifícios em geral: 5 m, 4,88 m, 4,56 m e 14,44 m, respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro pavimentos e para a altura total da edificação.

¹²⁴ A altura mínima das casas térreas é de 5 m, medidos da soleira até a grande cornija de coroamento, de acordo com o Padrão Municipal (Título V), para as construções em geral. Edificações com mais de um pavimento, também em conformidade com este Padrão Municipal, devem respeitar os seguintes valores mínimos de altura: 5 m, 4,8 m e 4,5 m, respectivamente para o primeiro, segundo e terceiro pavimentos.

¹²⁵ Os valores mínimos, apresentados para as alturas e para os pés direitos das construções em geral, são maiores do que das casas para operários. Para casas térreas, a altura mínima é de 5 m, medidos da soleira até a grande cornija de coroamento (Capítulo III, Seção III, Artigo 69, apresenta como referência o Título V do Padrão Municipal, de 1886). Já, para os pés direitos é determinado o seguinte: “O pé-direito dos pavimentos nas construções, na cidade de São Paulo, não pode ser inferior a 3,7 m (três metros e setenta centímetros), salvo nas sobrelojas, que pode ser de 2,7 m (dois metros e setenta centímetros).” (Capítulo III, Seção III, Artigo 70, apresenta como referência o Artigo 2, da lei n°. 1.901, de 1915). Os parágrafos deste arquivo indicam que estas prescrições são para construções destinadas à “habitação humana”; apresentam definições de pé-direito e de sobreloja; apresentam uma exceção, ao permitir pé-direito de 3 m, mínimo, para puxados, desde que sejam construídos independentes dos pavimentos, recuados dos alinhamentos, e tendo como uso cozinhas, despensas, latrinas ou banheiros. Na verdade, a diminuição dos valores para pés direitos, das construções em geral, já havia sido determinada no ano anterior, em 1915, através da publicação da lei n°. 1.901 (SÃO PAULO (Município), 1915, artigo 2º.).

Ao observar os valores de pés direitos apresentados é fácil perceber que, para a população operária, aceitam-se valores bem inferiores do que os indicados para as habitações em geral. Outra questão importante é a discrepância entre a legislação municipal e a estadual. Neste item verifica-se que a legislação municipal, no geral, apresenta valores inferiores àqueles contidos nos Códigos Sanitários.

B.3 CÔMODOS

Para as análises, referentes a este item, são consideradas duas informações, a quantidade mínima de cômodos em uma habitação e suas dimensões. Quanto a quantidade mínima de cômodos, apenas a legislação municipal trata deste assunto:

QUANTIDADE MÍNIMA

Ano	Legislação	Especificações e/ou restrições
1886	Padrão Municipal	3. (Título VI, § 14)
1900	Lei nº. 498	3, sendo um deles a cozinha. (Artigo 1, § 4)
1916	Ato nº. 849	3, sendo um deles a cozinha. (Capítulo III, Seção IV, Artigo 86, apresenta como referência o Artigo 1, § 4, da lei nº. 498, de 1900) No parágrafo único, do mesmo artigo, há indicação de que os compartimentos, com exceção da cozinha, são: salas, escritórios e dormitórios.
1920	Padrão Municipal	3, sendo pelo menos um aposento, uma cozinha e um compartimento para latrina e banheiro. (Título II, Capítulo II, Seção III, Artigo 120)

O Padrão Municipal de 1886 é primeiro documento a fixar um número mínimo de cômodos para uma habitação. Indica que, para a habitação de uma família, são necessários pelo menos três cômodos sem, no entanto, indicar o uso de cada um deles, desta forma cozinhas e banheiros não são obrigatórios. Em 1900, e posteriormente reiterado em 1916, através da lei nº. 498 e do ato nº. 849, a quantidade é mantida, 3 cômodos, porém passa-se a exigir que um deles seja a cozinha. Embora, em 1920 o a quantidade de cômodos seja mantida, além da exigência da cozinha, neste número deve-se incluir, também, o banheiro. Ou seja, uma habitação com o número mínimo de cômodos é composta por dormitório, cozinha e banheiro.

Como acomodar todos os membros de uma família em um único dormitório, mantendo algum tipo de privacidade? Talvez, esta questão tenha originado o artigo 115 deste Padrão Municipal de 1920, *Título II, Capítulo II, Seção II – Condições gerais dos compartimentos, A) – Superfícies mínimas*:

Art. 115 – Em toda a habitação, sem exceção, compartimento algum poderá ser subdividido, ou uma de suas porções isolada das restantes no todo ou em parte, por

meio de tabique, biombo, reposteiros ou qualquer outro dispositivo, fixo ou móvel, sem que cada um dos compartimentos parciais, por este modo criados, obedeça por completo às prescrições desta lei, como se fora independente.

Na mesma linha, os Códigos Sanitários de 1911 (artigo 284) e de 1918 (artigo 374) indicam que: “Não poderão servir de aposento de dormir as cozinhas, as copas, os banheiros e as latrinas”. Em habitações com número tão exíguo de cômodos esta restrição é difícil, senão impossível, de ser cumprida.

Quanto às dimensões mínimas dos cômodos, todos os documentos analisados apresentam especificações, são elas:

DIMENSÕES MÍNIMAS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	5 m ² , para cortiços com uma peça interior. (Título II, Artigo 20, § 3)
1886	Padrão Municipal	7,5 m ² , para cada um dos cômodos. (Título VI, § 14)
1894	Código Sanitário	14 m ³ livres de espaço, para cada habitante, nos aposentos de dormir. (Capítulo II, Artigo 47) A lotação das casas das classes pobres deve ser determinada, e não são permitidos aposentos de dormir com cubagem inferior a 14 m ³ livres, para cada indivíduo. (Capítulo V, Artigo 144)
1900	Lei n°. 498	10 m ² , para cada um dos compartimentos. (Artigo 1, § 5)
1911	Código Sanitário	30 m ³ de capacidade cúbica, em todos os aposentos, inclusive nas cozinhas. (Capítulo IX, Artigos 277, 279 e 281)
1916	Ato n°. 849	10 m ² , para cada um dos compartimentos. (Capítulo III, Seção 4, Artigo 87, apresenta como referência o artigo 1, § 5, da lei n°. 498, de 1900) No parágrafo único, do mesmo artigo, há a indicação de que cozinha, copa, banheiro e latrina podem ter área menor, com, no mínimo, 2 x 2,6 m.
1918	Código Sanitário	30 m ³ de capacidade cúbica, em todos os aposentos, inclusive nas cozinhas. (Capítulo IX, Artigos 366 e 371, apresenta como referência os artigos 153 e 158 da lei n°. 1.596, de 1917) Em estabelecimentos ou prédios de habitação coletiva: número de moradores proporcional à sua natureza e às suas dimensões. Respeitar a lotação prefixada pela autoridade sanitária. (Capítulo IX, Artigo 387, apresenta como referência o Artigo 165 da lei n°. 1.596, de 1917)
1920	Padrão Municipal	Cada peça da habitação com as seguintes condições: área mínima de 10 m ² ; forma tal que possa conter, em plano, entre os lados opostos ou concorrentes, um círculo com raio de 1 m; quando as paredes concorrentes formarem um ângulo de 60°, ou menos, é necessário uma terceira parede de concordância com largura de, pelo menos, 60 cm. (Título I, Capítulo II, Seção II, Artigo 114) Nas habitações múltiplas de classe A, cada peça, série ou grupo de peças que formem um habitação em separado, deve ter um câmara com, pelo menos, 14 m ² . (Título II, Capítulo II, seção II, Artigo 114, § 2) Cozinhas: 7 m ² ; se forem instaladas no embasamento a área mínima passa a ser de 10 m ² . (Título II, Capítulo II, Seção III, Artigos 138 e 139) Compartimentos destinados exclusivamente para latrinas: 2 m ² , quando no interior da habitação; e 1,2 m ² , quando em anexo. (Título II, Capítulo II, Seção III, Artigo 143)

DIMENSÕES MÍNIMAS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
		Compartimentos destinados exclusivamente para quartos de banho: 3,2 m ² . (Título II, Capítulo II, Seção III, Artigo 144) Compartimentos destinados para latrinas e banheiros, em conjunto: 4 m ² . (Título II, Capítulo II, Seção III, Artigo 145).
1925	Código Sanitário	Dormitórios, salas de visitas, de refeições e escritórios: área mínima de 10 m ² . (Capítulo X, Artigo 408) Cozinhas: área mínima de 7 m ² . (Capítulo X, Artigo 412) Latrinas internas: área mínima de 2,00 m ² . Latrinas externas: área mínima de 1,2 x 1 m (Capítulo X, Artigo 424)

A legislação municipal apresenta sempre áreas mínimas, enquanto que a legislação estadual indica a cubagem mínima de cada compartimento. No Código de Posturas de 1866 a área mínima, para cortiços com apenas uma peça, é de 5 m², no mínimo. Quantas pessoas podem ser acomodadas nesta área exígua? É possível ter algum tipo de conforto, privacidade, ou mesmo garantir salubridade aos moradores, neste espaço tão pequeno? O Padrão Municipal de 1886 aumenta um pouco a área mínima de cada um dos cômodos, que passa a ser de 7,5 m². Novo aumento é realizado em 1900, através da lei n^o. 498, para 10 m², para cada um dos compartimentos. Em 1916 (ato n^o. 849), este valor é mantido para todos os cômodos, com exceção das cozinhas e banheiros, onde as áreas mínimas são reduzidas. Em 1920, no Padrão Municipal, as áreas mínimas para todos os cômodos são mantidas em 10 m², porém há novas restrições que garantem o formato do cômodo; e novamente para cozinhas e banheiros as áreas apresentadas são diferentes das áreas dos demais cômodos. Ao considerar os valores mínimos de pés direitos¹²⁶ apresentados em cada um dos Códigos Sanitários, obtém-se as seguintes áreas mínimas: 3,5 m², por habitante nos cômodos de dormir (Código de 1884); 8,1 m², em todos os aposentos, inclusive nas cozinhas (Código de 1911); 10 m², em todos os aposentos, inclusive nas cozinhas (Código de 1918). O Código de 1925 mantém os 10 m² de área mínima para os principais cômodos, mas diminui os valores para as cozinhas e banheiros.

B.4 ABERTURAS PARA O EXTERIOR

Quando os códigos passam a indicar a obrigatoriedade de aberturas (portas e/ou janelas) para o exterior, estas exigências são direcionadas especificamente às habitações dos pobres, naquela época ainda se permitia que a elite dormisse em alcovas. O Código de Posturas de 1886 foi o primeiro documento analisado que exige aberturas para o exterior, nos cortiços,

¹²⁶ Pés direitos mínimos, de acordo com os Códigos Sanitários: 4 m (1894); 3,7 m (1911); e 3 m (1918 e 1925).

e a partir deste, toda a legislação pesquisada apresenta alguma especificação e/ou restrição quanto à necessidade de aberturas para o exterior, são elas:

LOCALIZAÇÃO DAS ABERTURAS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	Todas as peças do cortiço com portas e janelas. (Título II, Artigo 20, § 4)
1886	Padrão Municipal	Todos os cômodos com abertura para o exterior, de modo a garantir que os mesmos tenham “amplamente” ar e luz. (Título VI, § 15)
1894	Código Sanitário	“Sempre que for possível”, todos os compartimentos com aberturas para o exterior, dando para rua, jardins ou pátio interiores, de modo que recebam luz direta e difusa, somente se deve admitir luz refletida excepcionalmente, em dormitórios ou aposentos que não sejam destinados à permanência contínua dos habitantes. (Capítulo II, Artigo 48) Alcovas: se usadas como dormitórios, ou cômodos de permanência constante, são proibidas. (Capítulo II, Artigo 46)
1900	Lei nº. 498	Cada compartimento com pelo menos uma porta ou janela com abertura para o exterior, ou para uma área aberta. (Artigo 1, § 6)
1911	Código Sanitário	Todos os compartimentos com portas ou janelas com abertura para o exterior, “de modo que recolham luz e ar diretos”. (Capítulo IX, Artigo 278) Cozinhas “abundantemente providas de ar e luz”. (Capítulo IX, Artigo 281)
1916	Ato nº. 849	Cada compartimento com pelo menos uma porta ou janela com abertura para o exterior, ou para uma área aberta. (Capítulo III, Seção 3, Artigo 75, apresenta como referência o Artigo 1, § 6, da lei nº. 498, de 1900)
1918	Código Sanitário	Todos os compartimentos com portas ou janelas com abertura para o exterior, “de modo que recebam luz e ar diretos”. (Capítulo IX, Artigo 365, apresenta como referência o Artigo 278 do Código Sanitário de 1911) Cozinhas “abundantemente providas de ar e luz”. (Capítulo IX, Artigo 371, apresenta como referência o artigo 158 da lei nº. 1.596, 1917)
1920	Padrão Municipal	Qualquer compartimento (independentemente de seu uso) deve ter, pelo menos, uma porta ou janela, em plano vertical, com abertura pra o exterior: (via pública, saguão, área ou reentrância, em conformidade com este Padrão. (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 116) Para as habitações múltiplas de Classe A, cada aposento, série ou grupo de cômodos (que compõem uma habitação) deve ter pelo menos um compartimento com abertura direta de janela, para uma via pública ou para uma área de fundo. (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 119)
1925	Código Sanitário	As cozinhas deverão ser “abundantemente providas de ar e luz”. (Capítulo X, Artigo 410)

O Código de Posturas de 1886 indica que todas as peças devem ter portas e janelas para o exterior, é o único documento que apresenta tal exigência (porta e janela), mas também é o único documento que apresenta um capítulo específico para cortiços. Geralmente, em cortiços, cada família habita um único cômodo ou peça, daí a necessidade de porta e janela em cada peça, com isso evita-se o trânsito de pessoas estranhas à família nas diversas unidades habitacionais. A partir daí, a legislação passa a exigir aberturas, sem especificar de qual tipo (porta ou janela), ou seja, onde há porta pode não haver janela, e vice-versa. As alcovas, sen-

do usadas como dormitórios ou cômodos de permanência constantes, são oficialmente proibidas através do Código Sanitário de 1894. É importante observar que elas ainda podem existir, desde que o seu uso não seja como dormitório ou de permanência constante, mas depois de construídas quem pode garantir como são usadas?

No início, as especificações quanto à necessidade de iluminação e ventilação naturais não são de ordem quantitativa, adotam-se termos vagos ou de difícil interpretação técnica, como por exemplo: cômodos que tenham “amplamente” ar e luz; compartimentos com aberturas “de modo que recolham luz e ar diretos”; ou ainda cozinhas “abundantemente providas de ar e luz”. Há um certo retrocesso quanto à exigência de iluminação e ventilação naturais a partir da publicação do Padrão Municipal de 1920, especificamente para as habitações múltiplas de Classe A, quando se permite que cada aposento, série ou grupo de cômodos (que compõem uma habitação) possam ter apenas um compartimento com abertura direta de janela, para uma via pública ou para uma área de fundo. Também percebe-se certa omissão no Código Sanitário de 1925, que indica necessidade de ar e luz abundante apenas nas cozinhas.

Em 1900 (lei nº. 498), determina-se a necessidade de áreas abertas para garantir iluminação e ventilação naturais e, apenas em 1911, a legislação passa a considerar a orientação da edificação para garantir um período diário de insolação natural, estas determinações encontram-se a seguir. As áreas e pátios abertos, para garantir a insolação adequada, passam a ser exigência para a habitação proletária a partir de 1900 (lei nº. 498), e para todo o tipo de habitação a partir da publicação do Código Sanitário de 1911.

É importante salientar que as características (e até mesmo os procedimentos de cálculos) destas áreas abertas são diversas ao longo do tempo. Em 1916, através do ato nº. 900 são indicados cálculos para a definição dos espaços e das geometrias a serem adotados. Em seguida, a forma de delimitação, dos pátios e áreas, é alterada com a publicação do Código Sanitário de 1918, tornando-se mais simples do que a maneira anterior. Já, no Padrão Municipal de 1920, as aberturas destinadas a prover iluminação e ventilação às edificações passam a ser denominadas e classificadas da seguinte forma: saguões, corredores, e áreas; cada uma deles calculado, ou determinado, de uma maneira diferente.

A legislação pesquisada apresenta as seguintes especificações e/ou restrições quanto às características e formas de cálculo de áreas, pátios, saguões, e outros, destinados à prover iluminação e ventilação adequadas às habitações:

ÁREAS, PÁTIOS E SAGUÕES

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1900	Lei n°. 498	Área aberta com superfície mínima de 10 m ² , e, no mínimo, 2 m de largura. (Artigo 1, § 6)
1911	Código Sanitário	Área ou pátio interno com superfície mínima de 8 m ² , e, no mínimo 2 m de largura, do lado menor. (Capítulo IX, Artigo 280)
1916	Ato n°. 849	Área aberta com superfície mínima de 10 m ² , e, no mínimo, 2 m de largura. (Capítulo III, Seção 3, Artigo 75, apresenta como referência o Artigo 1, § 6, da lei n°. 498, de 1900) Neste artigo há uma indicação de que as dimensões apresentadas para a área aberta referem-se a edifícios de um pavimento, com 3 m de altura, para edificações de maior altura e mais pavimentos, a área e sua dimensão mínima também deve ser aumentada, da seguinte maneira: “guardada a proporção aqui estabelecida”.
1918	Código Sanitário	Pátios internos e áreas: determinações transcritas no texto abaixo. (Capítulo IX, artigos 368 e 369, apresenta como referência os Artigos 155 e 156 da lei n°. 1.596, de 1917)
1920	Padrão Municipal	Saguões, corredores e áreas: determinações explicadas abaixo. (Título II, Capítulo I, Seção III, Artigos 75 a 88)

Os dois primeiros documentos (lei n°. 498 e Código Sanitário de 1911) apresentam os valores mínimos desta área aberta, 10 m² e 8 m², e sua largura mínima, 2 m. Em 1916, o ato n°. 849 reapresenta o valor de área mínima de 10 m², e largura mínima, 2 m, com a ressalva de que estes valores são aplicáveis à edificações de um pavimento, com 3 m de altura, para outras edificações a área e sua dimensão mínima deveriam ser aumentadas, sem, no entanto, estabelecer regras claras de como proceder.

O procedimento detalhado de como determinar as dimensões e proporções destas áreas é apresentado naquele mesmo ano, através do *ato n°. 900 – Espede instruções para a boa execução do § único do art. 75 do Acto n. 849, de 27 de janeiro de 1916*. De acordo com os artigos 1 a 3:

1º. Passo – determinar um plano horizontal de referência, sendo que a localização deste plano de referência é definido em função da localização do imóvel:

- a) edifícios localizados no perímetro central: o plano horizontal de referência passa pelo nível do soalho do pavimento logo acima do embasamento (mesmo que o embasamento tenha altura que permita a existência de sobrelojas);
- b) edifícios localizados no perímetro urbano: o plano horizontal de referência passa pelo nível do soalho do pavimento logo acima do térreo (mesmo que o embasamento tenha altura que permita a existência de sobrelojas).

c) edifícios localizados no perímetro suburbano: o plano horizontal de referência passa pelo nível do pavimento térreo.

2º. Passo – dividir a superfície total das paredes, da área acima do plano de referência, pela extensão total destas paredes, respeitando o mesmo plano.

3º. Passo – dividir a superfície total das paredes acima do plano de referência, localizadas na metade do perímetro completo voltado para o sul, pela extensão correspondente destas paredes, respeitando o mesmo plano;

4º. Passo – para o cálculo do comprimento da área, é necessário comparar os dois valores obtidos (nos 2º. e 3º. passos), e ao maior valor multiplicar por:

- a) 1,1, se o comprimento da área está orientado com inclinação máxima de 11°15' (onze graus e quinze minutos), em relação à direção Norte-Sul;
- b) 1,2, se o comprimento da área está orientado com inclinação entre 11°15' (onze graus e quinze minutos) e 33°45' (trinta e três graus e quarenta e cinco minutos), em relação à direção Norte-Sul;
- c) 1,4, se o comprimento da área está orientado com inclinação entre 33°45' (trinta e três graus e quarenta e cinco minutos) e 56°15' (cinquenta e seis graus e quinze minutos), em relação à direção Norte-Sul.

5º. Passo – para o cálculo da largura mínima da área, dividir o valor encontrado no 4º. passo por 5. Se o resultado obtido for menor do que 2, é necessário adotar o valor mínimo de 2 m, para a largura da área. A superfície mínima da área, não pode ser inferior a 10 m².

Conforme este ato, tanto a área mínima da superfície aberta, como a sua largura mínima podem ser obtidas graficamente (artigos 4 a 6), mas que devido ao grau de complexidade dos procedimentos, não são descritos neste trabalho. Este ato também determina que, tanto as áreas como os corredores de iluminação e arejamento, devem ter largura proporcional à diferença de nível entre a altura do ponto mais alto das paredes e o ponto de altura média do piso da área. Também, para calcular esta largura mínima deve-se levar em conta a orientação do trecho considerado da área, e para elucidar o ato nº. 900 apresenta uma tabela com valores pré-determinados (artigo 7):

Ângulos com a linha Norte-Sul	Larguras mínimas até 5,2 m de altura	Acréscimo de largura para cada aumento de altura de 4 m, ou fração de 4 m
De 0° a 10°	2 m	20 cm
de 10° a 20°	2,1 m	25 cm
de 20° a 30°	2,2 m	30 cm
de 30° a 40°	2,3 m	35 cm
de 40° a 50°	2,4 m	40 cm
de 50° a 60°	2,5 m	70 cm
de 60° a 90°	3 m	1 m

No Código Sanitário de 1918 (indicando como referência os artigos 155 e 156 da lei no. 1.596 de 1917) também são apresentadas, só que de maneira mais simples, normas para a definição dos pátios internos e áreas destinadas a prover iluminação e ventilação naturais:

Artigo 368. - Os pátios internos e áreas não poderão ter menos de dois metros no seu lado menor, sendo a outra dimensão igual à altura da parede medida na face voltada para o sul, multiplicado pelo coeficiente 1,07¹²⁷, e será marcada num plano horizontal, segundo a linha norte-sul.

§ 1.º - Este plano horizontal passará :

- a) pelo nível superior do embasamento, para as casas de um só pavimento ;
- b) pelo nível do soalho do segundo pavimento, para as casas de mais de um pavimento ;
- c) pelo nível superior da última sobreloja, quando existir.

§ 2.º - Quando houver saliências nas paredes, beirais, balcões ou outras, a dimensão da área será contada a partir das projeções dessas saliências.

Artigo 369. - A largura mínima dos corredores de arejamento e iluminação será determinada de acordo com a tabela seguinte:

Ângulos com a linha Norte-Sul	Larguras mínimas até 5,2 m de altura	Acréscimo de largura para cada aumento de altura de 4 m, ou fração de 4 m
De 0° a 10°	2 m	20 cm
de 10° a 20°	2,1 m	25 cm
de 20° a 30°	2,2 m	30 cm
de 30° a 40°	2,3 m	35 cm
de 40° a 50°	2,4 m	40 cm
de 50° a 60°	2,5 m	70 cm
de 60° a 90°	3 m	1 m

Esta é a mesma tabela apresentada no ato n.º. 900, de 1916.

No Padrão Municipal de 1920, conforme já relatado, as aberturas destinadas a prover iluminação e ventilação às edificações são: saguões, corredores, e áreas. Os saguões podem ter qualquer forma ou dimensão (artigos 75 e 76), desde que proporcionem condições de iluminação e ventilação para os ambientes de permanência diurna e noturna, em conformidade com o estabelecido neste mesmo Padrão Municipal, nos artigos 70 e 71.

¹²⁷ O coeficiente de 1,07 correspondia ao comprimento da sombra que uma estaca de 1 m projeta no chão, ao meio dia, na cidade de São Paulo, em 22 de junho, ou seja, no solstício de inverno (LEMONS, 1999, p. 75).

A determinação das características de um saguão é decorrente de sua localização em função da edificação, ou seja, podem ser interiores, exteriores, ou de divisa e devem possuir as seguintes características:

Saguão interior – base com dimensões tais que seja possível conter duas retas, uma na direção Norte-Sul e outra na direção Leste-Oeste. A reta na direção Norte-Sul com comprimento mínimo da média das alturas que “olham” para o sul, multiplicada por 1,07 (as faces abertas não são computadas no cálculo da média). A reta na direção Leste-Oeste com comprimento mínimo de um quarto do valor adotado para a reta na direção Norte-Sul, mas nunca inferior a 2 m (artigo 76);

Saguão exterior – base deve ser calculada da mesma maneira que para o saguão interior, mas se a “boca” estiver voltada para o sul, a relação entre a largura e o comprimento é de um quinto, e se a “boca” estiver voltada para o norte a relação é de um sexto (artigo 77);

Saguão de divisa – base deve ser calculada da mesma maneira que para o saguão interior, só que é necessário considerar o prédio vizinho com a mesma altura da edificação projetada (artigo 76, § único).

Há uma ressalva quanto às dimensões dos saguões para a zona central (artigo 79). Devido a orientação ou largura do lote, sempre que não for possível conformar saguões com as bases mínimas (conforme descrito acima), são aceitos saguões com área mínima de 10 m², e largura mínima de 2,5 m (e quando a edificação possuir mais de um pavimento, deve ser somado 40 cm, por pavimento, à largura mínima do saguão). E, nestes casos, os saguões internos devem possuir dispositivos que promovam a renovação contínua do ar. Para garantir a insolação dos ambientes de habitação noturna, o Padrão Municipal de 1920 indica que, tanto para os saguões interiores como para os exteriores, as dimensões devem ser justificadas pelo interessado, sem explicitar qualquer procedimento a ser adotado (artigo 78).

Para prever corredores, em um projeto, o prédio vizinho ao lote deve ter sido edificado até os limites superiores apresentados neste Padrão Municipal, e nestes casos os corredores têm as seguintes características (artigo 80):

Base – para garantir a insolação dos compartimentos de permanência diurna, a base do corredor deve ter dimensões tais que possa conter uma reta na direção Norte-Sul, passando pelo ponto mais baixo da calçada, e que tenha comprimento mínimo de um terço da altura da parede que “olha” para o sul;

Largura mínima – são indicadas no seguinte quadro:

Ângulos com a linha Norte-Sul	Largura mínima (m)
0° – 10°	2
10° – 20°	2,1
20° – 30°	2,2
30° – 40°	2,3
40° – 50°	2,4
50° – 60°	2,5
60° – 90°	3

Sobre as áreas, o Padrão Municipal de 1920 apresenta especificações referentes a áreas de frente e de fundo. Para as áreas de frente, o Padrão apenas indica que não há qualquer regra para determinar suas formas ou dimensões, no entanto salienta que valem as distâncias mínimas em conformidade com o prescrito sobre alinhamentos, e lembra que na zona central não é permitido qualquer recuo frontal (artigo 84). No artigo 85 são apresentadas regras para o cálculo das áreas de fundo (estas regras variam de acordo com a localização do lote: triângulo comercial, zona central, zona urbana e parte já arruada da zona suburbana). Estas regras não são apresentadas aqui, pois foram revogadas no ano seguinte, através da lei nº. 2.373 (SÃO PAULO (Município), 1921).

A orientação dos edifícios, para garantir as condições adequadas de insolação nas habitações, é tratada em apenas três documentos: Códigos Sanitários de 1911 e de 1918, e no Padrão Municipal de 1920:

ORIENTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO		
Ano	Legislação	Especificações e/ou restrições
1911	Código Sanitário	A orientação, sempre que possível, deve garantir proteção dos prédios contra ventos úmidos e assegurar insolação mínima de 3 a 4 horas, por dia. (Capítulo IX, Artigo 260)
1918	Código Sanitário	Deve ser tal que, na pior época do ano, seja garantida insolação mínima de 1 hora nos aposentos destinados à habitação. (Capítulo IX, Artigo 348, apresenta como referência o Artigo 150 da lei nº. 1.596, de 1917) E, de acordo com o parágrafo único deste mesmo artigo, nos bairros abertos depois de ter sido promulgada a lei nº. 1.596 (1917), a insolação mínima, nos aposentos, é de três horas.
1920	Padrão Municipal	Compartimentos destinados à habitação diurna: raios de sol devem oscular, no dia mais curto do ano, dentro de rua, área, saguão ou corredor, no piso do rés-do-chão ou do andar térreo (quando a edificação não possuir outro pavimento); ou no plano do piso do primeiro andar (quando houver este pavimento). (Título II, Capítulo I, Artigo 70) Compartimentos destinados à habitação noturna: em qualquer pavimento que se localizem, insolação contínua, no dia mais curto do ano, dentro de rua, área, saguão ou corredor, no plano do respectivo piso, durante, pelo menos, 1 hora, nos edifícios localizados em vias públicas existentes na data de publicação deste Padrão; e por, pelo menos, três hora, nos edifícios localizados em bairros abertos depois da publicação deste Padrão. (Título II, Capítulo I, Artigo 71)

ORIENTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Ano	Legislação	Especificações e/ou restrições
		Vários edifícios dentro de um mesmo lote: a distância entre as diversas faces deve ser tal que, se consiga as condições de insolação dentro dos saguões e corredores que venham a se conformar devido a implantação adotada. (Título II, Capítulo I, Artigo 72)

O Código Sanitário de 1911 é o mais exigente de todos, ao indicar a necessidade de insolação mínima por três a quatro horas, diárias. No entanto, não é claro se esta insolação é para todos os cômodos ou apenas alguns deles, também não indica como é possível obter este período de insolação. Em 1918, a nova versão do Código Sanitário trata da questão de outra maneira. Nos bairros existentes, até a data de sua promulgação da lei nº. 1.596 (1917), a exigência é de apenas uma hora de insolação diária para os aposentos, e para os bairros novos, criados a partir de então, a exigência sobe para três horas.

O Padrão Municipal de 1920 segue lógica semelhante à do Código Sanitário de 1918, ao definir períodos de insolação diferentes para bairros já existentes e bairros novos; porém difere daquele documento ao exigir períodos de insolação distintos para ambientes destinados à habitação diurna e para a habitação noturna. Pode parecer complicado obter a orientação necessária para garantir a insolação exigida no Padrão Municipal, mas conforme explica Lemos (1999, p. 75-76):

As três horas mínimas de insolação deveriam conter, no começo ou no fim a hora do meio dia. Tudo isso era conseguido facilmente com um gráfico impresso em papel transparente, ou no celuloide, mostrando os comprimentos das sombras das 8 da manhã até às 4 horas da tarde, e a linha central corresponde à sombra do meio dia era subdividida em segmentos múltiplos de 1,07. Esse gráfico, parece que exclusividade da Casa Rosenhein, tornou-se peça indispensável nos escritórios de arquitetura. Não se podia projetar sem ele. E graças a ele, também, a cidade cresceu com certa disciplina e controle da altura dos edifícios por cerca de trinta anos. Foi a partir do armistício da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que essas exigências referentes à insolação começaram a incomodar os investidores imobiliários, pois os lotes pequenos, sobretudo os do centro comercial, ou histórico, não permitiam saguões descobertos aptos a ensejar prédios de muitos andares. Em meados da década de cinquenta, cremos, se não nos falha a memória, no governo do folclórico prefeito general Porfírio da Paz, no início do processo de verticalização de São Paulo, a pressão dos incorporadores de condomínios, a novidade da época, envolvidos pela especulação imobiliária, fez com a que exigência de insolação desaparecesse do Código de Obras.

Apenas a legislação municipal apresenta especificações quanto às dimensões mínimas das aberturas de portas de janelas, conforme apresentado a seguir:

DIMENSÕES DAS ABERTURAS

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	Para portas e janelas, entre 0,9 e 1 m de largura, com o dobro de altura ¹²⁸ . (Título II, Artigo 20, § 4)
1886	Padrão Municipal	Janelas do primeiro pavimento: 1 m x 1,85 m, no mínimo (largura x altura). Janelas do segundo pavimento: 1 m x 1,7 m, no mínimo (largura x altura). Portas do primeiro pavimento: 1,1 m x 2,75 m, no mínimo (largura x altura). ¹²⁹ (Título VI, § 9)
1900	Lei n°. 498	Vão mínimo de portas e janelas: a quinta parte da superfície mínima do compartimento. (Artigo 1, § 9)
1916	Ato n°. 849	Vão mínimo de portas e janelas ¹³⁰ : a quinta parte da superfície mínima do compartimento. (Capítulo III, Seção III, Artigo 77, § 4, apresenta como referência o Artigo 1, § 9, da lei n°. 498, de 1900)
1920	Padrão Municipal	Superfície iluminante – área da janela, ou da porta, limitada pela face interna de seus aros; calculada como uma fração da superfície do piso de cada compartimento, sendo que esta fração é decorrente da posição e uso do cômodo, e da localização da abertura, da seguinte maneira: a) 1/8 da superfície do cômodo, para vãos com aberturas para via pública, área de fundo, ou suas reentrâncias em paredes que olham para o Norte, ou alinhadas na direção Norte-Sul, e para as janelas dos áticos; b) 1/7 da superfície do cômodo, para vãos com aberturas para via pública, área de fundo, ou suas reentrâncias em paredes voltadas para o Sul; c) 1/6 da superfície do cômodo, para vãos em saguões ou suas reentrâncias em paredes que olham para o Norte, ou alinhadas na direção Norte-Sul; d) 1/5 da superfície do cômodo, para vãos em saguões ou suas reentrâncias em paredes voltadas para o Sul. (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 117) Redução das áreas da superfície iluminante – os valores apresentados acima podem ser reduzidos, ao serem adotados em ambientes cujo uso não seja contínuo, da seguinte maneira: redução de 20% em compartimentos destinados a depósitos de mercadorias e garagens, redução de 10% em compartimentos destinados a corredores, antecâmaras, caixas de escada, quartos de banho e latrinas. (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 117, § 2) Dimensões mínimas das janelas – em cada compartimento, uma janela não pode ter superfície interna livre menor do que 1,2 m ² , e nos compartimentos destinados à latrina o valor mínimo é de 0,6 m ² . (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 117, § 3) No caso das habitações múltiplas, com pés direito de até 3 m, a face inferior da verga da janela deve se localizar, no máximo, a 40 cm do teto e a largura de seu aro não deve ser menor do 80 cm. (Título II, Capítulo II, Seção II, Artigo 118)

¹²⁸ As dimensões das aberturas para o exterior, para os edifícios em geral na cidade de São Paulo, são mais generosas, conforme determinado neste mesmo Código de Posturas, no artigo 11 (Título II): para as janelas os vãos mínimos são de 1,1 m x 2,2 m (largura x altura), e para as portas a indicação é que as vergas acompanhem o nível das janelas.

¹²⁹ Conforme determinado no Padrão Municipal (Título V), as dimensões das aberturas para o exterior, dos edifícios em geral, também são mais generosas; para as janelas os vãos mínimos são de 1,1 m x 2,2 m (largura x altura), e para as janelas-portas e para as portas os vãos mínimos são de 1,3 m x 3,2 m (largura x altura).

¹³⁰ Para as construções em geral, além da determinação citada, também é necessário respeitar as seguintes dimensões mínimas: para as janelas, vão de 1,1 m x 2,2 m (largura x altura); e para as janelas-portas e para as portas, vãos de 1,3 m x 3,2 m (largura x altura). (Capítulo III, Seção III, artigo 77)

O Código de Posturas e o Padrão Municipal, de 1886, para as habitações operárias, indicam somente as dimensões mínimas de portas e janelas, independentemente do tamanho do cômodo onde são usados, e estes valores sempre são menores se comparados com os valores determinados para as habitações em geral. A partir de 1900, através da lei nº. 498, e posteriormente reiterado no ato nº. 849 de 1916, os vãos mínimos passam a ser dependentes da área do cômodo onde as portas e janelas são instaladas. Mudança significativa é apresentada no Padrão Municipal de 1920, quando, além de serem determinados os tamanhos das aberturas em função da área do cômodo, passa a ser necessário considerar a orientação dos mesmos. Também é definido um tamanho mínimo para as aberturas.

B.5 PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE

Antes de apresentar as especificações e/ou restrições referentes ao afastamento da construção ao solo, os três Códigos Sanitários, de 1894, de 1911 e de 1918, e o Padrão Municipal de 1920, apresentam algumas indicações quanto à finalidade e o uso dos porões¹³¹, são elas:

SOBRE PORÕES OU COMPARTIMENTOS DE SUBSOLO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1894	Código Sanitário	São a garantia higiênica da habitação, mas não podem ser utilizados como habitação. (Capítulo II, Artigo 43)
1911	Código Sanitário	Porões com 2,5 m ¹³² de altura (piso ao vigamento), “perfeitamente iluminados e arejados”, podem servir de habitação durante o dia, mas não podem ser utilizados como “casas de negócio ou oficinas”. (Capítulo IX, Artigo 271)
1918	Código Sanitário	Porões com 2,5 m de altura (piso ao vigamento), “perfeitamente iluminados e arejados”, podem servir de habitação durante o dia, mas não podem ser utilizados como “casas de negócio ou oficinas”. (Capítulo IX, Artigo 358, apresenta como referência o Artigo 271 do Código Sanitário de 1911)
1920	Padrão Municipal	Este Padrão Municipal apresenta restrições em separado para porões e embasamentos ¹³³ . Nos porões é proibida a habitação, porém estes podem ser utilizados como despensas, adegas e depósitos, desde que possuam altura mínima de 2,1 m.

¹³¹ Na legislação consultada há diversas especificações para quando o porão é utilizado na habitação (como cozinha, despensa, depósito ou cômodo de uso diurno) mas, por não ser o foco deste trabalho, são transcritas apenas aquelas especificações e/ou restrições que visam a prevenção contra a umidade.

¹³² Há uma lei municipal de 1915, a de nº. 1.901 (SÃO PAULO (Município), 1915, artigo 2º., parágrafo único), que reitera esta especificação, ou restrição, para a cidade de São Paulo.

¹³³ De acordo com o artigo 65 do Padrão Municipal, de 1920: “§ 1º. – PORÃO é a parte do edifício que tem o piso, em todo o seu perímetro, a quarta parte ou mais de sua altura abaixo do terreno circundante. § 2º. – EMBASAMENTO é a parte do edifício que tem o piso, em todo o seu perímetro, menos da quarta parte de sua altura abaixo do terreno circundante.”

SOBRE PORÕES OU COMPARTIMENTOS DE SUBSOLO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
		(Título II, Capítulo II, Seção I, Artigo 101). Os embasamentos podem ser utilizados como compartimento de dormir e de permanência diurna, desde que possuam pé-direito, iluminação e insolação em conformidade com o que é definido nos itens específicos desta lei, também devem contar com uma latrina interna ou externa. (Título II, Capítulo II, Seção I, Artigo 106)

Enquanto que, no Código Sanitário de 1894 é explicitado claramente que a única função do porão é garantir qualidades higiênicas à habitação, nos demais documentos passe-se a aceitar seu uso incorporado ao programa de necessidades das casas. Chegando-se ao extremo, no Padrão Municipal de 1920, de aceitar dormitórios em embasamentos.

Sobre a altura mínima (ou afastamento) entre o soalho do primeiro pavimento e o solo, os documentos consultados apresentam valores semelhantes, são eles:

ALTURA MÍNIMA ENTRE O SOALHO DO PRIMEIRO PAVIMENTO E O SOLO

<i>Ano</i>	<i>Legislação</i>	<i>Especificações e/ou restrições</i>
1886	Código de Posturas	20 cm acima do nível do terreno, espaço livremente ventilado. (Título II, Artigo 20, § 6)
1886	Padrão Municipal	50 cm acima do nível do terreno. (Título VI, § 17)
1894	Código Sanitário	50 cm acima do nível do terreno. (Capítulo II, artigo 44)
1900	Lei n°. 498	50 cm acima do nível do solo, se o soalho for de madeira. (Artigo 1, § 10)
1911	Código Sanitário	50 cm acima do nível do solo. (Capítulo IX, Artigo 273)
1916	Ato n°. 849	50 cm acima do nível do solo, se o soalho for de madeira. (Capítulo IV, Artigo 103, apresenta como referência o Artigo 1, § 10, da lei n°. 498, de 1900)
1918	Código Sanitário	50 cm acima do nível do solo. (Capítulo IX, Artigo 360, apresenta como referência o Artigo 273 do Código Sanitário de 1911)
1920	Padrão Municipal	50 cm, medidos entre a superfície do revestimento impermeável e a face inferior dos barrotes do soalho. (Título II, Capítulo II, Seção I, Artigo 101, § único)

O único documento que exige apenas 20 cm, de afastamento entre do piso e o nível do terreno, é o Código do Posturas de 1886, sendo este valor específico para a construção de cortiços, para as habitações em geral o valor requerido é superior. Os outros documentos listados acima apresentam o valor de 50 cm, no mínimo, para o afastamento entre do piso e o nível do terreno. Sendo que, estes valores passam a ser exigidos apenas quando se utiliza soalho de madeira no primeiro pavimento, conforme determinado no ato n°. 849 de 1916 e no Padrão Municipal de 1920. O Código Sanitário de 1925 não toca no assunto.

Anexo C – Legislação Utilizada Para as Análises

A seguir são listadas, por figura que contém os projetos analisados, a legislação utilizada para as análises de conformidade de cada um deles. Também, quando os códigos indicam que, para serem utilizados, a habitação operária deve estar localizada em determinada área, foi verificado o endereço nos mapas da cidade, e, para melhor compreensão, no caso de alguma edificação estar nas áreas destinadas às habitações operárias, a sua localização é mostrada nos mapas. Nem todas as habitações operárias encontram-se nas áreas determinadas pela legislação, quando isto ocorre os exemplares são analisados utilizando as normas para habitação em geral, não sendo mostradas nos mapas.

C.1 PROJETOS LOCALIZADOS FORA DAS ÁREAS DESTINADAS ÀS HABITAÇÕES OPERÁRIAS

Abaixo, são listadas as leis utilizadas para analisar os projetos, apresentados no presente trabalho.

Figura 10 – Requerimento de 1895 para “construir uma casa dupla de operários”

Padrão Municipal de 1886 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Figura 17 – Requerimento de 1893 para “para construir uma casinha de operário”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 25 – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno, conforme planta”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 26 – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, de pequena casa para operário”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 27 – Requerimento de 1893 para “construir uma casa de operário junto à rua”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 28 – Requerimento de 1893 para “edificar uma casa de operário, conforme planta”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 29 – Requerimento de 1895 para “fazer duas pequenas casas para operários, conforme indica a planta”

Padrão Municipal de 1886 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Figura 30 – Requerimento de 1893 para “fazer marcenaria e três pequenas casas para operários”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 31 – Requerimento e projeto de 1918 para “construir duas casas operárias (vila operária)”

Ato Municipal nº. 849 de 1916 e
Código Sanitário Estadual de 1918.

Figura 50 – *Cortiço urbano*

Padrão Municipal de 1886

Figura 71 – Requerimento de 1899 para “construir uma casa de operário”

Padrão Municipal de 1886 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Figura 73 – Requerimento de 1893 para “aprovação de planta para construir uma casa para operários recuada 4 m”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 74 – Requerimento de 1899 para “alinhamento para construir um prédio em seu terreno”

Padrão Municipal de 1886 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Figura 75 – Vila popular, com cinco casas térreas

Padrão Municipal de 1920 e
Código Sanitário Estadual de 1918.

Figura 76 – Requerimento de 1893 para “licença para pequena casa de operário, afastada 4 m do alinhamento”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 80 – Requerimento de 1899 para “aprovação de quatro pequenas casas”

Padrão Municipal de 1886 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Figura 81 – Requerimento de 1893 para “aprovação da planta, para fazer uma casa”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 82 – Requerimento de 1893 para “fazer três pequenas casas para operários, no fundo do seu terreno”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 83 – Requerimento de 1893 para “acréscimo de uma pequena casa de operário, no fundo de seu terreno”

Padrão Municipal de 1886.

Figura 35 – Sobrado típico da Vila Boyes

Lei Municipal nº. 498 de 1900 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Perímetros regulamentados através do ato nº. 849 e localização da Vila Boyes (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro). Perímetro central em vermelho, perímetro urbano em azul e perímetro suburbano em verde, perímetro rural até as divisas do município. Planta da cidade de São Paulo, de 1924. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg>.

Figura 38 – Sobrado típico da parte externa da Vila Cerealina e

Figura 39 – Casa típica da parte interna da Vila Cerealina

Padrão Municipal de 1920 e
Código Sanitário Estadual de 1918.

Perímetros regulamentados através do ato n°. 849 e localização da Vila Cerealina (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro). Perímetro central em vermelho, perímetro urbano em azul e perímetro suburbano em verde, perímetro rural até as divisas do município. Planta da cidade de São Paulo, de 1924. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg>.

Figura 72 – Requerimento de 1902 para “construir uma casa”

Lei Municipal nº. 498 de 1900 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Perímetro urbano definido na lei nº. 498 e localização da Rua Mixta (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro e da localização da rua). Planta geral da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg>.

Figura 77 – Requerimento de 1902 para “construir quatro pequenas casas”

Lei Municipal nº. 498 de 1900 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Perímetro urbano definido na lei nº. 498 e localização da Rua Monsenhor Andrade (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro e da localização da rua). Planta geral da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg>.

Figura 79 – Requerimento de 1901 para “construir uma casa”

Lei Municipal nº. 498 de 1900 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Perímetro urbano definido na lei nº. 498 e localização da Rua do Bosque (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro e da localização da rua). Planta geral da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg>.

Figura 84 – Requerimento de 1906 para “construir uma casa”

Lei Municipal nº. 498 de 1900 e
Código Sanitário Estadual de 1894.

Perímetro urbano definido na lei nº. 498 e localização da Rua Ruy Barbosa (intervenção digital da autora, na marcação do perímetro e da localização da rua). Planta geral da cidade de São Paulo, de 1905. Fonte: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1905.jpg>.